

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**VANDERLEI FRANCK THIES**

**DESAGRARIZAÇÃO E CONCENTRAÇÃO PRODUTIVA:  
ANÁLISE LONGITUDINAL DAS TRAJETÓRIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR  
NAS MISSÕES DO RS**

**Porto Alegre  
2020**

**VANDERLEI FRANCK THIES**

**DESAGRARIZAÇÃO E CONCENTRAÇÃO PRODUTIVA:  
ANÁLISE LONGITUDINAL DAS TRAJETÓRIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR  
NAS MISSÕES DO RS**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Antonio Conterato

**Porto Alegre  
2020**

### CIP - Catalogação na Publicação

Thies, Vanderlei Franck  
Desagrarização e concentração produtiva: análise  
longitudinal das trajetórias da agricultura familiar  
nas Missões do RS / Vanderlei Franck Thies. -- 2020.  
196 f.  
Orientador: Marcelo Antonio Conterato.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,  
Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Agricultura familiar. 2. Diferenciação. 3.  
Desagrarização. 4. Estilos de agricultura. 5.  
Concentração. I. Conterato, Marcelo Antonio, orient.  
II. Título.

**VANDERLEI FRANCK THIES**

**DESAGRARIZAÇÃO E CONCENTRAÇÃO PRODUTIVA:  
ANÁLISE LONGITUDINAL DAS TRAJETÓRIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR  
NAS MISSÕES DO RS**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 29 de outubro de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Marcelo Antonio Conterato - Orientador

UFRGS

---

Prof. Dr. Sergio Schneider

UFRGS

---

Prof. Dr. Marco Antônio Verardi Fialho

UFSM

---

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil

UFRGS

---

Prof. Dr. Evandro Schneider

UFFS

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sobretudo ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, por todo suporte e condições para a realização do curso de doutorado.

Especificamente, agradeço aos docentes do programa, por toda dedicação ao processo educativo e pela extraordinária qualidade acadêmica. Também aos funcionários do programa, pela atenção e competência em todos os trâmites e encaminhamentos.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pela disponibilidade de bolsas de estudos durante a realização do mestrado e doutorado.

Aos agricultores de Salvador da Missões, pela acolhida e por compartilharem as informações que permitiram a realização desta tese. Também as entidades que cooperaram na realização do trabalho, em especial a Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Agricultura, bem como ao escritório municipal da EMATER e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Ao Campus de Cerro Largo da Universidade Federal da Fronteira Sul, em especial ao Professor Evandro Pedro Schneider e seus orientados, por todo apoio na realização do trabalho de campo.

Aos colegas de aula do PGDR e outros programas, de tantas turmas, por todo convívio e intensa troca de experiências e saberes. Em especial, aos colegas Írio Luiz Conti e Natalia Salvate Brasil, pelo apoio na revisão e formatação final do trabalho.

A meu orientador, professor Marcelo Antonio Conterato, pela serenidade e capacidade de ajudar encontrar os caminhos desta tese.

Aos meus familiares, pelo apoio, nos momentos de presença e por toda a compreensão, nos longos momentos de ausência. Carol, minha amada filha... se por algumas “Desventuras em Série” de tua trajetória, algum dia ler esta tese, quero que só então saiba que, do fundo de meu coração, senti muito por tantos livros que deixei de contigo ler, por tantos finais de tarde que não te levei na praça e por tantos dias que você não pode trazer tuas amiguinhas aqui em casa para brincar, para manter o silêncio necessário para a elaboração desta tese.

## RESUMO

A presente tese analisa longitudinalmente as trajetórias de famílias agricultoras, tomando a região das Missões no Rio Grande do Sul como espaço empírico. A agricultura familiar tem sido objeto de controversas análises, fundamentadas em teorias que apontam desde a sua dissolução frente aos padrões sociais e produtivos hegemônicos pelo capital, até interpretações que sustentam sua capacidade de adaptar-se e reproduzir-se nos mais diversos contextos históricos. As atuais dinâmicas de desenvolvimento rural são marcadas pela crescente presença dos impérios alimentares, como a forma contemporânea de controle do capital sobre os processos de produção, processamento e distribuição de alimentos. Isso tem impulsionado o avanço de formas empresariais e capitalistas de agricultura, reduzindo as possibilidades de reprodução de formas mais autônomas. Os resultados históricos desse processo têm intensificado a exclusão social, a concentração dos meios e da produção, a degradação ambiental e o controle do capital sobre as dinâmicas de desenvolvimento rural. Por outro lado, os agricultores são ativos processadores de informações e, no exercício de sua capacidade de agência, buscam alcançar seus objetivos através da mobilização de recursos e do desenvolvimento de estratégias, sempre em relação com outros atores e em contextos mais ou menos favoráveis aos seus interesses. Frente a isso, o objetivo desta tese é investigar as estratégias e os resultados das ações dos agricultores familiares em termos de sua diferenciação, desagregação e concentração produtiva. Assim, com base na noção de estilos e formas de agricultura, realizou-se um estudo longitudinal das trajetórias de famílias de agricultores na região das Missões, no Rio Grande do Sul, entre 2002 e 2017, por ser esse um ambiente marcado pela presença da agricultura familiar e dos impérios alimentares. A coleta de dados ocorreu com base em um questionário semiestruturado, em janeiro de 2003 e janeiro de 2018, abrangendo as mesmas 58 famílias agricultoras do município de Salvador das Missões. Os dados foram considerados através de análise histórica e comparativa, utilizando-se os procedimentos de comparação de painéis e estatística descritiva. Para a análise da desagregação criou-se o Índice de Agrarização Familiar e os estilos de agricultura foram considerados enfocando especialmente as configurações dos sistemas produtivos. As trajetórias foram identificadas a partir da composição relativa das diferentes fontes de renda no rendimento total de cada família. Foram identificadas nove trajetórias que, aglutinadas, resultaram em três vias, desde as quais foram analisadas as estratégias, as formas e estilos de agricultura e os resultados em termos de desagregação, diferenciação e concentração da produção. A via previdenciária aglutina os casos nos quais as transformações demográficas e as estratégias desenvolvidas pelas famílias

transformaram a renda de aposentadoria em fonte predominante dos rendimentos familiares, tendo ocorrido intenso processo de desagrarização na maioria dos casos. Nessa via ocorreu sensível processo de desinvestimento de capital, desativação da produção agrícola para venda e autoconsumo e arrendamento de terras para terceiros. A via pluriativa, na qual as rendas não agrícolas predominam, também apresentou processo de desagrarização, todavia, menos intenso, sendo esta uma via intermediária em termos de reprodução das famílias como agricultoras. Nesta via a estratégia de alocação de trabalho em atividades não agrícolas marcou fortemente as trajetórias familiares, todavia elas são duais em relação à manutenção ou à desativação da produção agrícola para venda e autoconsumo. Na via agrícola, na qual predomina a renda agrícola, não foi observada desagrarização, sendo esta a via de maior nível de reprodução das famílias como agricultoras. Observou-se diferenciação interna em todas as vias, tanto nos tipos de famílias como nos estilos de agricultura, com expressivo avanço dos estilos baseados na produção de *commodities*. Apesar dos estilos de agricultura centrados na produção para o autoconsumo envolverem o maior número de casos, os estilos *commoditizados* e capitalizados concentraram a maior parte das terras, do capital e do crédito, demarcando elevado processo de concentração da produção.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar. Diferenciação. Desagrarização. Estilos de agricultura. Concentração.

## ABSTRACT

This thesis analyzes longitudinally the family farmers trajectories, taking the Missions region in Rio Grande do Sul as an empirical space. Family farming has been the subject of controversial analyzes, based on theories that point from its dissolution in the face of social and productive patterns hegemonized by capital, to interpretations that support its ability to adapt and reproduce itself in the most diverse historical contexts. Current rural development dynamics are marked by the growing presence of food empires as the contemporary form of capital control over food production, processing and distribution processes. This has driven the advancement of entrepreneurial and capitalist forms of agriculture, reducing the possibilities for more autonomous forms of reproduction. The historical results of this process have intensified social exclusion, concentration of means and outcomes of production, environmental degradation and capital control over the dynamics of rural development. On the other hand, farmers are active processors of information and, in exercising their agency capacity, seek to achieve their goals through resource mobilization and strategy development, always in relation to other actors and in more or less favorable contexts. Given this, the objective of this thesis is to investigate the strategies and the results of the actions of family farmers in terms of their differentiation, deagrariarization and productive concentration. Thus, based on the notion of styles and forms of agriculture, it was carried out a longitudinal study of the family farmers trajectories in the Missions region of Rio Grande do Sul, between 2002 and 2017, for being an environment marked by the presence of family farming and food empires. Data collection was based on a semi-structured questionnaire, applied in January 2003 and January 2018, covering the same 58 families in the city of Salvador das Missões. Data were considered through historical and comparative analysis, using panel comparison procedures and descriptive statistics. For the analysis of the deagrariarization it was created the Family Agrarization Index and the styles of agriculture were considered focusing especially the productive systems configuration. The trajectories were identified from the relative composition of different income sources in the total income of each family. Nine trajectories were identified, which, combined, resulted in three ways, from which were analyzed the strategies, forms and styles of agriculture and the results in terms of deagrariarization, differentiation and concentration of production. The social security system brings together cases in which demographic changes and strategies developed by families have made retirement income a predominant source of family income, and there has been an intense process of deagrariarization in most cases. In this way there was a significant process of divestment of

capital, deactivation of agricultural production for sale and self-consumption and land lease to third parties. The pluriactive way, in which non-agricultural incomes predominate, also presented a less intense process of deagrarianization, which is an intermediate pathway in terms of families reproduction as farmers. In this way the strategy of work allocation in non-agricultural activities strongly marked family trajectories, however they are dual in relation to the maintenance or deactivation of agricultural production for sale and self-consumption. In the rural way, in which the agricultural income predominates, no deagrarianization was observed, which is the way of higher reproduction of families as farmers. Internal differentiation was observed in all the ways, both in the types of families and in the styles of agriculture, with expressive advance of the styles based on commodities production. Although the agricultural styles centered on the production for self-consumption involve the largest number of cases, the commoditized and capitalized styles concentrated most of the land, capital, and credit, marking a high process of production concentration.

**Keywords:** Family Farming. Differentiation. Deagrarianization. Farming styles. Concentration.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do município de Salvador das Missões no Estado do Rio Grande do Sul .....	26
Figura 2 - Processos circulares na dinâmica da agricultura atual.....	67
Figura 3 - Localização das regiões e municípios de estudo do projeto AFDLP no RS .....	70
Figura 4 - Fluxograma das trajetórias percorridas pelas famílias entre 2002 e 2017 .....	108
Figura 5 - Direção das trajetórias e composição das vias .....	110

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número absoluto de residentes rurais por faixa etária, em Salvador das Missões – 2000 e 2010 .....	48
Gráfico 2 - Distribuição relativa da utilização das terras, em Salvador das Missões – 1996, 2006 e 2017 .....	53
Gráfico 3 - Valor total contratado por produto e número total de contratos de todas as modalidades de custeio das lavouras temporárias em Salvador das Missões, 2003 a 2018 .....	57
Gráfico 4 - Efetivo total de bovinos e de vacas ordenhadas e volume total de leite produzido em Salvador das Missões, de 2002 a 2017 .....	58
Gráfico 5 - Distribuição relativa por gênero dos integrantes das famílias, em 2002 e 2017, segundo estratos de idade .....	82
Gráfico 6 - Local da residência das famílias em 2002 e 2017 .....	84
Gráfico 7 - Participação relativa e absoluta das principais destinações da terra entre as famílias pesquisadas em 2002 e 2017 .....	89
Gráfico 8 - Contribuição relativa e absoluta da produção vegetal, animal e da transformação caseira na composição do Produto Bruto (PB) total em 2002 e 2017 .....	96
Gráfico 9 - Participação relativa e absoluta das diferentes modalidades de renda na composição da RT das famílias, em 2002 e 2017 .....	100
Gráfico 10 - Participação absoluta e relativa do número total de casos nos grupos de renda predominante em 2002 e 2017 .....	104
Gráfico 11 - Participação absoluta e relativa das distintas rendas na renda total das famílias da via previdenciária, nos anos de 2002 e 2017 .....	113
Gráfico 12 - Número de casos da via previdenciária segundo local de domicílio em 2002 e 2017 .....	116
Gráfico 13 - Participação absoluta e relativa das distintas fontes de renda na renda total das famílias da via pluriativa, nos anos de 2002 e 2017 .....	118
Gráfico 14 - Número de casos da via pluriativa segundo local de domicílio em 2002 e 2017 .....	121
Gráfico 15 - Participação relativa das distintas rendas na renda total das famílias com predominância da renda agrícola nos anos de 2002 e 2017 .....	123
Gráfico 16 - Evolução do IAF segundo as vias entre 2002 e 2017 .....	127
Gráfico 17 - Distribuição relativa do crédito total acessado pelas famílias por estilo de agricultura, em 2002 e 2017 .....	158
Gráfico 18 - Renda total per capita mensal, em salários mínimos, segundo os estilos de agricultura em 2002 e 2017 .....	162

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Diferenças entre os modos camponês e empresarial de fazer agricultura .....	36
Quadro 2 - Denominação e delimitação das trajetórias .....	109
Quadro 3 - Tipos de família, número de casos, forma e estilo de agricultura das famílias da via previdenciária, em 2017 .....	135
Quadro 4 - Tipos de família, número de casos, forma e estilo de agricultura das famílias da via pluriativa, em 2017 .....	142
Quadro 5 - Tipos de família, número de casos, forma e estilo de agricultura das famílias da via agrícola, em 2017 .....	148

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número absoluto de estabelecimentos e área acumulada por estratos de área de estabelecimentos agropecuários, em Salvador das Missões – 1995, 2006 e 2017.....	52
Tabela 2 - Distribuição das famílias pesquisadas, em 2002 e 2017, segundo estratos do número total de integrantes .....	80
Tabela 3 - Valor absoluto e relativo do número de componentes das famílias por estrato de idade em 2002 e 2017 .....	81
Tabela 4 - Distribuição dos integrantes das famílias pesquisadas por estratos de escolaridade, em 2002 e 2017 .....	83
Tabela 5 - Número de famílias, distribuição absoluta e relativa da terra por estratos de área total, em 2002 e 2017 .....	86
Tabela 6 - Quantificação das diferentes modalidades de trabalho das famílias pesquisadas em 2002 e 2017 .....	90
Tabela 7 - Distribuição absoluta e relativa do número de famílias e do valor acumulado de capital em diferentes estratos de capital, em 2002 e 2017 .....	93
Tabela 8 - Distribuição das famílias, valor absoluto e relativo por estratos de valor total dos financiamentos nos anos de 2002 e 2017 .....	94
Tabela 9 - Área total cultivada(ha), número de famílias, tamanho médio das lavouras (ha) e produtividade média (sacas/ha) de soja, trigo e milho das famílias pesquisadas – 2002 e 2017 .....	97
Tabela 10 - Principais hortaliças cultivadas, número de famílias produtoras e taxa de variação no número de famílias que as cultivavam em 2002 e 2017.....	98
Tabela 11 - Principais frutas cultivadas, número de famílias produtoras e taxa de variação no número de famílias que as cultivam em 2002 e 2017 .....	99
Tabela 12 - Distribuição do número de casos segundo o tipo de trajetória entre 2002 e 2017 .....	107
Tabela 13 - Número de casos, origem e destino das famílias que trocaram de grupo de renda predominante entre 2002 e 2017 .....	108
Tabela 14 - Número de casos e classificação das trajetórias segundo tipo e grau de importância .....	109
Tabela 15 - Disponibilidade total de trabalho familiar (UTH familiar total), distribuição do trabalho familiar e contratação de força de trabalho na via previdenciária em 2002 e 2017.....	114
Tabela 16 - Disponibilidade total de trabalho familiar (UTH familiar total), distribuição do trabalho familiar e contratação de força de trabalho na via pluriativa, em 2002 e 2017 .....	119

Tabela 17 - SAU, capital e consumo intermediário médio por família dos grupos e subgrupos da via pluriativa, em 2002 e 2017.....	120
Tabela 18 - Disponibilidade total de trabalho familiar (UTH familiar total), distribuição do trabalho familiar e contratação de força de trabalho na via agrícola em 2002 e 2017.....	125
Tabela 19 - IAR, IAT e IAD das vias previdenciária, pluriativa e agrícola nos anos de 2002 e 2017 ....	129
Tabela 20 - Diferenciação inicial das famílias da via previdenciária, segundo diferentes variáveis, em 2017 .....	130
Tabela 21 - Características das famílias da via previdenciária “aposentados de vila”, com o estilo “pro gasto – sem excedente”, em 2002 e 2017 .....	132
Tabela 22 - Características das famílias da via previdenciária “aposentados da roça”, com o estilo “pro gasto – com excedente”, em 2002 e 2017 .....	133
Tabela 23 - Características das famílias da via previdenciária “aposentados da roça” que desenvolvem a produção “capitalizada” e “descapitalizada” de leite, em 2017 .....	134
Tabela 24 - Diferenciação inicial das famílias da via pluriativa, segundo diferentes variáveis, em 2017 .....	135
Tabela 25 - Características das famílias “urbanizadas” da via pluriativa com estilo de agricultura “pro gasto – sem excedentes”, em 2002 e 2017 .....	136
Tabela 26 - Características das famílias “urbanas com investimento agrícola” da via pluriativa que desenvolvem o estilo “produção singular de commodity”, em 2002 e 2017 .....	138
Tabela 27 - Características das famílias da via pluriativa “agricultor familiar pluriativo” com estilo de agricultura “produtor de leite descapitalizado”, em 2002 e 2017 .....	140
Tabela 28 - Características das famílias da via pluriativa “agricultor familiar pluriativo” com estilo de agricultura “pro gasto - com excedente”, em 2002 e 2017 .....	141
Tabela 29 - Características das famílias da via agrícola do tipo “sojicultor especializado” com estilo “produtor singular de commodity”, 2002 e 2017 .....	143
Tabela 30 - Características das famílias da via agrícola do tipo “agricultor familiar leiteiro” com estilo de “produtor descapitalizado de leite”, 2002 e 2017 .....	144
Tabela 31 - Características dos “agricultores familiares commoditizados” da via agrícola que desenvolvem o estilo “produção combinada de commodities”, 2002 e 2017.....	145
Tabela 32 - Características das famílias do tipo “agricultor familiar commoditizado diversificado” da via agrícola com estilo de “produção diversificada de commodities”, 2002 e 2017 .....	146
Tabela 33 - Características dos “agricultores familiares -autoconsumo” da via agrícola com estilo “pro gasto com excedentes”, em 2002 e 2017 .....	147

Tabela 34 - Número de famílias das vias que compõem cada estilo de agricultura e número total de casos por estilo .....	150
Tabela 35 - Características dos estilos de capitalizado e descapitalizado de produção de soja, em 2002 e 2017 .....	152
Tabela 36 - Características dos estilos capitalizado e descapitalizado de produção de leite, em 2002 e 2017 .....	154
Tabela 37 - Número de casos, SAU média e participação relativa na SAU total dos estilos de agricultura, em 2002 e 2017 .....	156
Tabela 38 - Capital médio familiar e capital total acumulado por estilo de agricultura, em 2002 e 2017 .....	157
Tabela 39 - Participação relativa na produção de soja, leite e no PB total dos estilos de agricultura, em 2002 e 2017 .....	160

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>O CAPITAL E OS AGRICULTORES: CONCEPTUALIZANDO ATORES E PROCESSOS .....</b>	<b>28</b>
2.1	O ENCONTRO CONTEMPORÂNEO DO CAPITAL COM OS AGRICULTORES ..	28
2.2	AGRICULTURA FAMILIAR E OS IMPÉRIOS ALIMENTARES: DISJUNÇÕES SOBRE AS FORMAS DE FAZER AGRICULTURA.....	34
2.3	FORMAS E ESTILOS DE AGRICULTURA.....	38
<b>3</b>	<b>O CENÁRIO REVELADO PELOS DADOS SECUNDÁRIOS.....</b>	<b>47</b>
3.1	MUDANÇAS DEMOGRÁFICAS E NO MERCADO DE TRABALHO AGRÍCOLA	47
3.2	AGRICULTURA FAMILIAR E OS SISTEMAS PRODUTIVOS .....	51
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA E O MÉTODO DA PESQUISA .....</b>	<b>62</b>
4.1	ESTUDOS LONGITUDINAIS DE TRAJETÓRIAS.....	62
4.2	AFDLP – O PONTO DE PARTIDA .....	67
4.3	A OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	70
<b>5</b>	<b>O CENÁRIO REVELADO PELOS DADOS DE CAMPO: AS FAMÍLIAS E AS MUDANÇAS OBSERVADAS.....</b>	<b>79</b>
5.1	ASPECTOS DEMOGRÁFICOS .....	79
5.2	OS MEIOS DE PRODUÇÃO E SEUS USOS: TERRA, TRABALHO E CAPITAL ...	84
<b>5.2.1</b>	<b>Estrutura fundiária e o uso da terra .....</b>	<b>84</b>
<b>5.2.2</b>	<b>Composição e distribuição do trabalho.....</b>	<b>89</b>
<b>5.2.3</b>	<b>Capital e crédito agrícola.....</b>	<b>92</b>
5.3	SISTEMAS PRODUTIVOS, VALOR DA PRODUÇÃO E AS RENDAS .....	94
<b>6</b>	<b>ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA MAPEAR OS PERCURSOS DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS.....</b>	<b>103</b>
6.1	A COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS DE ANÁLISE .....	103
6.2	TRAJETÓRIAS PERCORRIDAS E VIAS CONFORMADAS .....	106

<b>7</b>	<b>ESTRATÉGIAS E VIAS DE AGRARIZAÇÃO E DESAGRARIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS.....</b>	<b>112</b>
7.1	O INEXORÁVEL TEMPO: AS ESTRATÉGIAS DA VIA PREVIDENCIÁRIA .....	112
7.2	UM CAMPO HÍBRIDO: AS ESTRATÉGIAS DA VIA PLURIATIVA .....	117
7.3	AGRICULTORES E RURAIS: AS ESTRATÉGIAS DA VIA AGRÍCOLA.....	122
7.4	AS VIAS DA DESAGRARIZAÇÃO, OU A DESAGRARIZAÇÃO NAS VIAS .....	126
<b>8</b>	<b>DIFERENCIAÇÃO DAS FAMÍLIAS: OS ESTILOS DE AGRICULTURA E A CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO .....</b>	<b>130</b>
8.1	DIFERENCIAÇÃO ENTRE AQUELES QUE “A GEADA DOS ANOS BRANQUEOU A MELENA”: AS FAMÍLIAS DA VIA PREVIDENCIÁRIA.....	130
8.2	A DIFERENCIAÇÃO DAS FAMÍLIAS DA VIA PLURIATIVA: “NÃO RI SEU MOÇO DAQUELE COLONO” .....	135
8.3	“LIVRES FEITO REGATO”(?): A DIFERENCIAÇÃO DAS FAMÍLIAS DA VIA AGRÍCOLA .....	142
8.4	FORMAS E ESTILOS RECORRENTES DE AGRICULTURA .....	148
<b>8.4.1</b>	<b>Estilos de agricultura e concentração.....</b>	<b>155</b>
<b>9</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>163</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>168</b>
	<b>APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS AGRICULTORES.....</b>	<b>179</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta tese versa sobre as estratégias e as trajetórias familiares de agricultores da região das Missões, no Rio Grande do Sul. A agricultura familiar tem sido objeto de controversas análises nas ciências sociais, com destaque nos campos disciplinares da sociologia e da economia. O leque de interpretações é bastante variável e vai desde estudos que apontam para a sua dissolução frente aos padrões sociais e produtivos hegemônicos pelo capital, até interpretações que sustentam sua capacidade de adaptação e reprodução em diversos contextos históricos.

É nesse debate complexo que a presente tese se inscreve, considerando o contexto atual, em que, na aurora do segundo milênio, a humanidade se depara com questões candentes relacionadas à agricultura, alimentação e ao ambiente. Em relação à alimentação, duas chagas têm pautado os debates globais, uma bastante antiga e outra mais recente, sendo elas a fome e a obesidade. Ambas estão fortemente relacionadas à agricultura, à questão ambiental e à qualidade alimentar. Por seu turno, as questões ambientais têm sido pauta permanente nos meios de comunicação, nas conversas cotidianas e, de forma recorrente, são tratados nos espaços acadêmicos. Conforme Foley *et al.* (2005), as formas de uso da terra converteram-se de uma questão local em uma questão global, nas quais se entrecruzam as necessidades de geração de alimentos, fibras, energia, água, etc., para uma população global crescente, com a também crescente necessidade de conservação da capacidade dos ecossistemas, frente à perda da biodiversidade e fragilização de suas condições de suporte à vida.

O sistema agroalimentar engendrado pelos impérios alimentares (PLOEG, 2008) não tem sido capaz de distribuir alimentos de forma equitativa ao conjunto da população humana, implicando a persistência da fome em diversos países do mundo. Além disso, sua lógica produtiva industrializante não valoriza a diversidade, impulsionando a diminuição da biodiversidade, a degradação ambiental e o adoecimento, em função da nutrição inadequada da população (LANG, 2012; STUCKLER; NESTLE, 2012; FAO, 2017a). O trabalho de Palma (2011) apresenta evidências desconcertantes sobre as contradições ambientais e alimentares do sistema agroalimentar e seus limites para produzir alimentos com qualidade e que não impliquem degradação ambiental e doenças<sup>1</sup>. Como sentenciam Schneider e Gazolla (2017, p. 9), “Há algo de profundamente errado com o modo como se produz e consome alimentos em nossa sociedade”.

---

<sup>1</sup> Esse trabalho constatou a presença de resíduos de agrotóxicos em todas as 62 amostras de leite materno analisadas no município de Lucas do Rio Verde, MT - Brasil. Para mais informações, consultar Palma (2011).

A literatura internacional também tem destacado a importância da agrobiodiversidade e suas conexões positivas com a saúde e a nutrição, além de ser tratada como um dos fundamentos necessários para a composição de estratégias de desenvolvimento das comunidades rurais, de conservação e recuperação ambiental e de adaptação às mudanças climáticas (FANZO *et al.*, 2013) em contraposição às lógicas imperiais. Considerando as complexas relações com as quais a agricultura e a alimentação estão imbricadas, Maluf *et al.* (2015) apontam que o estado nutricional e alimentar da população é condicionado pelos modelos de produção e os padrões de distribuição dos alimentos, alçando com isso as problemáticas da agricultura para muito além de dinâmicas estritamente produtivas, a exemplo de sua imbricação com as controvérsias em torno das dietas alimentares (NESTLE, 2013). Dessa forma, mais do que nunca, a agricultura e as trajetórias dos agricultores não podem ser consideradas de forma desconectada dos grandes temas da atualidade, entre eles, destacadamente as questões alimentares e ecológicas.

Além disso, em âmbito internacional, os rumos do desenvolvimento científico e tecnológico que sustentam os modelos de produção, as formas de comércio, distribuição e consumo dos produtos agrícolas têm sido intensamente apropriados pelos interesses privatistas das corporações internacionais, que se valem dos marcos jurídicos para imporem seus interesses globalmente, através de patentes e registros (GASPARINI, 2014), garantindo controle dos processos de produção e distribuição desde seus interesses e segundo parâmetros que sejam favoráveis à consecução de seus objetivos. As técnicas, práticas, saberes e racionalidades que não se coadunam com seus interesses são alijadas dos processos, para garantir e efetivação dos interesses apropriaçãoistas privados.

Em termos globais também se destaca que a agricultura parece estar “escapando”, de forma intensa, das mãos dos agricultores e, pela primeira vez na história humana, como argumentam Niederle e Júnior (2018), os alimentos também são tratados como ativos financeiros altamente valorizados, compondo o portfólio dos negócios de fundos de pensão, bancos e investidores, sendo essa uma das dimensões da tendência resultante do domínio imperial sobre a agricultura e alimentação (PLOEG, 2008). Por outro lado, na contramão desse processo de industrialização, financeirização e globalização da agricultura destaca-se a emergência da (re)valorização do local, sua cultura, suas práticas e o saber-fazer dos diversos agricultores, associados às questões de conservação ambiental (BOWEN, 2011; NIEDERLE, 2013; DINIZ, CERDAN, 2017).

O crescente desenvolvimento de sistemas regionalizados de distribuição de alimentos, reconectando produtores e consumidores também faz frente às cadeias globais de valor das

*commodities* alimentares (RENTING *et al.*, 2003; GOODMAN, 2003; ILBERY *et al.*, 2005; PREISS, 2017). Esses movimentos reativos expressam o que Polanyi (1980) denominou de contramovimentos de proteção social frente aos efeitos degradantes do mercado sobre a sociedade. Assim, na contramão do sistema hegemônico são desenvolvidas novas práticas de produção e consumo, fundadas na aproximação dos sujeitos, através de novas e diversas formas de conexão e re-conexão entre agricultores e consumidores (TRICHES, 2010; PREISS, 2017).

Nessa perspectiva, Ploeg (2017) aponta a tendência de recampesinização como um mecanismo de resposta dos agricultores para ampliar seus espaços de manobra e sua autonomia frente ao poder centralizador e hierarquizador dos impérios alimentares. É nesse tensionamento entre as perspectivas fundadas na valorização das culturas locais, na maior autonomia dos agricultores, na configuração de sistemas produtivos biodiversos, articulados com mecanismos mais regionalizados de distribuição de alimentos, ante as perspectivas homogeneizadoras e verticalizadoras das formas imperiais de agricultura, que os sistemas agroalimentares têm se configurado.

Destaca-se, nisso, uma problemática histórica das comunidades camponesas, que tem sido o crescente alijamento do acesso à terra e a manutenção de seus territórios frente à ofensiva expansionista de latifundiários e, mais recentemente, do denominado agronegócio (FERNANDES, 2018). Além disso, um fenômeno mais contemporâneo e ainda carente de estudos é o denominado *land grabbing* (SAUER, 2010; BORRAS *et al.*, 2011; TEIXEIRA, 2018), em que a concorrência e a disputa por territórios é levada ao nível internacional, com a entrada em cena de modernos *players* do mundo dos negócios, que visam ampliar riquezas a partir do controle das terras. Além disso, desde os anos 2000 ocorre intensa elevação dos preços das terras no Brasil (DELGADO, 2017; BACHA *et al.*, 2016), o que tem pressionado os agricultores a recorrerem a formas precárias de acesso à terra, destacadamente o arrendamento de terceiros, para ampliar as superfícies utilizadas e viabilizar a produção em escala compatível com suas necessidades familiares. O arrendamento tem sido um processo recorrente e crescente no meio rural, mas sensivelmente subestimado nas cifras oficiais do IBGE e muito pouco estudado, o que gera a ocultação do tema como um problema sociopolítico (GUEDES *et al.*, 2018), sendo uma das dimensões das dinâmicas rurais contemporâneas ainda a ser desvelada.

Nesse contexto, a emergência de novos mercados - *nested markets* (PLOEG, 2014; PLOEG *et al.*, 2012), resultante das ações do estado em conjugação com a ação dos agricultores que configuram novos movimentos sociais econômicos (PICOLOTTO, 2008), que nos espaços rurais, no caso brasileiro, são fortemente empuxados desde a constituição dos agricultores como

sujeitos políticos com projeto próprio para a agricultura (PICOLOTTO, 2011). Com isso entende-se que a questão dos agricultores não é mais se estarão ou não inseridos nos mercados, mas, sim, que tipo de mercados irão construir (SCHNEIDER, 2016a), entendendo-se que nos mercados encontram-se as forças que podem implicar a exclusão social e produtiva dos agricultores, mas que também podem se constituir como mecanismos que permitem alterar a inserção social e econômica dos agricultores, podendo resultar no fortalecimento da autonomia frente às vulnerabilidades enfrentadas (CONTERATO *et al.*, 2011; MUÑOZ, 2019).

Constitui-se, assim, um mosaico bastante amplo de formas de produção, comercialização e consumo. Essa heterogeneidade de condições (BELIK, 2015b) constitui-se em parte estruturante das configurações agroalimentares contemporâneas, nas quais coexistem, em tensão e disputa permanente, diferentes ordens alimentares, desde aquelas pautadas pela valorização dos bens comuns e da agroecologia (ordem cívica), até aquela em que se avança na financeirização do conjunto dos elementos (ordem financeira), que compõem o sistema agroalimentar (NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2018). Da possibilidade de coexistência dessas e outras ordens caracterizadas por esses autores, com suas distintas conformações e mecanismos, em que uma tenta impor-se às outras, destaca-se que a completa financeirização do sistema agroalimentar não é o único e inescapável futuro, sendo esse um pressuposto analítico seguido na presente tese.

A literatura internacional, conforme Ploeg (2017), aponta a existência de três grandes campos explicativos sobre os processos de mudança e desenvolvimento rural, compostos por distintas comunidades epistêmicas e abordagens. O principal problema dessas abordagens sobre os processos de diferenciação na agricultura é que elas definem a priori os *drivers* e as consequências do processo, estabelecendo uma relação determinista e linear entre eles. Para a teoria da modernização, o que ocorre é um processo de diferenciação baseado na dinâmica dos mercados e do desenvolvimento tecnológico, que aponta para o crescimento dos grandes produtores e a ruína dos pequenos. Na abordagem da dinâmica de classes, de Lenin, uma parte dos agricultores se converte em agricultores capitalistas e os outros seguem o caminho da proletarianização. Na abordagem de Chayanov, os agricultores progridem na medida da maior disponibilidade de filhos, mas que, posteriormente, estes regridem quando da divisão das terras por herança, segundo o ciclo demográfico da família. Tomadas em seu conjunto, observa-se a insuficiência teórica dessas abordagens clássicas para explicar os processos atuais de diferenciação da agricultura e transformação do rural (PLOEG, 2017).

Em termos teóricos, a problemática de estudo emerge da observação da existência de grande diversidade de agricultores familiares que, utilizando sua capacidade de agência (LONG, 2007), desenvolvem estratégias que geram diferentes respostas às situações de pressão estrutural geradas pelo processo de crescente mercantilização das dinâmicas sociais e produtivas, que têm implicado na especialização e na concentração da produção (ALVES; ROCHA, 2010; BUAINAIN *et al.*, 2013), além do processo de desagrarização (BRYCESON, 1996). Compreender a complexa dinâmica que orienta esses processos sociais, sobretudo em regiões onde a agricultura familiar se faz presente de forma intensa, a rede de interesses dos impérios alimentares e seus mercados globais das *commodities* agropecuárias, constitui-se em tarefa fundamental para apreender as trajetórias atuais do desenvolvimento rural.

Interessa, nesta tese, analisar as estratégias postas em prática pelos agricultores familiares para fazer frente aos processos de redução de sua autonomia, decorrente do avanço das formas empresariais de agricultura, e ponderar seus resultados ao longo do tempo em termos de sua diferenciação social. Daí decorre o objetivo desta tese, que é analisar longitudinalmente os resultados das estratégias desenvolvidas pelos agricultores familiares em termos de diferenciação, desagrarização e concentração da produção, no contexto de avanço das formas empresariais e capitalistas de agricultura.

De acordo com Ploeg (2017), nenhum dos três quadros analíticos da diferenciação na agricultura é suficiente para explicar as mudanças em curso. O autor sustenta que, atualmente, pode-se perceber a ocorrência concomitante e entrelaçada dos três mecanismos explicativos entre os diferentes grupos de agricultores, compondo diversos subprocessos (*differential differentiation*) que produzem um complexo processo de diferenciação. Com isso, o autor revigora a agenda de pesquisa sobre a diferenciação social dos agricultores e do desenvolvimento rural, lançando um imenso desafio teórico que é o desenvolvimento de novas abordagens e metodologias para o estudo das trajetórias históricas na agricultura e para a explicação das transformações longitudinais no rural. A carência de estudos dessa natureza é patente, tanto na literatura nacional como internacional, e a presente tese pretende contribuir nessa lacuna teórica.

Para além da motivação metodológica, sinalizada por Ploeg (2017), como elemento motivador da seleção desta categoria social para a investigação, cabe apontar sua densidade empírica na atualidade, que pode ser percebida em diferentes dimensões, seja no campo político reivindicatório, na produção acadêmica mais recente, ou em termos de sua dimensão e contribuição para a produção agropecuária no mundo. Toma-se como evidência, de acordo com

dados da FAO (2014), o fato de que, dos 570 milhões de estabelecimentos agrícolas existentes no mundo, 500 milhões são familiares e respondem por 56% da produção agrícola mundial.

No caso brasileiro, mesmo adotando diferentes procedimentos de classificação, os trabalhos de França *et al.* (2009) e FGV/CNA (2010) não deixam dúvida em relação à grande magnitude da agricultura familiar (representa, respectivamente, 84,4% e 64,4% do número total dos estabelecimentos rurais), da sua limitada disponibilidade de terras (respectivamente, 24,3% e 18% da área agrícola total), de sua importância econômica (respectivamente, 36% e 22,9% do Valor Bruto da produção do setor) e de sua grande importância na produção de alimentos, tanto de origem vegetal como animal. Não se trata de menosprezar as diferentes abordagens desses trabalhos e os distintos resultados, mas de destacar que nas duas metodologias fica evidente a importância da agricultura familiar no cenário nacional.

É importante destacar, em relação às mudanças no cenário brasileiro, que, no período considerado nesta tese (2002 – 2017), se desenvolveram diversas políticas de apoio à agricultura familiar. Elas contemplam questões estruturais, como energia elétrica e qualificação das residências, de crédito, apoio à comercialização, assistência técnica e outras, como se pode verificar no trabalho de Grisa e Schneider (2015), que oferece um panorama bastante amplo do conjunto das medidas públicas de apoio a essa categoria social.

Também emblemática foi a promulgação da Lei nº 11.326, de 2006, conhecida como a lei da agricultura familiar, que cristaliza o seu reconhecimento institucional, como fruto da convergência de ações das organizações dos agricultores, dos trabalhos acadêmicos e da crescente valorização internacional lograda pela agricultura familiar nesse período. Um resultado disso pode ser exemplificado com a promulgação de 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar, pela Assembleia das Nações Unidas e, em 2017, esse mesmo órgão declarou 2019-2028 como a Década da Agricultura Familiar. Conforme a FAO tem argumentado de forma recorrente em seus documentos, a agricultura familiar é considerada como um ator fundamental para as estratégias de produção de alimentos saudáveis e para os avanços em termos de soberania e segurança alimentar e nutricional.

Em que pese esses avanços, diferentes trabalhos têm demonstrado contradições em algumas dessas políticas, como é o caso do PRONAF, que segundo Conterato e Bráz (2019), tem contribuído para o fortalecimento das desigualdades da agricultura local, especialmente através do impulso à especialização produtiva. Os autores alegam que isso impulsiona a concentração produtiva local e regional, pois 70% dos valores do programa foram alocadas na região sul do Brasil, entre 2013 e 2017. Além disso, como destacam Gazolla e Schneider (2013),

no caso do Rio Grande do Sul, 76% dos recursos de custeio foram destinados para financiar duas *commodities* (soja e milho), o que acaba alimentando um círculo vicioso, ao favorecer o produtivismo setorial que induz à redução da diversidade de produtos cultivados pelos agricultores familiares. Dessa forma, o programa estaria atuando em perspectiva diversa aos objetivos de sua criação, mas por outro lado, os autores não deixam de reconhecer os efeitos positivos do programa para o desenvolvimento rural brasileiro.

Em relação ao processo de especialização produtiva, Alves e Rocha (2010) argumentam que está em curso um processo crescente de concentração da produção, de diferenciação entre produtores e de migração para as cidades de parte significativa da população rural. Esses autores defendem a necessidade de políticas públicas diferenciadas de acordo com o perfil de três grupos de agricultores, configurados de acordo com o valor da produção total. Um primeiro grupo, minoritário, seria responsável pela maior parte da produção e representaria o segmento viabilizado do setor. Além de um grupo intermediário, com chances de viabilização na agricultura, desde que apoiado com políticas públicas diferenciadas, haveria um terceiro grupo, majoritário numericamente, que não teria possibilidades de viabilização na agricultura e que, cedo ou tarde, migraria para as cidades. Nesses termos, a produção agropecuária familiar teria pouca relevância e viabilidade e o processo de desagrarização seria iminente para a maioria das famílias.

Conforme Buainain *et al.* (2013), desde o final dos anos 1990 está em curso uma nova etapa na história agrícola e agrária brasileira, que institui uma nova e irreversível dinâmica produtiva e econômico-social e uma radical mudança no padrão de acumulação na agricultura. A marca fundamental dessa mudança é o rebaixamento da importância relativa da terra, como fonte de formação e apropriação de riqueza, especialmente importante antes dos anos 1980. No novo padrão de acumulação, a centralidade desse processo de produção e acúmulo é ocupada pelo capital, que passa a ser o elemento dinamizador do desenvolvimento agrícola e agrário. Daí decorre um processo de profissionalização da gestão, de ampliação do ambiente concorrencial e de elevação da inovação tecnológica a mecanismo principal de crescimento da produção evidenciada pela elevação da produtividade total dos fatores. Como consequência desse regime de acumulação e sob essa lógica tecnológica, tornam-se inevitáveis a especialização produtiva, os aumentos de escala, a concentração da riqueza agropecuária e a diferenciação social entre os produtores. Isso implica na alteração dos padrões de sociabilidade e em alterações substantivas nos comportamentos e práticas sociais.

Ou seja, esses autores apregoam a inevitabilidade do processo de configuração de estilos de agricultura altamente especializados, nos quais a concentração da produção em pequeno grupo de produtores “mais viáveis” se torna um caminho irreversível frente às dinâmicas atuais do agronegócio globalizado. Em decorrência, aqueles que não aderem a essas formas mais empresariais de agricultura e não adotam estilos de agricultura altamente capitalizados, externalizados e subordinados às cadeias globais de valor, não terão futuro na agricultura. Essas análises levam a indagar sobre os percursos percorridos pelos agricultores pesquisados em 2003, sobre as estratégias adotadas para alcançar maior ou menor adesão a essas formas especializadas de produção e o que ocorreu entre os que adotaram diferentes estratégias e desenvolveram diferentes estilos de agricultura? Eles alcançaram êxito em sua reprodução como agricultores especializados ou diversificados, ou tiveram que desagrarizar-se? Estas são questões que motivam a presente tese.

O mosaico de motivações deste estudo é também integrado pela formação em agronomia do autor e pelos vínculos históricos com os povos do campo, tanto por ser filho de “colono”, como pelas escolhas e prioridades analíticas que o ofício de cientista impõe, que o levaram a integrar o GEPAD/PGDR/UFRGS. Diferente da maioria das perspectivas expressas nos trabalhos produzidos no âmbito desse grupo de pesquisa, Alves e Rocha (2010), Buainain *et al.* (2013) e outros argumentam que o futuro de parte expressiva desses agricultores, como agricultores, não é nada promissor.

Tanto nas análises que apontam a continuidade como naquelas que apontam a descontinuidade futura da agricultura familiar, é bastante evidente a ausência de estudos aprofundados que incorporem a variável tempo no escrutínio das trajetórias familiares e perspectivas dessa categoria social, o que revela uma grande lacuna nos estudos rurais, para a qual a presente tese pretende aportar contribuições.

Apesar das divergências em relação às suas perspectivas futuras, o fato é que os agricultores familiares seguem existindo e se reproduzindo. É fato a permanência e a diversidade da agricultura familiar como traços marcantes da atualidade brasileira. Sem desconhecer o esvaziamento dos campos, o processo de masculinização e de envelhecimento, as dificuldades de sucessão rural e a concentração da produção (FAO, 2017b; SACCO DOS ANJOS *et al.*, 2014; BUAINAIN *et al.*, 2013; BOSCARDIN, 2017), o fato incontestável é que ainda é expressiva a presença da agricultura familiar em amplos espaços do território nacional. Ou seja, os agricultores familiares são parte da realidade e compreender suas trajetórias

específicas é parte fundamental do esforço analítico das dinâmicas e tendências do desenvolvimento rural contemporâneo.

Considerando essas delimitações e motivado por esses desafios, partiu-se para a busca de dados que permitissem a constituição de um estudo longitudinal da agricultura familiar através do exame das trajetórias familiares. Isso levou à retomada do Projeto de Pesquisa, intitulado de Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Local no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade (AFDLP/2003<sup>2</sup>). As informações levantadas por esse projeto de pesquisa permitiram a formação de um consistente banco de dados, que foi suporte para a realização de diversos trabalhos por membros do GEPAD, dentre eles as dissertações de Conterato (2004), Gazolla (2004), Radomsky (2006), Grisa (2007), Niederle (2007) e a tese de Conterato (2008). Os resultados desses trabalhos serviram de base para a formulação das questões e hipóteses de trabalho desta tese.

O foco do estudo, na análise das estratégias e estilos de agricultura familiar, conduziu a um diálogo mais específico com o trabalho de Niederle (2007), visto que o mesmo procurou responder à questão sobre “como emergem múltiplos estilos de agricultura e estratégias reprodutivas no meio rural de Salvador das Missões (RS) em meio a um crescente, porém desuniforme, processo de mercantilização da agricultura?” O autor destaca que as transformações dos últimos 40 anos, que impulsionam a metamorfose de uma agricultura colonial em familiar, não apontam para uma via única de transformação das unidades familiares de produção, mas elas lastreiam a emergência de uma nova forma social de agricultura, marcada por diversas trajetórias que se expressam em distintos estilos de agricultura e múltiplas estratégias reprodutivas.

Em sua análise da agricultura familiar de Salvador das Missões, Niederle (2007) aponta os limites de seu trabalho para o adequado escrutínio dos estilos e acaba priorizando a análise das estratégias mais recorrentes entre os agricultores pesquisados, considerando que é das distintas estratégias, como respostas ao regime sociotécnico dominante, que emergem os distintos estilos de agricultura. O autor destaca as seguintes estratégias constituídas pelos agricultores do município: reprodução do modelo da modernização: especialização produtiva e

---

<sup>2</sup> Esse projeto foi realizado no início dos anos 2000, coordenado pelos professores Flávio Sacco dos Anjos (UFPel) e Sergio Schneider (UFRGS), com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O projeto contou com ampla equipe de trabalho, tendo coletado informações nos municípios de Veranópolis, Três Palmeiras, Morro Redondo e Salvador das Missões (e das respectivas microrregiões de Caxias, Frederico Westphalen, Pelotas e Cerro Largo). O foco do projeto era a dinâmica da agricultura familiar e suas conexões com o desenvolvimento local, considerando especialmente o papel das atividades e rendas não agrícolas na reprodução social das famílias rurais.

sojicização; internalização de recursos, des-mercantilização e co-produção: a pecuária leiteira; o autoconsumo; a agroindustrialização: novas formas de integração aos mercados e agregação de valor; a pluriatividade: mercantilização diferencial; a diversificação das fontes de renda; e educação e migração.

Assim, partiu-se da consideração de que o processo de emergência das estratégias tenha sido satisfeito pelo estudo de Niederle (2007) e que sua retomada e aprofundamento, em termos diacrônicos, seria bastante relevante para a compreensão da agricultura familiar e do desenvolvimento rural na atualidade, ao se incorporar a possibilidade da análise dos resultados dessas diferentes estratégias em relação à capacidade histórica de reprodução social dos agricultores familiares, através de painéis comparativos e da investigação das trajetórias das mesmas famílias entre 2002 e 2017.

Desse modo, considerando as estratégias identificadas por Niederle (2007), deriva-se a questão central a ser respondida pela pesquisa: Quais são os elementos convergentes e divergentes nas trajetórias históricas decorrentes da adoção de diferentes estratégias por agricultores familiares e quais são os resultados em termos de sua diferenciação, desagregação e concentração da produção?

O objetivo geral desta tese é identificar e analisar as distintas trajetórias históricas e os estilos de agricultura decorrentes das estratégias desenvolvidas por agricultores familiares de Salvador das Missões (RS), entre os anos de 2002 e 2017, bem como discutir os resultados, em termos de diferenciação, desagregação e concentração da produção.

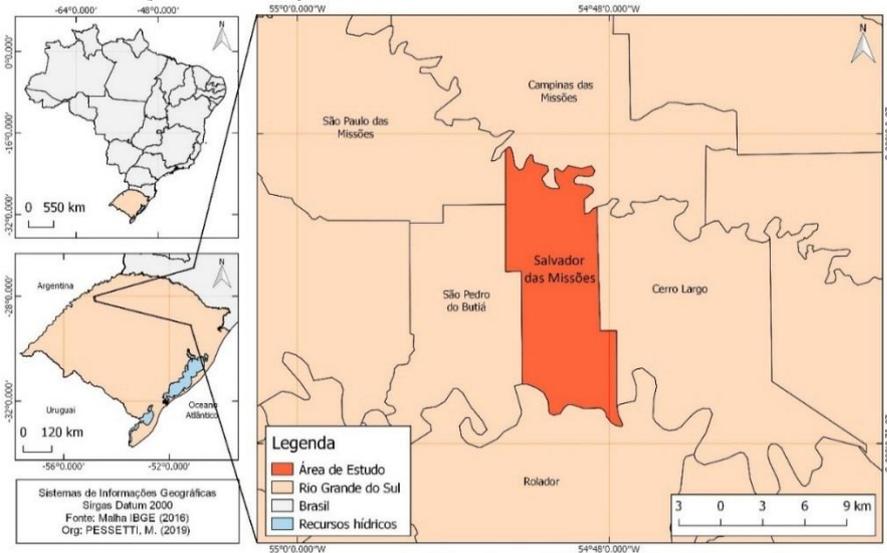
Para alcançar este intento foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) caracterizar as mudanças ocorridas no conjunto das famílias entre os dois anos pesquisados;
- b) analisar as estratégias de geração de renda;
- c) identificar as trajetórias percorridas e a diferenciação das famílias;
- d) analisar os estilos de agricultura e seus resultados.

Em termos metodológicos, o trabalho procura responder ao desafio lançado por Ploeg (2008, 2017), que sublinha a relevância da realização de estudos longitudinais, para possibilitar a análise dos percursos históricos trilhados pelos agricultores, procurando derivar e destacar os elementos convergentes e divergentes nessas trajetórias. Além disso, procura-se destacar os resultados das estratégias e estilos de agricultura desenvolvidos pelos agricultores de Salvador das Missões na diferenciação e na sua capacidade de reprodução social, bem como nas tendências de desenvolvimento rural subjacentes.

O município de Salvador das Missões foi fundado em março de 1992 e localiza-se na microrregião de Cerro Largo, no noroeste do Rio Grande do Sul (RS). Encontra-se a uma distância de cerca de 409 km da capital Porto Alegre. A população total do município manteve-se estável entre 2002 e 2010, variando de 2.665 para 2.669 pessoas, todavia a população rural, apesar de continuar sendo majoritária, passou de 68% para 59% da população municipal. Essa redução segue a tendência nacional que aponta a continuidade do processo de êxodo rural, sinalizando certo arrefecimento no período mais recente (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2005). Nesse sentido, a realidade demográfica do município torna-o representativo da realidade regional do noroeste do RS, na qual se observa a redução da população rural, que passou de 97.020 habitantes em 2000 para 72.139 em 2010. Essa variação é também representativa da dinâmica populacional do Estado, cuja população rural passou de 1,9 para 1,6 milhões de pessoas no período referido.

Figura 1 - Localização do município de Salvador das Missões no Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: elaboração própria.

Conforme Fernandes (2018), os camponeses são responsáveis pela produção de parte importante dos alimentos. Historicamente eles têm se defrontado com os grandes proprietários de terra, com as corporações nacionais e internacionais e, mais recentemente, com o poder dos impérios alimentares, como a nova forma de ordenamento e ação do capital no campo, que visa subordinar e organizar as formas de trabalho e produção, segundo seus interesses de acumulação permanentemente de capital. Para Ploeg (2008, 2018), os impérios têm atuado através da constituição de uma ampla rede de interesses que exerce seu poder ordenador do mundo material e social, implicando a redução da autonomia dos agricultores por meio da

imposição de suas formas de configurar a agricultura. Essa é a contradição central que impulsiona as transformações do rural na atualidade. Salvador das Missões é mais um dos palcos do mundo no qual os impérios alimentares e os agricultores se encontram, pois lá a moderna produção de soja e leite é levada a cabo por agricultores familiares.

O município apresenta relevante presença da agricultura familiar, que corresponde a 86,19% dos estabelecimentos, ocupa 75,16% das áreas rurais e responde por 75,29% do valor produzido pela agricultura municipal (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017). A produção de soja e leite é recorrente entre os agricultores familiares no sul do Brasil, o que torna o município também representativo em termos de sistemas produtivos. No caso da soja, no RS 84,7% dos estabelecimentos produtores são da agricultura familiar e respondem por 35,7% da produção total, além de serem responsáveis por 84,7% da produção gaúcha de leite (GRANDO, 2012). Salvador das Missões tem expressiva participação da agricultura familiar e sua produção de soja e leite tem forte presença nas atividades agrícolas (LIMA *et al.*, 2012). Portanto, é um espaço recomendado para a análise das movimentações e resultados das estratégias dos agricultores familiares e dos impérios alimentares.

Esta tese está organizada em sete capítulos, além desta introdução que apresenta o contexto e as problemáticas relacionadas à agricultura contemporânea, de onde se derivam o problema de pesquisa e os objetivos deste estudo. No segundo capítulo apresenta-se os referenciais teóricos que sustentam a análise proposta. Depois disso, com base em revisão de literatura e consulta a fontes secundárias de dados, realiza-se a caracterização das principais mudanças observadas no cenário agrícola nacional, regional e de Salvador das Missões, entre os anos de 2003 e 2018. No capítulo quatro discute-se as questões metodológicas que sustentaram a pesquisa e que embasam a presente tese, bem como o método utilizado para a operacionalização do estudo. No capítulo cinco apresenta-se as principais mudanças observadas em relação a todos os casos pesquisados, considerando-os de forma agregada e englobando as configurações das famílias e dos sistemas produtivos.

O capítulo sexto contempla a forma de organização dos grupos de análise, sua identificação e a caracterização das trajetórias familiares. No sétimo capítulo discute-se as estratégias adotadas pelos grupos de famílias organizadas, segundo as trajetórias percorridas e os resultados dessas estratégias em relação ao processo de desagrarização. Os resultados, em termos de diferenciação das famílias, formas e estilos de agricultura e concentração da produção, são discutidos no oitavo e último capítulo. Por fim, nas considerações finais se retomam os objetivos do estudo, que são discutidos à luz dos resultados da pesquisa.

## 2 O CAPITAL E OS AGRICULTORES: CONCEPTUALIZANDO ATORES E PROCESSOS

O presente capítulo tem por objetivo destacar algumas das marcas consideradas mais importantes do cenário global em relação aos padrões da agricultura na atualidade, procurando destacar sua crescente conexão com o conjunto das dinâmicas sociais, especialmente relacionadas à alimentação e ao ambiente. Desde aí, procura-se identificar e apontar os principais *players* bem como defini-los em termos conceituais para orientar a análise empírica. Destaca-se a configuração dos impérios alimentares, como expressão atual das ações do capital no campo, mas que extrapola esse espaço face à globalização dos sistemas agroalimentares, pois constitui-se como rede articulada através da qual opera o ordenamento sociomaterial segundo seus interesses. Além disso, destaca-se a ação dos agricultores que, como atores sociais, desenvolvem estratégias e configuram estilos de agriculturas que podem alinhar-se ou confrontar-se, mais ou menos, com os interesses dos impérios alimentares.

### 2.1 O ENCONTRO CONTEMPORÂNEO DO CAPITAL COM OS AGRICULTORES

Destaca-se, no contexto internacional, a configuração de potenciais crises agrárias, que teriam na disponibilidade quantitativa e na composição qualitativa dos alimentos uma de suas características. De acordo com Ploeg (2008, p. 7), “Os mercados globais agrícolas e alimentares de hoje representam um novo fenômeno que tem fortes impactos na agricultura, onde quer que ela seja desenvolvida”. Conforme esse autor, os processos e as dinâmicas rurais são fortemente impulsionados pelos impérios alimentares, que se configuram em uma nova e poderosa forma de ordenar o mundo rural.

Os impérios alimentares, em termos empíricos, apresentam uma grande diversidade de configurações, não sendo apenas representados por grandes corporações, mas seu poder não se expressa pela propriedade direta de todos os recursos senão por uma ação em rede, através da qual atua ativamente na produção de novas ordens materiais e simbólicas, no conjunto das dimensões que envolvem a agricultura e a alimentação. Os impérios são expansionistas e procuram controlar os processos de produção, industrialização e distribuição de alimentos, reorganizam progressivamente os mundos social e natural, sujeitando-os a novas formas de controle centralizado e de apropriação massiva, tendo o capital como o novo modo de

ordenamento dominante para a estruturação da produção, industrialização e consumo de alimentos em escala global (PLOEG, 2008; 2018).

Esse processo de avanço do capital no campo, na perspectiva de Graziano da Silva (1981), geraria o aumento da produtividade do trabalho através da incorporação de progresso técnico, tendendo a produzir a superação das formas artesanais de produção em função do aumento e da complexificação da divisão social do trabalho, gerando a separação entre campo e cidade, com a gradativa subordinação da agricultura à indústria. Para Goodman *et al.* (1990), o movimento histórico aponta para a apropriação parcial, descontínua e permanente em que a indústria tende a subordinar a agricultura, através de um duplo movimento que combina *apropriacionismo* – representado pela apropriação e substituição de elementos do processo de produção agrícola, sejam eles de trabalho ou biológicos, por máquinas e insumos industrialmente produzidos, e *substitucionismo* – em que o desenvolvimento da indústria alimentícia possibilitaria a substituição da produção agrícola de alimentos pela produção industrial, sugerindo que a base rural dos produtos alimentares poderia ser eliminada e substituída por produtos industriais.

As alterações produtivas impulsionadas pelos impérios implicam a necessidade de crescentes quantidades de capital, tanto para o custeio quanto para investimento, pois são intensivas em insumos e dependentes de máquinas de elevado custo. Com isso, os bancos se inserem de forma crescente como um novo e poderoso *player* na equação alimentar global, por serem virtualmente possuidores do monopólio da disponibilidade de crédito de curto e longo prazo (DELGADO, 2012), gerando um processo global de ampliação do protagonismo do capital financeiro, controlado por grandes corporações, na configuração de cadeias alimentares longas (BURCH; LOWRENCE, 2009). Articulado com isso tem emergido recentemente, como tema de pesquisa nos estudos rurais, a questão do *land grabbing*, que, embora com definições controversas, aponta para a vertiginosa corrida, em nível internacional, por aquisição e concentração de terras, sendo impulsionada por corporações privadas (SAUER, 2010; BORRAS *et al.*, 2011; TEIXEIRA, 2018).

Conforme Ploeg (2008), as transformações contemporâneas no cenário agroalimentar internacional têm na industrialização uma de suas principais tendências. Ela é levada a cabo pelos impérios alimentares e implica uma desconexão entre produção e consumo, a imposição de fatores artificiais sobre os naturais nos processos de produção e expressa o crescente controle do capital sobre a agricultura e a alimentação humana. Por outro lado, no campo da resistência, a outra tendência presente nas dinâmicas rurais é o processo de recampesinização, que é

conformado pela ampliação quantitativa e, especialmente, pela alteração qualitativa nas formas de fazer agricultura e de se relacionar com a natureza e a sociedade. O princípio camponês é o fundamento sob o qual se assenta a noção dessa tendência, representando, por um lado, os potenciais implícitos do campesinato que são bloqueados pelos impérios e, por outro lado, o poder de contraposição subjacente ao campesinato. Nessa tendência, considera-se as famílias a partir de distintos graus de campesinidade relacionados à condição camponesa, sendo essa definida, segundo Ploeg (2008, p. 285), como:

[...] um conjunto de relações dialéticas entre o ambiente hostil em que os camponeses têm de agir e suas respostas ativamente construídas, as quais visam criar graus de autonomia para enfrentar as relações de dependência, as privações e a marginalização implícitas nesse ambiente.

A construção e manutenção de uma base de recursos autônoma é fundamental para a reprodução das formas camponesas de agricultura, sendo a ampliação da autonomia dos sistemas produtivos sua marca fundamental. Trata-se de uma luta constante e incessante das formas familiares de produção para manter e ampliar essa base de recursos sob seu controle, pois isso é o que lhes garante maiores margens de manobra frente as condições adversas e as ofensivas dos impérios e, em última instância, é o que lhes confere o poder de agência (PLOEG, 2008).

Por sua vez, os sistemas produtivos, na perspectiva de agricultura hegemônica pelos impérios alimentares, são marcados pela desconexão entre produção e consumo de alimentos, em que a produção agrícola é afastada dos ecossistemas com a superimposição de fatores de crescimento artificiais sobre a natureza, levando à sua secundarização com parte da equação alimentar. Além disso, a industrialização implica a crescente divisão do trabalho e o controle centralizado dos processos de produção, que agora se iniciam com a definição, em projeto, do alimento a ser produzido e, desde aí, se desintegram e recompõem os produtos agrícolas para produzir o alimento projetado. Esses produtos passam a fazer forte tensão descendente, em qualquer parte do globo, sobre os sistemas locais e regionais de produção, independentemente de suas especificidades, o que produz intensa pressão sobre os preços pagos aos agricultores (PLOEG, 2008) que, inescapavelmente, mais cedo ou mais tarde, em todos os quadrantes do globo, se encontrarão, se já não se encontraram, com os impérios alimentares.

A Universidade Agrícola de Wageningen tem despontado como importante espaço, onde se tem produzido significativas contribuições ao entendimento da heterogeneidade na agricultura e ao estudo das transformações rurais ao longo do tempo. Segundo Long e Ploeg (1994), uma importante tarefa dessa perspectiva analítica consiste, justamente, em identificar e

caracterizar diferentes lógicas e estratégias dos agricultores como atores sociais, como elas surgem, se viabilizam, se efetivam e quais são suas consequências sociais. A perspectiva orientada aos atores valoriza a forma como os agricultores moldam os padrões de desenvolvimento agrário, considerando inadequadas as compreensões que os posicionam como receptores passivos, ou vítimas das mudanças planejadas, ou como sujeitos integralmente absorvidos por suas rotinas, que simplesmente seguem os fluxos de forma absolutamente acrítica. Ao contrário disso, os agricultores, como os outros atores, desenvolvem suas próprias formas de enfrentar os problemas através do uso e da combinação dos recursos disponíveis, para ampliar os espaços de seus interesses e a obtenção de benefícios, ou mesmo para neutralizar a intervenção de outros atores (LONG; PLOEG, 1994).

Nessa perspectiva, os agricultores não são vistos como sujeitos passivos, sob os quais forças estruturais externas agem e determinam unilateralmente suas trajetórias. Ao contrário, como argumenta Long (2007), eles são ativos processadores de informações e desenvolvedores de estratégias que se estabelecem nas relações mantidas com outros atores e com instituições. Essa condição de ator é alcançada pelos indivíduos, ou grupos, à medida que eles estabelecem relações e interações sociais, construindo *agência*, ao agir, ou reagir, em contextos adversos e situações hostis, por meio da mobilização de recursos, capacidades e desenvolvimento de estratégias que lhes possibilitem ‘fazer diferente’.

As diferentes configurações de organização social emergem e resultam das interações, negociações e lutas sociais entre os diferentes atores que fazem uso de sua capacidade de agência. Essa agência é entendida não como evento isolado, pois ela se manifesta através da relação social entre distintos atores, sendo fundamental para sua emergência a existência de uma rede de relações, que envolve em determinados projetos, ou práticas, certos sujeitos que buscam manipular estrategicamente essa rede de relações sociais, visando configurar significados específicos a determinados eventos e a canalização de seus interesses (LONG; PLOEG, 1994). Portanto, a agência tem importância teórica crucial, sendo um atributo fundamental a ser considerado nos processos de mudança nos espaços rurais, especialmente para o escrutínio das trajetórias dos agricultores e de suas implicações em termos de reprodução social, conforme se propõe esta tese.

Assim, a perspectiva orientada aos atores considera que formas sociais diferentes se desenvolvem sob circunstância idênticas ou similares, em decorrência da forma como os atores lidam cognitivamente e organizacionalmente com essas situações nas quais se encontram. Sendo assim, a perspectiva orientada aos atores constitui-se como um potente instrumento

interpretativo da heterogeneidade. Ela parte do pressuposto de que diferentes agricultores definem e encaminham seus objetivos com base em diferentes critérios, interesses, experiências, perspectivas e recursos. Ou seja, os agricultores estabelecem, ao longo do tempo, projetos e práticas específicas, muitas vezes como respostas a outros projetos, resultando na expressiva heterogeneidade agrícola dos dias de hoje, que pode ser analisada a partir da noção de estilos (LONG; PLOEG, 1994), que será considerada de forma específica em seguida. Essa perspectiva é interessante ao escopo do estudo aqui proposto por possibilitar a combinação analítica de elementos de caráter macrossocial, a exemplo da ação dos impérios alimentares, e elementos microssociais, a exemplo das distintas interpretações e estratégias levadas a cabo pelos agricultores, que se materializam em diferentes trajetórias e estilos de agricultura, em parte, como resposta aos elementos macrossociais.

Portanto, em termos conceituais, considera-se a capacidade de agência dos sujeitos, individual ou coletivamente, como elemento central da ação humana. Com base nisso, sustenta-se que os agricultores são processadores de informações e ativos produtores de estratégias e de ações nos ambientes econômicos, sociais e ecológicos nos quais estão inseridos, configurando uma ampla possibilidade de diferentes respostas, mesmo em situações similares por eles vivenciadas, o que resulta em grande heterogeneidade nos espaços rurais. Assim, os agricultores não são compreendidos de forma individualizada apenas como tomadores de decisões e, tampouco, são enquadrados em esquemas estruturalistas onde, prioritariamente, as forças externas configuram as dinâmicas de transformação do rural. Nesses termos é que se insere a composição de diferentes estilos de agricultura, como expressão das distintas percepções, interesses e estratégias dos agricultores na busca de sua reprodução social, especialmente em ambientes amplamente mercantilizados como o espaço a ser considerado no âmbito desta tese.

A mercantilização é aqui compreendida como um processo histórico, não necessariamente nefasto aos agricultores, mas como um dos vetores fundamentais para a constituição das dinâmicas de desenvolvimento rural da atualidade. Já, os mercados são compreendidos como resultado do contato e das disputas entre os diversos atores, constituídos na interação das esferas econômica e social como construções sociais, negando, portanto, as definições que os consideram apenas como espaços de trocas e definição de preços, nos quais são caracterizados como estruturas dadas a priori, externas aos sujeitos e sob as quais os atores têm pouca capacidade de incidir. Essa perspectiva também é sustentada por Long (2007) e Conterato *et al.* (2011), que argumentam que os mercados são compreendidos como espaços e modos de interação social que se desenvolvem baseados em redes sociais, onde os diversos atores colocam em interface diferentes valores, normas e interesse nos mais variados contextos.

Nesses termos, a mercantilização é compreendida como um amplo processo social, não representando um processo único e universal (MARSDEN, 1995), nem estando restrita apenas ao trabalho na agricultura, mas alcançando também o universo das práticas sociais dos agricultores, o que resulta em dinâmicas diferenciadas de desenvolvimento do capitalismo no espaço agrário e dinâmicas desiguais de desenvolvimento rural. Assim, a mercantilização resulta de amplo processo de negociação e disputa entre os atores, envolvendo o controle dos recursos materiais e simbólicos e o próprio domínio dos mercados (CONTERATO *et al.*, 2011). Por isso, para a operacionalização desta tese, alinhado a essa perspectiva analítica, conforme destaca Conterato (2004), é importante localizar a agricultura familiar no contexto de uma economia de mercado para compreender suas trajetórias e seu desenvolvimento histórico.

Deriva daí a necessidade teórica de delimitar conceitualmente os processos e mecanismos através dos quais os agricultores, no exercício de sua agência, realizam a mediação entre o universo da família rural como o universo social mais amplo em que estão inseridos, donde ganha relevo o conceito de estratégia. Para Schneider (2003), trata-se de um conceito que permite mediar analiticamente as relações entre agente e estrutura, ou entre as análises de caráter micro e macro.

Partindo das recomendações desse autor pode-se apontar que as estratégias representam uma forma de conexão entre as unidades familiares e o ambiente externo, sendo definidas como o conjunto intencionalmente articulado de escolhas e opções realizadas pelos indivíduos em relação à família e vice-versa, sendo, portanto, uma das formas de manifestação de sua capacidade de agência. As estratégias representam planos de ação, mais ou menos elaborados, que são executados pelos agricultores, mobilizando seus recursos e os manobrando dentro de determinados ambientes, com vistas a alcançar seus objetivos. As estratégias não são planos estáticos, pois derivam das escolhas que os agricultores fazem em face das pressões e possibilidades apresentadas pela sociedade global. Elas são permanentemente atualizadas e conduzem os movimentos realizados, considerando a interação entre as possibilidades e limitações dos recursos familiares com os limites e as possibilidades oferecidas pelo ambiente externo. Como destaca Schneider (2003, p. 116), as estratégias “[...] são o resultado da ação humana ante as contingências objetivas.”

Uma das possibilidades de ação intencionalmente organizada no âmbito das famílias rurais, portanto uma estratégia, que tem sido desenvolvida pelos agricultores é a alocação de trabalho familiar em atividades não agrícolas. Nesses termos, a pluriatividade é entendida como uma estratégia de reprodução social levada a cabo por agricultores familiares em contextos onde

sua inserção na divisão social do trabalho permite o desenvolvimento combinado de atividades agrícolas e atividades não agrícolas, não estando restritas ao setor agrícola e nem ao espaço rural, representando uma forma social de organização do trabalho e da produção com características variadas, mas fundada nessa combinação entre o trabalho com o não agrícola. Não se trata apenas da análise isolada de rendas não agrícolas auferidas por indivíduos, mas de um enfoque sobre as dinâmicas rurais e as atividades agropecuárias, onde se toma a família rural e suas estratégias como unidade de análise (SCHNEIDER, 2001; 2003).

## 2.2 AGRICULTURA FAMILIAR E OS IMPÉRIOS ALIMENTARES: DISJUNÇÕES SOBRE AS FORMAS DE FAZER AGRICULTURA

Como visto, a abordagem adotada nesse estudo compreende os agricultores como sujeitos do mundo rural. Assim, como elemento de partida da análise, considera-se que os agricultores familiares são atores sociais com capacidade de resistência e adaptação frente às forças do “mundo externo”, ou da chamada sociedade englobante, na qual estão inseridos (WANDERLEY, 2003; LONG, 2007), que são capitaneadas, nessa quadra da história brasileira, pelos impérios alimentares. Entende-se o rural como espaço de diversidade, onde os agricultores estabelecem um conjunto de relações sociais, políticas, econômicas e culturais, cujas transformações e mudanças ocorrem de diversos modos, sendo que a dinâmica socioeconômica dessa categoria configura-se como uma projeção particular do conjunto das relações de trabalho e produção existentes nos marcos de uma sociedade capitalista (SCHNEIDER, 2009; 2010).

Conforme Wanderley (2009), a forma de se relacionar com o capital é o alicerce que configura as possibilidades de reprodução do campesinato, que se move entre a polarização “autonomia-subordinação”, sendo a luta por autonomia um dos marcos de sua identidade na atual era da globalização (PLOEG, 2008). Considera-se que as posições de classe tipicamente capitalistas, burguesia e proletariado, são insuficientes para a adequada explicação das dinâmicas que envolvem os agricultores familiares, dado que esses sujeitos não se identificam integralmente com uma ou outra dessas posições. Todavia, sustenta-se que as formas de trabalho e produção familiar vivem cada vez menos isoladas das dinâmicas gerais de acumulação do capital, sendo fundamental para a compreensão dos mecanismos e estratégias de inserção desses sujeitos na moderna divisão social do trabalho considerar os nexos e as múltiplas e diferenciadas determinações entre esses sujeitos específicos e as relações gerais.

Assim, a agricultura familiar não está alheia às transformações exógenas e gerais da sociedade, sendo essa uma das razões de sua diversidade e heterogeneidade.

Como foi destacado na seção anterior, a expansão das relações capitalistas e o processo de mercantilização dos espaços rurais não resulta, necessariamente, em padrões homogêneos no campo, seja em termos de configurações produtivas, institucionais, de organização do trabalho, ou representação ideológica (NIEDERLE *et al.*, 2014; BERNSTEIN, 2011). Sustenta-se, nesta tese, que é a partir da análise da relação dinâmica entre o capital e os agricultores que deve derivar uma definição de agricultura familiar, que tenha alcance explicativo para captar suas trajetórias e modificações ao longo do tempo. As formulações de Ploeg (2008; 2009) cumprem de forma muito adequada essa necessidade, ao definir as diferentes formas de agricultura que podem ser derivadas da consideração da inserção diferenciada do capital no campo, sendo elas: a camponesa, a empresarial e a capitalista.

A forma camponesa de agricultura, segundo Ploeg (2008, p. 17), se caracteriza “[...] fundamentalmente no uso sustentado do capital ecológico, sendo orientada para a defesa e melhoramento das condições de vida dos camponeses”. Aponta também a multifuncionalidade, muitas vezes, como outra de suas características. Esse grupo usa mão de obra predominantemente familiar, sendo da família a propriedade dos meios de produção essenciais. Ela destina a produção ao mercado, à reprodução da família e da unidade de produção, baseia sua relação com o mercado em circuitos curtos e descentralizados, afastando-se sem isolar-se por completo, do controle direto exercido pelo capital, tanto na venda da produção como na aquisição de insumos. Para Ploeg uma característica fundamental desse grupo é a luta por autonomia, daí resultando a configuração de sistemas produtivos minimamente dependentes do mercado de insumos. Nessa forma de agricultura se desenvolve a *pequena produção mercantil*, onde ao menos parte da produção é destinada à venda e, conseqüentemente, constitui-se como mercadoria. Já, a força de trabalho e outros recursos produtivos (terra, sementes, conhecimentos, etc.) entram no processo de trabalho não como mercadorias, mas como valores de uso. A produção camponesa é identificada com reduzido grau de mercantilização (PLOEG, 2008; 2009).

Conforme Ploeg (2008; 2018), o império é um princípio orientador que tem muitos condutores, fontes diferentes e toma várias formas, fundamentado em uma gama de mecanismos através dos quais se relaciona com os camponeses, atuando na forma de uma rede coercitiva onipresente nos espaços rurais. Um dos mais importantes é fragilizar a base de recursos historicamente criada pelos agricultores e por eles controlada num processo de

transformação mútua entre homem e natureza (co-produção). Ao fragilizar essa base de recursos os impérios minam a possibilidade de reprodução das formas camponesas de diferentes maneiras, por exemplo, através da usurpação da água, do bloqueio ao crédito, da criação de imitação de produtos típicos, etc.

A reestruturação dos processos de produção e a intensificação da mercantilização, impulsionados pela modernização da agricultura, constituíram a base para o surgimento e expansão da forma empresarial de agricultura. Nela a produção é altamente especializada e totalmente voltada ao mercado, de quem os agricultores são fortemente dependentes, especialmente o mercado de insumos. Essa forma de agricultura está fortemente vinculada ao consumo mundial, através de empresas de processamento e comercialização de alimentos em grande escala, apresentando um grau um pouco menor de identidade que a forma capitalista com a perspectiva de industrialização da agricultura. É uma forma de agricultura essencialmente baseada, embora não exclusivamente, em capital financeiro e industrial, na forma de crédito, insumos e tecnologias. Sua expansão se dá através do aumento de escala, sendo essa uma necessidade e uma de suas características mais fortes. Nessa forma de agricultura ocorre a *produção simples de mercadorias*, onde, à exceção do trabalho, todos os demais recursos entram no processo como mercadorias. Com isso, se introduzem as relações mercantis reinantes e a lógica do mercado no processo de produção. A produção agropecuária empresarial é identificada com uma elevada mercantilização (PLOEG, 2008, 2009).

Além de ser altamente demandante de crédito, a forma empresarial também cobra permanentemente a intervenção do Estado para criar condições e salvaguardas que facilitem seu processo de expansão contínua, destacando-se a consolidação de preços relativamente estáveis que garantam saldo positivo entre custos e receitas, disponibilidade de capital e mão de obra barata e, eventuais intervenções de salvamento em caso de eventos mais dramáticos. Por seu turno, a forma camponesa busca na cooperação uma instituição estratégica para fazer frente às suas contingências objetivas e às investidas dos impérios que possam minar sua base de recursos (PLOEG, 2008). A diferença básica entre a forma camponesa e a empresarial se expressa no grau de autonomia em relação à base de recursos disponíveis pelas famílias, além de outras diferenças sumarizadas no quadro que segue.

Quadro 1- Diferenças entre os modos camponês e empresarial de fazer agricultura

<b>Modo camponês</b>	<b>Modo empresarial</b>
Natureza internalizada	Desconectado da natureza
Reduzida mercantilização	Elevada mercantilização
Centralidade da perícia artesanal e tecnologias baseadas em habilidades	Centralidade do empreendedorismo e das tecnologias mecânicas

Intensificação baseada no trabalho	Aumento de escala é a trajetória dominante
Multifuncional	Especializada
Relações de reciprocidade entre agricultores	Relações competitivas
Continuidade entre passado, presente e futuro	Rupturas entre passado, presente e futuro

Fonte: Adaptado de Ploeg (2018, p. 63).

A forma capitalista de agricultura, ou corporativa de grande escala, emerge sob a égide do modelo agroexportador. Com ela as possibilidades de expansão da industrialização da agricultura são mais favorecidas. A produção é guiada pela obtenção e maximização do lucro, através de empresas de processamento e comercialização que operam em grande escala. Engloba uma extensa rede de empresas agrícolas que possuem grande mobilidade e utilizam basicamente força de trabalho assalariada. Embora existam diferenças entre países, essa forma de agricultura condiciona crescentemente setores essenciais dos mercados agrícolas e alimentares. Ela representaria a *produção capitalista de mercadorias*, com a mercantilização completa do processo de produção. A força de trabalho e todos os demais recursos participam do processo como mercadorias e todos os produtos gerados também circulam como mercadorias (PLOEG, 2008, 2009).

Essas diferentes formas de agricultura desenvolvem diferentes mecanismos de relação com os mercados. De acordo com Ploeg (2008), a *forma camponesa* de fazer agricultura tem um modelo de relação com os mercados fortemente baseado em circuitos curtos e descentralizados, cuja produção e o consumo de alimentos forjam vínculos mais locais e regionais, que tendem a fugir do controle direto do capital. A *forma empresarial* e a *forma capitalista* constituem um modelo centralizado, ligado ao consumo mundial que opera cada vez mais em escala global, sob o controle do capital, através de grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos. Esse segundo modo de ordenamento é denominado de *império*. Tende a tornar-se dominante e busca subordinar, conforme seus interesses, a produção e o consumo mundial de alimentos.

Com base nisso, a presente tese será sustentada pelo entendimento de que a agricultura familiar transita entre as formas camponesa e empresarial de agricultura. De forma mais precisa, conforme Schneider (2016b), a agricultura familiar será entendida como um empreendimento econômico que opera em regime de economia familiar, integrada à divisão social do trabalho e à dinâmica socioeconômica geral em que está inserida (via mercados, instituições, tecnologia, informação, etc.), e, portanto, integrada aos mercados e ao conjunto da dinâmica social, tomando parte nas contendas sociais que lhe afetam e sendo afetada por elas. A agricultura familiar é tomada como uma forma social de trabalho e produção, cuja reprodução social depende da forma e intensidade com que ela se insere na economia de mercado como um todo.

As três formas de agricultura são *movimentos inter-relacionados através do tempo*, existindo entre elas complexas interfaces, sobreposições consideráveis e altamente intrincadas, além de movimentos contraditórios (PLOEG, 2008, 2009). Apesar de certa fluidez conceitual implicada nessa forma de definir a agricultura familiar, acredita-se que ela possui maior alcance explicativo dos fenômenos sociais que as definições de caráter mais morfológico, pois as dinâmicas rurais contemporâneas, e não somente elas, também são fluídas e contraditórias. Essa definição de agricultura familiar adquire especial significado frente ao escopo da presente tese, que buscará analisar as mudanças nas configurações produtivas e nas dinâmicas sociais de agricultores familiares, ponderando as diferentes estratégias e estilos de agricultura desenvolvidas por esses agricultores ao longo do tempo, podendo estarem mais associadas à forma empresarial ou camponesa, nos termos acima explicitados.

Argumenta-se nesta tese que as variações nas estratégias e estilos conduzem os agricultores a configurações que podem aproximá-los de formas mais empresariais ou camponesas de agricultura, sem perderem seu caráter familiar. De acordo com Schneider (2016b), a agricultura familiar está fundada no uso predominante do trabalho familiar nas atividades econômicas, na gestão familiar do próprio empreendimento, com resultados dessas atividades pertencendo ao grupo doméstico e, em geral, o acesso aos meios de produção ocorre por herança. Portanto, as estratégias e os estilos possuem centralidade na análise a ser desenvolvida nesta tese e serão considerados de forma detalhada na seção seguinte.

### 2.3 FORMAS E ESTILOS DE AGRICULTURA

Ao analisar a capacidade de resistência e adaptação dos agricultores aos novos contextos econômicos e sociais Wanderley (2009, p. 189) argumenta que “[...] teríamos que considerar, simultaneamente, pontos de rupturas e elementos de continuidade [...]”, em que, não necessariamente, ocorre uma passagem absoluta e irreversível entre a condição de camponês tradicional para a de moderno agricultor familiar. Nessa perspectiva, Schneider e Escher (2014) apontam que a utilização do conceito de estilos de agricultura pode representar uma possibilidade heurística com potencial para integrar aspectos da definição de campesinato e agricultura familiar. Para Ploeg (1994), os estilos de agricultura representam uma perspectiva metodológica promissora para a análise do desenvolvimento da agricultura ao longo do tempo, o que a aproxima do escopo desta tese, por isso passa-se a considerá-la de forma detalhada.

Os diferentes estilos de agricultura representam a diversidade de modos de fazer agricultura a partir das necessidades ou possibilidades de os agricultores organizarem suas relações sociais e produtivas e, também, a partir de diferentes lógicas cognitivas e orientadoras decorrentes da heterogeneidade social que caracteriza os espaços rurais (CONTERATO *et al.*, 2011). Os diferentes estilos também se associam às distintas formas de fazer agricultura, conforme foi referido na seção anterior. Para além das diferenças entre essas formas de fazer agricultura (camponesa, empresarial e capitalista), a noção de estilos, que decorre da noção de agência dos agricultores, também permite auscultar uma mesma forma de agricultura, possibilitando, por exemplo, a apreciação entre um grupo semelhante de agricultores, das distintas lógicas subjacentes às suas unidades de produção e estratégias de reprodução social. Na análise das trajetórias configuradas a partir dos grupos de análise desta tese isso ficará bastante evidente, pois dentro de uma mesma trajetória podem coexistir diferentes estratégias e estilos, assim como em trajetórias diferentes também pode ocorrer a existência de estratégias e estilos semelhantes.

Long e Ploeg (1994) apontam que a existência, em um ambiente comum, de uma grande variedade de estilos de agricultura implica no reconhecimento das múltiplas realidades. Os estilos resultam da ligação, maior ou menor, ou do distanciamento de uma determinada forma de fazer agricultura com os diferentes projetos de agricultura pautados em determinado contexto. Esses autores sustentam que é impossível construir padrões lineares que associem determinados estilos como sendo efeitos de causas específicas, a exemplo da relação com os mercados, que em um espaço relativamente homogêneo para a agricultura pode configurar estilos fortemente a ele atrelados, ou também estilos que dele se distanciem, para permitir maiores espaços de manobra aos agricultores. Concordando com esses autores, considera-se que a explicação para práticas sociais e estilos de agricultura passa, necessariamente, pela análise específica dessas próprias práticas.

Os estilos de agricultura representam os diversos projetos que os agricultores constroem, de diferentes maneiras, na interface, simbiótica ou antagônica, com projetos de outros atores. Eles representam um tipo de repertório cultural com o qual os agricultores ativamente gerenciam um conjunto de possibilidades comportamentais, como respostas potenciais disponíveis frente às ações de outros atores, podendo incluir desde a modificação até a adoção ou a contraposição a determinados projetos. Em termos mais aplicados, os estilos de agricultura podem ser considerados como algumas respostas ao processo de modernização, podendo, por exemplo, envolver desde sua aceitação e internalização até o distanciamento e a desconstrução

do controle imposto pelo projeto modernizador (LONG; PLOEG, 1994; PLOEG, 1994). O grau de integração aos mercados e a maior ou menor vinculação ao padrão tecnológico dominante constituem duas dimensões recorrentes no estabelecimento de tipologias de estilos, dado que em relação ao mercado e à tecnologia os agricultores familiares possuem certa margem de manobra que lhes permite, potencialmente, assumirem diferentes posições ao longo do tempo, podendo assim constituir diferentes estilos de agricultura (PLOEG, 2003).

Apesar da polissemia da noção de estilos de agricultura (NIEDERLE *et al.*, 2014), o seu significado, conforme Ploeg (1994), envolve três dimensões que não devem ser tomadas de forma estática, mas como um fluxo de atividades conscientemente organizadas ao longo do tempo. A primeira dimensão expressa a unidade específica entre discurso e prática agrícola, entre trabalho manual e intelectual. Na segunda, os estilos implicam uma configuração específica do processo de trabalho e uma organização particular do processo de produção, envolvendo questões como: escala, intensificação e a relação entre trabalho e capital. Por sua vez, na terceira os estilos representam conexões específicas entre as “dimensões” econômicas, sociais, políticas, ecológicas e tecnológicas, emergindo continuamente como instância de interface entre essas dimensões. Dito de forma mais específica, para a configuração de um quadro analítico com base nessa noção, os estilos são conformados por três aspectos fundamentais, conforme Niederle *et al.* (2014): um conjunto de valores e ideias normativas, as práticas e formas de estruturação do processo produtivo e os mecanismos de inserção nos mercados.

A multiplicidade de arranjos possíveis entre essas distintas dimensões (econômicas, políticas, tecnológicas, etc.) reflete em múltiplas possibilidades de estilos de agricultura, configuradas desde as noções, experiências, significados e prioridades que orientam a ação dos agricultores, sendo base para a ampla heterogeneidade dos espaços rurais contemporâneos.

Depreende-se da perspectiva orientada aos atores que a agência expressa certa capacidade de fazer diferente e as estratégias representam os modelos de ação para a edificação de projetos específicos. Portanto, assume-se que, a pluralidade de estratégias desses sujeitos é compreendida, ao mesmo tempo, como resultado e origem dos diferentes estilos (CONTERATO *et al.*, 2011) e que as estratégias estão relacionadas com uma lógica reprodutiva, passando a compor a “coluna vertebral” de um estilo de agricultura (NIEDERLE *et al.*, 2014).

Assim, toma-se a noção de estilos como um conjunto de práticas e ideias normativas que informam como são organizadas as unidades produtivas, o que envolve um modo específico

de estruturação das relações sociais de produção e onde as práticas são associadas a determinado repertório cultural, expresso em normas, regras e convenções compartilhadas (NIEDERLE *et al.*, 2014). Por outro lado, para além das dinâmicas socioculturais, os estilos também são estabelecidos como respostas às forças estruturais que atuam sobre as unidades de produção (VANCLAY, 2006), expressando as vinculações que o uso dessa noção permite na consideração da interface entre vetores micro e macrossociais. Assim, essa noção permite considerar, analiticamente, tanto os universos específicos de certos recortes geográficos e temporais da agricultura familiar de forma articulada, como os contextos socioeconômicos nos quais esses sujeitos estão inseridos e que, também, atuam como condicionantes do desenvolvimento rural.

Em termos mais amplos, os estilos e as estratégias levadas a cabo pelos agricultores familiares alinham-se a diferentes perspectivas de desenvolvimento rural (NIEDERLE *et al.*, 2014). Em relação à agricultura familiar Ploeg (2006) destaca duas vias de desenvolvimento que implicam em diferentes estilos. Na primeira via, denominada de “modo camponês”, cada ciclo de produção é constituído desde os recursos produzidos e reproduzidos nos ciclos anteriores. Nela ganha relevo a produção de valores de uso e a reprodução dos meios de trabalho, numa unidade orgânica entre a produção e a reprodução, constituindo-se como uma via de “reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida”. Na segunda via, denominada de “modo empresarial” de produção familiar, a produção e a reprodução são crescentemente externalizadas, dado que a mobilização dos recursos (insumos, produtos, serviços) ocorre nos respectivos mercados, entrando no processo de produção como mercadorias.

Os estilos de agricultura, como o produto material, simbólico e relacional de fluxos estrategicamente organizados ao longo do tempo, quando tomados em seu conjunto, expressam grande diversidade de configurações da agricultura familiar, variando em complexas combinações no tempo e no espaço, desde as formas camponesas até as empresariais (PLOEG, 2009). Conforme Ploeg (2017), diferentes estilos de agricultura emergem no cruzamento das lógicas sociais e econômicas. Esses estilos são diferentes e simultâneas respostas através das quais as famílias de agricultores expressam seus objetivos e aspirações frente ao ambiente em que estão inseridos. Por fim, é importante destacar que os estilos são uma construção intelectual, utilizados como instrumentos heurísticos, não sendo reais, tangíveis e descritivamente identificáveis (VANCLAY, 2006; NIEDERLE *et al.*, 2014).

Em síntese, os estilos de agricultura impulsionados sob a égide dos impérios alimentares implicam a redução da condição camponesa, levando à commoditização dos sistemas produtivos, baseada centralmente na dependência de recursos externos, seja de insumos, tecnologia ou crédito, bem como à necessidade de padronização dos processos e produtos e de ganhos crescentes de escala, através da artificialização e da especialização produtiva. Os estilos impulsionados pela forma camponesa de agricultura baseiam-se na diversificação dos sistemas e no gerenciamento dos recursos e da produção, na perspectiva da manutenção do controle mais autônomo sobre os processos produtivos e numa relação de produção concatenada entre homem e natureza.

Em termos sumários, as bases teóricas que guiam o esforço de análise da presente tese estão fundadas na ideia de que os agricultores familiares, no exercício de sua capacidade de agência, realizam escolhas intencionalmente definidas, considerando suas condições sociomateriais específicas e as características do contexto mais amplo no qual estão inseridos. Eles fazem isso através do desenvolvimento de estratégias, entendidas como os mecanismos de mediação entre as condições familiares e o contexto mais amplo, que nesse momento histórico é marcado pela presença ostensiva e expansiva dos impérios alimentares. Estes exercem seu poder ordenador por meio da constituição de redes globais, desde as quais buscam ordenar o mundo material e simbolicamente segundo os interesses do acúmulo corporativo de capital. Como as circunstâncias históricas não são estáticas, também são cambiantes as estratégias dos agricultores familiares, que, orientados por elas, configuram os sistemas de inserção social e o desenho dos sistemas produtivos de forma mais ou menos alinhada às perspectivas empresariais ou camponesas de agricultura.

Ainda no campo da identificação dos principais atores envolvidos na configuração das trajetórias dos agricultores familiares de Salvador das Missões, bem como das dinâmicas mais gerais de desenvolvimento rural, cabe destacar o papel sumamente importante desempenhado pelo Estado, como apontam os estudos de Massuquetti (1998), Delgado (2009), Leite (2009) e Aquino *et al.* (2018). Nesses trabalhos fica evidente como a ação estatal, através de suas diferentes políticas, pode impulsionar ou restringir o avanço de determinados grupos de produtores, atividades produtivas e mesmo de certas regiões dentro de um território mais amplo, como também destaca Souza (2011).

Os mecanismos de intervenção envolvem uma gama de possibilidades bastante ampla, desde as políticas de crédito, de comercialização, de assistência técnica, de desenvolvimento territorial, de serviços, infraestrutura, etc. A análise das políticas públicas tem ocupado lugar

de grande destaque na literatura e, no caso brasileiro, pode-se consultar o trabalho recentemente organizado por Grisa e Schneider (2015), como expressão da importância dessa intervenção. Essa obra contempla um amplo mosaico que compõe as diversas possibilidades de intervenção do Estado, através de distintas políticas públicas, especialmente direcionadas à agricultura familiar, contemplando suas motivações, objetivos, resultados e desafios.

Portanto, as ações dos impérios alimentares e as ações dos agricultores, mais ou menos alinhadas ou conflitivas, segundo seus distintos projetos, mediadas pela ação dos Estados, são as forças fundamentais que atuam contemporaneamente na configuração das mudanças nos espaços rurais que globalmente se conectam de forma crescente. Ao analisar esses processos, no caso dos estudos rurais brasileiros, destacam-se as análises realizadas nos anos 1990 sobre a emergência de novas dinâmicas nos espaços rurais, marcadamente relacionadas à pluriatividade e ao papel das atividades não agrícolas na configuração do novo rural brasileiro<sup>3</sup>, impulsionadas, sobretudo por José Graziano da Silva, nos marcos do projeto “Rurbano<sup>4</sup>”, como também pelas conclusões inovadoras dos estudos pioneiros de Schneider (1994) e Sacco dos Anjos (1995), sobre transformações em curso na agricultura do Sul brasileiro.

O que se deriva da literatura nacional e internacional sobre esse tema é que a emergência do trabalho não agrícola nos espaços rurais é um fenômeno global, articulado às mudanças do conjunto das sociedades que tendem a se urbanizar e industrializar, ao mesmo tempo em que cobra uma inflexão cognitiva da relação rural e urbano e de suas articulações. Como argumenta Graziano da Silva (1997), implica a necessidade de compreender o rural e o urbano em suas conexões e continuidades, não podendo, do ponto de vista da organização econômica, o primeiro ser tratado como sinônimo de agricultura e pecuária e o segundo apenas como produção industrial.

Como argumenta Schneider (2003), o trabalho não agrícola entre agricultores não é um tema absolutamente novo nos estudos rurais, pois em seus trabalhos pioneiros Kautsky e Chayanov, no princípio do século XX, já faziam referências aos trabalhos rurais acessórios e à alocação de trabalho familiar em atividades não agrícolas pelas famílias camponesas. Todavia, como visto, esse fenômeno tem alcançado proporções mais expressivas no período mais recente, sendo denominado de pluriatividade. Trata-se de um fenômeno complexo e, conforme destaca Schneider (2003; 2009), é levado a cabo pelas famílias agricultoras, no âmbito das

---

<sup>3</sup> Para análise detalhada veja-se Silva *et al.* (2019).

<sup>4</sup> Amplo projeto de pesquisa que envolveu vários pesquisadores de diversas regiões do Brasil durante a segunda metade dos anos 1990, tendo aportado importantes elementos para a compreensão de novas relações entre o rural e o urbano, bem como sobre as transformações no cenário rural brasileiro, especialmente em relação às ocupações agrícolas e não agrícolas.

estratégias de reprodução social que o grupo familiar desenvolve, segundo suas configurações internas e também em interação com as dinâmicas rurais extra familiares mais amplas. Essas incluem os regimes de acumulação de capital e as dinâmicas da divisão social do trabalho, não devendo ser reduzido apenas ao ato de um agricultor isoladamente dedicar tempo à atividade não agrícola.

As rendas obtidas através de alugueis, remessas externas, benefícios sociais e previdenciários, ainda que muito importantes na composição das rendas familiares, não fazem parte do escopo das atividades pluriativas, devendo estas serem, conforme sustenta Kageyama (2003), resultado do trabalho direto de algum membro da família rural, em atividade não agrícola, dentro ou fora da unidade de produção familiar. Esse argumento precisa ser enfatizado para evidenciar com clareza a diferença entre a pluriatividade, como atividade não agrícola e as rendas não agrícolas que os agricultores podem auferir. Isso é importante em função de haver autores que classificam, por exemplo, os rendimentos previdenciários como não agrícolas, todavia esses rendimentos, por óbvio, não resultam de atividade não agrícola. Esse procedimento foi adotado por Lui (2013), o que dificulta a comparação dos resultados de interessante estudo longitudinal por ele realizado, em que, entre outras coisas, analisa as implicações produtivas que as rendas de transferências sociais geraram na transição dos modos de vida rural entre agricultores da Amazônia brasileira.

Por fim, considerando as variações na composição das rendas das famílias rurais, cabe destacar a emergência do processo de masculinização e envelhecimento no campo (ANJOS; CALDAS, 2005; MAIA, 2011). O envelhecimento tem gerado a ampliação da contribuição dos recursos de transferência social, especialmente de aposentadorias rurais, sobretudo após os avanços no reconhecimento de direitos previdenciários dessa categoria social desde a Constituição Federal de 1988. Nesse contexto, segundo Anjos e Caldas (2005), emerge o conceito de desagrarização, que é compreendida como o declínio da agricultura na economia nacional, na geração de renda e de ocupação para a população rural, com a tendência de redução do grau de importância da agricultura como setor econômico. Todavia, conforme Bryceson (1996), as abordagens teóricas existentes sobre as dinâmicas rurais não têm focado os processos de desagrarização.

A desagrarização se expressa pela ação de diferentes fatores que conduzem à diversificação das rendas das famílias rurais como: maior valorização da remuneração individualizada por meio de salário; desvalorização do papel social do agricultor; insatisfação com o trabalho rural dos mais jovens que alcançam maior nível de instrução e têm maior acesso

a meios de comunicação que limitam ou desestimulam seu engajamento em atividades agrícolas. Isso tem levado à redução da importância destas atividades na composição de seus rendimentos totais e a um processo de esvaziamento do agrícola nos espaços rurais sem, necessariamente, levar ao abandono do campo (LIU, 2013).

Em termos temporais, a desagrarização trata de processos de desenvolvimento de longo prazo, compatíveis com o fundamento temporal dos estudos longitudinais. Além disso, a desagrarização pode ser enfocada em dois níveis. Um que envolve as variáveis gerais da economia de um recorte geográfico mais amplo, por exemplo, de um país ou de uma região específica, de caráter macro analítico, não sendo esse o escopo de análise da presente tese. No outro nível, os processos de desagrarização podem ser considerados no escopo das estratégias de reprodução de curto e médio prazos das famílias agricultoras, exatamente aí reside o foco deste estudo. A desagrarização, ao nível da família rural, será tomada como a contraface da recampesinização apontada por Ploeg (2008; 2017). Ou seja, quanto mais ampliam sua condição camponesa, menos desagrarizadas são as famílias rurais.

Considerando a ofensividade da lógica dos impérios alimentares sobre a condição camponesa, torna-se relevante utilizar esse conceito na análise das trajetórias familiares. Baseado em Bryceson (1996), na perspectiva da análise das famílias rurais, pode-se definir a desagrarização como um processo de reorientação da atividade econômica familiar na qual a produção agrícola perde espaço e também ocorre a redução da importância das atividades agrícolas na alocação do trabalho familiar. Associado a isso, as famílias promovem a realocação domiciliar, com distanciamento dos espaços puramente rurais. Em termos mais específicos, implica na redução do grau de autossuficiência das unidades domésticas rurais em relação a alimentação; a redução do trabalho agrícola em relação ao não agrícola; e a transferência de domicílio para espaços urbanizados.

Cabe destacar que, a pluriatividade e a desagrarização abordam o fenômeno da interação entre as dinâmicas agrícolas e não agrícolas nos espaços rurais, com enfoques distintos e complementares. A pluriatividade aborda as opções e estratégias que as famílias realizam, em determinadas circunstâncias, em relação a alocação do trabalho familiar e à composição de rendas através da combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, podendo ser, como tem sido destacado em muitos trabalhos, um mecanismo de fortalecimento das dinâmicas familiares nos espaços rurais contemporâneos. Já, a desagrarização enfoca o fenômeno em sentido diverso, pois procura mensurar como o esvaziamento das atividades produtivas agrícolas, bem como a alocação do trabalho familiar e a obtenção de rendas em atividades não agrícolas implicam na

desconexão agrária das famílias rurais e no seu deslocamento de espaços agrícolas para não agrícolas.

.....

Neste capítulo apresentou-se algumas marcas importantes do cenário e das dinâmicas globais em relação aos padrões contemporâneos da agricultura e dos sistemas agroalimentares. Destacou-se sua crescente conexão com o conjunto das dinâmicas sociais, especialmente as relacionadas à alimentação e ao ambiente, identificando os principais *players* e seus interesses. Os impérios alimentares são caracterizados como a expressão atual das ações do capital no campo, constituindo-se como uma rede articulada através da qual opera o ordenamento sociomaterial segundo seus interesses.

Além disso, desde a perspectiva orientada aos atores, delimita-se os conceitos centrais a serem utilizados para a operacionalização da análise, sendo eles: agência, agricultura familiar, estratégias, pluriatividade, estilos de agricultura, formas de agricultura e impérios alimentares. Em termos conexos, desde sua capacidade de agência os agricultores familiares desenvolvem estratégias e configuram estilos de agricultura que podem alinhar-se, mais ou menos, com os interesses dos impérios alimentares, especialmente através da configuração de sistemas produtivos com maior ou menor alinhamento às formas empresariais ou camponesas de agricultura, que resultam em maior ou menor desagrarização e concentração dos meios e resultados da produção.

### 3 O CENÁRIO REVELADO PELOS DADOS SECUNDÁRIOS

O objetivo deste capítulo é realizar uma aproximação ao espaço de análise, considerando as transformações ocorridas, fundamentalmente após o ano 2000, utilizando como base para sua elaboração a consulta a fontes de dados secundários e a revisão de literatura. Pretende-se apresentar as mudanças ocorridas em Salvador das Missões em paralelo às mudanças ocorridas nos espaços micro e macrorregionais nos quais o município está inserido. Com isso, pretende-se destacar as principais transformações entre os dois anos estudados, para delinear o contexto no qual as famílias desenvolveram suas trajetórias.

A primeira seção trata de analisar as dinâmicas demográficas, em especial da população rural, tanto em nível nacional como regional e do município estudado. Além disso, destaca as mudanças na configuração do mercado de trabalho, em especial sobre as atividades não agrícolas. Na segunda seção apresentam-se elementos mais específicos em relação à presença e importância da agricultura familiar, as políticas públicas e as alterações recentes nas configurações das atividades agrícolas mais relevantes em Salvador das Missões.

#### 3.1 MUDANÇAS DEMOGRÁFICAS E NO MERCADO DE TRABALHO AGRÍCOLA

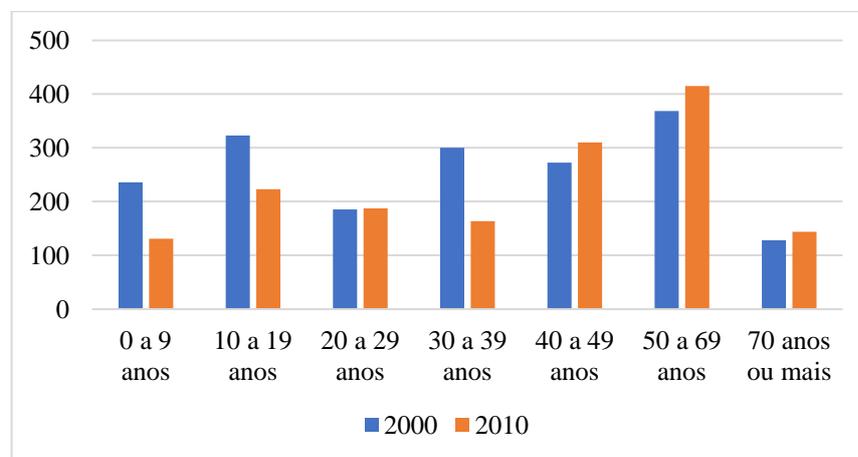
A dinâmica populacional brasileira, em especial da população rural, é marcada pelo contundente processo de êxodo rural observado na segunda metade do século XX e, de forma recorrente, são destacadas as implicações do processo de modernização conservadora da agricultura, associado ao processo de industrialização da economia, como fatores explicativos desse fenômeno. Também têm sido destacado na literatura que nas últimas duas décadas esse processo de êxodo rural tem se arrefecido, todavia segue em curso, sendo marcado mais recentemente por um processo mais seletivo, cujo perfil dos migrantes tem deixado de ser constituído por famílias rurais completas para ser composto, especialmente, pela população rural mais jovem e feminina (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2005; FROELICH *et al.*, 2011).

Além do processo de migração dos mais jovens, o processo de envelhecimento da população rural está associado a um duplo movimento, que envolve a redução histórica das taxas de fecundidade e o aumento da esperança de vida das pessoas tanto no âmbito rural como urbano brasileiro. Com isso, ocorre a redução do número total de pessoas nos estratos de idade de 0 a 14 anos e no estrato de idade mais elevada, que aumenta, passa a predominar a presença

masculina, constituindo o processo de envelhecimento e masculinização do campo, considerando também o fato das mulheres serem mais longevas que os homens (ALVES; CAVENAGHI, 2012; SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2005).

Na região das Missões, no caso de Salvador das Missões, em termos de dinâmica populacional, pode-se apontar a estabilidade da população total entre 2000 e 2010, pois passou de 2.665 para 2.669 pessoas. Contudo, em termos proporcionais as mudanças são mais expressivas, pois nesse mesmo período a população rural do município passou de 68,11% para 59,01%. Em termos microrregionais a população total mostrou decréscimo absoluto (passou de 140 mil para 132 mil) e caiu a participação relativa da população rural (de 54,17% para 48,07%). O Gráfico 1 apresenta os valores absolutos e por faixa etária da população rural de Salvador das Missões entre 2000 e 2010. Chama a atenção a forte redução do número de residentes rurais nos dois estratos mais jovens (0 a 9 e 10 a 19 anos), o que implica, em termos relativos, o envelhecimento da população, pois os estratos com idades superiores (40 a 69 anos e 70 anos ou mais) apresentam leve crescimento. Já o número de residentes rurais com idade de 20 a 29 anos manteve-se estável e o de 30 a 39 anos teve forte queda.

Gráfico 1 - Número absoluto de residentes rurais por faixa etária, em Salvador das Missões – 2000 e 2010



Fonte: IBGE - Censos Demográficos (2000; 2010)

Em estudo sobre a dinâmica da população na região Central gaúcha, Froelich (2011) também aponta o processo de envelhecimento da população rural entre 1996 e 2007, destacando a mesma tendência observada em Salvador das Missões, de redução do número de residentes rurais mais jovens e aumento dos mais velhos. O autor aponta o processo de masculinização da população rural na região central do RS, sendo essas duas tendências confirmadas por Sacco dos Anjos e Caldas (2005), ao considerar a dinâmica populacional do Sul do Brasil. Esses são traços marcantes da dinâmica populacional e implicam diretamente as dinâmicas de

desenvolvimento rural contemporâneas, que têm sido denominadas na literatura como o envelhecimento e a masculinização do campo.

Esse processo de envelhecimento rural, conforme destaca Maia (2014), também ocorre em nível nacional, pois o número médio de aposentados por domicílio rural aumentou gradativamente entre os anos considerados nos últimos três Censos Demográficos, tendo passado de 0,25 em 1991 para 0,36 em 2000 e chega 0,46 em 2010, ou seja, quase dobrou nesse período. Decorrente desse processo de envelhecimento da população rural, especialmente desde o marco legal da Constituição Federal de 1988, que alterou o regime de previdência rural, ampliando e assegurando o direito à aposentadoria rural para mulheres e homens, no valor de um salário mínimo mensal, ocorre o aumento da importância da renda obtida através de aposentadoria entre as famílias com domicílio rural.

Ao analisar as mudanças no mercado de trabalho agrícola brasileiro, no período de 2004 a 2015, Silveira (2017) também destaca o aumento da idade média da população ocupada, apontando que nesse período ocorreu forte expansão da área cultivada e da produção agropecuária, todavia ocorreu a redução de um quarto da população ocupada na agricultura (cerca de 5 milhões de postos de trabalho a menos), o que pode ser tributado à intensificação do capital na agricultura. Além disso, em relação ao mercado de trabalho agrícola, o referido autor observa que ocorreu diminuição de menor envergadura do número de trabalhadores por conta própria (onde predomina a agricultura familiar) e um aumento das ocupações voltadas para o autoconsumo, desde onde pode-se apontar a resiliência da agricultura familiar nesse cenário de boom do agronegócio e de redução da demanda por mão de obra.

Nas décadas de 60 e 80 do século XX ocorreu o auge da modernização conservadora, que demarcou não somente as alterações da base técnica da produção agropecuária, mas se configurou como um dos mais importantes vetores da mudança social que, num quadro de crescente liberalização dos mercados e da internacionalização da produção e do comércio agropecuário, reduziu drasticamente o caráter rural e agrário da sociedade brasileira. Uma das evidências desse processo tem sido a crescente importância das atividades não agrícolas entre a população rural, onde a agricultura, como atividade produtiva, não deixa de integrar o mundo rural, mas, em algumas regiões, ocorre diminuição de sua importância na geração de emprego e ocupação (SCHNEIDER, 2003). Conforme Sakamoto *et al.* (2016), considerando a situação nacional, desde os dados da PNAD 2001 a 2013, apesar de ocorrer melhora no emprego e na renda agrícola ao longo dos anos 2000, manteve-se o ritmo histórico de redução das famílias

com atividade exclusivamente agrícola, que seguem possuindo renda inferior às famílias com atividades não agrícolas.

Em que pese esses limites de ordenamento das informações do Censo Agropecuário<sup>5</sup>, interessa destacar que os resultados apontados por Escher *et al.* (2014) não deixam dúvidas quanto à importância do fenômeno da pluriatividade no Brasil, dado que 37% do número total dos estabelecimentos rurais eram pluriativos, sendo que, dos estabelecimentos familiares 34,1% eram pluriativos e entre os estabelecimentos não familiares essa cifra alcança 51,9%. Ou seja, em um terço dos estabelecimentos rurais familiares e pouco mais de metade dos estabelecimentos rurais não familiares, se recorria ao desenvolvimento de atividades não agrícolas para a obtenção de rendas, evidenciando a grande magnitude deste fenômeno. Hoffmann (2011), considerando os dados PNAD de 2009, aponta que 44,7% das pessoas ocupadas residentes na área rural do Brasil tinham uma atividade não agrícola como sua principal atividade, mas a pluriatividade não ocorre apenas no Brasil, tratando-se de um fenômeno com magnitude internacional (SCHNEIDER, 2003).

Ao discutir a pluriatividade, com base nos dados do projeto AFLDP, Schneider *et al.* (2006) e Sacco dos Anjos e Caldas (2007) destacam sua importância nas distintas dinâmicas territoriais de desenvolvimento em quatro regiões do RS. Em que pese as diferenças entre essas regiões, os estudos apontam a importância das rendas não agrícolas e da pluriatividade entre as famílias pesquisadas, destacando que as explorações agrícolas que desenvolviam atividades não agrícolas tendiam a apresentar indicadores socioeconômicos superiores às exclusivamente agrícolas, estando a pluriatividade associada ao tamanho das famílias, escolaridade e acesso aos recursos produtivos.

No caso brasileiro, considerando os anos 1980 e 1990, Graziano da Silva (1997) já apontava que o rural brasileiro não poderia mais se definir como especificamente agrário, destacando as atividades não agrícolas como parte das dinâmicas do desenvolvimento rural. Trabalhos mais recentes, como o de Liu (2003), que em estudo longitudinal com agricultores da região norte do Brasil constatam que é crescente a diversificação e desconexão entre as formas de vida dos agricultores com a execução das atividades agrícolas, ou seja, a delimitação do ser agricultor não pode mais ser circunscrita especificamente ao espaço e às dinâmicas

---

<sup>5</sup> Escher *et al.* (2014), ao analisar os dados do Censo Agropecuário 2006, destacam a importância das distinções entre o que são atividades e o que são rendas não agrícolas e as implicações desses processos de classificação. Os autores discutem o tema da pluriatividade, que se refere à diversificação das atividades econômicas e laborais exercidas no meio rural e os plurirrendimentos, que se referem à diversificação das fontes de renda acessadas pelas famílias dos agricultores, tratando-se, pois, de fenômenos distintos. Os autores destacam que, possivelmente, muitos agricultores familiares, por serem pluriativos, acabam sendo inadequadamente classificados como não familiares, sendo excluídos das políticas públicas específicas para essa categoria social.

puramente agrícolas. Também os estudos de Villwock (2015; 2018) corroboram essa perspectiva, apontando a realização de atividades não agrícolas como um dos elementos presentes nas estratégias de reprodução dos agricultores do sudoeste do Paraná.

Decorre dessas evidências sobre o processo de envelhecimento da população rural e a ampliação dos recursos auferidos através de aposentadorias, bem como a elevada presença de atividades não agrícolas nos estabelecimentos rurais, uma das indagações centrais desta tese: como as estratégias de obtenção de rendas em atividades não agrícolas e a ampliação do recebimento de recursos previdenciários se relacionam com o processo de diferenciação e desagrarização dos agricultores familiares da região das Missões do RS ao longo do tempo?

### 3.2 AGRICULTURA FAMILIAR E OS SISTEMAS PRODUTIVOS

Outra característica bastante marcante do desenvolvimento rural no município de Salvador das Missões diz respeito ao perfil dos estabelecimentos agropecuários, pois 85,13% deles eram da agricultura familiar<sup>6</sup> e acumulavam 84,88% das áreas do município, em estabelecimentos com área média de 14,89 ha, em 2006, enquanto os estabelecimentos que não eram da agricultura familiar possuíam, nesse mesmo ano, área média de 15,18 ha (IBGE, 2006). Ou seja, mesmo os estabelecimentos agropecuários que não se enquadram nos parâmetros de agricultura familiar, que são minoritários numericamente, apresentam áreas médias inferiores ao módulo fiscal, que é de 20 ha, demarcando claramente que se trata de município com amplo predomínio da agricultura familiar, sendo ela responsável por, aproximadamente, 85% do valor total da produção agropecuária, tanto da lavoura como da pecuária de Salvador das Missões (IBGE, 2006). A divulgação dos dados detalhados do Censo Agropecuário 2017 certamente fornecerá muitas evidências para discutir as transformações do perfil da agricultura do município.

Todavia, com os dados já disponíveis, o tema da desagrarização torna-se bastante inquietante pois, ao considerar-se o número total de estabelecimentos agropecuários de Salvador das Missões, observa-se uma forte diminuição ao longo do tempo, conforme a Tabela 1, tendo reduzido de 608 para 355, entre 1995 e 2017. Nesse caso, é importante registrar as diferenças no método de contabilização dos estabelecimentos entre os Censos de 2006 e de 2017. Conforme o IBGE (2018), em 2017 áreas não contínuas, exploradas por um mesmo produtor foram consideradas como apenas um estabelecimento, desde que localizadas no

---

<sup>6</sup> Conforme parâmetros da Lei nº 11.326, de 2006.

mesmo município, exploradas usando os mesmos equipamentos e pelo mesmo pessoal e, em 2006, bastava que áreas não contínuas estivessem localizadas em setores censitários diferentes para serem consideradas estabelecimentos diferentes. Ou seja, essa alteração tende a reduzir o número total de estabelecimentos, todavia, ainda assim, considera-se pertinente a questão sobre a desagregação.

Além disso, a tabela mostra um processo de concentração da terra, sendo essa uma das tendências observadas nas dinâmicas de desenvolvimento rural do município. Isso se evidencia pela expressiva redução do número de estabelecimentos e da área acumulada nos estratos inferiores ao tamanho de um módulo fiscal (20 ha), sendo que, em 1995, totalizavam 475 estabelecimentos e acumulavam 54,58% da área total e, em 2017 eram apenas 233 estabelecimentos que acumulavam 28,21% das áreas. O estrato de 20 a 50 ha apresenta maior estabilidade na área acumulada, mas também ocorre forte redução do número absoluto de estabelecimentos que compõem esse estrato. Por outro lado, os estratos de estabelecimentos agropecuários com mais de 50 ha são os únicos onde ocorreu, entre 1995 e 2017, aumento do número total e da área acumulada, o que aponta para a crescente concentração fundiária.

Tabela 1 - Número absoluto de estabelecimentos e área acumulada por estratos de área de estabelecimentos agropecuários, em Salvador das Missões – 1995, 2006 e 2017

	1995		2006		2017	
	Número estab.	Área acumulada	Número estab.	Área acumulada	Número estab.	Área acumulada
0 a menos de 10 ha	224	13,13%	219	12,55%	136	8,60%
10 a menos de 20 ha	251	41,45%	192	32,18%	97	19,61%
20 a menos de 50 ha	125	39,68%	138	48,29%	94	39,87%
50 a menos de 100 ha	8	5,75%	8	5,77%	21	18,41%
100 a menos de 500 ha	0	0,00%	1	1,21%	7	13,52%
Total	608	100%	558	100%	355	100%

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (1995/96, 2006, 2017)

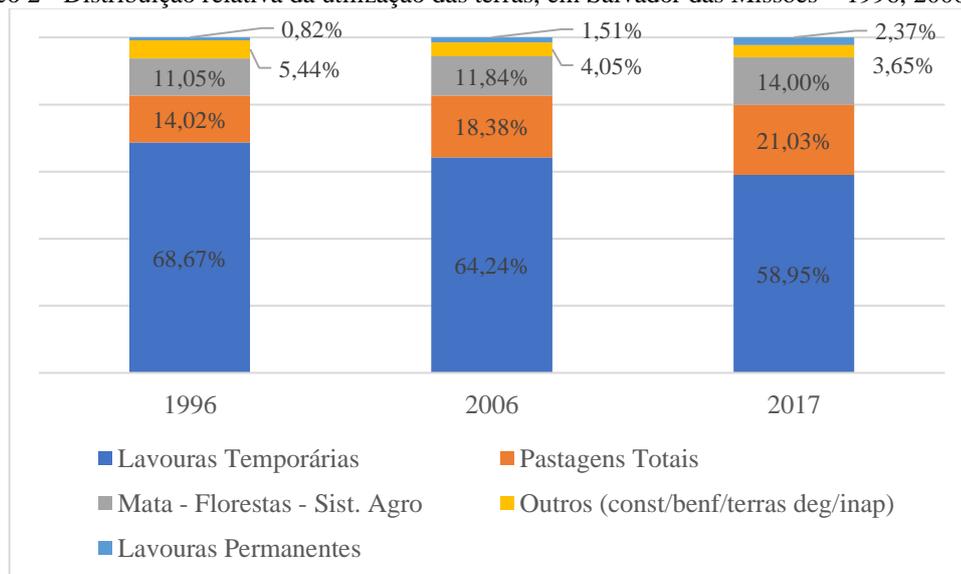
Os dados da concentração da terra remetem à outra dimensão das transformações rurais que diz respeito à configuração dos sistemas produtivos que, como visto no segundo capítulo, ao serem impulsionadas pelos impérios alimentares, através das formas empresariais ou capitalistas, tendem a disputar a base de recursos que sustenta a existência das formas camponesas de agricultura. Isso decorre especialmente da necessidade de aumento de escala, o que demanda a ampliação dos espaços para o desenvolvimento da produção, abrindo a disputa por terra, como se observa em muitos espaços rurais, onde a lavoura de soja tem solapado os espaços produtivos e diversificados das hortas e pomares familiares. Por outro lado, os impérios

também podem se apropriar dos espaços produtivos através da conversão das formas de agricultura camponesa em empresarial ou capitalista, sendo esse um dos mecanismos mais recorrentes da atualidade (PLOEG, 2018).

No caso de Salvador das Missões, observou-se um exemplo de expropriação da base de recursos dos agricultores, que foi realizada através da construção da barragem São José, no Rio Ijuí, em 2007, que resultou no alagamento de 23 unidades de produção. Consta, nos relatos coletados no município, que o conflito socioambiental gerado pela obra abalou não apenas as famílias diretamente atingidas pelo lago, mas também famílias do entorno e as próprias comunidades rurais, sendo elemento fortemente impactante na trajetória de algumas das famílias estudadas, como se demonstrará mais adiante.

Por outro lado, como destacado, a apropriação pelos impérios também pode ocorrer com a alteração das formas de uso da terra, pela introdução de estilos de agricultura mais integrados aos circuitos globais de produção de mercadorias. A destinação da terra no município pode ser observada no Gráfico 2. Ele apresenta a distribuição relativa de sua utilização, com destaque para a destinação prioritária das terras, ainda que decrescente, para as lavouras temporárias e o crescimento da participação das áreas com matas, florestas e sistemas agroflorestais e, mais intensamente, o aumento das áreas utilizadas com pastagens. Como se abordará na sequência, esse aumento revela outra dimensão da dinâmica mais recente observada em Salvador das Missões, que é a ampliação da atividade leiteira.

Gráfico 2 - Distribuição relativa da utilização das terras, em Salvador das Missões – 1996, 2006 e 2017



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (1996, 2006 e 2017).

Ainda sobre a ocupação da terra, cabe destacar que os principais cultivos em lavouras temporárias no município estudado são soja, milho e trigo, que juntos, entre 2002 e 2017 cobriram entre 95% e 98% das áreas plantadas. Conforme as observações de campo, esses cultivos têm sido desenvolvidos segundo os padrões da forma empresarial de agricultura e, entre 2002 e 2017, apesar do amplo predomínio relativo destas *commodities* nas áreas de lavouras temporárias, em termos absolutos, ocorreu a redução das áreas dedicadas a esses cultivos. No caso da soja, passou de 4.700 ha para 3.300 ha, de milho passou de 1.350 ha para 1.000 ha e a de trigo reduziu de 2.100 ha para 1.100 ha (IBGE – PAM, 2002 – 2017).

Já, em relação aos demais cultivos das lavouras temporárias, destacadamente os que são destinados ao consumo das famílias, observa-se sensível redução na área total plantada entre 2001 e 2017. No caso de amendoim, reduziu de 70 ha para 6 ha, da cana-de-açúcar de 47 ha para 12 ha, da batata-doce foi de 15 ha para 5 ha, de batata inglesa de 12 ha para 7 ha e de mandioca de 180 ha para 40 ha. O feijão parece ser a única exceção, pois tem se mantido ao longo desse período com áreas plantadas variando na faixa de 12 ha a 15 ha (IBGE – PAM, 2002 – 2017).

Esses dados colocam em questão o comportamento histórico da produção para o autoconsumo, que é uma estratégia fundamental que os agricultores familiares acionam de forma recorrente para a maior garantia e controle do processo de sua reprodução social, econômica e cultural como apontam os trabalhos de Gazolla (2004), Grisa (2007), Duval (2009) e Fontoura (2012). O processo de ampliação da produção de *commodities* tem sido impulsionado e demanda a mobilização de crescentes volumes de crédito, donde se evidencia o papel do Estado no sentido de financiar sua expansão. Conforme aponta Belik (2015a), a política de crédito é um dos elementos fundamentais da política agrícola e, no caso brasileiro, o volume de crédito rural dobrou desde a década passada, destacando que, apesar desse crescimento, a disponibilidade ainda é insuficiente face às necessidades do produtor e que, apesar do crescimento da participação de cooperativas e de bancos privados, ainda é majoritária a participação dos bancos públicos na disponibilização de crédito rural.

Por outro lado, olhando-se para o cenário global é importante destacar que o setor agropecuário brasileiro, nos quinze anos analisados nesta tese, apresentou elevado crescimento<sup>7</sup>, tendo sido fortemente impulsionado pela elevação internacional dos preços nominais e reais dos produtos agrícolas (*boom das commodities*) e com a elevação da demanda

---

<sup>7</sup> Conforme Silveira (2017), a produção de cereais, oleaginosas e leguminosas passou de 88 para 215 milhões de toneladas entre 2000 e 2015 e o valor da produção de carnes triplicou entre 2007 e 2014.

internacional em função da ampliação de mercados consumidores, como os da China e Índia. Soma-se a isso, um conjunto de políticas internas de apoio aos agricultores, que foram levadas a cabo no âmbito interno (BELIK, 2015a; BLACK, 2015; SILVEIRA, 2017). Resulta disso a forte valorização dos preços das terras a partir dos anos 2000, o que amplia o limite ao avanço das formas familiares de produção, em função dos históricos níveis de concentração da terra no Brasil (DELGADO, 2017) que se perpetuaram ao longo do período de análise. No caso do sul do Brasil, as terras destinadas ao cultivo de grãos desde os anos 2000 apresentam forte elevação do preço por hectare, sendo as de valor mais elevado no país (BACHA, *et al.*, 2016), alcançando valorização real de 253,75% entre 1994 e 2014 (FRITZ *et al.*, 2018).

No caso das políticas internas mais recentes para o setor agrícola, conforme destaca Grisa (2017), desde o segundo mandato da ex-presidente Dilma as perspectivas neoliberais voltaram à agenda pública, especialmente a partir do início do Governo de Michel Temer. De acordo com a autora, desde aí a narrativa passa a se fundamentar no argumento liberal da necessidade de ajuste das contas públicas (redução nos investimentos do Estado, reforma da previdência e privatizações), ampliação da competitividade empresarial (flexibilização das normas trabalhistas) e priorização do mercado, em detrimento do Estado, como sujeito fundamental da promoção do desenvolvimento.

Devido a essas alterações gerais nas concepções de Estado e das estratégias gerais de desenvolvimento, as políticas públicas para o rural são ajustadas, remetendo ao que Fouilleux (2011) considera de ajuste entre referencial global e setorial. A mais emblemática mudança desse novo período foi a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a redistribuição institucional e a extinção de algumas de suas funções. O escopo desta tese não priorizará a análise das alterações mais recentes e em curso nas políticas de desenvolvimento rural. Isso não significa desconsiderá-las ou subestimar sua importância. O foco recairá especialmente sobre o período 2002 – 2015, que representa determinado ciclo de políticas públicas e de desenvolvimento rural no Brasil<sup>8</sup>, denominado por Grisa e Schneider (2015) de terceira geração de políticas para a agricultura familiar, em que ganha relevo o referencial da construção de mercados para a segurança alimentar e nutricional e a sustentabilidade ambiental.

---

<sup>8</sup> Esse ciclo tornou o Brasil uma referência internacional de apoio à agricultura familiar devido às políticas públicas adotadas nas duas últimas décadas. Elas combinaram instrumentos tradicionais, como crédito e assistência técnica, com mecanismos inovadores, como apoio à comercialização (SCHNEIDER; ESCHER, 2014). Seus resultados contribuíram para recolocar na agenda a discussão sobre as políticas públicas e o papel da agricultura familiar nos processos de desenvolvimento rural.

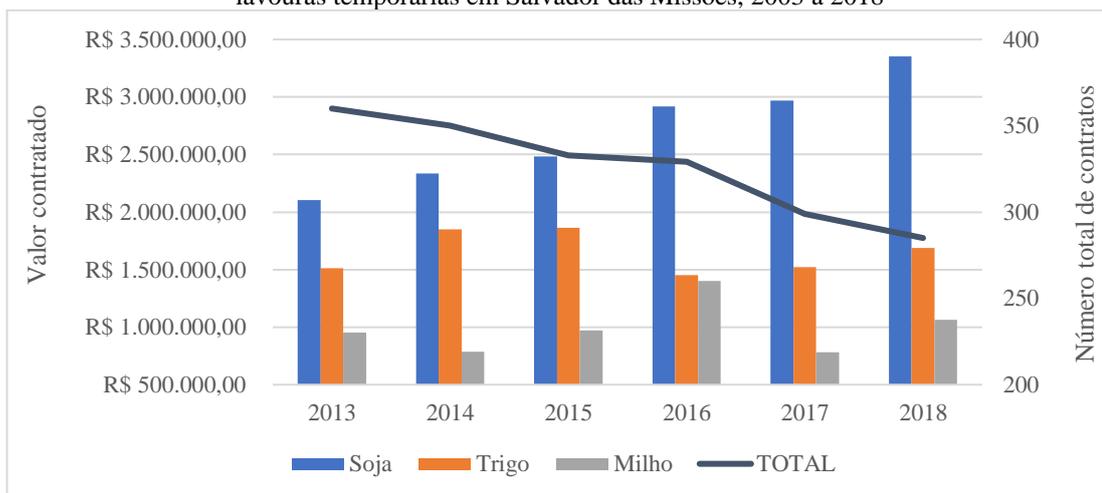
Alguns exemplos dessa terceira geração de políticas para a agricultura familiar são: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), as alterações no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e os Programas de Habitação Rural e Luz para Todos. Além destes, também são marcas importantes do período a instituição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para agricultura familiar e assentamentos, em 2010 e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, em 2012. No caso específico de Salvador das Missões, pode-se destacar a constituição da Cooperativa dos Agricultores Familiares (COOPAF), em 2006, que conta atualmente com 89 associados e também da Rede Missioneira de Agricultores Familiares (REMAF), como sinais dessa emergência política que ocorre na confluência da ação dos agricultores com as políticas públicas. Essas experiências (COOPAF e REMAF) foram levadas a cabo por agricultores familiares, recebendo importantes aportes públicos, como o caso da entrega de alimentos ao Restaurante Universitário do Campus Cerro Largo da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), ou da construção de quiosques para comercialização da produção, conforme descrito por Schneider e Prestes (2016).

A criação do PRONAF, em 1996, foi um dos marcos históricos mais importantes nas políticas específicas para a agricultura familiar. Tem sido crescente o volume de recursos investidos e o número de contratos (BIANCHINI, 2015; GRISA *et al.*, 2014), porém seu alcance tem sido relativo, dado que grande número de agricultores não têm tido acesso e são recorrentes as críticas no sentido da concentração espacial, a seletividade em relação ao perfil dos produtores, o aprofundamento da concentração produtiva e uma espécie de abdução da maior parte dos valores em sistemas produtivos conformados pelas formas empresariais de agricultura, ou para conformá-las, privilegiando setores mais capitalizados da agricultura familiar e restringindo fortemente seu uso em perspectivas mais diversificadas e autônomas dos sistemas produtivos (BELIK, 2015a; GRISA *et al.*, 2014; AQUINO *et al.*, 2018; CONTERATO; BRÁZ, 2019).

No caso do RS, em 2016 a soja absorveu 49,4% do volume total dos recursos canalizados pelo PRONAF ao custeio agrícola, evidenciando a concentração do crédito nesse cultivo, o que reforça as questões em torno do paradoxo representado pela continuidade de sua produção por agricultores familiares frente à inviabilidade econômica apontada pelos cálculos de custo e as fortes inversões de recursos via PRONAF (WESZ JUNIOR; BUENO, 2008; MARMILICZ, 2013; BAZOTTI, 2016). Deriva daí um dos enfoques a serem considerados nesta tese, que é a relação entre a produção de soja e as trajetórias dos agricultores familiares missioneiros.

No caso de Salvador das Missões, o Gráfico 3 mostra a variação do volume total de crédito de todas as fontes e o número total de contratos destinados aos principais cultivos de lavoura temporária. Nesse caso, foram incluídas todas as modalidades de custeio para a atividade agrícola, observando-se que soja, milho e trigo absorvem a quase totalidade dos recursos, pois exceto esses contratos, foram realizadas apenas cinco outras operações de custeio para canola. O valor total contratado tem crescido anualmente, tendo passado de R\$ 4,6 milhões para R\$ 6,1 milhões, entre 2013 e 2018. Como o número total de contratos tem caído anualmente (de 380 para 285), elevou-se o valor médio contratado, que passou de R\$ 13 mil para R\$ 22 mil, no período considerado. O Gráfico 3 também evidencia certa estabilidade no volume total de crédito destinado às lavouras de milho e trigo e, quanto à soja, houve crescimento em todos os anos da série.

Gráfico 3 - Valor total contratado por produto e número total de contratos de todas as modalidades de custeio das lavouras temporárias em Salvador das Missões, 2013 a 2018



Fonte: BCB – Matriz de dados do crédito rural (2019).

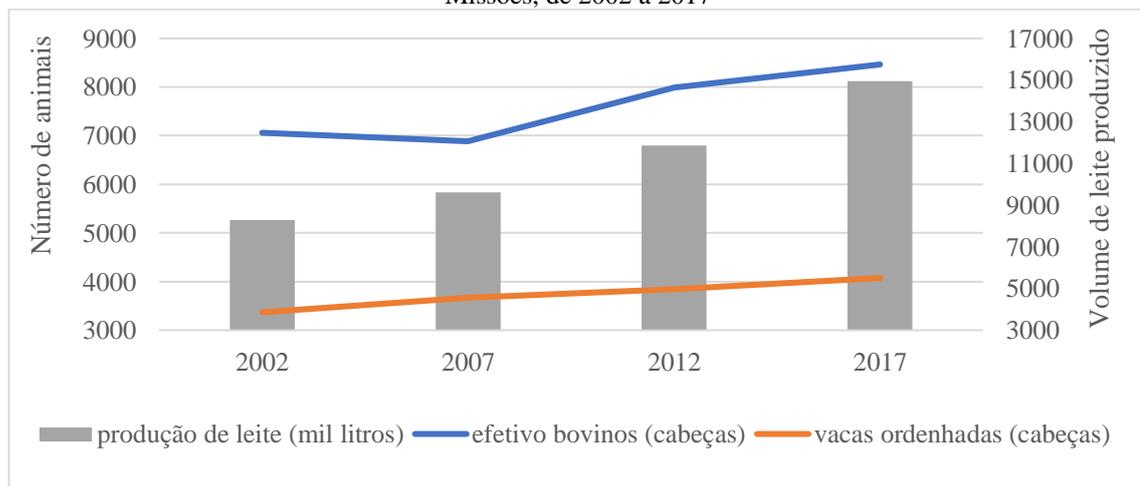
Os dados secundários confirmam as observações de campo em relação à redução absoluta das áreas cultivadas com soja, milho e trigo, que decorrem da forte ampliação da atividade leiteira. O Gráfico 4 demonstra a elevação do efetivo de bovinos, que passou de, aproximadamente, sete mil para 8,5 mil cabeças, entre 2002 e 2017, sendo esse aumento acompanhado pelo efetivo de vacas ordenhadas, que em todos os anos da série representa cerca de 50% do número total de bovinos, evidenciando que o crescimento do rebanho bovino decorre do aumento dos animais especializados na produção de leite.

Também verificou-se o crescimento expressivo do volume total de leite produzido, o que demanda a ampliação da oferta de alimentação para os animais, sendo, no referido município, baseada em silagem, especialmente de milho, feno e pastagens de inverno, o que

implicou, como visto, na redução das áreas cultivadas com soja, milho e trigo e ampliação da área total destinada ao cultivo de pastagens, que passou de 1.203 ha para 1.538 ha entre 1996 e 2017.

Além disso, a relação entre o volume de leite produzido e o número de vacas ordenhadas permite a verificação da produtividade média do rebanho municipal, que, nos quatro anos considerados no Gráfico 4, foi de, respectivamente: 2.461,42; 2.622,37; 3.091,41 e 3.665,52 litros de leite por vaca, por ano. Ou seja, o rebanho leiteiro aumentou e também cresceu sua produtividade, o que explica a forte evolução do volume total de leite produzido, pois nessa atividade ocorreu a expansão, pela ampliação do rebanho e a intensificação, pelo aumento da produtividade, o que demandou aumento da oferta de alimentação para os animais.

Gráfico 4 - Efetivo total de bovinos e de vacas ordenhadas e volume total de leite produzido em Salvador das Missões, de 2002 a 2017



Fonte: FEE DADOS, 2019.

Considerado de forma panorâmica no Brasil, a produção de leite pela agricultura familiar tem sido objeto de muitos estudos que apontam a tendência de crescente concentração da produção e exclusão de produtores familiares. Essa exclusão ocorre mediada por diferentes mecanismos, como determinações legais, estabelecimento de novos parâmetros técnicos e produtivos, pela precificação diferenciada, etc., que são pautados segundo a necessidade de ampliação de escala e padronização da qualidade do produto, o que tem conduzido à concentração da produção em poucos produtores, mais integrados e mais especializados (TESTA *et al.*, 2003; FERRARI *et al.*, 2005; SOUZA, 2007; 2011).

Quanto ao panorama regional da produção de suínos, considerando especialmente o sul do Brasil, a literatura aponta um traço distintivo em relação à produção leiteira. Enquanto na produção de leite destaca-se um processo, em curso, de concentração e exclusão produtiva, para

a produção suína, ao que se constata, esse processo já ocorreu em décadas passadas, especialmente a partir dos anos 1980, com a difusão dos sistemas integrados de produção (MIRANDA, 2005; TERHORST; SCHMITZ, 2007). Em Salvador das Missões, onde ocorreu forte crescimento da produção de suínos, pois o rebanho passou de sete para vinte e sete mil cabeças, entre 2002 e 2017 (FEE, 2019), isso parece se confirmar. Pois, conforme as observações de campo e depoimentos de lideranças locais, essa ampliação do rebanho suíno ocorreu em unidades de produção mais especializadas e integradas a empresas agroindustriais. Essa alteração e as mudanças ocorridas na produção leiteira e nas lavouras temporárias são as principais modificações na dinâmica agrária do município no período recente.

O processo de especialização produtiva tem sido debatido em diversas dimensões. Em relação ao escopo desta tese cabe destacar o trabalho de Villwock (2015), que analisou como as combinações de diferentes atividades produtivas impactam a renda das famílias e quais combinações resultam em mais renda, aponta que as famílias que alcançam maiores rendas são aquelas que ampliaram sua mercantilização, investiram em tecnologia, especialmente na combinação da produção de grãos e leite, as que possuem maior disponibilidade de força de trabalho e auferem rendas de atividades não agrícolas.

Ao observar-se a evolução recente da agricultura brasileira e na região das Missões do RS, percebe-se o avanço dos mercados de *commodities*, nos quais os ganhos de produtividade e de escala, impulsionados pela incorporação de tecnologia e maior mobilização de capital, não parecem se configurar como ambientes favoráveis aos agricultores familiares, em função das dificuldades relacionadas aos limites de disponibilidade de terra, capital e trabalho. Além disso, a dinâmica dos mercados globais exige permanentemente a atualização e renovação de determinados padrões de qualidade, conforme os alimentos projetados segundo os interesses e necessidade dos processos de industrialização. Contudo, como destacam os trabalhos de Bazzoti (2016), em relação à soja e de Souza (2011), em relação ao leite, existe um conjunto de agricultores familiares que mantém os vínculos com essas cadeias globais de valor, incorporando-as em seus sistemas produtivos e conformando estilos de agricultura segundo seus padrões.

Essas transformações apontam para a ampliação da inserção da rede de interesses dos impérios alimentares na agricultura do município e o aumento da presença de formas mais empresariais de agricultura. Assim, uma das questões que interessa investigar nesta tese é sobre as trajetórias dos agricultores missioneiros que adotam esse tipo de estratégia, destacadamente,

quais as implicações, em termos de diferenciação, reprodução e desagrarização que essas escolhas implicam.

Conforme Guanziroli *et al.* (2012), existe uma parte dos agricultores familiares que estão inseridos nas cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, dado que entre 1996 e 2006 a contribuição desses agricultores na composição do valor bruto da produção agropecuária brasileira, segundo dados do Censo Agropecuário 1996 e 2006, passou de 37,91% para 36,11%. Os autores também destacam o crescimento numérico dos agricultores mais pobres, sem correspondente crescimento no valor da produção e ampliação da participação no valor produzido por um grupo menor e mais abastado de agricultores familiares.

A perspectiva de concentração produtiva e de diferenciação dos agricultores entre “viáveis” e “não viáveis” também é sustentada por Alves e Rocha (2010), que consideram especialmente os dados do Censo Agropecuário de 2006, para apontar a capacidade que pequeno grupo de produtores rurais têm de sustentar elevados volumes de produção e geração de renda na atividade agrícola, o que dispensaria a continuidade de parte do contingente da população rural, que não teria perspectivas de continuidade na agricultura e no rural. Apesar de ser criticável o caráter inexorável do processo de desagrarização que parece compor os argumentos desses autores, não se pode desconhecer a ampla heterogeneidade e a diversidade das formas familiares de agricultura, sendo altamente relevante indagar, especialmente em um estudo de trajetórias, se tem ocorrido, como tem se dado e em que se fundamenta esse processo de diferenciação, concentração e exclusão produtiva, sustentado por esses autores.

De acordo com Alves e Rocha (2010), um primeiro grupo é composto por 8,19% dos estabelecimentos rurais do Brasil (cerca de 420 mil), que produziu dez ou mais salários mínimos (SM) e foi responsável por 84,89% do valor da produção total. Esse grupo representaria o segmento mais viabilizado da agropecuária, estando bem articulado politicamente e demandando políticas gerais. Os autores ainda destacam que dentro desse grupo, os que produziram mais do que 200 SM mensais (0,43% dos estabelecimentos) responderam por 51,34% da produção total, evidenciando grande concentração. O segundo grupo representa 18,86% dos estabelecimentos (cerca de um milhão), produziu entre dois e dez SM/mês e gerou 11,08% do valor da produção total. Esse grupo representaria um segmento em dificuldades, mas com viabilidade, dependendo de políticas diferenciadas, sendo também relativamente bem articulado politicamente. O terceiro grupo produziu entre zero e dois SM/mês e agrupa 72,95% dos estabelecimentos rurais (cerca de 3,7 milhões, sendo, aproximadamente, metade deles no

Nordeste). Esse grupo produziu 4,03% da produção total, evidenciando pequena contribuição relativa frente à magnitude do número de estabelecimentos que engloba.

Alves e Rocha (2010) ainda destacam que nesse último grupo (zero a dois SM) metade deles (51,62%) produz entre zero e meio SM/mês o que, ao todo, corresponde a menos de um por cento da produção total. Segundo esses autores, esse grupo teria poucas chances na atividade agropecuária, sendo necessárias políticas de caráter assistencial para retardar sua migração para os centros urbanos, considerada inevitável. Em outro trabalho que analisou, entre outras variáveis, a evolução da distribuição da renda total entre agricultores familiares entre os censos de 1996 e 2006, Guanzioli *et al.* (2012) apontam que ocorreu um processo de concentração dentro do setor, com ampliação da participação na renda total do grupo dos agricultores familiares consolidados e redução entre os grupos de transição e periféricos. Segundo esses autores, isso decorre do maior grau de especialização produtiva e do maior acesso ao PRONAF.

Para Perondi (2007) as famílias que possuem fontes de ingressos financeiros mais diversificadas possuem rendas mais elevadas. Quando essas rendas diversificadas estão menos vinculadas a produtos tradicionais do mercado de *commodities* agrícolas observa-se maior sustentabilidade social. O estudo aponta que a diversificação, quando baseada em *commodities* agrícolas tradicionais, não altera significativamente a vulnerabilidade dos agricultores.

Em relação às configurações gerais de renda, os resultados gerais do trabalho de Niederle (2007), em Salvador das Missões, coincidem com os resultados de Perondi (2007) e Villwock (2015). Além disso, o autor demonstra como os agricultores criam estratégias e estilos distintos, alguns inseridos em uma dinâmica de crescente mercantilização e externalização, relacionada especialmente ao monocultivo da soja, e outros agricultores optam por configurações produtivas que conjugam alternativas de desmercantilização e internalização de recursos, como a produção de leite e o autoconsumo. Interessa, nesta tese, investigar os desdobramentos dessas estratégias e estilos ao longo do tempo, especialmente considerando o comportamento da produção para o autoconsumo e da soja e leite, que estão muito presentes nas configurações produtivas dos sistemas familiares de produção na região das Missões do RS. As alterações nos casos estudados serão apresentadas no capítulo 5. Antes dele, no próximo capítulo, apresentam-se os elementos metodológicos que sustentam a presente tese.

## 4 METODOLOGIA E O MÉTODO DA PESQUISA

O objetivo do presente capítulo é delimitar o campo metodológico no qual este estudo se insere, detalhar os procedimentos de geração, organização e análise dos dados e identificar as variáveis que foram consideradas. Na primeira seção se introduz a discussão sobre os estudos longitudinais de trajetórias familiares, procurando destacar que essa abordagem configura uma nova fronteira nos estudos das dinâmicas rurais.

Na segunda seção retomam-se, sumariamente, alguns aspectos do projeto AFDLP, pois ele foi o ponto de partida temporal desta tese. Muitos procedimentos de pesquisa foram reproduzidos segundo a lógica do referido projeto para garantir a possibilidade de comparação das informações. O acesso ao banco de dados produzidos foi determinante para a análise das trajetórias, pois constitui o “momento 1” da pesquisa, em 2002, e a coleta de dados realizada em 2017 constitui o “momento 2”. A terceira seção deste capítulo apresenta os elementos mais operacionais da pesquisa, em suas diferentes fases, como o trabalho preliminar de campo, a construção do instrumento de coleta de dados, o trabalho de campo, as variáveis consideradas e os procedimentos analíticos.

### 4.1 ESTUDOS LONGITUDINAIS DE TRAJETÓRIAS

A passagem do último milênio demarca alterações de grande envergadura nas abordagens e temas de investigação das ciências sociais sobre o rural. Ao analisar as mudanças na sociologia rural nos Estados Unidos ao longo do século XX e estabelecer diálogo com as formulações brasileiras, Schneider (1997) aponta as alterações nas abordagens dos estudos das transformações rurais e as características, em termos de referências metodológicas e teóricas, bem como os temas de pesquisa, impulsionados desde uma emergente sociologia da agricultura, que chegou de forma mais efetiva ao Brasil a partir dos anos 1990. Segundo esse autor, as décadas finais do século XX foram marcadas pela efervescência de temáticas inovadoras e a emergência de novas abordagens teórico-metodológicas no estudo dos fenômenos rurais.

No Brasil, o debate sobre as transformações rurais obteve considerável impulso nos anos 1990, inserindo diversas dimensões das relações sociais na agricultura como temas de pesquisa. Os trabalhos de Veiga (1991) e Abramovay (1992) são referências iniciais de uma nova etapa nas ciências sociais brasileiras, ao incluir um leque mais amplo de possibilidades teóricas e de novos temas nos estudos dos fenômenos rurais, que crescem e se diversificam ainda mais no

período seguinte. Uma das marcas desse período foi a emergência de uma nova categoria sociopolítica no meio rural: a agricultura familiar (NIEDERLE *et al.*, 2015; PICOLOTTO, 2011).

Nos anos 2000 ampliou-se a visibilidade das diferentes formas e configurações dos espaços rurais, tendo contribuído de forma marcante o estudo INCRA/FAO (2000), que impulsionou novas abordagens nos estudos rurais, em que a heterogeneidade de formas e racionalidades ganham bastante destaque como elementos fundamentais na ponderação das dinâmicas rurais. Assim, a partir desse período passam a ganhar mais espaço e voz os diversos sujeitos do mundo rural, como a ampla e variada gama de comunidades tradicionais e também novos temas ganham relevância, entrando com força na agenda dos estudos rurais e das políticas públicas. Especial espaço tem ocupado na agenda de pesquisa contemporânea os trabalhos que abordam os sujeitos do campo, considerando sua capacidade de agência e o papel ativo dos agricultores, seja nos processos de inserção nos mercados ou na construção de suas estratégias de reprodução frente às contingências situacionais.

Ainda que os atores tenham ganhado mais voz, observa-se um grande vazio nos estudos rurais sobre suas trajetórias históricas. Em termos gerais, os elementos históricos são parte constituinte da maioria dos trabalhos acadêmicos e, no caso das dinâmicas rurais, são recorrentes as pesquisas que se valem de séries históricas e comparação de painéis para interpretar as mudanças ao longo do tempo. Cabe destacar que um estudo longitudinal de trajetórias não é um *panel data*, embora possa recorrer a esse recurso para sua execução. Os estudos com dados comparados em painéis têm sido um recurso muito utilizado em estudos econométricos e, na área da saúde, se realizam estudos de coorte, sendo formas de se operacionalizar análises históricas. Todavia, a marca distintiva que se procura destacar no método desta tese, com base em estudo longitudinal, é a realização da análise histórica da trajetória das mesmas famílias, implicando, portanto, a análise do percurso dos mesmos grupos familiares ao longo do tempo.

No campo da saúde existem trabalhos que focam as trajetórias de indivíduos em relação ao processo de adoecimento, ou para monitorar casos de doenças e, em alguns casos, incorporam nas análises as circunstâncias em que esses indivíduos estão inseridos e sua relação como os processos de adoecimento ou de cura. Essa perspectiva se aproxima de um estudo longitudinal de trajetória de famílias, embora nestes não se busque o detalhamento da trajetória individual, ou de uma biografia em específico. No estudo longitudinal de trajetórias aqui proposto, o que interessa é entender os processos de transformação do rural a partir da

consideração das mudanças vividas pelas famílias rurais, de suas configurações específicas, em termos demográficos e de condições produtivas, a partir das quais elas desenvolvem estratégias para se relacionar com a sociedade mais ampla e traçam seus rumos (trajetórias) em interação com as transformações mais amplas dos espaços rurais.

Dáí decorre a centralidade das estratégias e estilos de agricultura como conceitos que permitem captar esses fluxos mutuamente determinados ao longo do tempo. A aplicação da noção de estilos de agricultura tem sido feita desde diferentes perspectivas metodológicas e de acordo com as formas de operacionalização. Segundo Niederle *et al.* (2014, p. 220), elas podem ser agrupadas em três grupos que consideram prioritariamente:

[...] (a) as estratégias reprodutivas como elementos definidores de padrões de desenvolvimento que formatam diferentes estilos; (b) os discursos representacionais dos agricultores enquanto representações do modo como eles mesmos identificam diferentes estilos; (c) indicadores quanti e qualitativos da estruturação dos processos de produção que permitem identificar grupos coerentes de unidades de produção.

A delimitação dos objetivos desta tese a aproxima do primeiro grupo de abordagens, dado que interessa analisar as trajetórias e os resultados decorrentes das distintas estratégias e estilos, em termos dos percursos percorridos pelos agricultores familiares de Salvador das Missões. Todavia, a terceira abordagem se constituirá fundamental para o escrutínio das trajetórias, especialmente na análise dos processos de especialização e concentração da produção. Segundo Niederle *et al.* (2014, p. 217), “Ao analisar as estratégias é possível olhar mais detidamente o conjunto de interações sociotécnicas que viabilizam distintas trajetórias de desenvolvimento rural”. Essa entrada permite confrontar as práticas e os discursos de justificação, focalizando as lógicas individuais e familiares. Por outro lado, seguem os mesmos autores (2014, p. 217), “[...] o foco nas estratégias dificulta avançar em uma representação coerente dos estilos de agricultura, pelo menos no que tange à construção de tipologias das unidades de produção”. A constituição das tipologias, nessa forma de abordar os estilos, concentra-se na derivação das próprias estratégias (reativas ou adaptativas) desenvolvidas pelos agricultores em suas unidades de produção, onde não necessariamente ocorre um vínculo estático entre determinada estratégia e estilo (NIEDERLE *et al.*, 2014).

Os trabalhos empreendidos por Niederle (2007) e Conterato (2008) seguiram essa perspectiva, identificando diferentes estratégias e estilos de agricultura em Salvador das Missões. A proposta inicial de trabalho previa utilizar essas tipologias para a análise das trajetórias. Porém, com as informações obtidas, não foi possível reconstituir com exatidão os grupos de análise que embasaram as tipologias de Niederle (2007) e Conterato (2008). Isso

representou um limite objetivo para realizar a análise das trajetórias partindo dos grupos de estratégias e estilos por eles configuradas. As tentativas de reagrupar os casos, a partir da observação das variáveis do banco de dados e dos parâmetros publicados por esses autores, resultaram em configurações imprecisas, razão pela qual optou-se pelo estabelecimento de nova tipologia.

De acordo com Schneider (2016b), uma tipologia, como recurso heurístico, atende determinada necessidade se ela cumpre seu papel de gerar grupos que refletem a heterogeneidade dos fenômenos observados. No escopo deste estudo interessa observar as diferentes trajetórias dos agricultores e o processo de sua diferenciação, que nos termos sustentados nesta tese, decorrem das distintas estratégias desenvolvidas pelos agricultores no exercício de sua capacidade de agência, sendo, portanto, essas estratégias as organizadoras dos tipos a serem escrutinados em relação às distintas trajetórias que produzem. Com isso, também, se delimita o caráter da pesquisa, que será empírico indutivo.

Conforme argumentam Long e Ploeg (1994), a perspectiva orientada aos atores é uma abordagem teórica e metodológica para o entendimento de processos sociais, sendo, por isso, adequada ao estudo aqui proposto. Uma das preocupações que mobiliza esse estudo, na mesma perspectiva de Niederle *et al.* (2015), é garantir que a abordagem metodológica e a constituição de tipologias possibilitem a expressão da diversidade que compõe os espaços rurais contemporâneos. Por outro lado, de acordo com Niederle *et al.* (2014), a complexidade do rural, em todas as suas dimensões, dificilmente é captada em sua totalidade por um instrumento analítico, o que estabelece o desafio para que os pesquisadores da atualidade construam modelos dinâmicos para retratar as dimensões específicas, consideradas mais relevantes. Todavia, é necessária muita atenção para não se engessar os processos sociais ao conformar e considerar apenas categorias estáticas e morfologicamente delimitadas, que acabam enquadrando a realidade em modelos teóricos pouco flexíveis para captar mais detidamente os fluxos dos processos sociais.

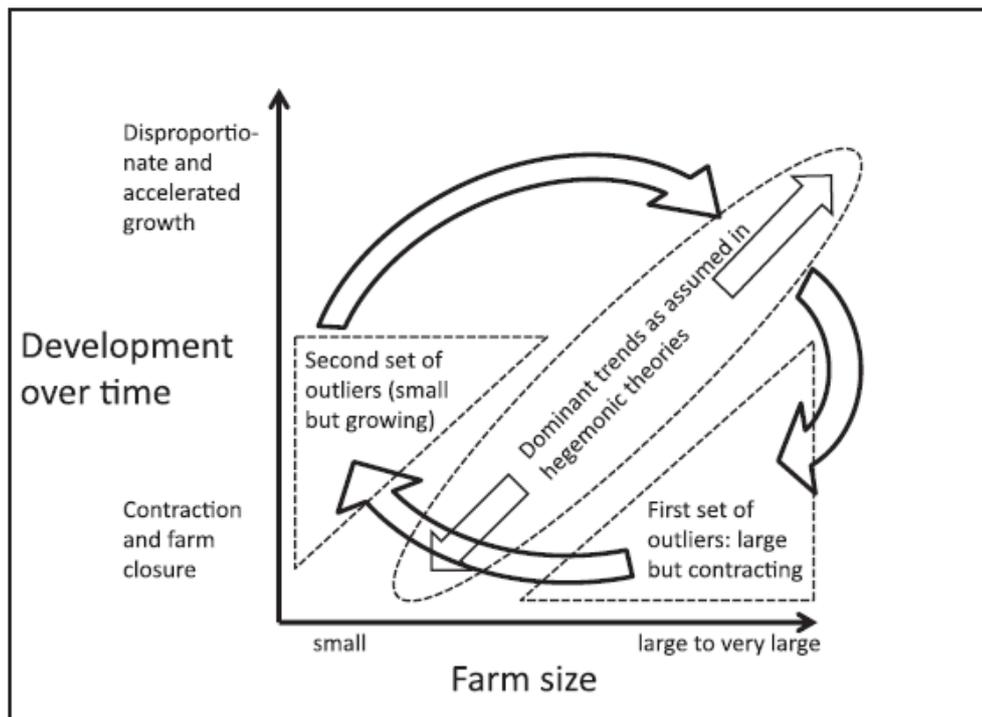
A abordagem do rural aqui proposta parte do pressuposto que se trata de ambiente amplamente mercantilizado e heterogêneo, cujos agricultores, no exercício de sua condição de agentes e frente a contextos hostis, desenvolvem estratégias e estilos de agricultura com vistas à sua reprodução social. Estes funcionam como vetores do processo de diferenciação social e constituição da heterogeneidade no campo. A abordagem dos estilos de agricultura, conforme Niederle *et al.* (2014, p. 222), volta sua atenção “[...] para os processos e formas de organização das práticas produtivas e da vida social no meio rural, integrando ainda o repertório de valores

e representações que definem uma estruturação específica para as relações sociais e econômicas.” A grande força dessa abordagem, que determinou a sua escolha, é a possibilidade de analisar as dinâmicas sociais, econômicas e culturais que produzem a diversidade no meio rural.

Como visto, os diferentes estilos de agricultura emergem no cruzamento das lógicas sociais e econômicas, como respostas estratégicas através das quais as famílias de agricultores expressam seus objetivos e aspirações frente ao ambiente no qual estão inseridas. A heterogeneidade da agricultura e, mais especificamente, a simultaneidade dos movimentos ascendentes e descendentes, de entradas e saídas, em todas as categorias de tamanho de unidades de produção, é o resultado dessas interações entre a lógica social e econômica ao longo do tempo. O desafio teórico a que os estudos longitudinais fazem frente diz respeito a evidenciar os processos rurais da atualidade, que não são adequadamente captados pelas teorias da modernização ou da diferenciação de classe e demográfica (PLOEG, 2017). Captar essas diferentes trajetórias e explicar os elementos que embasam sua constituição é parte fundamental do esforço desta tese.

Conforme Ploeg (2017), as teses da diferenciação induzida pelo mercado e da diferenciação por classes possuem um pressuposto comum – os agricultores grandes têm tendência ascendente e os pequenos descendente – que não resistem ao escrutínio empírico. Para o autor, ambos os grupos de agricultores, pequenos e grandes, ao serem considerados em bases de dados históricos, apresentam tendências ascendentes e descendentes. Segundo Ploeg (2017), em termos empíricos e históricos, nem todos os pequenos agricultores sofrem a marginalização ou a proletarianização e nem todos os grandes produtores apresentam trajetória ascendente. Isso o leva a propor um modelo de desenvolvimento rural fundado na ideia de processos circulares na agricultura contemporânea, conforme se observa na figura que segue.

Figura 2 - Processos circulares na dinâmica da agricultura atual



Fonte: Ploeg (2017, p. 31).

A marca distintiva desta tese é a abordagem dos processos e dinâmicas rurais através da análise longitudinal, ou seja, considerando dados coletados em distintos espaços de tempo, que inicialmente comporão painéis a serem comparados. Dessa comparação interessa, sobretudo, desdobrar as trajetórias dos agricultores familiares. A ancoragem teórica da metodologia do estudo proposto encontra-se especialmente nas formulações de Ploeg (2008; 2017), que têm destacado a importância da realização de estudos longitudinais, para possibilitar a análise dos percursos históricos trilhados pelos agricultores, grandes e pequenos, procurando derivar e destacar os elementos convergentes e divergentes nessas trajetórias, bem como destacar seus resultados em termos de diferenciação, capacidade de reprodução e de tendências do desenvolvimento rural.

#### 4.2 AFDLP – O PONTO DE PARTIDA

Para viabilizar a análise de trajetórias dos mesmos grupos familiares buscou-se bases de dados que permitissem identificar as famílias e que possuíssem a consistência e amplitude de informações para dar suporte a um estudo de trajetórias. Em função disso, chegou-se ao projeto de pesquisa Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade: a emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul (AFDLP), que tinha como objetivo, em linhas gerais,

analisar comparativamente as dinâmicas da agricultura familiar gaúcha em quatro regiões, tendo sido executado entre os anos de 2002 e 2004. O projeto incorporou a ideia de dinâmicas territoriais de desenvolvimento como elemento mediador entre a produção familiar (unidade de análise) e os elementos do entorno, como espaço de sociabilidade mais amplo e de viabilização das dinâmicas sociais e produtivas dos agricultores familiares.

A pesquisa foi voltada ao estudo das estratégias de reprodução social da agricultura familiar, considerando as relações estabelecidas simultaneamente entre a unidade familiar e o ambiente social e econômico. O objeto de estudo foi realizar uma “[...] análise do modo de interação dos agricultores familiares com o sistema social capitalista e de que forma estes conseguem se reproduzir nos marcos desta condição social” (AFDLP, 2004, p. 15).

Esse projeto de pesquisa resultou da cooperação empreendida pelos professores Flávio Sacco dos Anjos, do Departamento de Ciências Sociais Agrárias (UFPEL) e Sergio Schneider, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Nesse período, a agenda de pesquisa estava fortemente marcada pelos estudos relacionados à emergência de novas dinâmicas nos espaços rurais, marcadamente relacionadas à pluriatividade e o papel das atividades não agrícolas na emergência do novo rural brasileiro, impulsionadas, sobretudo por José Graziano da Silva, nos marcos do projeto “Rurbano<sup>9</sup>”, como também pelas conclusões inovadoras dos estudos pioneiros de Schneider (1994) e Sacco dos Anjos (1995), sobre transformações em curso na agricultura do sul do Brasil.

Percebe-se, no conjunto dos trabalhos gerados e na dinâmica de funcionamento do projeto, a grande preocupação com a constituição de metodologias adequadas para fazer frente ao conjunto dos objetivos e questões levantadas pela pesquisa. Diversos encontros foram realizados, contando com a presença e/ou consulta de especialistas, além da elaboração de textos para discussão e aprimoramento da abordagem metodológica, geral e específica, na elaboração dos instrumentos de coleta, na definição dos procedimentos de organização e na análise dos dados.

Além de considerar dados secundários, o principal instrumento de coleta de dados foi um amplo questionário estruturado com diversas questões quantitativas e qualitativas, que resultou em, aproximadamente, 1.300 variáveis. O questionário foi montado a partir de uma matriz composta por sete eixos de questões fundamentais, quais sejam: caracterização da

---

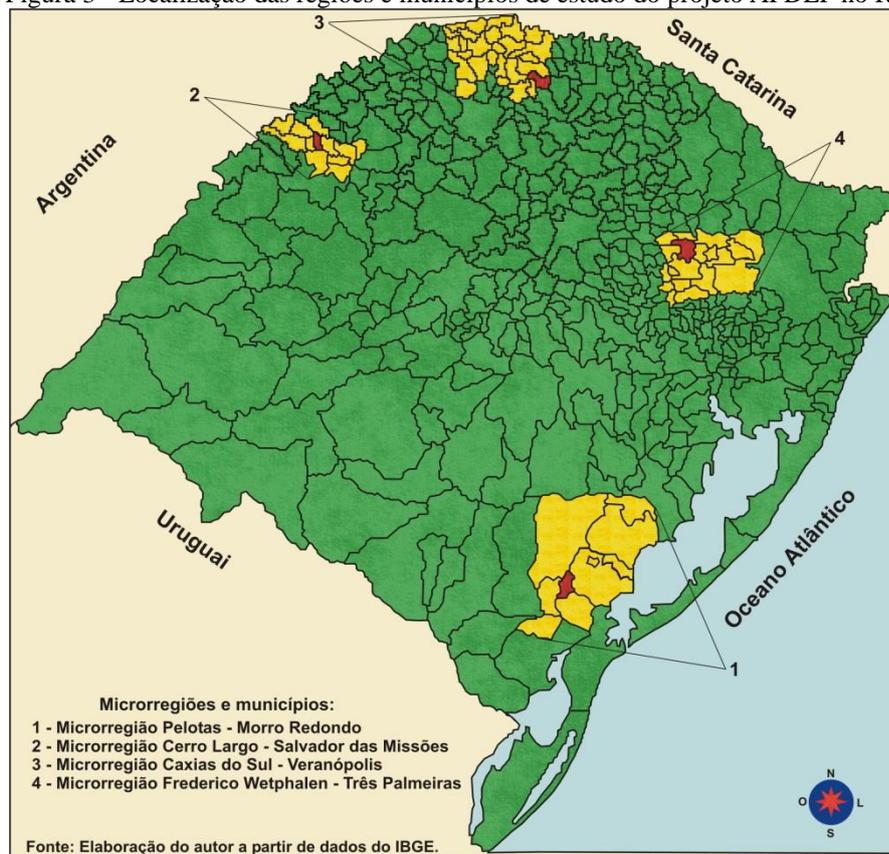
<sup>9</sup> Amplo projeto de pesquisa que envolveu vários pesquisadores de diversas regiões do Brasil durante a segunda metade dos anos 1990, tendo aportado importantes elementos para a compreensão de novas relações entre o rural e o urbano, bem como sobre as transformações no cenário rural brasileiro, especialmente em relação as ocupações agrícolas e não agrícolas.

família, dos fatores de produção terra, capital e trabalho, dos processos de produção, informações sobre o valor gerado, caracterização do território e do ambiente social e econômico local, além dos aspectos gerais sobre as relações com o Estado e as políticas públicas.

Esse questionário foi aplicado em uma amostra de 238 famílias de agricultores familiares de quatro microrregiões gaúchas (Pelotas: Sul do estado; Cerro Largo: Noroeste, fronteira com a Argentina; Frederico Westphalen: Alto Uruguai, divisa com Santa Catarina; e Caxias do Sul: na Serra gaúcha), conforme explicitado na Figura 2. O esforço do projeto foi de submeter à análise, desde um mesmo marco teórico e metodológico, a diversidade da agricultura familiar do Estado. Assim, a escolha dessas microrregiões deveu-se às distintas dinâmicas territoriais e históricas, bem como à diversidade social, cultural, geográfica e das condições ecológicas na qual se assenta a agricultura familiar nesses distintos espaços da geografia gaúcha.

Escolhidas as microrregiões, passou-se à escolha dos municípios, procurando contemplar os que representassem, em termos medianos, a diversidade social, econômica e cultural da trajetória da formação e desenvolvimento histórico da agricultura familiar em cada um dos territórios selecionados (Figura 3). Além disso, o processo de escolha considerou a similaridade no número de agricultores familiares de cada município, utilizando os dados do Censo Agropecuário (1995/1996) como uma *proxy*, resultando na escolha de Veranópolis (Serra), Três Palmeiras (Alto Uruguai), Morro Redondo (Sul) e Salvador das Missões (Missões). Optou-se por uma amostra não probabilística de 10 a 15% do total dos estabelecimentos agrícolas desses municípios, sendo aplicados os seguintes números de questionários: 59 tanto em Veranópolis como em Três Palmeiras; 62 em Morro Redondo; e 58 em Salvador das Missões.

Figura 3 - Localização das regiões e municípios de estudo do projeto AFDLP no RS



Fonte: Relatório Final do projeto AFDLP (2004).

Em Salvador das Missões os questionários foram aplicados entre os dias 30 de janeiro e 02 de fevereiro de 2003. Os dados coletados referem-se ao ano agrícola 2001-2002. Esse questionário cobriu 10% das propriedades do município, através de amostra sistemática por comunidade, garantindo assim a representatividade da amostra em relação ao conjunto da agricultura familiar do município.

#### 4.3 A OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA

Parte-se do princípio de que as formas atuais da agricultura e da dinâmica rural de Salvador das Missões têm vínculos com as formas e dinâmicas passadas, sendo delas continuidade, o que implica a compreensão dos processos pretéritos para a compreensão da atualidade. Nesta tese o espaço temporal considerado são as mudanças entre os anos 2002 e 2017. Em que pese a aceitação usual desse pressuposto, tem sido recorrente nos estudos das dinâmicas rurais a observação da realidade em dado momento histórico, constituindo fotografias, com base em levantamentos que, conforme Gil (2008), limitam a apreensão do processo de mudança. Segundo esse mesmo autor, os estudos de comparação em painel

conseguem enfrentar essa limitação, sendo constituídos a partir da coleta de dados com a mesma amostra ao longo do tempo. Todavia, podem apresentar como limitação a redução dessa amostra com o passar dos anos, o que pode vir a comprometer a representatividade do estudo. No caso desta tese, foram entrevistadas, em 2018, todas as 58 famílias que haviam sido entrevistadas em 2003. Tomando por base o número total de estabelecimentos rurais identificados pelo Censo Agropecuário 2017, essas 58 famílias representavam 16,34% dos estabelecimentos identificados no referido censo.

Além da comparação de painéis, a presente pesquisa também está baseada na análise das trajetórias das famílias. De forma mais específica, o estudo foi operacionalizado através da comparação de painéis entre a situação das famílias agricultoras de Salvador das Missões nos anos de 2002 e 2017. Desde aí identificaram-se as trajetórias familiares, que foram comparadas, emergindo daí o caráter histórico e comparativo do presente estudo.

De acordo com Markoni e Lakatos (2010), em termos conceituais, o método de pesquisa utilizado nesta tese articula o método histórico e o comparativo. O método histórico se preocupa em investigar os acontecimentos e processos do passado, para verificar sua influência no presente, considerando que as formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado. Portanto, trata-se de um método no qual a percepção de continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos possui centralidade. Por seu turno, o método comparativo valoriza o estudo das semelhanças e diferenças entre os diversos tipos de grupos sociais para verificar similitudes e explicar divergências. Esse método é usado em comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os atuais e os do passado, comparando tanto grupos de iguais ou de diferentes características, para facilitar a compreensão do comportamento humano (MARCONI; LAKATOS, 2010).

A pesquisa realizada apresenta caráter quantitativo. Os aspectos quantitativos decorrem da mensuração e análise de diversas variáveis, sobretudo das dimensões econômicas, produtivas e demográficas das famílias agricultoras, mas não somente destas e nem apenas das famílias pesquisadas, sendo também consideradas outras variáveis quantitativas de fontes secundárias.

A unidade de análise utilizada no estudo foram as famílias de agricultores, enfocando suas trajetórias históricas. Através do estudo das famílias, de suas transformações e escolhas ao longo do tempo foi possível identificar as estratégias e os resultados decorrentes, especialmente na composição das diversas fontes de renda e, desde aí, a derivação de suas trajetórias, considerando os processos de diferenciação social e de capacidade de se reproduzirem socialmente como famílias agricultoras. A definição de família de agricultor segue a

conceituação estabelecida por Schneider (2003, p. 115), que a entende como um grupo social que compartilha um espaço e dispõe de terra para desenvolver as atividades agrícolas, constituída por indivíduos ligados por laços de parentesco, sendo nesse âmbito que se definem as estratégias, a organização produtiva e a inserção laboral e social de seus integrantes, visando a garantia de sua reprodução.

A classificação das famílias, ou o estabelecimento dos tipos, tomou a renda como o elemento fundamental para organizar os casos. Mesmo demonstrando que a melhoria da renda não é o único elemento a viabilizar as capacidades e as liberdades substantivas dos indivíduos para levar a vida conforme suas aspirações, Sen (2002) não deixa de apresentar a renda dos sujeitos como meio de troca e elemento básico, portanto, também delimitador de suas condições de vida. Isso também faz Ellis (2000), ao argumentar a importância de dotar as pessoas pobres com os recursos para fortalecer os meios que elas dispõem para realizar suas atividades, ao invés de lhes doar comida. Tanto os intitamentos como os ativos funcionam como meios para se alcançar determinado fim e, como meios, as famílias organizam estratégias de trabalho e renda para fortalecê-los (SCHNEIDER; PERONDI, 2012).

Portanto, nesta tese, entende-se a renda não como um fim em si, mas como um meio que guia a ação das famílias que, ao obtê-la, conseguem através de sua mediação alcançar os objetivos de vida aos quais se propõem. Essa centralidade da renda nas estratégias familiares dos agricultores é também atestada pelos estudos longitudinais e de comparação de painéis recentes, como Lui (2013), Villwock (2015; 2018), Kageyama (2003), Hoffmann (2011), Guanziroli *et al.* (2012), Kiyota e Perondi (2014), Hespanhol (2014) e Sakamoto *et al.* (2016). Assim, elegeu-se a forma predominante de renda na conformação da renda total familiar como o critério para a delimitação dos grupos de análise, considerando que ela é uma variável síntese que expressa a convergência do conjunto dos esforços e estratégias reprodutivas das famílias dos agricultores.

O trabalho inicial empreendido foi a revisão de literatura, especialmente guiada pelos trabalhos produzidos com base nos dados obtidos através da pesquisa do projeto AFDLP e também as análises sobre as mudanças nas dinâmicas rurais entre 2002 e 2017. Além disso, foram realizadas consultas a fontes secundárias de dados, especialmente do IBGE, sobretudo os Censos Agropecuários e os Demográficos; Banco Central do Brasil – Matriz de Dados do Crédito Rural; e o banco de dados da FEE.

Após essa aproximação inicial realizou-se trabalho preliminar de campo, em outubro de 2017, que permitiu o contato com uma série de instituições e lideranças do município, para a

apresentação da proposta de pesquisa. O trabalho preliminar também possibilitou uma primeira consulta em relação às mudanças na agricultura por eles observadas ao longo do tempo, de modo que foi bastante útil para atualizar as questões de estudo e calibrar o instrumento de coleta de dados. Igualmente permitiu mapear o paradeiro das famílias a serem consultadas, visto que localizar as mesmas famílias era tarefa fundamental para a operacionalização da tese. Além disso, no trabalho preliminar de campo avançou-se no diálogo com o Campus Cerro Largo da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), que possibilitou a realização de parceria para o trabalho de campo, combinando os interesses de pesquisa de ambas as instituições.

Para a elaboração do instrumento de coleta de dados partiu-se do questionário utilizado no projeto AFDLP, que foi amplamente discutido e experimentado durante o período de realização do referido projeto, mostrando-se um instrumento consistente de coleta de dados. Sua leitura, frente ao atual contexto da agricultura familiar e das questões de pesquisa, mostrou que o mesmo se manteve adequado para o estudo proposto mediante a incorporação de outras perguntas adicionais para identificar as alterações entre os dois períodos analisados.

Assim, o principal instrumento de coleta de dados desta tese foi um questionário estruturado, que manteve, em grande medida, as mesmas questões do questionário aplicado junto aos agricultores de Salvador das Missões pelo projeto AFDLP, no ano de 2003, mas que incorporou novas indagações para captar as mudanças e as dinâmicas ou eventos que se originaram entre os dois anos de pesquisa. Desse modo, a base do questionário foi mantida, repetindo uma série de perguntas, o que permitiu a comparação dos dados gerados em dois espaços distintos de tempo, que foram os anos de 2003 e de 2018.

O novo questionário foi organizado contemplando blocos de informações que englobam diversas dimensões específicas dentro de cada um deles. Os blocos são os seguintes, com algumas das dimensões específicas que foram consideradas: a unidade doméstica – a família e seus componentes (idade, sexo, escolaridade, migração, etc.); as condições produtivas – estrutura fundiária, o capital e o trabalho disponível (forma de obtenção da terra, área total disponível, benfeitorias, máquinas, alocação do trabalho, etc.); os sistemas produtivos – o trabalho e o processo de produção animal e vegetal, destino da produção, etc.; o valor gerado – as rendas agrícolas e não agrícolas, valor agregado, valor bruto da produção, valor líquido, formação das rendas, etc.; aspectos sociais e políticos que afetam a agricultura familiar e o desenvolvimento local – participação política, meios de comunicação, expectativas sobre o futuro e os filhos, etc.; as políticas públicas e o papel do Estado – acesso à assistência técnica, financiamento, Previdência Social, políticas locais, mercados institucionais, etc. A versão

integral do novo questionário segue em anexo (Apêndice 1).

A coleta de dados foi realizada em janeiro de 2018, referente ao ano agrícola de 2016-2017 (setembro de 2016 a agosto de 2017). As 58 famílias pesquisadas em 2003 foram todas localizadas e entrevistadas, todavia, em alguns casos, as entrevistas ocorreram com os descendentes, sobretudo filhos, dos agricultores entrevistados em 2003, em função de óbitos ocorridos. Das 58 famílias pesquisadas em 2003, 52 seguiam residindo em Salvador das Missões. As demais haviam se mudado para os seguintes municípios: Ubiretama (uma família), Santa Rosa (uma família), Cerro Largo (uma família), Morro Reuter (uma família), Campinas das Missões (uma família) e Cândido Godói (uma família).

Os dados de campo foram sistematizados e digitalizados, utilizando-se o *software SPSS (Statistical Package for Social Science)* para sua tabulação e o programa Microsoft Office Excel. O expressivo número de variáveis foi tratado, conforme Stein e Loesch (2008), através de procedimento analítico baseado em técnicas de estatística descritiva, sobretudo com o uso da distribuição de frequências, representações tabelares e gráficas, medidas de tendência central, média aritmética e medidas de dispersão quando necessário, especialmente amplitude total.

Segue a descrição das variáveis consideradas, destacando-se que foram adotados os mesmos procedimentos de cálculo do projeto AFDLP para possibilitar a comparação dos dados. São elas:

- a) UNIDADE DE TRABALHO HOMEM (UTH): equivale a 300 dias de trabalho de oito horas e mede a quantidade disponível de trabalho familiar, sendo calculada considerando-se a idade e o tempo dedicado às atividades produtivas. Quanto à idade, considerou-se: 1,0 UTH (de 18 a 59 anos); 0,75 UTH (de 14 a 17 anos, ou mais de 60 anos); 0,5 UTH (de 7 a 13 anos); em caso de um membro da família estudar um turno, contabilizou-se somente 50% desse valor.
- b) PRODUTO BRUTO (PB): representa a produção gerada no sistema (para venda e autoconsumo) durante um ano agrícola, obtida pela conversão da produção agropecuária vegetal, animal e da transformação caseira em valores monetários. O cálculo para a sua obtenção é feito através da multiplicação das quantidades produzidas por seus preços unitários de venda e se expressa em reais (R\$).
- c) CONSUMO INTERMEDIÁRIO (CI): representa todos os gastos necessários para a realização de um ciclo produtivo e que são consumidos integralmente nesse mesmo ciclo, envolvendo, especialmente, insumos, pagamento de serviços

temporários, despesas com manutenção de máquinas e instalações, etc. São exemplos: o combustível utilizado para o plantio de uma cultura ou os gastos com aquisição de agrotóxicos, sendo medidos em reais (R\$).

- d) VALOR AGREGADO BRUTO (VAB): representa a diferença entre o total dos valores produzidos (PB) e o total de valores gastos nos respectivos ciclos produtivos (CI). Matematicamente se expressa na fórmula:  $VAB = PB - CI$ .
- e) DEPRECIAÇÃO (D): representa os gastos com fatores de produção necessários para a realização de uma atividade, mas que não são integralmente utilizados em apenas um ciclo produtivo, diluindo-se ao longo do tempo. Por isso, seus custos devem ser distribuídos ao longo do tempo, como, por exemplo, a depreciação de instalações, benfeitorias e máquinas.
- f) VALOR AGREGADO LÍQUIDO (VAL): resulta do desconto da depreciação do VAB. Matematicamente se expressa na fórmula:  $VAL = VAB - D$ ;
- g) DISTRIBUIÇÃO DO VALOR AGREGADO (DVA): remuneração de meios de produção que o agricultor não possui e outras obrigações, incluindo pagamento de juros, arrendamento de terra, salários para trabalhadores permanentes e impostos.
- h) RENDA AGRÍCOLA (RA): é a parte do valor gerado no processo de produção que fica com o agricultor. Matematicamente se expressa na fórmula:  $RA = VAL - DVA$ .
- i) RENDA DE OUTRAS FONTES (ROF): renda obtida pela família oriunda de doações de outros familiares, juros, venda de equipamentos, empréstimos ou de arrendamento de terra.
- j) RENDA DE APOSENTADORIA E OUTRAS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS (RAPOS): considerou-se as rendas resultantes de transferências governamentais, especialmente de aposentadoria e pensão por morte, mas também de benefícios sociais e programas assistenciais, como o Bolsa Família. Entre as famílias estudadas a aposentadoria responde, praticamente, por todos os recursos desta fonte, por isso é denominada de renda de aposentadoria.
- k) OUTRAS RENDAS DO TRABALHO (ORT): rendas obtidas necessariamente fora da unidade de produção e procedentes de atividades internas ao setor agropecuário. Envolve a venda de força de trabalho na agricultura ou prestação de serviços agrícolas.

- l) RENDA NÃO AGRÍCOLA (RnA): rendas oriundas de atividades fora do setor agropecuário, podendo ser realizadas dentro ou fora da unidade de produção familiar, tanto na posição de empregado, empregador ou por conta própria.
- m) RENDA TOTAL (RT): resulta da soma da renda agrícola, renda de outras fontes, renda de aposentadoria e transferências sociais, outras rendas do trabalho e renda não agrícola.
- n) SUPERFÍCIE AGRÍCOLA ÚTIL (SAU): é a área utilizada com os cultivos ou pelas criações, ou seja, é a parte da área total que é efetivamente usada pelos sistemas produtivos, medida em hectares.
- o) ÍNDICE DE AGRARIZAÇÃO DA RENDA (IAR): representa a participação dos rendimentos originados das atividades agrícolas (RA e ORT) na renda total da família. A fórmula de cálculo é:  $IAR = (RA + ORT) / RT$
- p) ÍNDICE DE AGRARIZAÇÃO DO TRABALHO (IAT): representa a participação do trabalho agrícola (TA = UTH agrícola familiar + UTH agrícola fora da UPA) no total de trabalho disponível da família (TT = UTH agrícola familiar + UTH agrícola fora da UPA + UTH não agrícola), calculado pela fórmula:  $IAT = (TA/TT)$
- q) ÍNDICE DE AGRARIZAÇÃO DOMICILIAR (IAD): representa a maior ou menor urbanização do domicílio familiar, sendo atribuído os seguintes valores: zero – domicílio em cidade; 0,5 – domicílio em vila rural; 1 – domicílio em espaço rural sem aglomerações domiciliares.
- r) ÍNDICE DE AGRARIZAÇÃO FAMILIAR: procura indicar a maior ou menor vinculação das famílias com as atividades agrícolas e os espaços rurais. É calculado através da seguinte fórmula:  $IAF = (IAR + IAT + IAD) / 3$

Para a depreciação dos bens adotou-se os seguintes procedimentos de cálculo, baseado na seguinte equação:

$$D = (\text{Valor Novo} - \text{Valor Residual}) / \text{Vida Útil}$$

Onde:

Valor Novo (VN): é o valor de compra do bem.

- Os valores novos de máquinas e equipamentos foram obtidos na CONAB (tabela do mês de referência – agosto, setembro ou outubro de 2017) e de estabelecimentos comerciais do município de Salvador das Missões ou da região.

- Os valores novos das construções rurais foram calculados considerando-se o percentual de 25% do Custo Unitário Básico (CUB)<sup>10</sup> para as construções de alvenaria, 10% do CUB para as instalações de madeira e 15% do CUB para as instalações mistas.

Valor Residual (VR): é o valor final do bem (valor no final de sua vida útil).

- Para máquinas e equipamentos utilizou-se o percentual de 20% dos preços novos.
- Para as construções rurais utilizou-se o percentual de 10% sobre o valor novo das instalações e benfeitorias.

Vida Útil (VU)<sup>11</sup>: são os anos de utilização do bem no sistema de produção. Obedecem, segundo metodologia adotada, aos seguintes valores, conforme cada tipo:

- Para máquinas e equipamentos:
  - Trator: 20 anos, em UPA de até 50 ha de lavoura; 15 anos, se for UPA de 50 a 100 ha de lavoura; e 10 anos, se for UPA acima de 100 ha de lavoura.
  - Utilitários 20 anos;
  - Equipamentos em geral: 15 anos.
- Para construções:
  - Construção de alvenaria: 50 anos;
  - Construção de madeira: 30 anos;
  - Construção mista: 40 anos;

O capital foi calculado considerando-se o valor atual das máquinas, equipamentos, instalações e benfeitorias de cada família. O valor atual do bem (VA) foi obtido pela multiplicação da idade pela depreciação, subtraído o valor de novo, conforme equação que segue:

$$VA = VN - (IDADE * D)$$

Cabe destacar que foram atualizados os valores monetários das grandes categorias de 2012 e não valores específicos de cada atividade ou produto. Para tal, foi utilizado o Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), que é calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e está disponível no Banco Central do Brasil. Os valores foram atualizados segundo esse índice, de setembro de 2002 para setembro de 2017, sendo o IGPM calculado para o período de

<sup>10</sup> Foi utilizado o CUB de R\$ 1.736,34 correspondente ao mês de setembro de 2017, segundo informações do Sindicato das Indústrias da Construção Civil do RS - SINDUSCON RS.

<sup>11</sup> É um valor padronizado contabilmente e estabelecido previamente, que varia de acordo com o tipo de construção e equipamento.

2,774443. Portanto, todos os valores monetários referentes ao ano de 2002, apresentados nesta tese, estão atualizados segundo esse procedimento.

Após a realização da atualização dos valores e dos cálculos de renda agrícola e renda total, além de outros indicadores, as famílias foram classificadas de acordo com as fontes predominantes de renda. Considerou-se a renda predominante, entre as cinco fontes possíveis (RA, RnA, RAPOS, ORT, ROF), aquela que alcançou o maior valor relativo na composição da renda total da família, em cada um dos anos pesquisados. Portanto, uma família poderia possuir, no primeiro ano da pesquisa, como fonte predominante de renda, qualquer uma das cinco rendas avaliadas nesse estudo, a saber: renda agrícola, renda não agrícola, renda de aposentadoria e transferências sociais, outras rendas do trabalho e renda de outras fontes. Para o segundo ano da pesquisa esse mesmo procedimento de classificação das famílias foi adotado.

Essa classificação permitiu identificar as trajetórias familiares, utilizando-se como critério de separação a fonte predominante de renda de cada família, em 2002 e em 2017. A trajetória é o fluxo das famílias entre os grupos de renda predominante nos dois anos pesquisados, podendo envolver o movimento de continuidade em um mesmo grupo de renda predominante, ou a mudança de um grupo de renda predominante para outro. Ou seja, uma família poderia apresentar, nos dois anos da pesquisa, a renda agrícola com fonte predominante de renda, sendo, nesse caso, sua trajetória identificada como de permanência ou continuidade no mesmo grupo. Por outro lado, uma família poderia possuir a renda não agrícola com fonte predominante, em 2002 e, em 2017, possuir qualquer uma das outras quatro fontes de renda como predominante, sendo, nesse caso, uma trajetória de mudança de grupo de renda predominante entre os dois anos da pesquisa.

Neste capítulo apresentou-se o embasamento metodológico que sustenta a presente tese. Foram detalhados os procedimentos de geração, organização e análise dos dados, além de ser identificadas as variáveis consideradas e a forma de sua geração. No capítulo que segue os primeiros resultados da pesquisa são apresentados, considerando as mudanças no conjunto das 58 famílias entre os anos pesquisados.

## 5 O CENÁRIO REVELADO PELOS DADOS DE CAMPO: AS FAMÍLIAS E AS MUDANÇAS OBSERVADAS

Neste capítulo apresenta-se a primeira análise das transformações observadas nos casos estudados entre os anos 2002 e 2017. Optou-se por uma caracterização geral das mudanças agregando as 58 famílias para possibilitar uma aproximação inicial, de caráter panorâmico, sobre as trajetórias do conjunto das famílias. Este primeiro exercício foi fundamental para compreender o sentido geral das transformações ou direções seguidas pelas famílias pesquisadas e, desde aí considerar as diferentes trajetórias das famílias agrupadas segundo as tipologias estabelecidas, o que será realizado no próximo capítulo.

Portanto, no presente capítulo são consideradas as alterações nas unidades domésticas, com análise dos aspectos demográficos da composição das famílias, como idade média, número de componentes, composição de gênero, escolaridade e local de domicílio. Também se consideram as mudanças na configuração dos meios de produção das famílias, destacadamente a disponibilidade de terra, capital e trabalho e como essas variações incidem na composição de diferentes sistemas de produção ao longo do tempo e suas implicações na composição do produto bruto e das rendas familiares.

### 5.1 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

O número total de pessoas que integram as 58 famílias passou de 250 pessoas, em 2002, para 181, em 2017. Com isso, o número médio de pessoas por família passou de 4,31 para 3,12. A idade média do conjunto dos residentes passou de 37,1 para 49,33 anos. Em outras palavras, no período considerado, em termos médios, observa-se o envelhecimento e a redução do tamanho das famílias estudadas.

A taxa de envelhecimento<sup>12</sup> de toda população de Salvador das Missões variou de 7,24% para 9,27% e depois para 12,7%, entre os anos de 1991, 2000 e 2010, expressando crescente processo de envelhecimento da população do município. A taxa de envelhecimento do grupo estudado variou de 13,6% para 25,97%, entre 2002 e 2017, revelando envelhecimento mais intenso desse grupo de famílias em relação à população do município. Já, a Razão de

---

<sup>12</sup> A taxa de envelhecimento é dada pela relação entre a população de 65 anos ou mais e a população total, sendo um sinalizador da capacidade de reprodução do conjunto da sociedade através da consideração da proporção de idosos no conjunto da população, onde valores elevados indicam populações mais envelhecidas.

Dependência (RD)<sup>13</sup> apresentou leve redução entre o grupo pesquisado nos anos referidos, passando de 53,37% para 50,83%, ou seja, para cada 10 pessoas ativas economicamente, no primeiro ano da pesquisa, havia 5,34 inativas e 5,08 no segundo ano. Apesar da leve redução na RD do grupo estudado, entre 2002 e 2017, mantêm-se elevada proporção de sujeitos inativos sobre os ativos quando comparado com o RD do conjunto do município, onde ocorreu redução mais expressiva, tendo passado de 50,82% para 39,59%, entre 2000 e 2010. Ou seja, em termos municipais, considerada a variável etária, observa-se expressiva melhoria na proporção entre ativos-inativos, enquanto no grupo estudado essa proporção se manteve mais elevada ao longo do tempo.

A redução no tamanho das famílias pode ser observada na Tabela 2. Em 2002 não havia família com apenas um integrante e em 2017 há 12,07% das famílias com esse número. Outro grupo que teve crescimento nesse período foi o de famílias com dois integrantes, passando de 17,24% para 25,86% do número total de famílias. O último grupo de tamanho familiar que apresentou crescimento foi o de três integrantes (de 17,24% para 22,41%). Por outro lado, as famílias com quatro integrantes reduziram de 29,31% em 2002 para 18,97% em 2017. Nesse período, as famílias com cinco integrantes tiveram pequena redução, ficando, em ambos os anos, em cerca de 16%. Por sua vez, as famílias com seis integrantes tiveram redução mais expressiva, passando de 12,07% para 3,45%, o que também ocorreu com as famílias com sete ou mais integrantes, que passaram de 6,9% para 1,72% entre 2002 e 2017.

Tabela 2 - Distribuição das famílias pesquisadas, em 2002 e 2017, segundo estratos do número total de integrantes

Estratos do número total de integrantes	2002		2017	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
1	0	0	7	12,07
2	10	17,24	15	25,86
3	10	17,24	13	22,41
4	17	29,31	11	18,97
5	10	17,24	9	15,52
6	7	12,07	2	3,45
7 ou mais	4	6,9	1	1,72
Total	58	100	58	100

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

<sup>13</sup> Conforme o IBGE (2019), a RD é definida como sendo a relação entre a população considerada economicamente dependente (0 a 14 anos - Pop 0 a 14 e também aqueles com 65 anos e mais de idade - Pop 65) e a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade - Pop 15 a 64), sendo  $RD = (Pop\ 0\ a\ 14 + Pop\ 65) / Pop\ 15\ a\ 64 * 100$ . Registre-se que no IBGE e também outros órgãos de pesquisa utilizam faixas etárias com algumas variações para esse enquadramento. De toda forma, esse indicador sinaliza “a carga” econômica exercida por crianças e idosos sobre os segmentos produtivos do grupo social, em que valores elevados indicam que a população ativa deve sustentar uma grande proporção de dependentes.

Ao separar-se os estratos de tamanho de famílias que aumentaram daqueles que diminuíram tem-se que, de 2002 para 2017 aumentou o número de famílias com até três integrantes e diminuiu o número de famílias com quatro ou mais integrantes. Dito de outra forma, ao ser somado o número de famílias que possuíam de um a três integrantes em 2002, resulta um total de 20 famílias e, em 2017, de 35 famílias. Nesse mesmo período, a soma do número de casos com quatro ou mais integrantes, resulta em 38 famílias no primeiro ano e 23 famílias no segundo ano.

O número de residentes por faixa etária pode ser observado na Tabela 3. Nela pode-se perceber que nos estratos de menores idades ocorreu redução do número total de residentes, entre 2002 e 2017, sendo essa redução bastante expressiva no grupo de até 15 anos de idade que, em termos relativos, passou de 21,22% para 7,73%. Também no grupo de 15 a 30 anos observa-se redução de menor magnitude pois, em termos relativos, passou de 15,99% para 14,36%, mas ocorreu redução bastante expressiva no grupo de 31 a 45 anos de idade, que passou de 25,31% para 12,15%. A partir desta faixa etária a tendência se inverte, observando-se aumento no número total de residentes e na participação relativa, sendo que, na faixa de 46 a 60 anos, passou de 20% para 32,04% e na faixa acima de 60 anos foi de 17,55% para 33,7%.

Tabela 3 - Valor absoluto e relativo do número de componentes das famílias por estrato de idade em 2002 e 2017

	2002		2017	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Até 15 anos	53	21,22	14	7,73
De 15 a 30 anos	40	15,92	26	14,36
De 31 a 45 anos	64	25,31	22	12,15
De 46 a 60 anos	49	20,00	58	32,04
Acima de 60 anos	44	17,55	61	33,70
Total	250	100,00	181	100,00

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Ao considerar-se a composição de gênero das famílias observa-se que, entre 2002 e 2017, o número total de mulheres reduziu de 116 para 93 e o número de homens de 129 para 88. Tanto para homens como para mulheres ocorreu redução no número absoluto dos integrantes entre os anos pesquisados, todavia entre os homens essa redução foi mais intensa, dado que, em termos relativos, os homens eram 52,65% no primeiro ano da pesquisa e passaram para 48,62% no segundo ano. Com isso, ocorre uma tendência de feminização das famílias, pois em termos relativos as mulheres passaram de 47,35% para 51,38% do número total de integrantes das famílias.

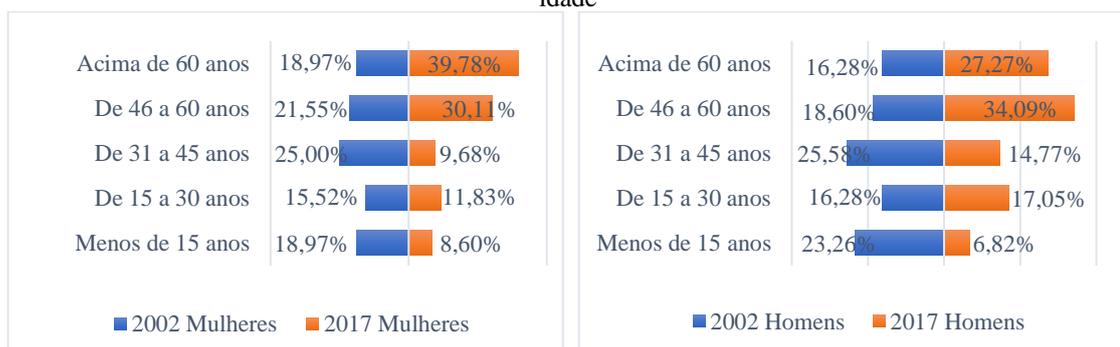
Um dos elementos que explicam a elevação da proporção de mulheres em relação aos homens é o fato delas serem mais longevas que eles, pois a idade média do grupo feminino

variou de 38,14 para 50,83 anos de idade, enquanto do grupo masculino foi de 36 para 47,75 anos de idade. Como observado nos dois anos da pesquisa, a idade média do grupo das mulheres é menor que dos homens e, no segundo ano, a diferença na idade média dos homens e mulheres aumenta ainda mais. A composição de gênero e idade será retomada na análise das trajetórias por grupo de renda predominante, pois é um elemento que diferenciará fortemente os grupos.

Nas figuras a seguir observa-se a distribuição relativa dos integrantes das famílias pesquisadas, por faixa etária e separadas por gênero, em 2002 e 2017. Na faixa etária mais baixa, tanto para homens como para mulheres, ocorreu redução expressiva, evidenciando forte diminuição proporcional da presença de crianças e adolescentes, especialmente no caso dos homens. Essa mesma intensidade de redução foi observada na faixa de 31 a 45 anos, todavia, nesse caso ela é mais intensa para as mulheres. Nas faixas etárias de 46 a 60 anos e acima de 60 anos ocorreu forte aumento de homens e de mulheres. A faixa etária que apresentou menor oscilação relativa foi a de 15 a 30 anos, tanto para homens como para mulheres.

Somando-se a participação relativa das faixas etárias acima de 46 anos tem-se que 40,52% dos integrantes das famílias, em 2002, eram mulheres e, em 2017, passaram para 69,89%. No caso dos homens, no mesmo período e mesmas faixas etárias, houve a passagem de 34,88% para 61,36%. Ou seja, em 2017 cerca de 70% das mulheres e 62% dos homens possuíam mais que 46 anos de idade e apenas 9% das mulheres e 7% dos homens tinham menos que quinze anos de idade.

Gráfico 5 - Distribuição relativa por gênero dos integrantes das famílias, em 2002 e 2017, segundo estratos de idade



Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Ao observar-se a composição etária e o tamanho das famílias, confrontando os dados de 2002 e 2017, pode-se afirmar, em síntese, que ocorreu forte redução do tamanho das famílias e significativo processo de envelhecimento. As duas tendências observadas são bastante claras, pois, por um lado, ocorreu redução da quantidade de pessoas nos estratos de idade mais jovens

e do número de famílias com maior número de componentes. Por outro lado e em sentido oposto, ocorreu aumento do número de pessoas nos estratos de idade mais altos e também do número de famílias com menos componentes. Além disso, quando considerada a distribuição de gênero, segundo diferentes faixas etárias, observa-se que não há diferenciação no processo de envelhecimento entre homens e mulheres, pois esses dois grupos apresentam tendências semelhantes.

Quanto à escolaridade dos integrantes das famílias, os dados foram sumarizados na Tabela 4. Pode-se observar que o estrato predominante, nos dois anos considerados, é o de até quatro anos de escola, seguido do estrato de cinco a oito anos. Além disso, pode-se destacar três tendências no conjunto dos estratos. A primeira é a redução na quantidade de pessoas em cada um dos estratos de escolaridade até oito anos de estudo, donde é importante destacar a inexistência de analfabetos ou semianalfabetos, em 2017, e também a diminuição de 76,08% para 65,66% na quantidade de pessoas com até oito anos de estudo.

A segunda tendência é de manutenção da proporção de pessoas com ensino médio, que se manteve na faixa de, aproximadamente, 19%. A terceira tendência é de aumento da proporção de pessoas nos estratos de ensino técnico e superior que, no acumulado, passou de 4,78% para 15,06%. Em que pese a positividade da primeira e da terceira tendência, deve-se destacar que, nos dois anos pesquisados, entre as famílias consultadas ainda predomina, de forma amplamente expressiva, o número de pessoas com até oito anos de escolaridade. O acesso ao ensino superior incidirá fortemente nos estilos de agricultura e na trajetória de um subgrupo de famílias, como será visto no capítulo seguinte.

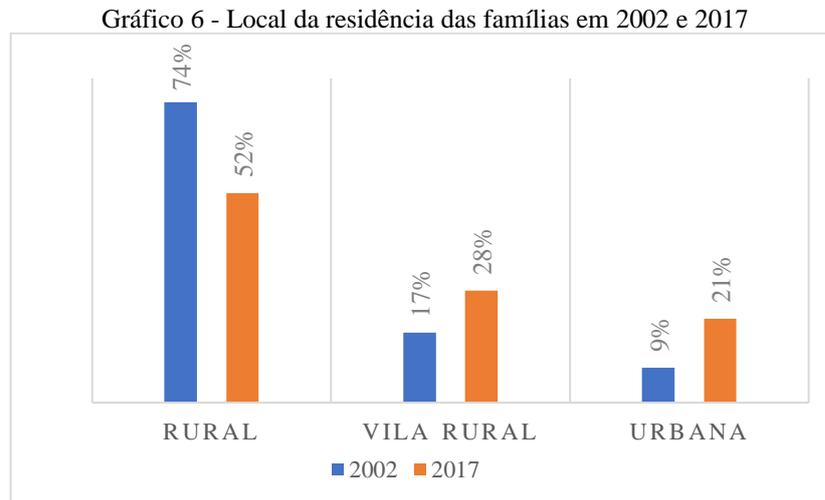
Tabela 4 - Distribuição dos integrantes das famílias pesquisadas por estratos de escolaridade, em 2002 e 2017

	2002		2017	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Analfabeto ou semianalfabeto	5	2,17	0	0
Até 4 anos de escola	95	41,3	62	37,35
De 5 a 8 anos de escola	75	32,61	47	28,31
Ensino médio, completo ou não	44	19,13	32	19,28
Ensino técnico	0	0	5	3,01
Ensino superior, completo ou não	11	4,78	20	12,05

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Por fim, destacam-se as alterações no local de residência das famílias pesquisadas, que podem ser observadas no Gráfico 6. Em 2002 a maioria das famílias (74,14%) possuía suas casas no meio rural, 17,24% em vila rural ou distrito e 8,62% no meio urbano. Em 2017 a maioria das famílias segue residindo no meio rural, todavia agora cerca de metade do conjunto

(passou de 43 para 30 famílias), pois ocorreu aumento do número de famílias morando em vilas (de 10 para 16) e no meio urbano (5 para 12). Em relação ao local da moradia, é amplamente predominante o domicílio em espaços rurais, com elevação de domicílios em vilas rurais e no meio urbano.



Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Apenas ocorreu alteração de local de domicílio das famílias que residiam em espaço rural no ano de 2002. Ou seja, todas as famílias que residiam em vila rural ou na cidade, no ano de 2002, mantiveram seu domicílio nesse mesmo espaço em 2017, revelando certa estabilidade na fixação de domicílio nesses espaços. De 2002 para 2017 foram 13 famílias as que mudaram o local do domicílio, sendo que sete delas foram do espaço rural para o urbano e outras seis foram do rural para vila rural. Assim, mantém-se o amplo predomínio de domicílio em espaços rurais (cerca de 80% dos casos), mas agrega-se ao panorama das transformações observadas ao longo do tempo a ampliação do domicílio das famílias nos espaços urbanos, tendo alcançado um quinto das famílias em 2017, o que se associará às trajetórias específicas, como será demonstrado nos capítulos que seguem.

## 5.2 OS MEIOS DE PRODUÇÃO E SEUS USOS: TERRA, TRABALHO E CAPITAL

Neste item detalham-se as mudanças ocorridas em relação aos meios de produção entre os anos pesquisados.

### 5.2.1 Estrutura fundiária e o uso da terra

No ano de 2002 as 58 famílias possuíam área total de 1.201,5 hectares, constituindo áreas médias de 20,72 hectares/família. Em 2017 a área total passou para 1.336,6 hectares, agora em mãos de 53 famílias, o que constitui média de área total de 25,2 hectares/família. Ou seja, ocorreu um aumento de 11,24% na área total e redução de 8,62% no número de famílias que possuem essas terras. Sob essa ótica, ocorre processo de concentração das áreas, dada a redução do número de famílias e o aumento da área total. A venda total e não mais utilização de terras para atividade agropecuária marcará fortemente a trajetória de um subgrupo de famílias, como ver-se-á mais adiante.

Cabe destacar que, entre 2002 e 2017, 24 famílias reduziram sua área total (o acumulado passou de 530,4 ha para 265,03 ha), 26 aumentaram (acumulado passou de 551,1 ha para 951,55 ha) e 8 famílias mantiveram a mesma área total (120 ha). A área média por família, entre as famílias que reduziram sua área total, variou de 22,1 ha para 11,04 ha e de 21,2 ha para 36,6 ha entre as famílias que aumentaram a área total, tendo se mantido em 15 ha entre as famílias que não alteraram a área total. Percebe-se que, entre as famílias que sofreram a diminuição da área total, essa redução foi de cerca de 50% na área média disponível por família, enquanto, naquelas que tiveram aumento, o incremento foi de, aproximadamente, 42%, apontando para um processo de concentração da terra.

Na Tabela 5 pode-se observar o acumulado de área, em termos absolutos (ha) e relativos (%), segundo diferentes estratos de área total. Entre 2002 e 2017, nas famílias com até dez hectares ocorreu pequeno aumento na área total acumulada (de 63,35 para 76,13 hectares), representando, em termos relativos, aumento de 5,27% para 5,7% e redução na área média por família de 6,34 para 4,76 hectares, em função do aumento do número de famílias pertencentes a esse estrato. Nesse estrato havia dez famílias em 2002 e dezesseis famílias em 2017, incluindo, nesse segundo ano, cinco famílias que não possuíam nenhuma área rural.

Nas famílias com 10,01 até 20 hectares tem-se forte redução na área total acumulada (passa de 385,55 para 258,75 hectares) e na participação relativa (de 32,09% para 19,36%), sendo o estrato que mais perdeu área (redução absoluta de 126,8 hectares), mas não se alterou fortemente a área média por família (de 14,83 para 14,38 hectares) em função da expressiva redução no número de famílias nesse estrato, que passou de 26 para 18. Entre as famílias com área total de 20,01 até 40 hectares não ocorreram variações significativas.

A maior variação aconteceu entre as famílias com mais de quarenta hectares, que acumulavam 333,5 hectares, em 2002 e passaram para 585,9 hectares em 2017, sendo o estrato que apresentou o maior incremento na área total (aumento de 252,4 ha). Nesse estrato ocorreu

aumento de 75,68% na área total acumulada que, em termos relativos, passou de 27,76% para 43,84%, demonstrando forte concentração da terra. A área média por família também sofreu elevação, passando de 55,58 hectares para 65,1 hectares e o número total de famílias no estrato subiu de seis para nove.

Tabela 5 - Número de famílias, distribuição absoluta e relativa da terra por estratos de área total, em 2002 e 2017

	2002			2017			Variação da área total (%)
	Número de famílias	Área (ha)	Participação relativa na área total	Número de famílias	Área (ha)	Participação relativa na área total	
até 10 ha	10	63,35	5,27%	16	76,13	5,70%	20,17%
de 10,01 até 20 ha	26	385,55	32,09%	18	258,75	19,36%	-32,89%
de 20,01 até 40 ha	16	419,1	34,88%	15	415,8	31,11%	-0,79%
acima de 40 ha	6	333,5	27,76%	9	585,9	43,84%	75,68%
Total	58	1201,5	100%	58	1336,58	100%	11,24%

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Ao tomar-se os dois primeiros estratos de área da tabela anterior (famílias com até vinte hectares, o que equivale a menos que um módulo fiscal de área), a soma das áreas resultava em 448,9 ha, em 2002 e passou para 334,88 ha em 2017. Isto é, as famílias com até vinte hectares de área total perderam, entre os anos considerados, 114,02 ha. Considerando-se que as famílias com áreas superiores a 40 ha aumentaram 252,4 hectares em sua área acumulada nesse mesmo período, essas mudanças confirmam o argumento de concentração de terra.

Esse movimento de concentração também se expressa nas áreas arrendadas. Em relação ao uso de terras de terceiros observa-se que a área total utilizada através de parceria, arrendamento ou outra forma teve aumento. Pois, em 2002 eram 21 famílias que utilizavam 308,7 ha de terceiros (área média arrendada de 14,7 ha) e em 2017 passou para 352,4 ha, utilizados por 16 famílias (área média arrendada de 22,03 ha). De 2002 para 2017, a quantidade total de área arrendada pelas famílias pesquisadas aumentou (14,16%), apesar de ocorrer diminuição do número total de famílias que arrendavam de terceiros (redução de 23,8%), ocorrendo elevação do tamanho médio das áreas arrendadas.

Entretanto, a maior mudança se refere ao fato de parte das famílias pesquisadas passar a arrendar suas próprias terras. O volume de terras arrendadas e entregues na forma de arrendamento, ou parceria, para outros produtores saltou de 21 hectares, em 2002, para 181,7 hectares, em 2017. No primeiro ano da pesquisa eram três famílias que cediam terras para outros produtores, com área média arrendada de sete hectares. No ano de 2017 foram 16 famílias que arrendaram terras para outros produtores, com área média de 11,36 ha. Nesses termos, observa-

se que ocorreu aumento expressivo do número de famílias que arrendam suas terras para terceiros e também aumentou o tamanho médio das áreas arrendadas, o que afeta consideravelmente a trajetória dessas famílias, como será visto nos capítulos que seguem.

Entre os anos pesquisados 23 famílias aumentaram a área total, através das seguintes formas: para quinze famílias - exclusivamente através de compra; para três famílias - apenas em função de herança; para cinco famílias - o aumento da área combinou essas duas formas anteriores de obtenção de terras. A compra foi a forma predominante de aquisição de terras no período pesquisado. Entre os agricultores que aumentaram a área através da compra (20 casos), 80% deles utilizaram apenas recursos próprios, 15% usaram recursos próprios e financiamento público e 5% das famílias compraram terras usando apenas financiamento público. Entre as quatro famílias que utilizaram financiamento público para aquisição de terras, duas o fizeram por meio do Banco da Terra. Isto é, a compra de terra com uso de recursos próprios foi a forma predominante de aquisição de novas áreas.

Entre as 18 famílias que tiveram redução de área total no período de 2002 a 2017, destaca-se que: cinco famílias venderam parte da terra (duas mudaram do rural para vila rural e uma do rural para a cidade; as outras duas permaneceram morando em vila rural); quatro famílias venderam toda propriedade (duas foram para vila rural e duas para a cidade); quatro famílias diminuíram a área total em função de divisão por herança; duas famílias perderam toda propriedade por alagamento de barragem<sup>14</sup>; uma família teve redução parcial da área por alagamento de barragem; uma entregou parcela da terra para credor; e uma teve redução de área por múltiplas razões, sendo elas, alagamento parcial por barragem, venda parcial e partilha por herança.

Cabe destacar que, ao todo, oito famílias tiveram suas terras alagadas pela Barragem São José, três tiveram perda total e cinco tiveram parte das propriedades alagadas. Das três famílias que tiveram perda total, uma seguiu morando em outra propriedade na área rural de Salvador das Missões, outra foi morar em área rural de município vizinho e a terceira já morava na cidade e não adquiriu outra área rural com a indenização, mantendo apenas a produção para o autoconsumo em 0,5 hectare cedido por um parente.

Em síntese, considerando o conjunto das mudanças observadas, pode-se afirmar que ocorreu concentração da terra, com diminuição da área total acumulada pelas famílias com até 20 ha e elevação da área total acumulada pelas famílias com mais de 40 ha. O período também

---

<sup>14</sup> Houve outra família que também perdeu toda propriedade por alagamento, mas que, com a indenização e o financiamento do Banco da Terra, adquiriu uma área rural maior.

foi marcado pelo expressivo crescimento do arrendamento de terras para terceiros. Além disso, a forma predominante de acesso a novas áreas de terra foi a compra, com a utilização de recursos próprios.

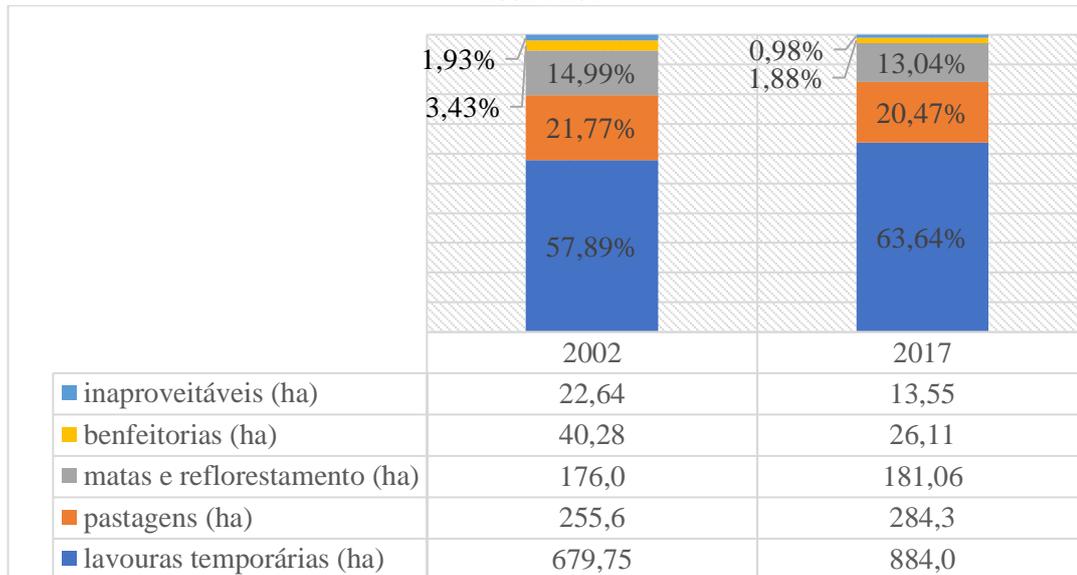
Quanto à SAU observa-se que entre os anos da pesquisa houve redução, passando de 959,97 hectares para 943 hectares. Destaca-se que em 2002 todas as famílias utilizavam áreas para a produção agrícola, configurando média de área utilizada por família de 16,55 hectares. Em 2017 a SAU média de todas as 58 famílias era de 16,26 hectares, porém é preciso destacar que nesse ano havia apenas 47 famílias com SAU, excetuando-se as que não utilizavam nada de área (sete famílias) e outras quatro famílias com área utilizada extremamente pequena, destacadamente de diminutas hortas. Nesse caso, a SAU média por família passou para 20,06 hectares.

No Gráfico 7 apresenta-se a síntese das principais destinações da terra pelas famílias pesquisadas, em termos absolutos e relativos. As áreas consideradas inaproveitáveis, em termos absolutos, passaram de 22,64 ha em 2002, para 13,65 ha em 2017 e, em termos relativos, de 1,93% para 0,98%. Nesses mesmos anos, as áreas destinadas às benfeitorias, em termos absolutos, passaram de 40,28 ha para 26,11 ha, e em termos relativos, de 3,43% para 1,88%. Essa redução em boa parte se explica em função da redução do número de famílias que moram no campo. As áreas com presença de matas e reflorestamento tiveram pequeno aumento em termos absolutos, passando de 176 ha para 181,06 ha, todavia, em termos relativos, ocorreu leve redução de 14,99% para 13,04%.

Ainda no Gráfico 7 pode-se observar o comportamento das áreas destinadas às pastagens, que apesar do aumento absoluto, entre 2002 e 2017, de 255,6 para 284,3 ha, apresentaram pequena redução relativa, passando de 21,97% para 20,33%. Nesse caso é importante separar as áreas com pastagens nativas daquelas com pastagens cultivadas, pois os comportamentos foram opostos. Enquanto as pastagens nativas foram reduzidas de 136,7 hectares para 58,3 hectares, o que representa redução de 57,35%, as pastagens cultivadas aumentaram 90,08%, passando de 118,9 hectares para 226 hectares

Quanto às áreas destinadas às lavouras temporárias, destacadamente de soja, milho e trigo, elas aumentaram expressivamente em termos absolutos (aumento total de 204,5 ha), mas em termos relativos o aumento não é tão forte, pois ocupavam 57,89% das terras em 2002 e, em 2017 passaram para 63,64%, confirmando essa como a forma predominante de uso da terra no período da pesquisa.

Gráfico 7 - Participação relativa e absoluta das principais destinações da terra entre as famílias pesquisadas em 2002 e 2017



Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Em síntese, as mudanças mais expressivas em relação às principais destinações da terra, entre 2002 e 2017, são a redução relativa de todas as categorias, exceto de lavouas temporárias, que aumentou ainda mais sua participação relativa, tendo crescimento absoluto bastante expressivo. Em termos absolutos, também cresceram as áreas ocupadas com matas, reflorestamento e pastagens, destacando-se, no caso destas últimas, a forte redução das pastagens naturais e o crescimento das áreas com pastagens cultivadas.

## 5.2.2 Composição e distribuição do trabalho

Nesta seção considera-se as implicações que as mudanças no perfil demográfico das famílias geraram na capacidade familiar de trabalho e as estratégias utilizadas pelas famílias frente ao envelhecimento e à redução numérica de seus integrantes. Destaca-se, inicialmente, conforme a Tabela 6, que em 2002 existia força de trabalho agrícola familiar em todas as famílias pesquisadas e em 2017 oito famílias não mais empregavam mão de obra em atividades agrícolas. Essa é uma marca importante na trajetória dessas famílias, como se verá nos capítulos que seguem.

A última coluna da Tabela 6 mostra que em 2002 havia 171,84 UTHs familiares e, em 2017, esse número baixou para 121,8 UTHs, representando redução de 29,12% na disponibilidade total de mão de obra familiar do conjunto das 58 famílias pesquisadas. Entre os dois anos da pesquisa, 35 famílias tiveram redução da quantidade total de mão de obra familiar

(considerando-se todas as UTHs familiares, independentemente da destinação), em 19 famílias ocorreu aumento e em quatro famílias não ocorreu alteração.

A redução da força de trabalho familiar total está diretamente associada à redução da força de trabalho agrícola familiar, que passou de 147,18 para 91,79 UTHs. Essa redução está associada à significativa diminuição da força de trabalho agrícola total (34,45%), pois o modesto incremento na contratação de força de trabalho agrícola, que poderia ser uma estratégia para suprir essa redução, não cobriu a referida diminuição, o que implica o encolhimento da disponibilidade de trabalho agrícola no conjunto das famílias.

A contratação de mão de obra era realizada por 34 famílias em 2002, sendo ao todo contratadas 5,87 UTHs (média de 0,17 UTH contratada por família) e, em 2017 foram 32 famílias que contrataram ao todo 8,54 UTHs (média de 0,27 UTH contratada por família). Isso representa um expressivo aumento relativo no número médio de UTHs contratadas (58,82%), mas em termos absolutos, o aumento não foi tão grande. Nos dois anos considerados predominou a contratação de frações de UTHs, pois, em 2002, duas famílias contratavam UTHs igual ou superior a um e, em 2017, três famílias. Dessa forma, frente à redução da disponibilidade de trabalho familiar, decorrente do envelhecimento e do encolhimento das famílias, a contratação de trabalho não foi uma estratégia intensamente ativada pelas famílias pesquisadas, mas essa estratégia também diferenciará uma das trajetórias que serão posteriormente consideradas.

Variação menos expressiva ocorreu no número de famílias que destinam força de trabalho familiar para atividades agrícolas fora da UP, pois observou-se leve redução do número de famílias que recorrem a essa modalidade de trabalho e pequeno aumento na quantidade total de UTHs destinadas a esse tipo de trabalho. Todavia, essa modalidade de trabalho tem participação periférica em termos do volume absoluto de trabalho das famílias.

A Tabela 6 ainda mostra que, em 2002 eram 22,03 UTHs familiares destinadas ao trabalho não agrícola, que passaram, em 2017, para 27,27 UTHs, representando um aumento de 23,79% no total de mão de obra destinada para atividades não agrícolas. Em 2002, ao todo, 21 famílias destinavam mão de obra familiar para atividades não agrícolas e 10 delas não o fazem mais em 2017. Todavia, nesse período, outras doze famílias passaram a destinar mão de obra familiar para atividades não agrícolas que, somadas às anteriores, totalizam as 23 famílias que, em 2017, destinam mão de obra da família para atividades não agrícolas.

	Força de trabalho contratada		Força de trabalho familiar agrícola		Força de trabalho agrícola total	Força de trabalho agrícola fora da UP		Força de trabalho não agrícola familiar		UTH familiar total
	Nº fam.	Qtd. UTHs	Nº fam.	Qtd. UTHs	Qtd. UTHs	Nº fam.	Qtd. UTHs	Nº fam.	Qtd. UTHs	Qtd. UTHs
2002	34	5,87	58	147,18	153,05	8	2,63	21	22,03	171,84
2017	32	8,54	50	91,79	100,33	7	2,74	23	27,27	121,8

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Ainda em relação à força de trabalho, é importante destacar que, no ano de 2017 surgiu uma modalidade de sujeitos que não se encaixavam adequadamente em nenhuma das categorias de UTHs estabelecidas em 2002. São homens ou mulheres em idade ativa que vivem no meio rural ou urbano, que argumentam não mais trabalhar e que vivem exclusivamente de rendas, destacadamente de arrendamento de suas terras e de recursos previdenciários. Para esses foi criada uma nova modalidade de UTH, denominada rentista-previdenciária, que estava presente em doze famílias e totalizava 10,75 UTHs, em 2017. Trata-se de uma modalidade relevante, pois está presente em 20,69% das famílias, sendo superior à força de trabalho contratada e à força de trabalho agrícola fora da UP, isso no segundo ano da pesquisa. A presença dessa modalidade de UTH também marcará fortemente a trajetória de um grupo de famílias.

Em relação à pluriatividade houve alterações pouco significativas no conjunto das famílias consideradas. Em 2002, vinte e sete famílias eram pluriativas (46,55%), das quais vinte e uma eram da modalidade intersetorial e seis de base agrária. Em 2017 o número de famílias pluriativas passou para vinte e seis famílias (44,83%), sendo vinte e três famílias da modalidade intersetorial e três de base agrária.

Em síntese, ao considerar-se a trajetória do conjunto das famílias, observa-se que a contratação de força de trabalho e a alocação de força de trabalho agrícola fora da UP apresentam aumento, todavia têm-se número levemente menor de famílias que o fazem nessas duas modalidades de trabalho que seguem sendo, relativamente, secundárias em relação à totalidade do trabalho. As duas modalidades mais expressivas de trabalho, nos dois anos considerados, são o trabalho agrícola e o não agrícola, que seguem trajetórias opostas. O trabalho agrícola deixou de ser realizado por um grupo de famílias e também ocorreu redução em sua quantidade total, enquanto que, em termos absolutos, ocorre leve redução do número de famílias que destinam força de trabalho às atividades não agrícolas. Ou seja, em termos absolutos, as famílias reduziram expressivamente o peso do trabalho agrícola e aumentaram levemente o trabalho não agrícola. Também, em 2017, aparece com força a modalidade de UTH rentista-previdenciária. Por fim, é importante destacar que a força de trabalho familiar total

também sofreu forte redução, causada, fundamentalmente, pela redução do trabalho agrícola familiar.

### 5.2.3 Capital e crédito agrícola

O capital<sup>15</sup> das 58 famílias passou de R\$ 3,61 para R\$ 5,46 milhões, entre 2002 e 2017, o que representa um aumento de 51,52%. Na média, o capital de cada família passou de R\$ 62.155,26 para R\$ 94.177,48 nos anos examinados. Ao considerar o fato de que, em 2002, havia apenas 56 famílias que efetivamente possuíam capital, tem-se uma média familiar de capital dessas famílias de R\$ 64.375,10. Em 2017 havia 44 famílias que efetivamente possuíam capital, o que gera média de capital para estas famílias de R\$ 124.143,05. Nesses termos, ocorreu expressivo aumento (92,84%) no capital das famílias possuidoras desse ativo. Observa-se, portanto, elevada concentração de capital, pois reduz-se o número de famílias possuidoras (doze famílias deixaram de possuir capital entre os anos referidos) e ampliou-se o capital total do conjunto das famílias.

Ao observar-se a distribuição do capital segundo diferentes estratos de valor, na Tabela 7, o processo de concentração fica mais evidente. Entre os dois anos pesquisados doze famílias se descapitalizaram integralmente, o que marcará substantivamente suas trajetórias. Entre as que possuíam capital, o estrato de até cinco mil reais concentra o maior número de famílias, mantendo-se proporcionalmente no mesmo patamar (61%), tanto em 2002 como em 2017, porém o valor relativo de capital acumulado no estrato diminuiu de 19% para 10%. Isso mostra que as famílias com menor volume mobilizado de capital são numericamente predominantes nos dois anos pesquisados, todavia ocorreu redução do volume de capital por elas acumulado. Essa redução também ocorreu no caso do segundo e do terceiro estrato (de R\$ 50 mil a R\$ 100 mil e de R\$ 100 mil a R\$ 200 mil), porém, nesses casos, também aconteceu forte redução proporcional do número de famílias integrantes de cada estrato, o que sugere dificuldade das famílias desses estratos em conseguir reproduzir seus capitais, dada a forte redução proporcional, tanto do número de famílias como do capital acumulado em cada estrato. Em perspectiva oposta, observa-se que, no caso do estrato de capital superior a R\$ 200 mil, ocorreu aumento do número de famílias (mais que triplicou) como também se elevou fortemente o capital acumulado. Nesse sentido, fica evidente a capacidade de algumas famílias aumentarem

---

<sup>15</sup> Conforme definido na seção que abordou a metodologia, o capital refere-se, especificamente, ao valor total investido por cada família em benfeitorias, máquinas e equipamentos agrícolas.

seu capital ao longo dos anos, mas por outro lado evidencia forte concentração de capitais em 2017, dado que 23% das famílias possuíam 75% do capital total.

A Tabela 7 revela a diferenciação das famílias conforme o capital disponível, decorrente da capacidade de cada família para estabelecer dinâmicas econômicas que permitem, ou não, produzir e acumular. Cabe destacar que, entre os anos de 2002 e 2017, duas famílias não alteraram seu capital (não possuíam capital nos dois anos), todavia, no segundo ano da pesquisa, ao todo, são 14 famílias que não mais possuem capital.

Tabela 7 - Distribuição absoluta e relativa do número de famílias e do valor acumulado de capital em diferentes estratos de capital, em 2002 e 2017

Estratos de capital total	2002				2017			
	número de famílias	valor do capital acumulado no estrato (R\$)	valor relativo número famílias (%)	valor relativo do capital (%)	número de famílias	Valor do capital acumulado no estrato (R\$)	valor relativo número famílias (%)	valor relativo do capital (%)
Menos de R\$ 50 mil	34	R\$ 693.702,56	61%	19%	27	R\$ 520.339,60	61%	10%
Mais de R\$ 50 mil até 100 mil	12	R\$ 859.279,45	21%	24%	3	R\$ 247.402,34	7%	5%
Mais de R\$ 100 mil até 200 mil	7	R\$ 1.015.631,75	13%	28%	4	R\$ 599.305,49	9%	11%
Mais de R\$ 200 mil	3	R\$ 1.036.391,60	5%	29%	10	R\$ 4.095.246,56	23%	75%
Total	56	R\$ 3.605.005,36	100%	100%	44	R\$ 5.462.293,99	100%	100%

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Na Tabela 8 observa-se que o número de famílias que obteve financiamento (custeio ou investimento) em 2002 foi de 38 e que, ao todo, utilizaram R\$ 968.918,76, gerando valor médio financiado de R\$ 25.497,86 por família. Em 2017 foram 19 famílias que financiaram, ao todo, R\$ 1.849.285,71, gerando valor médio financiado de R\$ 97.330,83 por família. Ou seja, ocorreu aumento expressivo do valor total financiado (90,86%), enquanto o número de agricultores financiados reduziu-se pela metade. Isso gerou forte aumento (281,72%) no valor médio financiado de cada família, o que evidencia forte concentração do acesso ao crédito.

Ainda em relação ao crédito, na tabela que segue pode-se observar que ocorreu redução expressiva (de 29 para cinco) do número de famílias que financiavam valores menores (até R\$ 10.000,00) e do valor total acumulado nesse estrato, que passou de 13,1%, em 2002, para 1,62% em 2017. Por outro lado, ocorreu leve aumento do número de famílias no estrato intermediário (passa de sete para nove), que passou a acumular 22,88% do total financiado em 2017, ante 19,67% em 2002. Contudo, o aumento mais expressivo ocorreu, em termos relativos (150%), no número de famílias (passa de dois para cinco) que financiam os maiores valores (acima de

R\$ 100 mil) e que, em 2017, passou a ficar com 75,5% de todo valor financiado, ante 67,23% em 2002. Desse modo, nesse período, os financiamentos menores foram reduzidos drasticamente (tanto em número de famílias, como no valor acumulado), enquanto os financiamentos maiores ampliaram-se fortemente, o que aponta para um cenário de concentração do crédito no período, pois em 2017 cinco famílias ficavam com cerca de 75% de todo valor financiado.

Tabela 8 - Distribuição das famílias, valor absoluto e relativo por estratos de valor total dos financiamentos nos anos de 2002 e 2017

Estratos de valor total financiado (R\$)	2002			2017		
	Número famílias	Valor absoluto (R\$)	Valor relativo (%)	Número famílias	Valor absoluto (R\$)	Valor relativo (%)
Menos de 10.000,00	29	126.875,30	13,10	5	30.000,00	1,62
De 10.000,00 a 100.000,00	7	190.604,24	19,67	9	423.000,00	22,88
Acima de 100.000,00	2	651.439,22	67,23	5	1.396.285,71	75,5
Total	38	968.918,76	100	19	1.849.285,71	100

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Em síntese, considerando-se a trajetória do conjunto dos casos, observa-se que há um maior número de famílias que reduziram o seu capital do que de famílias que o aumentaram. Destaca-se que, no período pesquisado, um quinto das famílias se descapitalizaram totalmente, porém, no outro extremo e em sentido inverso, um quarto das famílias mais do que dobraram seu capital. Além disso, ocorreu elevadíssima concentração do capital em um pequeno grupo de famílias (oito famílias possuem pouco mais da metade de todo capital das 58 famílias). O mesmo processo ocorreu em relação ao acesso ao crédito, pois de 2002 para 2017 reduziram-se os pequenos financiamentos e o crédito passou a se concentrar em um pequeno grupo de agricultores (6,67% das famílias ficam com 75,5% do valor total financiado).

### 5.3 SISTEMAS PRODUTIVOS, VALOR DA PRODUÇÃO E AS RENDAS

O conjunto dos recursos considerados nas seções anteriores foi mobilizado pelas famílias pesquisadas para o desenvolvimento das atividades produtivas. Tanto em 2002 como em 2017, os sistemas produtivos vegetais estavam baseados, principalmente, em lavouras temporárias, destacadamente de soja, milho e trigo e, por sua parte, os sistemas produtivos animais estavam baseados na bovinocultura leiteira e na suinocultura.

Essas atividades produtivas não são as únicas, mas as que contribuem de forma mais expressiva na composição da produção total das famílias. Ao considerar-se o PB total das famílias pesquisadas, entre 2002 e 2017, observa-se elevação de 96,85%, pois o PB total era de R\$ 3,9 milhões e passou para R\$ 7,8 milhões, sendo que no primeiro ano era produzido por todas as 58 famílias e no segundo ano por 53 famílias, ou seja, em 2017 cinco famílias não desenvolvem nenhuma atividade agrícola.

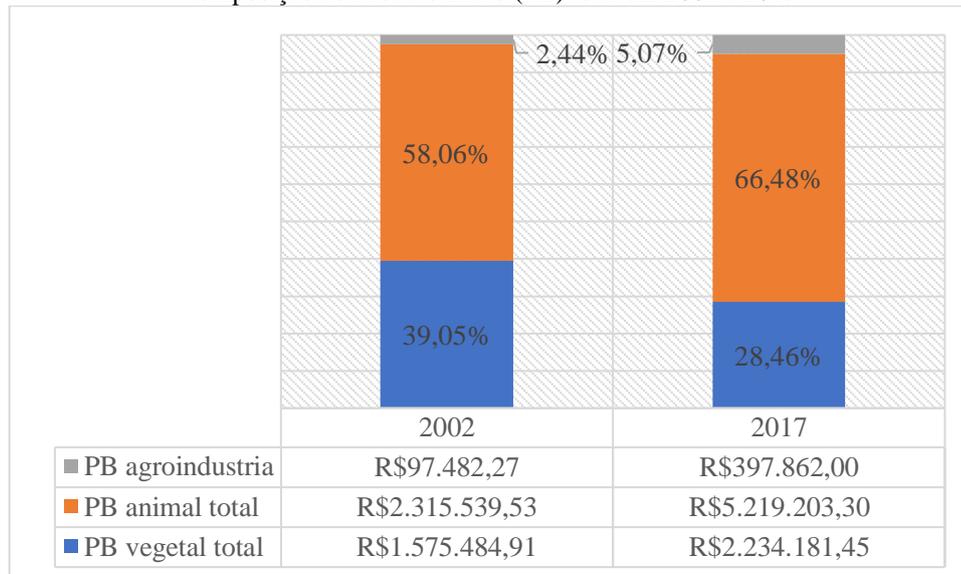
Destaca-se que o PB total para o autoconsumo teve redução de 13,76%, tendo taxa de queda semelhante entre a produção para o autoconsumo de origem animal e vegetal. Todas as famílias, em alguma medida, produziam para o autoconsumo no primeiro ano da pesquisa, sendo que em dois casos a produção era exclusivamente para o autoconsumo e, no segundo ano da pesquisa, dez famílias produzem exclusivamente para o autoconsumo. Entre os anos considerados, os cultivos de horta e pomar reforçam seu caráter de produção para o autoconsumo, sendo pouco expressivos, em termos de PB, as quantidades de vegetais deles oriundas que são comercializados. Contudo, observou-se que o número de famílias que possui pomar manteve-se alto (passou de 53 para 51) e no de hortas ocorreu redução um pouco mais acentuada (de 54 para 49), porém são mantidas pela maioria das famílias. A produção de origem animal para o autoconsumo envolve, especialmente, carnes, ovos e leite, que somados aos produtos da transformação caseira, destacadamente, salame, queijo, conservas e doces, compõem os principais itens produzidos para o autoconsumo.

Considerando que o PB para venda teve aumento de 115,07%, pode-se apontar, em termos agregados, maior prioridade dada pelas famílias para a produção para a venda do que para o autoconsumo. Todavia, quando se considera o PB do autoconsumo *per capita* anual, há uma situação diferente, pois em 2002 ele era de R\$ 2.256,98 e passou para R\$ 2.688,30 em 2017. Ou seja, em termos de PB de autoconsumo por pessoa houve aumento de 19,11% entre os anos considerados, evidenciando a continuidade da importância da produção para o autoconsumo entre as famílias pesquisadas.

A composição do PB total apresenta variação no período estudado, conforme mostra o Gráfico 8, com aumento da proporção do PB animal no PB total, passando de 58,06% para 66,48%. Em termos absolutos, o PB animal passou de R\$ 2,3 milhões para R\$ 5,2 milhões (aumento de 125,4%), enquanto o PB vegetal passou de R\$ 1,6 milhões para R\$ 2,2 milhões (aumento de 41,81%) e o PB da transformação caseira subiu de R\$ 87 mil para 398 mil (aumento de 308,14%). Em termos relativos, entre 2002 e 2017, o PB vegetal sobre o PB total diminuiu de 39,5% para 28,46% e o PB da transformação caseira de 2,44% para 5,07%. Em

termos absolutos, o PB animal, vegetal e da transformação caseira aumentaram, sendo esse aumento, em termos relativos, mais intenso no caso da transformação caseira (que é minoritária em termos proporcionais no PB total) e da produção animal (que consolida ainda mais, em termos proporcionais, sua posição majoritária no PB total).

Gráfico 8 - Contribuição relativa e absoluta da produção vegetal, animal e da transformação caseira na composição do Produto Bruto (PB) total em 2002 e 2017



Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Os principais cultivos comerciais das famílias são apresentados na Tabela 9, sendo eles: soja, trigo e milho. Entre os anos de 2002 e 2017 a produção de soja foi marcada pela forte redução do número de famílias produtoras (de 49 para 20), aumento da área total cultivada (de 366,25 ha para 479,5 ha) e pelo consequente aumento do tamanho médio das lavouras das famílias sojicultoras, que passou de 7,47 ha para 23,98 ha. Em relação ao trigo também ocorreu redução do número de famílias que se dedicavam ao seu cultivo (de 14 para 11), aumento da área total cultivada (de 87,75 ha para 209,5 ha) e expressivo crescimento da área média plantada por família (de 6,27 ha para 19,05 ha).

Portanto, no caso desses dois cultivos, ocorre descontinuidade da produção por um número expressivo de famílias, aumento da área total cultivada e a consequente concentração da produção. Também é importante destacar que ocorreu elevação da produtividade e da produção total desses dois cultivos, conforme se observa na tabela. No caso do milho ocorreu pequena redução na área total cultivada (de 225,75 ha para 210 ha) e forte redução do número de famílias que o cultivam (de 54 para 32). No entanto, segue sendo o cultivo de lavoura

temporária que é mais realizado pelas famílias pesquisadas, plantado em lavouras médias menores que as de soja e trigo (4,18 ha/família, em 2002 e 6,56 ha/família, em 2017).

Tabela 9 - Área total cultivada(ha), número de famílias, tamanho médio das lavouras (ha) e produtividade média (sacas/ha) de soja, trigo e milho das famílias pesquisadas – 2002 e 2017

	2002				2017			
	Área total cultivada (ha)	Número famílias	Tamanho médio lavouras (ha)	Produtiv. média (sacas/ha)	Área total cultivada (ha)	Número famílias	Tamanho médio lavouras (ha)	Produtiv. média (sacas/ha)
Soja	366,25	49	7,47	38,27	479,5	20	23,98	53,05
Trigo	87,75	14	6,27	34,25	209,5	11	19,05	42,6
Milho	225,75	54	4,18	-	210	32	6,56	-

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Em relação à produção animal, a bovinocultura de leite e a produção de suínos são as principais criações com fins comerciais. Na atividade leiteira, entre 2002 e 2017, também se observou concentração da produção, pois ocorreu forte redução do número de famílias que produziam leite (de 52 para 30) e, por outro lado, a produção total teve forte elevação, impulsionada pelo crescimento do número total de vacas (de 589 para 651), pelo aumento do tamanho médio dos rebanhos (de 10,5 para 18,6 vacas/famílias) e pelo aumento da produtividade por animal (2.575 litros/ano para 4.532 litros/ano). Em relação à produção de suínos também ocorreu redução do número de famílias criadoras (de 44 para 31) e aumento do número médio de animais por família (de 62,5 para 180,4), com intensificação da concentração do rebanho em poucos produtores. No primeiro ano da pesquisa 87,35% dos animais eram criados por 9,1% dos produtores, em rebanhos com mais de 100 animais. No segundo ano da pesquisa, nos rebanhos com mais de 100 animais, estava 95,78% do rebanho, que era criado por apenas 9,68% das famílias possuidoras de suínos. Ou seja, no caso da produção leiteira e de suínos também ocorreu forte descontinuidade produtiva por um número expressivo de famílias e concentração da produção.

Também a transformação caseira, ou produção agroindustrial foi descontinuada por um número expressivo de famílias, pois em 2002 todas elas realizavam essa prática e, em 2017, apenas 38 famílias a mantêm. Além disso, ocorreu forte processo de concentração, especialmente nos produtos destinados à venda, pois, em 2017, apenas duas famílias concentravam mais de 90% do PB da transformação caseira, ou agroindustrial, comercializada.

Cabe ainda destacar as alterações observadas nos cultivos de horta e pomar, dada sua importância para a agricultura familiar. O número de famílias que possuía horta diminuiu, passando de 54, em 2002, para 49, em 2017. Assim, em termos relativos, o número de famílias que possuía horta passou de 93,1% para 84,48%. A Tabela 10 mostra o número de famílias e a

taxa de variação do número de famílias que realizavam o cultivo de certos vegetais em 2002 e 2017. Percebe-se que, exceto rabanete e moranguinho, que mostraram aumento do número de famílias que os cultivam, em todos os demais vegetais ocorreu diminuição. A taxa de redução foi menos expressiva (abaixo de 50%) para seis cultivos (alface, repolho, beterraba, tomate, cenoura e mandioca), esses últimos são os vegetais que seguem sendo cultivados em 2017, por cerca de metade das famílias pesquisadas.

Tabela 10 - Principais hortaliças cultivadas, número de famílias produtoras e taxa de variação no número de famílias que as cultivavam em 2002 e 2017

	2002	2017	Taxa de variação		2002	2017	Taxa de variação
Alface	49	42	-14%	Pepino	26	10	-62%
Repolho	52	42	-19%	Batata doce	26	9	-65%
Beterraba	48	36	-25%	Rúcula	27	9	-67%
Tomate	42	35	-17%	Moranga	32	8	-75%
Cenoura	48	35	-27%	Feijão	18	7	-61%
Mandioca	53	28	-47%	Brócolis	19	7	-63%
Cebola	51	25	-51%	Batatinha	13	3	-77%
Salsa	48	23	-52%	Radite	19	2	-89%
Alho	46	19	-59%	Rabanete	7	9	29%
Couve	38	15	-61%	Moranguinho	4	8	100%
Pimentão	26	13	-50%				

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Esses produtos da horta eram destinados quase exclusivamente para o consumo familiar, pois, em 2002 apenas uma família vendia pequena quantidade de pepino, duas famílias vendiam batatinha, duas famílias vendiam feijão e outras duas famílias vendiam quantidade um pouco mais expressiva de mandioca. Em 2017 apenas uma família vendeu pequena quantidade de amendoim e outra vendeu pequena quantidade de feijão.

Os pomares também eram destinados quase exclusivamente para o consumo familiar, pois, em 2002 apenas duas famílias vendiam pequenas quantidades de frutas, sendo que uma família comercializava uva e outra pêsego. Em 2017 nenhuma família comercializou frutas. Quanto ao número de famílias que possuíam pomar, em 2002, era de 53 e passou para 51 em 2017. Assim, em termos relativos, a redução do número de famílias que possuía pomar foi um pouco menor que a redução na quantidade de hortas, que passou de 91,38% para 87,93%. A relação dos principais tipos de frutas existentes nos pomares pode ser vista na Tabela 11. Na maioria das espécies frutíferas ocorreu redução no número de famílias que as cultivam. Isso ocorreu no caso da laranja, bergamota, uva e pêsego, que apesar da redução no número de famílias que as cultivam, ainda são as espécies cultivadas por mais da metade das famílias, em

2017. Outras seis espécies (figo, limão, caqui, pera, maçã e tangerina) tiveram redução superior a 50% no número de famílias que as cultivam e apenas ocorreu crescimento (7%) no número de famílias que cultivam goiaba.

Tabela 11 - Principais frutas cultivadas, número de famílias produtoras e taxa de variação no número de famílias que as cultivam em 2002 e 2017

<b>Frutas</b>	<b>2002</b>	<b>2017</b>	<b>Taxa de variação</b>	<b>Frutas</b>	<b>2002</b>	<b>2017</b>	<b>Taxa de variação</b>
Laranja	52	46	-12%	Limão	36	15	-58%
Bergamota	52	46	-12%	Caqui	30	11	-63%
Abacate	21	18	-14%	Pera	31	11	-65%
Uva	37	27	-27%	Maçã	20	6	-70%
Pêssego	48	34	-29%	Tangerina	23	3	-87%
Figo	31	15	-52%	Goiaba	14	15	7%

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

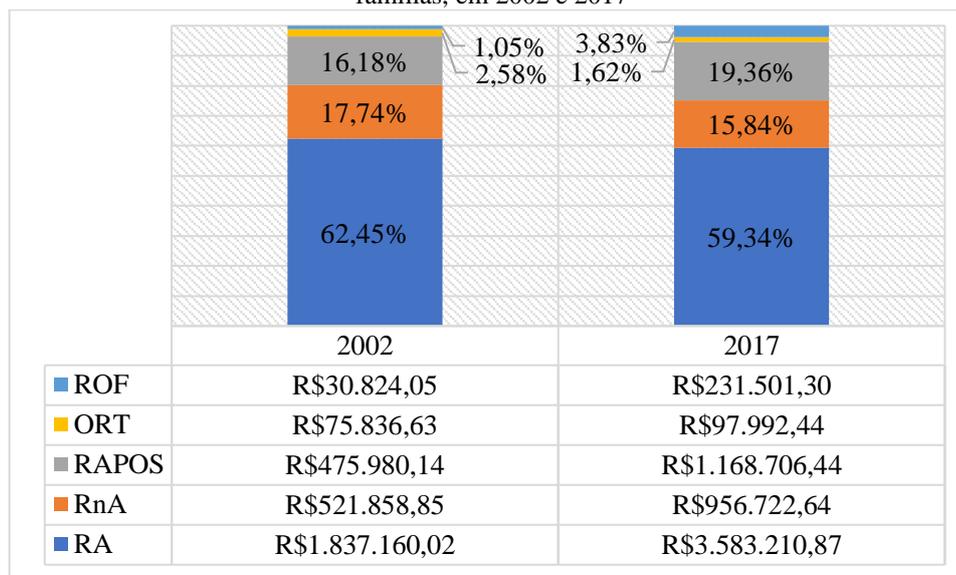
O conjunto dessas atividades produtivas, vegetais e animais, demanda diversos insumos, portanto esses gastos também compõem o cenário geral de transformações nos sistemas produtivos. Observa-se sensível elevação do consumo intermediário que, em termos absolutos, passou de R\$ 1,7 milhões em 2002 para 3,7 milhões em 2017, representando um aumento de 114,32%. Em termos proporcionais, ele absorvia 43,33% do PB no primeiro ano da pesquisa e, no segundo ano pesquisado, passou para 47,18%. Isso expressa a crescente mercantilização e externalização da produção, especialmente pelo incremento no volume total de recursos investidos em insumos e serviços necessários para os processos produtivos.

As alterações nos sistemas produtivos e as diferentes estratégias adotadas pelas famílias implicaram em distintas trajetórias, como será visto nos dois capítulos seguintes, afetando diretamente as rendas das famílias em suas distintas modalidades. Considerando o somatório da RT de todas as famílias pesquisadas, em 2002 e 2017, observa-se que ele passou de cerca de R\$ 2,9 milhões para R\$ 6 milhões, o que representa um aumento de 105,26%. Esse crescimento revela, em que pese o envelhecimento e o encolhimento das famílias, a capacidade dos agricultores, como atores sociais, de ampliarem seus ganhos econômicos a partir da configuração de diversas estratégias, a exemplo de distintos estilos de agricultura ou de estratégias não agrícolas de obtenção de renda.

No Gráfico 9 pode-se observar essa distribuição, em termos absolutos e relativos. Percebe-se que cresceu proporcionalmente a importância da ROF e da RAPOS, sendo que essa segunda modalidade de renda ultrapassou a RnA em 2017, constituindo-se na segunda fonte de renda mais importante, proporcionalmente, para o conjunto das famílias. Todas as outras

modalidades de renda diminuíram seu peso proporcional em 2017, todavia a RA segue sendo a modalidade de renda amplamente predominante do conjunto das famílias. No caso de ORT, apesar do aumento absoluto, sua contribuição proporcional na RT diminuiu e ela segue sendo, relativamente, pouco expressiva.

Gráfico 9 - Participação relativa e absoluta das diferentes modalidades de renda na composição da RT das famílias, em 2002 e 2017



Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Cabe destacar que o aumento do valor absoluto da ROF está fortemente associado ao aumento do arrendamento de terras para terceiros. Já, a RAPOS cresceu devido à elevação da idade das famílias e o consequente aumento do número de aposentados. As variações na RA e na RnA são mais complexas de serem explicadas e serão detalhadamente tratadas quando da análise das trajetórias e estilos de agricultura, segundo a tipologia estabelecida.

.....

Portanto, neste capítulo foram analisadas as alterações demográficas, dos meios de produção e dos sistemas produtivos do conjunto das famílias entre os anos de 2002 e 2017. Ficaram demonstradas as substantivas alterações no perfil das famílias pesquisadas, donde se destaca, em termos demográficos, a redução do tamanho e o envelhecimento das mesmas, com a predominância de famílias com menor número de integrantes e prevalência dos estratos de idade mais elevados sobre os de menor idade, tanto para homens como para mulheres. Outro aspecto demonstrado foi a melhora dos índices de escolaridade do conjunto pesquisado, com inexistência de analfabetos e ampliação da presença de pessoas com ensino superior no ano de

2017. Contudo, ainda é majoritária a presença de pessoas com menos de oito anos de escolaridade.

Além disso, ao considerar-se o acesso aos meios de produção, no caso da terra, demonstrou-se a estratégia de parte das famílias para desvincular-se integralmente das atividades agropecuárias, desfazendo-se da terra e também do capital. Essa estratégia é adotada parcialmente por outras famílias, que se descapitalizam, mas mantêm a propriedade da terra e passam a incrementar a renda familiar através do arrendamento de suas terras, fenômeno esse que se amplia consideravelmente. Também em relação à terra é importante destacar que as famílias com áreas menores (inferiores a vinte hectares) têm reduzido seu quinhão desse meio de produção, enquanto o oposto ocorre com as famílias com maiores áreas (acima de quarenta hectares), evidenciando um quadro de diferenciação das famílias em função da concentração das terras, do capital e do crédito, que têm tendência semelhante.

Quanto ao uso das terras, destaca-se o predomínio e o aumento da área total utilizada com lavouras temporárias e também o aumento das pastagens cultivadas, evidenciando a opção das famílias pela produção de grãos (soja, milho e trigo) e pela produção de leite, ambos de forma mais intensa e tecnicada, dada a ampliação dos volumes e a evolução dos níveis de produtividade dessas atividades, que vem acompanhado pela redução do número de produtores e da conseqüente concentração da produção.

No caso da força de trabalho, os dados apontam para a diminuição expressiva da sua disponibilidade entre as famílias pesquisadas, que reduzem proporcionalmente seu investimento em atividades agrícolas, sem alterar consideravelmente sua contratação ou a destinação para atividades agrícolas fora das UP. Em que pese a redução da disponibilidade total de força de trabalho das famílias, fruto do envelhecimento dos integrantes e do encolhimento de seu tamanho, observou-se aumento absoluto na quantidade de trabalho alocado em atividades não agrícolas, o que corrobora os argumentos que apontam para a importância desta modalidade de trabalho entre agricultores familiares.

Por fim, entre as famílias que mantêm atividades agropecuárias, a produção para o autoconsumo manteve sua relevância na dinâmica socioprodutiva e, apesar da redução do valor total, o valor da produção *per capita* aumentou no período. Já, o valor da produção comercial teve expressivo aumento, impulsionado pelo crescimento do PB vegetal e da agroindústria caseira, mas especialmente pela elevação do PB animal, que cresceu mais intensamente e consolidou sua posição relativa de predomínio no PB total, destacadamente pela produção de leite e de suínos, na qual se intensifica o processo de concentração da produção em número

reduzido de produtores. Em que pese o fato do consumo intermediário total mais do que dobrar no período, a RA cresce de forma substantiva, com taxa relativa semelhante ao crescimento da RnA, sendo estas duas modalidades de renda superadas apenas pela taxa de crescimento da RAPOS e da ROF, sendo uma impulsionada pelo aumento do número de aposentados e a outra pelas rendas obtidas com arrendamento de terras. Com isso, apesar de praticamente dobrar em termos absolutos no período, a RA teve leve redução relativa na composição RT das famílias, mas continua amplamente predominante, passando a ser secundada pela RAPOS e não mais pela RnA, sendo essas as três modalidades de renda mais importantes para o conjunto das famílias.

Esses são os traços fundamentais das transformações observadas entre 2002 e 2017, considerando todas as famílias estudadas de forma agregada. Constituído esse panorama das transformações, no capítulo que segue, passar-se-á a analisar as distintas trajetórias das famílias considerando-as de forma segregada, utilizando como critério delimitador das tipologias de análise a modalidade predominante de renda em cada caso estudado. Ou seja, passa-se para uma etapa de análise na qual se constituem grupos homogêneos de análise para a discussão das trajetórias das famílias.

## **6 ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA MAPEAR OS PERCURSOS DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS**

O objetivo deste capítulo é apresentar o método que foi utilizado para organizar os casos e derivar as trajetórias percorridas pelas famílias pesquisadas. Para tal, se descreve o processo de formação dos grupos de análise, que foram constituídos segundo o grau de predomínio dos distintos tipos de renda. Inicialmente se apresenta o procedimento para a composição e as variações numéricas dos grupos de renda predominante nos dois anos da pesquisa. Depois destaca-se as trajetórias efetivamente percorridas, classificando-as segundo o grau de importância e também realiza-se sua denominação. Por fim, considerando o sentido das trajetórias, apresenta-se as vias configuradas que serão analisadas nos capítulos seguintes.

Desse modo, neste capítulo realiza-se a apresentação do método utilizado para constituir as trajetórias e conformar as vias posteriormente analisadas, compondo um procedimento analítico intermediário para alcançar os objetivos desta tese. Ainda que este capítulo não contenha um grande número de páginas, considerou-se importante mantê-lo nesta posição do trabalho, pois localiza-se entre as transformações gerais, descritas no Capítulo 5, e as estratégias e trajetórias percorridas, que serão analisadas no Capítulo 7.

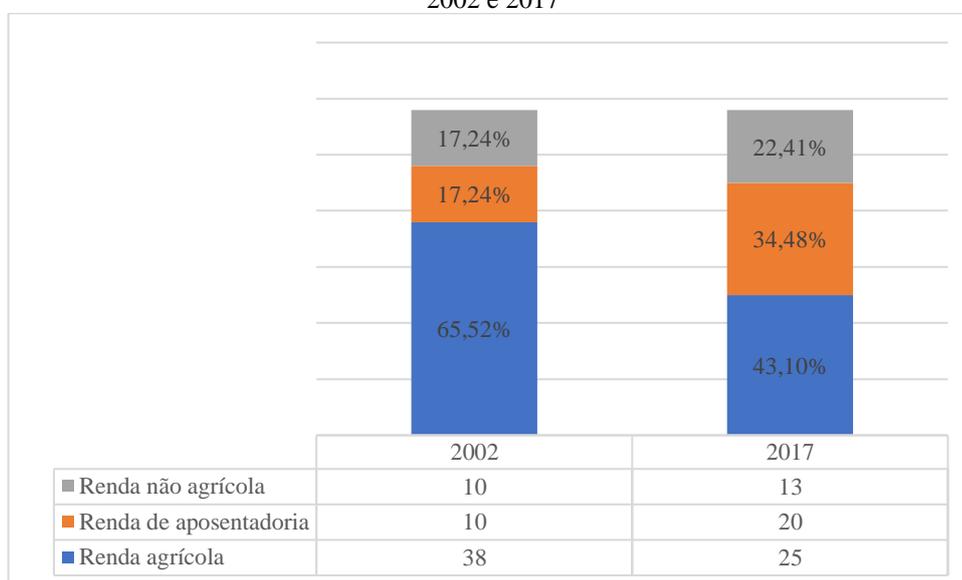
### **6.1 A COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS DE ANÁLISE**

O processo e os critérios de composição dos grupos de análise foram caracterizados na apresentação da metodologia desta tese (Capítulo 4), mas cabe lembrar que foram constituídos grupos homogêneos utilizando como critério de separação o tipo predominante de renda familiar. As rendas familiares foram classificadas em cinco categorias distintas, sendo elas: renda de aposentadoria, renda não agrícola, renda agrícola, outras rendas do trabalho e rendas de outras fontes. Cabe destacar que, em conformidade com os critérios, uma família poderia apresentar apenas uma modalidade de renda, sendo, nesse caso, essa a fonte predominante. Mas também poderia apresentar as cinco modalidades de renda, de forma combinada, em diferentes proporções, sendo considerada, nesses casos, a forma predominante aquela que, proporcionalmente, apresentava o maior valor em relação à renda total da família.

Considerando a modalidade predominante de renda como critério de distinção, no Gráfico 10 observa-se a configuração de três grupos de famílias assim conformados: renda de

aposentadoria (RAPOS); renda não agrícola (RnA); e renda agrícola (RA)<sup>16</sup>. Pode-se observar o crescimento do número de casos nos grupos RAPOS e RnA, com maior expressividade no primeiro grupo, acompanhado da redução do número de casos no grupo RA. Considerando a totalidade dos casos, pode-se afirmar que as rendas de outras fontes (ROF) e outras rendas do trabalho (ORT) aparecem como formas de renda complementares, pois as rendas de aposentadoria, não agrícola e agrícola são, efetivamente, as modalidades mais importantes para o conjunto das famílias pesquisadas, sendo essa a razão que justifica a configuração destes três grupos de análise.

Gráfico 10 - Participação absoluta e relativa do número total de casos nos grupos de renda predominante em 2002 e 2017



Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Em termos relativos observa-se que, em 2002, a maior concentração de famílias encontrava-se no grupo com predominância da renda agrícola, com 65,52% dos casos pesquisados, caindo para 43,10%, em 2017. Apesar dessa redução, este segue sendo o grupo que possui o maior número de famílias. A modalidade de renda com maior aumento do número de casos foi o grupo em que predomina a renda de aposentadoria, que dobrou de tamanho entre os anos pesquisados, passando a representar cerca de um terço do conjunto das famílias no segundo ano da pesquisa. O número de famílias no grupo de renda não agrícola aumentou seu

<sup>16</sup> No ano 2002 houve um caso com predominância de “outras rendas do trabalho”. Entretanto, como se tratava de apenas uma família, optou-se por agrupá-la ao grupo de sua segunda maior fonte de renda, para tratá-la grupalmente e não individualmente na pesquisa. Em 2017 ocorreram dois casos semelhantes, com predominância da “renda de outras fontes” e foi adotado o mesmo procedimento anterior para não configurar um novo grupo com apenas dois casos. Optou-se, dessa forma, por não considerar como um grupo de análise as modalidades de renda que apresentavam apenas um ou dois casos nos dois anos da pesquisa.

tamanho em 30%, mas foi o grupo minoritário no segundo ano da pesquisa, representando cerca de um quinto dos casos estudados.

O sentido do termo “trajetória” está fortemente associado à ideia de movimento e é utilizado de forma recorrente por diversas ciências. No caso da física, a trajetória se refere ao caminho percorrido por determinado corpo em movimento, desde seu ponto de partida até o de chegada. No campo das ciências sociais este termo incorpora fortemente uma dimensão histórica, de transformações ao longo do tempo, podendo referir-se a indivíduos e grupos sociais, ou mesmo espaços e instituições. Todavia, em que pese seu frequente uso acadêmico, ainda carece de uma definição mais precisa em termos conceituais, com seu uso adaptado em diversos campos do conhecimento e carregado de múltiplos sentidos.

No caso da presente tese, uma trajetória se define pelo movimento que uma família realiza ao longo do tempo para permanecer ou alterar sua posição de pertencimento a determinado grupo de renda predominante entre os dois anos da pesquisa. Sustenta-se que a trajetória resulta da capacidade de agência dos agricultores, que desenvolvem estratégias de uso e mobilização dos recursos disponíveis em contextos diversos, nos quais atuam forças externas que também incidem sobre as trajetórias familiares, podendo favorecer, estimular, cercear ou mesmo determinar certo caminho a ser seguido.

Quanto às trajetórias, tendo em conta que são três grupos de renda predominante em cada ano da pesquisa, teoricamente, existem nove caminhos possíveis de serem percorridos pelas famílias, totalizando nove possíveis trajetórias. As diferentes trajetórias foram classificadas em duas categorias distintas, sendo uma de permanência e a outra de troca de grupo de renda predominante ao longo do tempo. Do conjunto de trajetórias, três delas compõem trajetórias de continuidade, que são formadas por aqueles casos cujas famílias mantiveram-se no mesmo grupo de renda, tanto em 2002 como em 2017. Nas outras seis trajetórias as famílias não permaneceram no mesmo grupo de renda predominante nos dois anos da pesquisa, por isso foram consideradas trajetórias cambiantes.

Em termos objetivos, são as seguintes as possíveis trajetórias de continuidade: estar no grupo RAPOS em 2002 e nele permanecer em 2017; estar no grupo RnA em 2002 e nele permanecer em 2017; estar no grupo RA em 2002 e nele permanecer em 2017. As trajetórias cambiantes apresentam as seguintes possibilidades: saída do grupo RAPOS em direção aos grupos RnA ou RA; saída do grupo RnA em direção aos grupos RAPOS ou RA; saída do grupo RA em direção aos grupos RAPOS ou RnA.

## 6.2 TRAJETÓRIAS PERCORRIDAS E VIAS CONFORMADAS

A Tabela 12 apresenta a distribuição do número absoluto de casos de trajetórias de continuidade e cambiantes por grupo de renda predominante. Quanto às trajetórias de continuidade, observou-se que, no grupo RAPOS, que possuía dez casos em 2002, 30% das famílias permaneciam nesse mesmo grupo em 2017. No caso do grupo RnA, que em 2002 também era integrado por dez casos, 20% das famílias mantiveram-se nesse grupo. Já, no grupo RA, que era integrado por 38 casos no primeiro ano da pesquisa ocorreu a maior taxa de continuidade (52,63%), com pouco mais da metade das famílias mantendo o predomínio da RA nos dois anos da pesquisa. Isso sugere maior capacidade de manutenção e reprodução das famílias com predomínio da renda agrícola, ainda que, em termos absolutos, esse grupo apresente o maior número de casos que migram para outros grupos.

Ao todo, 25 famílias seguem as trajetórias de continuidade, permanecendo no mesmo grupo em 2002 e 2017, conforme se observa na Tabela 12. É importante destacar que nos dois anos considerados poucas famílias repetiram sua participação nos grupos RAPOS e RnA. Ainda em relação às trajetórias de continuidade, observando-se sob outro ângulo de análise, em termos relativos, nos grupos RAPOS e RnA apenas 15% das famílias que os integravam em 2017 estavam nesses mesmos grupos em 2002. Isso sugere elevado dinamismo e fortes variações na composição das distintas rendas dessas famílias ao longo do tempo, pois poucas famílias que estavam nesses grupos no primeiro ano seguiam neles no segundo ano da pesquisa. Além disso, nesses grupos ocorre intenso processo de entrada de casos oriundos de outros grupos. Isso significa duas coisas: as famílias com predomínio da renda de aposentadoria ou renda não agrícola tendem a alterar de forma mais intensa a composição relativa de suas rendas, o que gera a troca de grupo de renda predominante com o passar dos anos; esses são grupos para os quais fluem muitos casos de outros grupos, pois eles crescem numericamente, mas são poucas as famílias que neles permanecem.

No grupo RA, em relação à trajetória de continuidade, observou-se que 80% das famílias que o integravam em 2017 já participavam desse mesmo grupo em 2002. Isso sugere maior estabilidade na composição das atividades e das estratégias das famílias com predominância da renda agrícola, dado que a grande maioria das famílias mantém o padrão agrícola como fonte predominante de seus rendimentos entre os dois anos considerados neste estudo. Por outro lado, também significa que a fluência de casos dos outros grupos para o grupo RA é bem menos

intensa que no sentido inverso, em função do grande número de casos que migra deste para outros grupos.

Quanto às trajetórias cambiantes, entre os dois anos pesquisados 33 famílias trocaram de grupo de renda predominante, conforme se observa na Tabela 12. Houve um número maior de casos que alteram de grupo de renda predominante, em relação ao número dos que permaneceram no mesmo grupo. Em termos relativos, 43,1% das famílias permaneceram nos mesmos grupos e 56,9% delas trocaram de grupo entre os anos de 2002 e 2017.

Tabela 12 - Distribuição do número de casos segundo o tipo de trajetória entre 2002 e 2017

<b>Tipos de trajetórias</b>	<b>Grupo RAPOS</b>	<b>Grupo RnA</b>	<b>Grupo RA</b>	<b>Total</b>
Trajetoária de continuidade	3	2	20	25
Trajetoária cambiante	7	8	18	33

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Na Tabela 13 são detalhadas as trajetórias cambiantes com os fluxos numéricos das mudanças de grupo daqueles casos que alteraram sua posição entre os dois anos pesquisados, apontando o grupo de saída e de destino das famílias. O movimento mais expressivo de alteração de grupo foi feito por 18 famílias que saíram do grupo RA, tendo como destino o grupo RAPOS (que recebeu doze famílias) e o grupo RnA (que recebeu outras seis famílias). Ou seja, cerca de metade das famílias nas quais predominava a renda agrícola em 2002 não permaneciam nesse grupo em 2017, tendo a maioria migrado para o grupo com predomínio da renda de aposentadoria. Em termos de saída de famílias, o grupo RA foi o que mais perdeu casos.

Além disso, a mesma tabela também mostra que o grupo RAPOS foi o que recebeu o maior contingente de famílias que trocaram de grupo, totalizando dezessete novos casos, dos quais doze foram oriundos do grupo RA e cinco do grupo RnA. A entrada de novos casos no grupo RAPOS mostra o segundo movimento mais expressivo de migração que foi realizado pelas famílias pesquisadas. Assim, o grupo com predomínio da renda de aposentadoria constituiu-se no destino da maior parcela de famílias que saíram dos grupos RnA e RA. O segundo grupo que mais recebeu novas famílias em 2017 foi aquele com predominância das rendas não agrícolas, que recebeu onze novos casos, com origem relativamente equilibrada dos grupos RAPOS e RA. Portanto, entre as famílias que trocaram de grupo, as três movimentações mais expressivas numericamente foram: saída do grupo RA, entrada no grupo RAPOS e entrada no grupo RnA, conforme demonstra a Tabela 13.

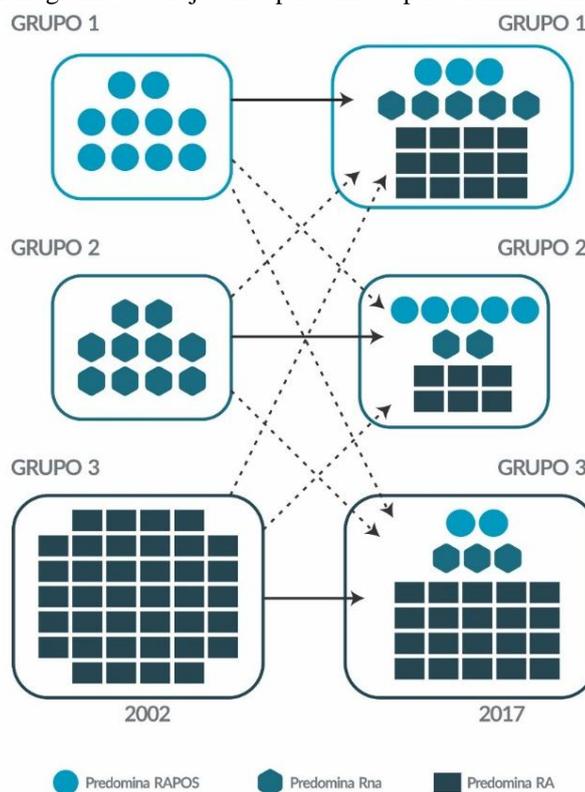
Tabela 13 - Número de casos, origem e destino das famílias que trocaram de grupo de renda predominante entre 2002 e 2017

	Foram para RAPOS	Foram para RnA	Foram para RA	Total
Saíram do RAPOS	-	5	2	7
Saíram do RnA	5	-	3	8
Saíram do RA	12	6	-	18
Total	17	11	5	33

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Na Figura 4 pode-se observar graficamente os fluxos dos casos em termos de movimentação e de vinculação aos grupos de renda predominante. Nele verificam-se as trajetórias de continuidade e cambiantes, destacando-se que as nove possíveis trajetórias foram percorridas pelas famílias entre 2002 e 2017. No Grupo 1 houve predomínio de RAPOS, no Grupo 2 o predomínio foi de RnA e no Grupo 3 ocorreu o predomínio de RA.

Figura 4 - Fluxograma das trajetórias percorridas pelas famílias entre 2002 e 2017



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Após o detalhamento dos movimentos de continuidade e de troca de grupos de renda predominante, partiu-se para a denominação destas trajetórias. No Quadro 2 apresenta-se a delimitação de cada uma das nove trajetórias, que foram identificadas conforme o tipo de

movimentação entre os grupos de renda que as famílias efetuaram entre os dois anos da pesquisa.

Quadro 2 - Denominação e delimitação das trajetórias

<b>Denominação</b>	<b>Delimitação</b>
Trajatória 1	Famílias que estavam no grupo RAPOS nos dois anos da pesquisa.
Trajatória 2	Famílias que estavam no grupo RAPOS no primeiro ano da pesquisa e passaram para o grupo RnA no segundo ano da pesquisa.
Trajatória 3	Famílias que estavam no grupo RAPOS no primeiro ano da pesquisa e passaram para o grupo RA no segundo ano da pesquisa.
Trajatória 4	Famílias que estavam no grupo RnA nos dois anos da pesquisa.
Trajatória 5	Famílias que estavam no grupo RnA no primeiro ano da pesquisa e passaram para o grupo RAPOS no segundo ano da pesquisa.
Trajatória 6	Famílias que estavam no grupo RnA no primeiro ano da pesquisa e passaram para o grupo RA no segundo ano da pesquisa.
Trajatória 7	Famílias que estavam no grupo RA nos dois anos da pesquisa.
Trajatória 8	Famílias que estavam no grupo RA no primeiro ano da pesquisa e passaram para o grupo RAPOS no segundo ano da pesquisa.
Trajatória 9	Famílias que estavam no grupo RA no primeiro ano da pesquisa e passaram para o grupo RnA no segundo ano da pesquisa.

Fonte: elaborado pelo autor, 2019.

Na sequência da delimitação e nomenclatura das trajetórias partiu-se para a classificação das mesmas. Na Tabela 14 apresenta-se o número de casos para cada uma das nove trajetórias, apontando quais são trajetórias de continuidade e quais são cambiantes. Além disso, a tabela também indica o grau de importância de cada trajetória, podendo uma trajetória ser considerada como principal ou secundária. O critério de corte para essa classificação foi o alcance ou não uma representatividade de, ao menos, cerca de 10% do conjunto dos casos pesquisados. As trajetórias que alcançaram cinco casos ou mais foram classificadas como principais e aquelas que não alcançaram cinco casos foram consideradas secundárias.

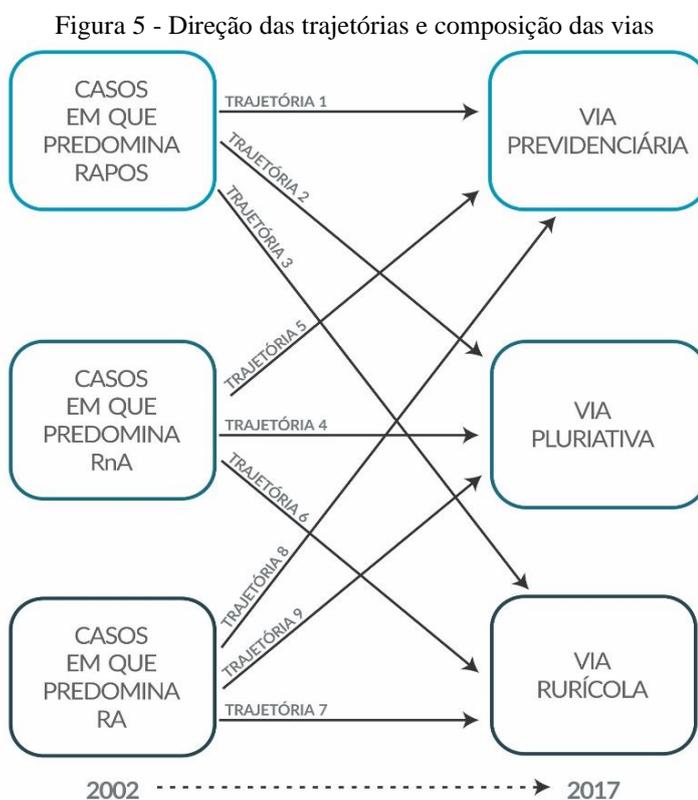
Tabela 14 - Número de casos e classificação das trajetórias segundo tipo e grau de importância

	<b>Número de casos</b>	<b>Tipo de trajetória</b>	<b>Grau de importância</b>
Trajatória 1	3	Continuidade	Secundária
Trajatória 2	5	Cambiante	Principal
Trajatória 3	2	Cambiante	Secundária
Trajatória 4	2	Continuidade	Secundária
Trajatória 5	5	Cambiante	Principal
Trajatória 6	3	Cambiante	Secundária
Trajatória 7	20	Continuidade	Principal
Trajatória 8	12	Cambiante	Principal
Trajatória 9	6	Cambiante	Principal

Fonte: elaboração própria, com base em pesquisa de campo, 2018.

Definidas as trajetórias, passou-se à constituição das vias. Uma via resulta da agregação de diferentes trajetórias. O critério de agregação das trajetórias para compor uma via foi a direção seguida pela trajetória, considerando que elas, necessariamente, devem confluir para o mesmo grupo de renda predominante no segundo ano da pesquisa. Ou seja, todas as trajetórias que confluem para o grupo de renda com predomínio da renda de aposentadoria constituem uma via. As trajetórias que confluem para o grupo no qual predomina a renda não agrícola compõem outra trajetória. O mesmo vale para as trajetórias que confluem para o grupo com predomínio da renda agrícola. Portanto, ao existirem três grupos de renda para os quais as trajetórias podem confluir no segundo ano da pesquisa configuraram-se três vias a serem analisadas.

Conforme a Figura 5, a primeira delas foi denominada de via previdenciária, composta por aquelas trajetórias que confluem para o grupo com predomínio da renda de aposentadoria, constituída pelas Trajetórias 1, 5 e 8. A segunda, denominada de via pluriativa, foi formada pelas trajetórias que confluem para o grupo com predomínio da renda não agrícola, integrada pelas Trajetórias 2, 4, e 9. Por fim, as Trajetórias 3, 6 e 7 que confluem para o grupo com predominância da renda agrícola compõem a via agrícola.



Fonte: elaboração própria, 2019.

Conforme será demonstrado no capítulo seguinte, as vias correspondem de forma bastante coerente com as estratégias adotadas pelas famílias. Dito de outra forma, as vias são o resultado das estratégias adotadas pelas famílias, pois as distintas composições de renda são uma forma de expressão concreta das opções estratégicas levadas a cabo pelas famílias ao longo do tempo. Assim, independente do grupo que elas integravam no ano 2002, a via previdenciária aglutina as trajetórias cujas estratégias familiares elevaram a renda de aposentadoria à forma predominante de renda. No caso da via pluriativa, aglutinam-se as trajetórias que priorizaram estrategicamente a obtenção de renda de atividades não agrícolas e, por fim, na via agrícola, as trajetórias que fizeram a opção estratégica de centrar a geração de renda em atividades agrícolas.

## **7 ESTRATÉGIAS E VIAS DE AGRARIZAÇÃO E DESAGRARIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS**

O objetivo deste capítulo é apresentar as estratégias adotadas pelas famílias segundo cada uma das vias percorridas. Para tal, realiza-se a caracterização das configurações familiares, tanto em termos demográficos como em relação às condições de produção. Dessa forma, responde-se aos objetivos específicos de caracterizar as transformações demográficas, produtivas e também as variações na formação das rendas das famílias conforme suas trajetórias. Na última seção aplica-se o Índice de Agrarização Familiar nas vias analisadas, destacando que as estratégias adotadas em cada via estão diretamente associadas aos diferentes índices observados e implicam na maior ou menor desagrarização das famílias.

### **7.1 O INEXORÁVEL TEMPO: AS ESTRATÉGIAS DA VIA PREVIDENCIÁRIA**

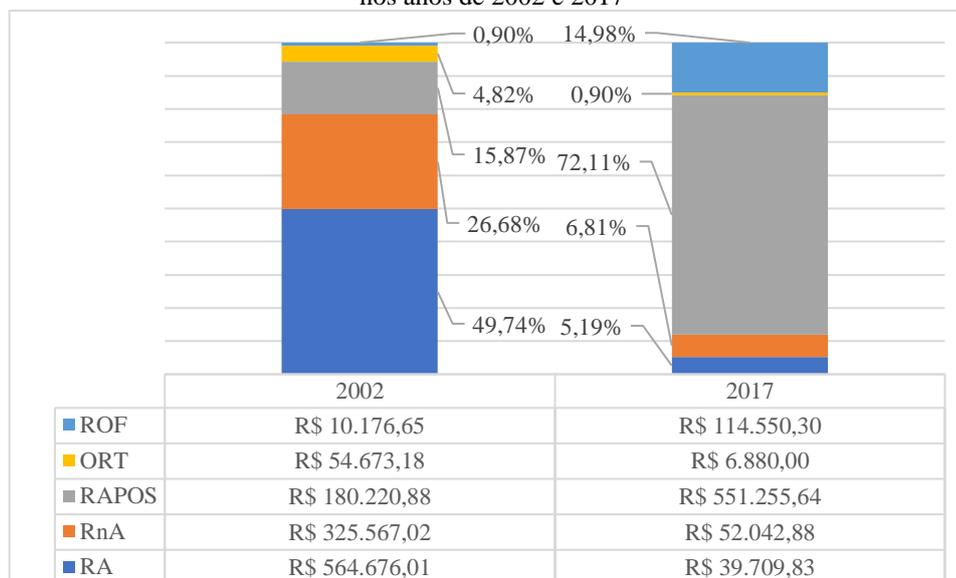
A via previdenciária é composta por vinte casos. O número total de indivíduos nas famílias desta via, entre os anos pesquisados, caiu fortemente (de 79 para 38 pessoas) e também ocorreu forte alteração na composição de gênero, pois deixou de ser um grupo masculinizado (59,49% homens) no primeiro ano da pesquisa e passou, no segundo ano, a haver predomínio feminino (57,89% mulheres). Ou seja, a via previdenciária é francamente desmasculinizante e feminizante das famílias. Cabe ainda destacar que essa via apresenta os menores índices de escolaridade, tendo aumentado a proporção de pessoas com até quatro anos de escolaridade (de 40% para 55%) e diminuído (de 8% para 5%) os integrantes que alcançaram o ensino superior. Esses dois movimentos, como se verá nos dois próximos itens, vão na contramão do observado nas demais vias.

Em 2002 havia 40% dos casos dessa via que não recebiam recursos de aposentadoria e no segundo ano pesquisado todos recebiam. Em 2017, para a ampla maioria dos casos desta via, a RAPOS representava mais de 60% da RT, destacando que, para 20% das famílias, nesse segundo ano, essa modalidade se constituía na única fonte de renda. Isso indica grande elevação da importância da RAPOS para as famílias da via previdenciária.

No primeiro ano da pesquisa, em termos médios, a aposentadoria representava 15,87% da RT familiar do grupo e passou para 72,11% no segundo ano, conforme se observa no Gráfico 11. Com o passar dos anos, a RAPOS aumentou fortemente seu peso relativo na composição da RT desse grupo de famílias. Por outro lado, ocorreu redução absoluta e relativa na

participação da RA (de 49,74% para 5,19%), da RnA (de 26,68% para 6,81%) e também da ORT (de 4,82% para 0,90%) na composição da RT. Em sentido inverso, ocorreu forte crescimento absoluto e relativo da ROF, passando de 0,90% para 14,98%.

Gráfico 11 - Participação absoluta e relativa das distintas rendas na renda total das famílias da via previdenciária, nos anos de 2002 e 2017



Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Conforme apresentado no Gráfico 11, ocorreram fortes alterações na composição da renda total das famílias dessa via, tanto em termos absolutos como relativos. A explicação disso decorre de diferentes fatores, a começar pela elevação da idade média dos integrantes das famílias, que era de 37,67 anos em 2002 e passou para 66,07 anos em 2017, ampliando os valores auferidos com aposentadoria (que passou de, aproximadamente, R\$ 180 mil para R\$ 551 mil). Isso também explica a elevação da importância relativa da RAPOS nessa via.

Ou seja, trata-se de grupo de famílias que convive com sensível processo de envelhecimento e de diminuição do número médio de integrantes por família, que era de 3,95 e passou para 1,9 pessoas. Decorrente do envelhecimento dos integrantes e da redução do tamanho do grupo familiar há forte redução da força de trabalho disponível, que, como se observa na Tabela 15, era de 59,3 UTHs em 2002 e passou para 18,41 UTHs em 2017<sup>17</sup>. Com isso, a força de trabalho disponível de cada família passou, em média, de 2,32 para 0,93 UTHs. Uma marca forte dessa via é a drástica redução da quantidade média de UTHs das famílias.

<sup>17</sup> É importante destacar que esse grupo apresenta o número mais expressivo de UTH rentista-previdenciária em 2017 (72,09% do total).

Frente à redução da capacidade familiar de trabalho, uma das estratégias adotadas pelas famílias foi o do arrendamento de suas terras, o que gerou o aumento da ROF. Em 2002 apenas uma família arrendava terra para terceiros, ao todo 10 ha, que representava 2,74% da área total de terras das famílias desse grupo. Em 2017 65% das famílias arrendavam suas terras para terceiros, representando 65,66% da área total e somando 158,7 ha. Entre os dois anos pesquisados, em termos absolutos, o valor das ROF recebido por todas as famílias dessa via passou de R\$ 10.176,65 para R\$ 114.550,30. O arrendamento das terras implicou a redução da produção agropecuária, o que explica, em parte, a redução da RA.

A RnA tem sensível redução na composição da RT dos casos dessa via. Essa redução decorreu de outra estratégia adotada pelas famílias frente a redução da força de trabalho disponível. Observa-se que 45% delas, em 2002, alocavam trabalho familiar em atividades não agrícolas e isso diminuiu para 15% em 2017. Como se observa na Tabela 15, no primeiro ano as famílias destinavam cerca de um quinto da força de trabalho total disponível para as atividades não agrícolas (ao todo 11,27 UTHs) e no segundo ano tão somente 11,95% (ao todo 2,2 UTHs). Com a redução da disponibilidade de trabalho familiar, uma das marcas da via previdenciária é a estratégia das famílias de reduzir o investimento de trabalho em atividades não agrícolas. No caso das famílias nas quais ocorreu sensível processo de envelhecimento, redução de tamanho e onde ampliaram-se os rendimentos de aposentadoria, as estratégias não agrícolas de obtenção de renda são acionadas pela minoria das famílias e se apresentam como forma bastante secundária de obtenção de renda.

Cabe destacar que a contratação de força de trabalho é um mecanismo pouco acionado pelas famílias e diminuiu ao longo do tempo, tendo passado de 3,61% para 1,41% em relação à força de trabalho familiar total. Também a alocação de trabalho agrícola fora da unidade de produção é pouco acionada, tendo ficado em cerca de dois por cento da força de trabalho familiar nos dois anos da pesquisa.

Tabela 15 - Disponibilidade total de trabalho familiar (UTH familiar total), distribuição do trabalho familiar e contratação de força de trabalho na via previdenciária em 2002 e 2017

<b>Ano</b>	<b>UTH familiar total</b>	<b>UTH agrícola familiar</b>	<b>UTH não agrícola</b>	<b>UTH agrícola fora da UP</b>	<b>UTH contratada</b>
2002	59,3	46,63	11,27	1,4	2,14
2017	18,41	15,92	2,2	0,29	0,26

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Além do arrendamento das terras, outra estratégia que marca a redução da importância das atividades agrícolas nesta via foi a desativação das atividades agropecuárias. Ela se

evidencia no fato de que, em 2002, todas as famílias desenvolviam produção para o autoconsumo e, em 2017, eram 75% das famílias que mantinham esse tipo de produção, mostrando que a produção alimentar para o consumo familiar foi abandonada por um quarto dos casos. No primeiro ano da pesquisa 90% das famílias produziam para venda e no segundo ano apenas 40% delas mantinham esse tipo de produção agropecuária. Isso evidencia um forte processo de descontinuidade da produção agropecuária para a venda. Além disso, no primeiro ano da pesquisa 90% das famílias possuíam capital agropecuário e, em 2017, apenas 45% delas mantinham capital. Nessa mesma perspectiva, quando se observa o financiamento das atividades agropecuárias, constata-se que no primeiro ano da pesquisa 50% das famílias do grupo tomaram financiamento, ante cinco por cento no segundo ano pesquisado. Isso também evidencia a estratégia dessa via, de expressivo esvaziamento das atividades agropecuárias em decorrência do envelhecimento, da redução da disponibilidade de força de trabalho e do desinvestimento realizado através da descapitalização e da venda total das terras, que foi feito por 20% das famílias entre os dois anos pesquisados.

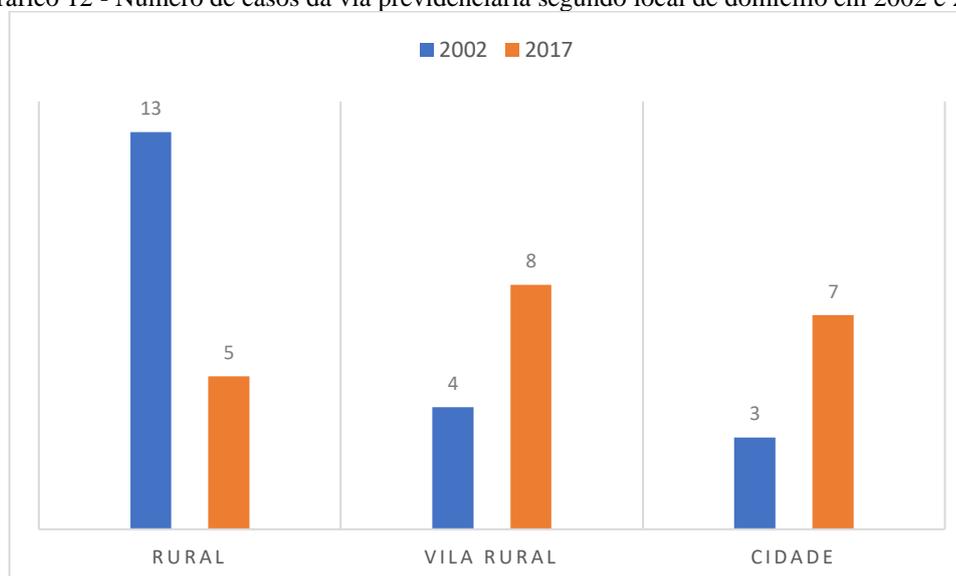
O esvaziamento das atividades agropecuárias também se revela pela diminuição do tamanho das propriedades, visto que 60% das famílias do grupo reduziram a área própria, além de reduzirem fortemente a SAU média, que passou de 15,21 ha para 2,51 ha. Quando se considera a redução da SAU e da força de trabalho agrícola total do grupo alocada na unidade de produção familiar (UTHs agrícola familiar mais UTHs contratada, que passou, em média por família, de 2,44 para 0,81 UTHs), em conjunto com a forte redução do capital médio familiar (passou de R\$ 59.082,01 para R\$ 19.434,80), explica-se a expressiva diminuição do PB total médio familiar que, entre os anos pesquisados, passou de R\$ 57.408,96 para R\$ 13.725,50.

A desativação da atividade agropecuária fez a RA diminuir (de aproximadamente R\$ 565 mil para R\$ 40 mil), junto com a desativação das atividades não agrícolas, que fez cair a RnA (de aproximadamente R\$ 326 mil para R\$ 52 mil) e impactou fortemente a RT das famílias que seguem a via previdenciária. Com isso, apesar do aumento do valor total auferido com aposentadorias e ROF, a RT acumulada por todas as famílias caiu de R\$ 1.135.313,71 para R\$ 764.438,65, mas a renda total per capita mensal aumentou, passando de R\$ 1.197,59 para R\$ 1.676,40, em função da expressiva redução do número total de pessoas que integram as trajetórias dessa via.

Outra estratégia adotada pelas famílias que integram essa via, como se observa no Gráfico 12, foi a alteração do local de moradia. No ano de 2002 predominava o domicílio rural

(65% das famílias) ante o urbano e em vila rural, mas, em 2017, o domicílio rural é mantido por apenas um quarto das famílias, dobrando os casos de famílias que residem em vila rural e na cidade. Destaca-se, portanto, como parte das estratégias das famílias desta via, a redução da presença dos domicílios em espaços sem agrupamentos domiciliares e a priorização da moradia em vilas rurais e no espaço urbano. Nesses dois últimos espaços, em 2002 residiam 35% dos casos e em 2017 eram 75%, evidenciando forte movimento de deslocamento das famílias para os aglomerados domiciliares, sendo essa uma marca das estratégias dos casos que compõem a via previdenciária.

Gráfico 12 - Número de casos da via previdenciária segundo local de domicílio em 2002 e 2017



Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Nesse grupo, em 2017, observou-se baixa frequência de famílias que manifestaram desejo de ir para a cidade. Isso ocorre em função do processo de migração e urbanização já ter ocorrido na maioria dos casos. Entre os dois anos pesquisados, em 75% das famílias ocorreu saída de algum integrante da propriedade, não tendo-se observado nenhum retorno de migrante ao núcleo familiar original que tenha se incorporado às atividades agropecuárias. Existem dois grupos de perfil de idade que fizeram esse movimento de saída das famílias, sendo um composto por jovens na faixa etária entre 15 e 35 anos e outro composto por idosos com faixa etária superior a 60 anos de idade. Cada um desses grupos contribuiu com, aproximadamente, metade do número total de migrantes no período. Todavia, é importante destacar que apenas metade dessas saídas tiveram como destino o espaço urbano, sendo justificadas em função de aposentadoria, estudo, casamento, inundação de terras por barragem, aproximação de filhos já urbanizados e serviços de saúde, além de desgosto com o campo e busca de melhoria da renda.

A outra metade de saídas de pessoas das famílias teve como destino os espaços rurais, sendo motivada por inundação de terras por barragem e pela necessidade de aproximação com serviços de saúde e de filhos já urbanizados.

Em síntese, a estratégia de reprodução das famílias que compõem as trajetórias desta via está alicerçada no acionamento de dois mecanismos. O primeiro é composto pelo movimento articulado de desativação total ou parcial das atividades agrícolas e a descapitalização total ou parcial. O outro mecanismo é a obtenção de renda através de aposentadoria e arrendamento de suas terras, que se associa à priorização do espaço de domicílio em vilas rurais ou nas cidades. O acionamento desses diferentes mecanismos que compõem a estratégia desta via decorre fortemente da elevada idade média familiar e da redução do tamanho médio das famílias, em função da incapacidade de renovação da força de trabalho e da inexistência de sucessores dispostos a continuar na atividade. Decorrente do uso diferenciado desses mecanismos observa-se, no grupo, a elevação do peso da RAPOS e da ROF e a redução expressiva da RA e da RnA na composição da RT familiar.

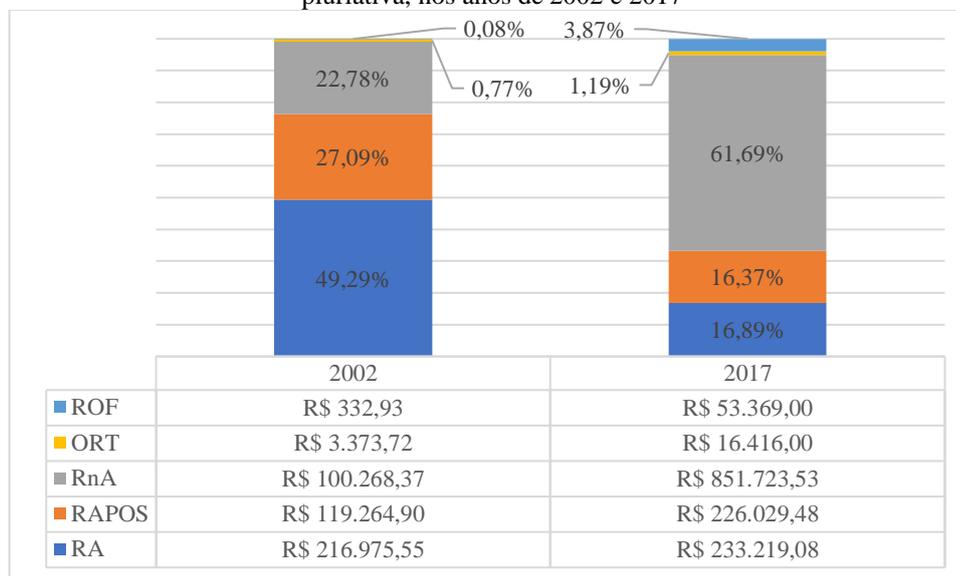
## 7.2 UM CAMPO HÍBRIDO: AS ESTRATÉGIAS DA VIA PLURIATIVA

A via pluriativa é composta por treze casos. O número total de indivíduos nessa via se mantém estável, passou de 54 para 51 pessoas, mas houve fortes alterações na composição de gênero, mediante um processo de desfeminização do grupo, pois as mulheres eram 57,41% e passaram para 50,91% dos integrantes das famílias entre os anos da pesquisa. Além disso, em termos de escolaridade, ocorreu redução no estrato de pessoas com cinco a oito anos de estudo (de 38% para 23%) e expressiva elevação no estrato de ensino superior (de 8% para 21%), mantendo-se a via de maior escolaridade nos dois anos da pesquisa. A elevação da presença de pessoas com ensino superior é uma das variáveis que explica a estratégia de algumas famílias dessa via e, como se demonstrará na sequência, marcará as trajetórias e os estilos de agricultura de alguns casos.

Como se observa no Gráfico 13, diferente da via previdenciária, na via pluriativa os valores absolutos de todas as fontes de renda aumentaram, sendo alguns mais e outros menos intensamente. Contudo, em termos relativos, a RA e a RAPOS diminuíram sua participação na renda total e a RnA aumentou consideravelmente sua participação, tendo passado de 22,78% para 61,69%. Apesar dessa forte mudança relativa, destaca-se que, nos dois anos considerados,

a principal combinação de rendas, entre RnA, RAPOS e RA foi mantida, mostrando-se uma via na qual a diversidade de fontes tem sido valorizada em termos das estratégias de reprodução.

Gráfico 13 - Participação absoluta e relativa das distintas fontes de renda na renda total das famílias da via pluriativa, nos anos de 2002 e 2017



Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

A compreensão das alterações na composição da RT desta via envolve a ponderação de diferentes variáveis, a iniciar pela idade média que, em 2002 era de 37 anos e passou para 44,5 em 2017. Nesses mesmos anos, respectivamente, o número médio de integrantes das famílias passou de 4,15 para 3,92. Ou seja, na via pluriativa ocorreu crescimento da idade média e redução do tamanho médio das famílias, da mesma forma que na via previdenciária, porém com menor intensidade, pois mantém-se, relativamente, um perfil de famílias mais jovens e mais numerosas. O processo menos expressivo de envelhecimento das famílias explica a manutenção em cerca de 70% dos casos desta via que recebem RAPOS e o aumento do seu valor absoluto (passou de, aproximadamente, R\$ 119 mil para 226 mil) decorre do aumento do número de casos com indivíduos que acumulam mais de um benefício, notadamente o recebimento de aposentadoria e pensão por morte de cônjuge, tendo o valor médio familiar recebido com RAPOS passado de nove para dezessete mil reais.

As alterações no perfil etário e de tamanho das famílias desse grupo explicam a pequena diminuição da força de trabalho familiar disponível (passou de 34,14 UTHs para 32,42 UTHs), como se observa na Tabela 16, o que implicou a redução do número médio de UTHs por família (de 2,63 para 2,49). Ainda que, no período estudado, essas famílias tenham conseguido manter e reproduzir a capacidade familiar de trabalho em níveis superiores à via previdenciária, note-

se que ocorreu leve redução na força de trabalho total disponível. Nessas circunstâncias é que as famílias fazem uma opção estratégica substantiva e que define as trajetórias da via pluriativa, que é a priorização da alocação do trabalho familiar em atividades não agrícolas, pois elas absorviam 17,57% de toda força de trabalho familiar em 2002 e, em 2017 passaram para 64,03%. Com isso, o valor total auferido com atividades não agrícolas passou de, aproximadamente, R\$ 100 mil para R\$ 852 mil e a RnA média familiar passa de oito mil reais para R\$ 66 mil. Também é importante destacar que essa elevação decorre do fato da remuneração do trabalho não agrícola ser superior ao agrícola, sendo, no primeiro caso, de R\$ 51.604,90 por UTH não agrícola e, no segundo caso, de R\$ 35.023,82 por UTH agrícola total.

Na Tabela 16 também pode-se observar que a alocação de trabalho familiar fora da unidade de produção e a contratação de força de trabalho são estratégias pouco utilizadas pelas famílias desta via nos dois anos da pesquisa.

Tabela 16 - Disponibilidade total de trabalho familiar (UTH familiar total), distribuição do trabalho familiar e contratação de força de trabalho na via pluriativa, em 2002 e 2017

<b>Ano</b>	<b>UTH familiar total</b>	<b>UTH agrícola familiar</b>	<b>UTH não agrícola</b>	<b>UTH agrícola fora da UP</b>	<b>UTH contratada</b>
2002	34,14	27,24	6,00	0,90	0,81
2017	32,42	10,66	20,76	1,00	0,75

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Portanto, as alterações no perfil etário e numérico das famílias, aliadas à prioridade estratégica que assumem as atividades não agrícolas contribuíram para as alterações na composição relativa da RT desta via. Porém, as estratégias em relação às atividades agrícolas também são relevantes para explicar essas alterações. Como se observou no Gráfico 13, a RA agregada pelos casos desta via manteve-se em cerca de R\$ 225 mil, mas para explicar a manutenção da importância da RA na RT, apesar de sua secundarização em termos de destinação do trabalho familiar (em 2002, 79,79% da capacidade de trabalho familiar era alocada em atividades agrícolas na UP e em 2017 passou para 32,88%) é necessário separar os casos em dois grupos, pois as estratégias em relação às atividades agrícolas foram substantivamente diferentes.

No ano de 2002 todas as famílias que integravam essa via, tipicamente, desenvolviam produção agropecuária destinada para venda, sendo a produção para o autoconsumo secundária, em termos relativos, na composição do PB total. Já, no segundo ano, metade do grupo mantinha produção agropecuária exclusivamente, ou prioritariamente, para o autoconsumo (logo, a produção para a venda torna-se secundária), enquanto a outra metade do grupo ampliou e

intensificou a produção agropecuária. O subgrupo formado pelas famílias cuja produção agropecuária para a venda é expressiva na composição do PB total familiar será denominado de renda não agrícola com produção agrícola focada em venda (RnA-V). Já, o subgrupo formado pelas famílias com produção agropecuária realizada exclusivamente, ou com elevada prioridade, para o autoconsumo, será denominado de renda não agrícola com produção agrícola focada no autoconsumo (RnA-A).

A Tabela 17 apresenta algumas variáveis que evidenciam a diferenciação das estratégias entre esses dois subgrupos. Os dados mostram que a estratégia dos subgrupos foi substantivamente diferente. Pois, o RnA-V aumentou a área utilizada, reduziu um pouco o capital investido e ampliou a externalização do sistema produtivo, com forte elevação do consumo intermediário. Já, o subgrupo RnA-A fez movimento inverso em relação à área utilizada, envolvendo a venda de toda propriedade ou apenas a redução da SAU, a descapitalização total ou parcial e a redução considerável do consumo intermediário. Considerando as distintas formas de agricultura (PLOEG, 2008), a estratégia do RnA-V aponta para o avanço em direção a formas empresariais de agricultura, enquanto a RnA-A avança em direção a formas mais camponesas.

Tabela 17 - SAU, capital e consumo intermediário médio por família dos grupos e subgrupos da via pluriativa, em 2002 e 2017

Variáveis	2002	2017	
		RnA-V	RnA-A
SAU (ha)	16,9	22,77	3,73
Capital (R\$)	49.396,67	36.644,76	4.794,47
Consumo intermediário (R\$)	25.805,79	65.520,79	7.042,46

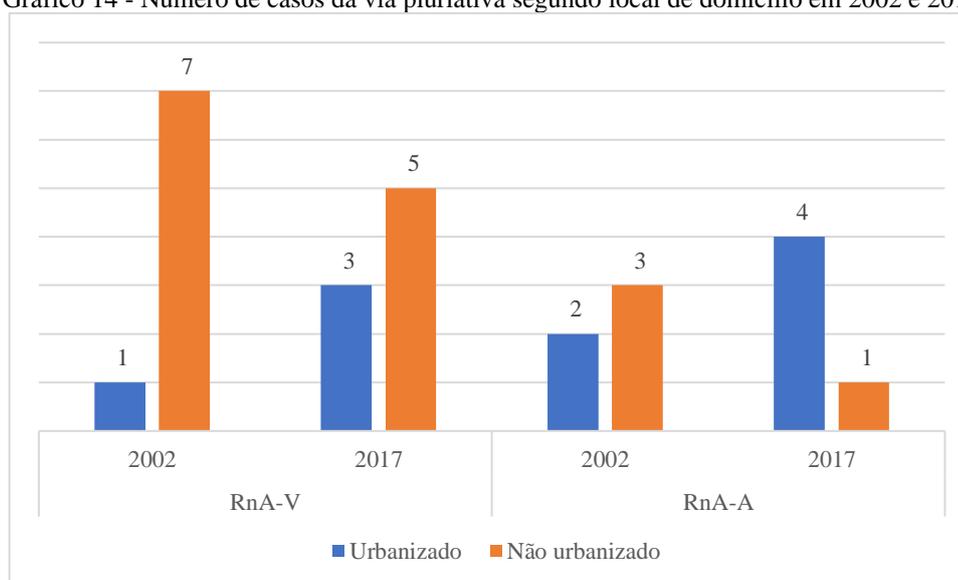
Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Esses movimentos estratégicos inversos produzem configurações produtivas bastante distintas. No caso do RnA-A destaca-se a manutenção, pela maioria das famílias, da produção diversificada em horta e pomar, além da produção, por algumas famílias, de pequena quantidade de leite, galinhas e suínos, em pequena escala e prioritariamente para o autoconsumo. Complementa a estratégia dessas famílias um movimento de migração rumo a vilas rurais e cidades (espaço de aglomeração de domicílios), onde se localizavam 40% dos domicílios em 2002 e passaram para 80% em 2017.

No caso do RnA-V observou-se a ampliação e intensificação da produção agropecuária, com elevados investimentos de capital e mercantilização da produção. A especialização das unidades de produção das famílias pertencentes ao RnA-V ocorreu em diferentes atividades, seja na produção de leite, na pecuária de corte ou na produção de grãos, mas todas elas são

realizadas conforme os padrões atuais de produção de *commodities*. Em relação aos domicílios, no caso desse subgrupo também ocorreram alterações, mas menos intensas que no subgrupo anterior, pois em 2002 eram 87,5% dos casos que residiam em espaço sem aglomeração de domicílios, ante 62,5% em 2017. Ainda que tenha aumentado a presença de casos em vilas rurais e cidades, mantém-se o predomínio de domicílios em espaços sem aglomerações domiciliares, conforme mostra o Gráfico 14.

Gráfico 14 - Número de casos da via pluriativa segundo local de domicílio em 2002 e 2017



Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Em síntese, as transformações vividas pelos casos desse grupo são marcadas pelo aumento da idade média e a redução do número de integrantes das famílias, mas com a manutenção da disponibilidade de trabalho em patamares muito semelhantes entre os anos pesquisados. As estratégias de reprodução social dos casos dessa via são marcadas fortemente pela inversão de prioridade na alocação do trabalho familiar, em que as atividades não agrícolas passaram a absorver a maior parte do trabalho das famílias em detrimento das atividades agrícolas. Além disso, quanto à produção agropecuária, as famílias fazem opções estratégicas distintas que envolvem duas possibilidades: a redução total ou parcial da área utilizada, a descapitalização total ou parcial e a descontinuidade da produção para a venda, mantendo apenas produção para autoconsumo, associado a um movimento de migração em direção a vilas rurais e cidade; ou a ampliação da área utilizada, com a manutenção de elevado capital investido e a especialização na produção de *commodities*, mantendo a produção para o autoconsumo e o predomínio de domicílios em espaços sem aglomerados residenciais. Essas estratégias apresentam resultados bastante diversos em relação à renda total per capita, que era de R\$

822,49 em 2002 e, entre os que especializaram a produção agropecuária, passou para R\$ 4.034,01 e, entre os que descontinuaram a produção comercial, passou para R\$ 926,28.

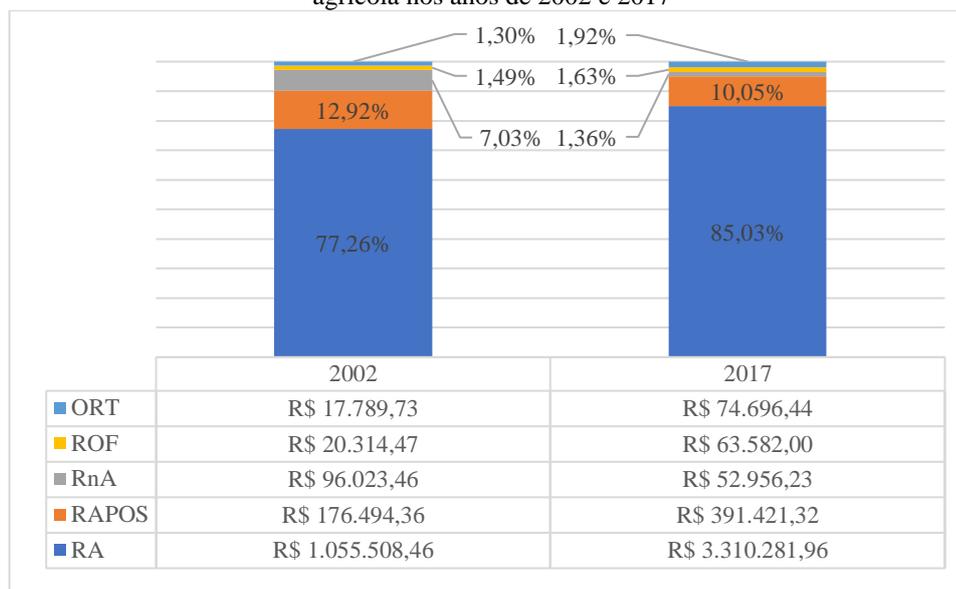
### 7.3 AGRICULTORES E RURAIS: AS ESTRATÉGIAS DA VIA AGRÍCOLA

Essa via é integrada por 25 casos e o número total de pessoas desse grupo mostrou forte redução, tendo passado de 116 para 92 pessoas. Com isso, o número médio de integrantes de cada família passou de 4,64 para 3,68 pessoas. Ou seja, a redução do contingente populacional de todos os casos estudados (70 pessoas), conforme caracterizado no Capítulo 5, decorreu diretamente da redução do número de indivíduos das famílias que compõem a via previdenciária (41 pessoas) e da via agrícola (24 pessoas). Os casos desta via também apresentaram aumento da idade média, que passou de 36,69 para 49,65 anos. Na composição de gênero ocorreu redução do predomínio masculino, pois os homens eram 52,59% dos integrantes da via, em 2002, ante 51,09%, em 2017.

Essa era a única via que possuía pessoas analfabetas ou semianalfabetas em 2002 (ao todo cinco 5% dos integrantes) e em 2017 não se registrou mais nenhum caso nesse estrato de escolaridade. Outras duas modificações marcam essa via: a redução da proporção de pessoas com até quatro anos de escolaridade (de 45% para 31%) e a elevação do número de pessoas que alcançou o ensino superior (de 1% para 10%). Os níveis de escolaridade dos integrantes dessa via elevam-se, mas é importante destacar que dois terços deles não alcançaram o ensino médio.

As variações absolutas e relativas na composição da RT das famílias da via agrícola podem ser observadas no Gráfico 15. Percebe-se que a RA ampliou sua importância relativa entre os dois anos da pesquisa, passando de, aproximadamente, 77% para 85% da renda total (em termos absolutos seu valor triplicou). Observou-se que a RAPOS está mais presente nas famílias desta via, pois, em 2002, 60% das famílias recebiam alguma quantia dessa fonte e em 2017 isso ocorre com 76% das famílias (em termos absolutos seu valor dobrou). Entretanto, em termos relativos sua participação caiu, mantendo-se como a forma complementar de renda mais relevante para as famílias dessa via. A RnA foi auferida por cerca de 30% dos casos nos dois anos da pesquisa, mas foi a única fonte de renda desta via que diminuiu seu valor absoluto, tendo caído sensivelmente sua importância relativa. A ROF e a ORT tiveram elevação do valor absoluto e relativo, mas são duas modalidades de renda pouco expressivas para o conjunto das famílias em termos de RT.

Gráfico 15 - Participação relativa das distintas rendas na renda total das famílias com predominância da renda agrícola nos anos de 2002 e 2017



Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Exceto a redução da importância da RnA, não ocorreram outras alterações muito expressivas na composição relativa da RT do conjunto das famílias, destacando-se que se amplia o caráter predominantemente agrícola da renda das famílias dessa via entre os dois anos da pesquisa. Portanto, a estratégia central de reprodução social das famílias da via agrícola está alicerçada no desenvolvimento da produção agrícola, que segue sendo complementada, secundariamente, pela RAPOS. Se na composição relativa da RT do grupo não se observam mudanças substantivas, o mesmo não se pode dizer em relação às estratégias produtivas dos casos dessa via.

A área total dessas famílias variou de 545,6 ha para 816,6 ha e a SAU subiu de 436,09 ha para 692,01 ha. Com isso aumentou a área total média por família (de 21,82 ha para 32,66 ha), o mesmo ocorreu com a SAU média (de 17,44 ha para 27,68 ha). Ou seja, a estratégia central, de desenvolvimento da produção agropecuária leva a outra estratégia das famílias dessa via, que é expandir a superfície total das terras utilizadas. O aumento de área própria de terra foi realizado por 14 famílias (56% dos casos), sendo que: seis compraram com recursos próprios e receberam terra de herança; cinco compraram com recursos próprios; duas compraram com financiamento bancário; uma comprou com recursos próprios e financiamento. Dessa forma, um dos mecanismos de ampliação das áreas é através da compra de terras, sobretudo com recursos próprios.

O outro mecanismo acionado por estas famílias para expandir suas áreas foi a intensificação do uso de terras de terceiros. No primeiro ano da pesquisa 44% das famílias

arrendaram terra de terceiros, totalizando cerca de um quarto da área total disponível. Já, no segundo ano, 60% dos casos usavam terras de terceiros (sobretudo através de arrendamento, mas também obtidas de outra forma, marcadamente terras não partilhadas), representando 37,29% da área total disponível. Portanto, essa via aglutina casos que usam de forma crescente terras de terceiros, o que aponta para uma capacidade produtiva superior à disponibilidade de áreas próprias e, também, para o desenvolvimento de sistemas produtivos que demandam escala crescente de área. Cabe destacar que o arrendamento de terras para terceiros nos dois anos pesquisados foi pouco expressivo no grupo, tanto em termos de número de famílias, como de áreas arrendadas.

A disponibilidade total de trabalho dessas famílias teve redução de 78,4 para 70,97 UTHs, como se observa na Tabela 18, passando de 3,14 UTHs para 2,84 UTHs. Essa redução não alterou a estratégia de priorizar a destinação de trabalho para as atividades agrícolas na unidade de produção familiar, pois nos dois anos da pesquisa elas absorveram cerca de 93% das UTHs das famílias. Em termos absolutos, o trabalho familiar na unidade de produção sofreu a maior redução (UTHs agrícola familiar passou de 73,31 para 65,21 UTHs). Frente a isso, a estratégia das famílias tem sido ampliar a contratação de força de trabalho, realizada por 60% em 2002 e por 84% dos casos em 2017, com aumento da média de UTHs contratadas por família de 0,12 para 0,30 UTHs. Com isso, a quantidade de trabalho investido nas atividades agrícolas das unidades de produção das famílias (UTHs contratadas + UTHs agrícolas familiares) não se reduziu tão fortemente entre os dois anos da pesquisa (de 3,05 para 2,91 UTHs).

Ainda em relação ao trabalho, destaca-se que essa via foi a única na qual se realizou contratação de força de trabalho em tempo integral em 2017, tendo sido realizada por uma família em 2002 e por três famílias em 2017, todavia, ainda é amplamente predominante a contratação temporária de força de trabalho. Quando se considera o trabalho investido no sistema produtivo da família (UTHs agrícolas familiares + UTHs contratadas), em termos relativos, a participação da força de trabalho contratada fica ainda mais evidente, pois passou de 3,83% para 10,35%. Isso pode apontar certa tendência, ainda incipiente, de elevação da importância do trabalho contratado na via agrícola, pois ocorre o aumento do número de famílias que recorrem a essa modalidade de trabalho, bem como eleva-se a média de UTHs contratadas por família e aumenta a contratação integral de força de trabalho.

Quanto ao trabalho não agrícola, como se observa na Tabela 18, ele continua, em termos estratégicos, bastante secundário nesse grupo. É realizado, aproximadamente, por um terço das famílias e ocupa cerca de 6% do total da força de trabalho das famílias nos dois anos

pesquisados. A destinação de trabalho agrícola familiar fora da UP é ainda menos expressiva, tanto em 2002 como em 2017, e não se registrou UTH previdenciária rentista nesse grupo.

Tabela 18 - Disponibilidade total de trabalho familiar (UTH familiar total), distribuição do trabalho familiar e contratação de força de trabalho na via agrícola em 2002 e 2017

Ano	UTH familiar total	UTH agrícola familiar	UTH não agrícola	UTH agrícola fora da UP	UTH contratada
2002	78,4	73,31	4,76	0,33	2,92
2017	70,97	65,21	4,31	1,45	7,53

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Quanto ao capital, em 2002 o valor médio por família foi de R\$ 71.248,33 e todas as famílias desta via possuíam capital. No ano de 2017 todas as famílias seguiam possuindo capital, todavia o valor médio aumentou para R\$ 190.258,72. Nesse grupo ocorreu forte processo de elevação do capital médio familiar, revelando outra estratégia das famílias da via agrícola, que é a intensificação do investimento de capital nos sistemas produtivos. O aumento dos valores médios de capital e SAU, aliado à manutenção da prioridade agrícola na ocupação da força de trabalho familiar, junto com a ampliação da contratação de trabalho, explicam a elevação do PB médio familiar, que saltou de R\$ 87.678,83 para R\$ 272.289,69.

A estratégia produtiva das famílias dessa via é pautada pelas formas empresariais de agricultura, pois está alicerçada especialmente na produção especializada de soja, milho, leite e suínos. Os sistemas produtivos são amplamente mercantilizados e externalizados, tendo o consumo intermediário médio familiar passado de R\$ 37.666,70 para R\$ 117.333,71. Isso reforça a necessidade de crédito bancário, pois o financiamento da produção era realizado por 75% das famílias, com valor médio de R\$ 15.090,75, em 2002 e passou para 64% das famílias que acessaram crédito com valores médios por família de R\$ 72.051,73 em 2017. Por outro lado, como parte das estratégias de reprodução, destaca-se que todas as famílias dessa via, nos dois anos da pesquisa, conservaram a produção diversificada para o autoconsumo.

Por fim, em termos domiciliares, observou-se que nessa via ocorreu apenas um caso de troca de domicílio, sendo do rural para o urbano. Todas as demais famílias mantiveram o domicílio no mesmo espaço, sendo cinco em vila rural e as outras dezenove em espaços rurais sem aglomerados domiciliares.

Em síntese, a estratégia de reprodução social das famílias da via agrícola está centrada na extensificação e intensificação das atividades agrícolas. A ampliação ocorre através da compra e do arrendamento de terras de terceiros e a intensificação ocorre pelo expressivo aumento do capital investido nos sistemas produtivos, que são fortemente especializados e

externalizados, priorizando a produção de *commodities*, mas mantendo a produção para o autoconsumo. Além disso, marca as estratégias dessas famílias a continuidade prioritária dos domicílios em espaços rurais.

#### 7.4 AS VIAS DA DESAGRARIZAÇÃO, OU A DESAGRARIZAÇÃO NAS VIAS

Em conformidade com o que foi explicitado no capítulo 2, segundo Bryceson (1996), a desagrarização é um processo de reorganização econômica das famílias com a redução da importância das atividades agrícolas, tanto em termos de geração de renda como de alocação do trabalho familiar, que ocorre de forma associada à transferência dos domicílios das famílias rurais para espaços mais urbanizados. A mensuração desse processo será operacionalizada através de quatro indicadores.

O Índice de Agrarização da Renda (IAR) indica a contribuição das rendas obtidas em atividades do setor agrícola (RA e ORT) em relação à renda total da família. Assim, quanto mais próximo de 1, mais agrarizada a renda familiar e o inverso ocorre quanto mais próximo de zero for esse indicador, apontando que as rendas familiares provêm de fora do setor agrícola. O Índice de Agrarização do Trabalho (IAT) indica a proporção do trabalho total da família (soma das UTHs agrícola familiar, agrícola fora da UP e não agrícola) que é alocada em atividades no setor agrícola, dentro ou fora da unidade de produção familiar (UTH agrícola familiar mais UTH agrícola fora da UP). Quanto mais próximo de 1, mais agrarizado é o trabalho familiar e, quanto mais próximo de zero, menos agrarizado, ou seja, a alocação do trabalho familiar se dirige para fora do setor agrícola. Por fim, o Índice de Agrarização do Domicílio (IAD) indica a maior ou menor urbanização do espaço de moradia da família.

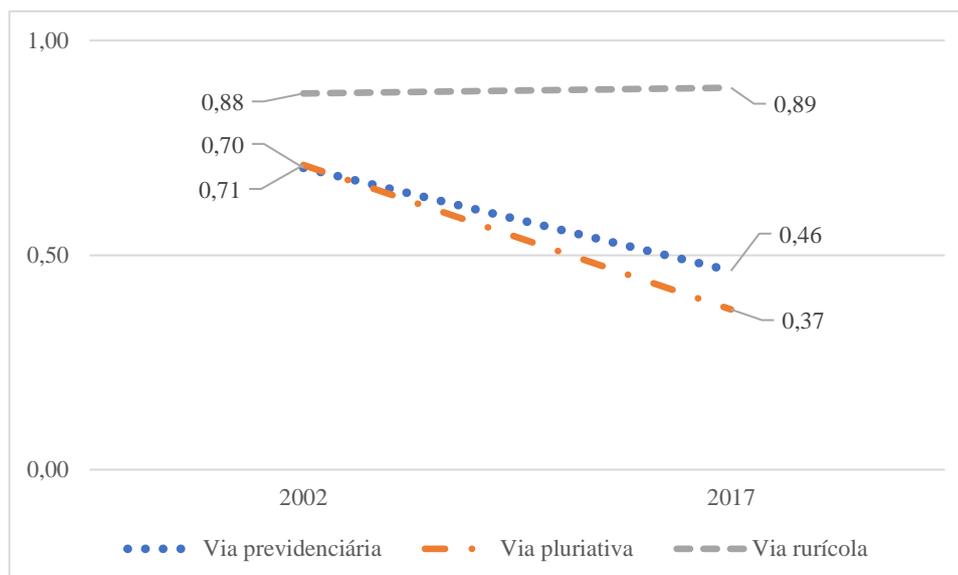
Considerados de forma combinada, esses três indicadores resultam no que se denomina nesta tese de agrarização das famílias, sendo medida através do Índice de Agrarização Familiar (IAF). O IAF, como demonstrado na metodologia, é calculado pela média aritmética do IAR, IAT e IAD. Sua variação ao longo do tempo aponta para o maior ou menor afastamento da organização econômica das famílias em relação às atividades agrícolas, bem como o maior ou menor distanciamento de seus domicílios em relação aos espaços urbanizados. De forma objetiva, quanto mais próximas de 1, mais agrarizadas são as famílias, sendo que o valor 1 representa uma família que auferir todos os seus rendimentos de atividades agrícolas (dentro ou fora de sua unidade de produção), aloca todo o trabalho familiar em atividades agrícolas (dentro ou fora da unidade de produção familiar) e reside em espaço rural não urbanizado. Do

contrário, se o índice tiver valor zero, trata-se de família que obtém todos os rendimentos fora do setor agrícola, não alocando nada de trabalho familiar nesse setor e com domicílio em cidade.

O Gráfico 16 apresenta a evolução do IAF entre 2002 e 2017, conforme as vias que aglutinam as trajetórias familiares. Como foi observado, a via agrícola se diferencia claramente das demais por manter, nos dois anos da pesquisa, os índices mais elevados de agrarização, sendo a única na qual não ocorreu processo de desagrarização. Nesse sentido, pode-se apontar que é uma via na qual ocorre o processo de reprodução das famílias agricultoras, como produtoras agrícolas, que vivem no espaço rural, daí decorrendo a denominação de “via agrícola”, pois são casos que combinam o caráter rural e agrícola das famílias.

As vias pluriativa e previdenciária, em 2002, partiram de patamares elevados e semelhantes de IAF, mas ambas apresentaram forte movimento de desagrarização ao longo do tempo. Portanto, são vias nas quais, tendencialmente, as famílias avançam no sentido de tornar a agricultura cada vez menos presente em suas atividades econômicas e movimentam-se no sentido de transferir seus domicílios para os espaços mais urbanizados. Ou seja, são as vias nas quais se identificou um processo de desagrarização das famílias ao longo do tempo, que decorre diretamente das estratégias discutidas nos itens anteriores deste capítulo.

Gráfico 16 - Evolução do IAF segundo as vias entre 2002 e 2017



Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Na Tabela 19 pode-se observar, nos dois anos da pesquisa, a variação desagregada dos índices que compõem o IAF, pois algumas variações específicas precisam ser destacadas. Quanto à via previdenciária, observa-se que ocorreu forte movimento de desagrarização da renda familiar (redução do IAR). Como visto no item 7.1 desta tese, essa via aglutina casos nas quais ocorreu desativação das atividades agrícolas nas unidades de produção das famílias, com elevação da importância absoluta e relativa da RAPOS e da ROF. Em relação ao trabalho, percebe-se que ocorreu aumento da importância da alocação do trabalho familiar em atividades agrícolas (aumento do IAT), todavia é importante lembrar que isso se deu em um contexto no qual o valor total do trabalho dessas famílias diminuiu expressivamente (capacidade total de trabalho familiar passou de 59,3 para 18,41 UTHs). Em que pese essa redução, a capacidade de trabalho disponível foi alocada prioritariamente em atividades agrícolas. Por fim, essas famílias realizam movimento de migração domiciliar em direção às zonas mais urbanizadas, como aponta o IAD desta via, que apresenta a maior redução dentre todas as vias.

Em relação à via pluriativa, também foi observada redução da agrarização da renda, especialmente em função da elevação absoluta do valor da RnA, que fez a contribuição relativa da RA cair, apesar de, em termos absolutos, ter se mantido estável, como destacado no item 7.2 desta tese. Nessa via, de forma mais expressiva, ocorreu a desagrarização do trabalho, consoante à estratégia de inversão de prioridade na alocação do trabalho familiar, em que as atividades agrícolas perdem espaço para as atividades não agrícolas, como demonstrado no referido item. Apesar de ocorrer um movimento de desagrarização dos domicílios, como aponta

a expressiva queda do IAD, ainda é forte a presença de residências em espaços rurais e vilas rurais entre as famílias desta via.

A via agrícola apresenta um comportamento distinto em relação às demais, pois os três indicadores de agrarização são os mais elevados, nos dois anos da pesquisa, apresentando aumento da agrarização da renda, manutenção de elevada agrarização do trabalho e leve diminuição da agrarização domiciliar. Os indicadores refletem bem as estratégias das famílias desta via de priorizar a alocação do trabalho nas atividades agrícolas e focar nelas a geração de renda. Isso ocorre de forma associada à manutenção das residências em espaços majoritariamente sem aglomerações domiciliares.

Tabela 19 - IAR, IAT e IAD das vias previdenciária, pluriativa e agrícola nos anos de 2002 e 2017

Anos	Via previdenciária			Via pluriativa			Via agrícola		
	IAR	IAT	IAD	IAR	IAT	IAD	IAR	IAT	IAD
2002	0,55	0,81	0,75	0,5	0,82	0,81	0,79	0,94	0,9
2017	0,06	0,88	0,45	0,18	0,36	0,58	0,87	0,94	0,86

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

O índice proposto para a mensuração do processo de desagrarização mostrou-se de fácil operacionalização e apontou claramente as tendências desses processos nas distintas vias. Respondendo ao objetivo relacionado à desagrarização, pode-se afirmar que as alterações nas configurações familiares e as distintas opções estratégicas realizadas pelas famílias, no exercício de sua agência, que foram analisadas nas três seções iniciais deste capítulo, produzem o processo de diferenciação dos casos estudados, nos quais as trajetórias que se aglutinam nas vias previdenciária e pluriativa apresentam percursos claramente desagrarizantes. No caso da via previdenciária, as alterações na composição da renda e na localização dos domicílios impulsionaram a desagrarização, não ocorrendo desagrarização do trabalho. No caso da via pluriativa, o processo de desagrarização foi mais intenso, impulsionado pelas três dimensões consideradas no IAF. Já, na via agrícola, não ocorreu processo de desagrarização em nenhuma das dimensões contempladas pelo indicador proposto.

## 8 DIFERENCIAÇÃO DAS FAMÍLIAS: OS ESTILOS DE AGRICULTURA E A CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO

Neste capítulo analisam-se os resultados das estratégias desenvolvidas pelas famílias, que foram discutidas no capítulo anterior, relacionados aos objetivos específicos da diferenciação das famílias e da concentração da produção. Aqui apresentam-se os diferentes tipos de famílias e os diversos estilos de agricultura que compõem a paisagem atual da região das Missões do RS. Além disso, com base nos estilos mais recorrentes, ao final do capítulo, discute-se o processo de concentração da produção.

### 8.1 DIFERENCIAÇÃO ENTRE AQUELES QUE “A GEADA DOS ANOS BRANQUEOU A MELENA”<sup>18</sup>: AS FAMÍLIAS DA VIA PREVIDENCIÁRIA

Ao agregarem-se as mudanças no IAF à evolução das variáveis capital, propriedade e arrendamento de terra e caráter da produção agrícola, pode-se diferenciar os casos que compõem a via previdenciária. Nessa via, como pode-se observar na Tabela 20, existem três tipos de famílias, com configurações bastante diferentes, que desenvolvem distintos estilos de agricultura.

Tabela 20 - Diferenciação inicial das famílias da via previdenciária, segundo diferentes variáveis, em 2017

<b>Tipos de famílias</b>	<b>Num. casos</b>	<b>Terra</b>	<b>Arrend. p/ terceiros</b>	<b>Capital</b>	<b>Prod. autoc.</b>	<b>Predom. moradia</b>	<b>IAF 2002</b>	<b>IAF 2017</b>
Ex-agricultoras	4	Não	-	Não	Não	Cidade	0,58	0,00
Aposentados de vila	8	Sim	Muito intenso	Não	Sim, exclusiv.	Vila rural	0,78	0,32
Aposentados da roça	8	Sim	Parcial	Sim	Sim, c/ prod. comercial	Rural	0,75	0,63

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

As famílias integralmente desagrarizadas (IAF zero, em 2017) são aquelas que se desfizeram de toda terra e do capital e passaram a residir na cidade, sem realizar produção para venda e nem para o autoconsumo, em 2017. São quatro casos da via previdenciária que apresentam essa configuração, aqui denominadas de famílias de “ex-agricultores”, pois desfizeram os vínculos objetivos que possuíam com a agricultura. Nesses casos as conexões

<sup>18</sup> Em alusão ao processo de envelhecimento dos agricultores e seus dilemas, referido na canção “Homem Rural”, de Cenair Maicá.

com a agricultura são descontinuadas, demarcando trajetórias que diferenciam as famílias por sua completa desagrarização.

Quanto ao tipo de famílias de “ex-agricultores”, não se pode falar propriamente de estilos de agricultura, dado o abandono das práticas produtivas e de vivências relacionadas ao rural e às suas dinâmicas. Nesses quatro casos a agricultura permanece no campo subjetivo, com representações e significados que escapam ao alcance e à análise deste estudo. No entanto, pode-se afirmar que, para essas famílias, ao referirem-se à sua condição de agricultores, referem-se a uma condição do passado. As estratégias por elas adotadas conduziram à sua total desagrarização, tendo a RT média mensal per capita aumentado em todos os casos, sem muita variação entre eles, passando de 1,06 SM para 2,66 SM. Essa elevação foi impulsionada pelo acúmulo de benefícios previdenciários, pois se trata de quatro viúvas de idade relativamente elevada.

Um segundo tipo de família é constituído por “aposentados de vila”, formado pelos casos cujas famílias se descapitalizaram integralmente, mantêm a propriedade da terra, mas arrendam a grande maioria da área, conservando diminuta SAU, onde desenvolvendo produção exclusivamente para o autoconsumo, como pode ser observado na Tabela 21. São oito casos da via previdenciária, que residem predominantemente em vila rural e, secundariamente, na cidade. Nesses casos, as trajetórias também apontam para forte desagrarização das famílias, mas os vínculos com a agricultura são mantidos através da produção de pequena escala para o autoconsumo, apesar dos domicílios localizarem-se predominantemente em vilas rurais, ou na cidade.

Em relação aos estilos de agricultura, pode-se apontar que todos desenvolvem produção exclusivamente para o autoconsumo, destacadamente em pequenas hortas caseiras. Aí elas mantêm produção de verduras e condimentos para o uso doméstico e frutas para o consumo familiar, tendo, tipicamente, encerrado os processos de transformação caseira de alimentos sem manter nenhum tipo de produção animal. Com isso, o valor da produção para o autoconsumo tem expressiva queda em termos absolutos, mas representa todo PB familiar. A RT per capita mensal apresenta pequena elevação, pois a redução do valor da RA é compensada parcialmente pelos novos ganhos com arrendamento da terra e pelo aumento do número de benefícios de aposentadoria, pois são famílias constituídos por um casal de idosos.

Tabela 21 - Características das famílias da via previdenciária “aposentados de vila”, com o estilo “pro gasto – sem excedente”, em 2002 e 2017

<b>Anos</b>	<b>SAU (ha)</b>	<b>Capital (R\$)</b>	<b>Idade</b>	<b>Num. integ.</b>	<b>PB autoc/ PB total (%)</b>	<b>Valor autoc. (R\$)</b>	<b>RT per capita (SM)</b>
2002	18,68	61.804,18	49,44	3,75	17,36	2.530,42	1,69
2017	0,13	0,00	71,06	1,63	100	1.165,25	1,77

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Desse modo, em relação aos estilos de agricultura dos “aposentados de vila”, pode-se afirmar que são baseados no cultivo vegetal de pequena escala, em hortas diversificadas, exclusivamente destinados ao autoconsumo, ainda que esse tenha sido reduzido, em termos de valores per capita, em relação ao ano de 2002. Assim, os estilos de agricultura desenvolvidos por esse tipo de famílias são pouco externalizados e mercantilizadas, estando alinhados às formas camponesas de agricultura (PLOEG, 2008) e serão denominados nesta tese de “produção pro gasto – sem excedente”, seguindo os termos de Grisa (2007).

O terceiro tipo de família da via previdenciária, denominado de “aposentados da roça”, foi constituído por aquelas famílias que mantiveram a propriedade da terra e o investimento em capital, com arrendamento parcial de suas terras, mas todos mantêm produção agrícola para o autoconsumo e venda. São oito casos, com residência em espaços rurais sem aglomerados domiciliares e, secundariamente, em vilas rurais. Em que pese essas características comuns, os “aposentados da roça” se diferenciam quando se observa os estilos de agricultura que eles desenvolvem, constituindo-se os seguintes estilos: “produção pro gasto – com excedente”, “produtor de leite descapitalizado” e “produtor de leite capitalizado”.

As seis famílias de “aposentados da roça” que desenvolvem o estilo de produção “pro gasto com excedente” têm algumas características apresentadas na Tabela 22. Os estilos de agricultura dessas famílias são marcados pela redução do capital investido e o desenvolvimento de atividades produtivas focadas na produção para o autoconsumo, com venda de excedentes. Nesses casos, além de produção vegetal diversificada, especialmente de horta e pomar mantidos por todas as famílias, também existe produção animal, destacadamente de pequenas criações de galinhas (ovos e carne), bovinos (leite e carne) e suínos em pequena escala, destinados prioritariamente para o autoconsumo. Além disso, todas as famílias realizam transformação caseira de produtos agrícolas, especialmente de queijos, embutidos, doces, conservas e banha, também destinados prioritariamente para o consumo familiar. Como se vê na Tabela 22, o valor da produção anual per capita para o autoconsumo mantém-se elevado. Na produção vegetal se destaca a manutenção de pequenas lavouras de milho (área média de 0,65 ha) para o consumo animal e a descontinuidade da produção de soja e trigo.

Tabela 22 - Características das famílias da via previdenciária “aposentados da roça”, com o estilo “pro gasto – com excedente”, em 2002 e 2017

<b>Anos</b>	<b>SAU (ha)</b>	<b>Capital (R\$)</b>	<b>Idade</b>	<b>Num. integ.</b>	<b>PB autoc/ PB total (%)</b>	<b>Valor autoc. (R\$)</b>	<b>RT per capita (SM)</b>
2002	9,03	31.758,76	41,74	3,3	52,42	4.642,70	1,31
2017	3,66	23.576,13	61,20	2,50	76,23	4.513,87	2,05

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Portanto, os estilos de agricultura desenvolvidos pelas famílias “aposentadas da roça” são diversificados e envolvem produção animal e vegetal, além de transformação caseira. Aí ocorre desintensificação do uso de capital e de insumos, além da redução da externalização e desmercantilização dos sistemas produtivos, pois as atividades passam a ser voltadas prioritariamente para o autoconsumo, mas ocorre venda de excedentes, especialmente de produtos de origem animal. Esse estilo, denominado de “produção pro gasto – com excedente”, tem fortes vinculações com a forma camponesa de agricultura (PLOEG, 2008).

Por fim, na via previdenciária observam-se dois estilos de agricultura entre os “aposentados da roça” que especializam o sistema produtivo na produção de leite, sendo um “produtor de leite capitalizado” e outro “produtor de leite descapitalizado”. São dois casos, mas como apresentam diferenças bastante expressivas, serão considerados de forma separada. Essa diferenciação também ocorre entre os produtores de leite da via pluriativa e agrícola, como será mostrado na sequência, cujos produtores de leite se diferenciam em termos de capitalização, área disponível e produtividade física. Na Tabela 23 pode-se observar as diferenças entre esses tipos de produtores de leite da via previdenciária, que são famílias aposentadas que vivem em espaços rurais e mantêm a produção comercial de leite.

A família capitalizada apresenta SAU maior e capital investido bastante elevado, que decorre de recente investimento em sistema *free stall* de produção de leite. Trata-se de família mais jovem e maior, na qual a opção pela produção exclusivamente leiteira tornou o PB de venda desse produto o valor do PB de venda total da família. Logo, o estilo de agricultura é especializado em apenas um produto comercial, com produção altamente intensiva em capital e elevada externalização e mercantilização, estando fortemente alinhada à forma empresarial de agricultura (PLOEG, 2008).

Já, na família descapitalizada, o PB de venda do leite representa 71% da venda total, complementado pela produção de pequena escala de soja. As duas famílias cultivam pequenas lavouras de milho, destinadas à alimentação animal e também mantêm horta e pomar diversificados, produção de galinhas e produtos de transformação caseira para consumo

familiar. Com isso, o valor do autoconsumo é bastante elevado e aumentou entre os anos da pesquisa, alcançando R\$ 3.597,80 na família descapitalizada e R\$ 4.654,81 na família capitalizada, em 2017.

A família descapitalizada acessou crédito e é assistida pela EMATER, enquanto a capitalizada não. Ambas foram beneficiadas pelo PNHR e nenhuma acessou política de apoio à comercialização. Na família descapitalizada a RT mensal per capita passou de 0,51 SM para 2,03 SM, enquanto a família capitalizada foi de 0,48 SM para 0,05 SM. No caso da segunda família, ainda que tenha produtividade bastante superior à família descapitalizada, ela possui elevados custos de depreciação e consumo intermediário, o que torna sua renda agrícola negativa.

Tabela 23 - Características das famílias da via previdenciária “aposentados da roça” que desenvolvem a produção “capitalizada” e “descapitalizada” de leite, em 2017

<b>Família</b>	<b>SAU (ha)</b>	<b>Capital (R\$)</b>	<b>Idade</b>	<b>Num. integ.</b>	<b>Num. vacas</b>	<b>Produt. vaca ano (litros)</b>	<b>RT per capita (SM)</b>
Capitalizada	18	223.426,65	39,25	4	15	4.867	0,05
Descapitalizada	9,2	23.665,42	57,5	2	15	2.800	2,03

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Os estilos de agricultura, no que tange à produção leiteira, das duas famílias são amplamente mercantilizados e externalizados. Ainda que menos intensiva em capital e consumo intermediário, a família descapitalizada desenvolve a produção leiteira de forma totalmente acoplada às redes de interesse dos impérios alimentares, estando a elas vinculada e delas dependente, portanto, alinhada à forma empresarial de agricultura (PLOEG, 2008), o que é bastante patente no caso da família capitalizada. Considerando as diferenças quantitativas e não qualitativas desses estilos de agricultura, um foi denominado de “produção leiteira – capitalizada” e o outro de “produção leiteira – descapitalizada”.

No Quadro 3 apresenta-se a síntese dos diferentes tipos de famílias que compõem a via pluriativa. Nessa via, como se verá, estão os únicos casos de famílias que seguiram trajetórias nas quais houve interrupção total dos vínculos com a agricultura, ou seja, total desagrarização. No entanto, a maior parte dos tipos de famílias dessa via não desagrariza integralmente. Assim, são denominados de aposentados “da roça” ou “de vila”, que desenvolvem produção agrícola de forma desintensificada em capital, desmercantilizada e focada na produção para o consumo familiar. Desse modo, configuram formas tipicamente camponesas de agricultura, podendo ou não haver excedentes comercializados. Por outro lado, essa via ainda comporta, em número

pequeno, casos nos quais se desenvolve a produção de leite segundo os padrões da forma empresarial de agricultura, podendo ser mais ou menos capitalizada.

Quadro 3 - Tipos de família, número de casos, forma e estilo de agricultura das famílias da via previdenciária, em 2017

<b>Tipo de família</b>	<b>Número de casos</b>	<b>Forma de agricultura</b>	<b>Estilo de agricultura</b>
Ex-agricultor	4	-	-
Aposentado de vila	8	Camponesa	Produção pro gasto sem excedente
Aposentado da roça	6	Camponesa	Produção pro gasto com excedente
Aposentado da roça	1	Empresarial	Produção de leite capitalizada
Aposentado da roça	1	Empresarial	Produção de leite descapitalizada

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

## 8.2 A DIFERENCIAÇÃO DAS FAMÍLIAS DA VIA PLURIATIVA: “NÃO RI SEU MOÇO DAQUELE COLONO”<sup>19</sup>

Ao agregar-se ao IAF, nos casos da via pluriativa, as variáveis terra, capital e o caráter da produção agrícola, emergem quatro tipos de famílias, assim denominadas: “urbanizadas”, “urbanos com investimento agrícola”, “agricultor familiar pluriativo” e “agricultor sojicultor”. Na Tabela 24 sumarizam-se as principais diferenças entre esses tipos de famílias, em 2017.

Tabela 24 - Diferenciação inicial das famílias da via pluriativa, segundo diferentes variáveis, em 2017

<b>Famílias</b>	<b>SAU média</b>	<b>Capital</b>	<b>Prod. autoc.</b>	<b>Predom. moradia</b>	<b>IAF 2002</b>	<b>IAF 2017</b>
Urbanizadas	1,14 ha	Não	Exclusivamente	Cidade	0,83	0,09
Urbanos com investimento agrícola	18,03 ha	Sim	Sim, c/ venda	Cidade	0,51	0,12
Agricultor familiar pluriativo	6,9 ha	Sim	Sim, c/ venda	Rural	0,76	0,54
Agricultor sojicultor	95	Sim	Sim, c/ venda	Rural	0,72	0,65

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

As famílias do tipo “urbanizadas” representam casos nos quais ocorreu severa redução do IAF, com produção apenas para o autoconsumo, tendo as famílias se descapitalizado integralmente e urbanizado os domicílios e as atividades de trabalho, com redução expressiva da renda agrícola da qual eram dependentes no primeiro ano da pesquisa. Trata-se de três famílias que optaram estrategicamente por encerrar suas trajetórias como produtores comerciais

<sup>19</sup> Em alusão à canção “O colono”, de Teixeira, que trata, entre outras coisas, sobre a presença de certos sujeitos em, supostamente, “espaços dos outros”.

de produtos agrícolas e focam o trabalho em atividades não agrícolas, mantendo, como atividade bastante secundária, apenas produção para o autoconsumo, que foi reduzido em termos absolutos, tendo passado de R\$ 1.530,48 para R\$ 724,90. Nesses casos, é essa reduzida produção para o autoconsumo que impede a total desagrarização das famílias, que se encontram no patamar mais reduzido de IAF na via pluriativa.

A RT per capita mensal desse tipo de família também apresenta crescimento pequeno, permanecendo abaixo de um salário mínimo por pessoa, como se observa na Tabela 25. Isso se explica pelo fato de serem famílias mais jovens e que mantiveram o mesmo número de integrantes ao longo do tempo, todavia as crianças e jovens do grupo têm se dedicado exclusivamente aos estudos, o que faz diminuir a renda per capita do grupo.

Tabela 25 - Características das famílias “urbanizadas” da via pluriativa com estilo de agricultura “pro gasto – sem excedentes”, em 2002 e 2017

<b>Anos</b>	<b>SAU (ha)</b>	<b>Capital (R\$)</b>	<b>Idade</b>	<b>Num. integ.</b>	<b>PB autoc./ PB total (%)</b>	<b>RA/RT (%)</b>	<b>RT per capita (SM)</b>
2002	17,62	14.929,76	28,13	4,33	13,08	91,23	0,74
2017	1,14	0,00	34,38	4,33	100	2,07	0,88

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Essas famílias que optaram por se “urbanizar” desenvolvem estilos de agricultura diversificados, baseados em cultivos de vegetais de pequena escala em hortas domésticas e criação de reduzido número de bovinos, ou suínos (em área que não a do domicílio), exclusivamente destinados ao autoconsumo. São sistemas produtivos desenvolvidos sem capital e com reduzido consumo intermediário, além de baixa externalização e mercantilização. São estilos de agricultura bastante alinhados às formas camponesas de agricultura (PLOEG, 2008), denominados de produção “pro gasto – sem excedente”.

Outro tipo de família da via pluriativa são as “urbanas com investimento agrícola”, que também apresentam sensível redução do IAF (de 0,51 para 0,12), como visto na Tabela 24. São famílias que possuem atividades econômicas consolidadas fora do setor agrícola e por serem, tipicamente, herdeiros com ensino superior completo que assumem a gestão das propriedades rurais, gerenciam o empreendimento desde espaços urbanizados, dando um caráter bastante empresarial às atividades.

São casos bastante próximos à desagrarização total, sendo as atividades agrícolas mantidas em função do cálculo de lucratividade auferida. Pode-se dizer que essas famílias se metamorfosearam de agricultoras para investidoras em atividades agrícolas. Nesses casos, observa-se que o responsável pelo estabelecimento assume uma postura de tipo “gerente do

empreendimento” e sua racionalidade pode levar à abrupta descontinuidade das atividades agrícolas, das quais as famílias não são dependentes, tanto em caso de oportunidade de investimento potencialmente mais lucrativo fora do setor agrícola como de uma eventual crise na atividade produtiva, em função de preços, clima, etc. Parece interessante, como elemento de futuras pesquisas, analisar a identidade cultural desses sujeitos, dado que se pode perceber um certo distanciamento em relação à identidade de agricultor, que se manifesta enfaticamente no apresentar-se como “ex-agricultor”, ainda que seja contraditório, dado que todos seguem desenvolvendo atividades agrícolas.

A produção para o autoconsumo é mantida e composta por produção vegetal e animal, destacadamente de carne bovina e secundariamente de galinhas (carne e ovos, dado que se trata de famílias com domicílio urbanizado). Além disso, é constituída por produção vegetal apenas em hortas diversificadas com produção de pequena escala, mas são famílias que abandonaram integralmente a transformação caseira de alimentos. Com isso, nesses casos, o valor per capita do autoconsumo passou de R\$ 1.510,71 para R\$ 1.253,33 e também caiu sua participação relativa no PB total, como se observa na Tabela 26.

Os estilos de agricultura desenvolvidos por essas famílias são alinhados à forma empresarial (PLOEG, 2008), pois as atividades produtivas são especializadas, altamente mercantilizadas e externalizadas, envolvendo especialmente a produção de grãos (soja e trigo), mas também a pecuária de corte, sendo realizadas de forma singular em áreas maiores que os demais casos da via pluriativa, como se observou na Tabela 24. Nesse estilo, denominado de “produção singular de *commodity*”, observa-se a redução absoluta e relativa do PB do autoconsumo, evidenciando o foco nas atividades geradoras de renda monetizada, com envolvimento de pouco trabalho familiar, pois são atividades que exigem reduzido trabalho das famílias (que priorizam as atividades não agrícolas) e contratação de serviços de terceiros para as operações produtivas.

Em termos absolutos a renda agrícola varia pouco, mas em termos relativos caiu sensivelmente, em função da elevação total da renda não agrícola das famílias. Com isso, a renda total per capita passou de 1,38 SM para 5,56 SM, sendo esse aumento especialmente decorrente da forte elevação do valor absoluto das rendas não agrícolas.

Tabela 26 - Características das famílias “urbanas com investimento agrícola” da via pluriativa que desenvolvem o estilo “produção singular de commodity”, em 2002 e 2017

<b>Anos</b>	<b>SAU (ha)</b>	<b>Capital (R\$)</b>	<b>Idade</b>	<b>Num. integ.</b>	<b>PB autoc./ PB total (%)</b>	<b>RA/RT (%)</b>	<b>RT per capita (SM)</b>
2002	16,03	45.837,79	41,53	3,67	20,94	35,03	1,38
2017	18,03	21.903,13	56,67	3,00	9,94	11,81	5,56

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Um tipo bastante específico da via pluriativa foi denominado “agricultor sojicultor”, que reside no meio rural e cultiva as maiores áreas de soja e trigo de todos os casos pesquisados em 2017. Esse agricultor encerrou a produção de leite, realizada em 2002, e ampliou a produção de grãos, em SAU que passou de 62,25 ha para 95 ha, sendo responsável por 15,27% de toda soja e 41,59% de todo trigo produzido em 2017. Trata-se de produtor amplamente especializado no cultivo de *commodities* (soja e trigo), segundo os padrões tecnológicos preconizados pelas formas empresariais de agricultura, ou seja, é um sistema amplamente mercantilizado e externalizado.

Apesar da elevada especialização do sistema produtivo, a família manteve e aumentou a produção para o autoconsumo, que em termos absolutos anual e per capita passou de R\$ 1.623,76 para R\$ 3.867,33. Em termos relativos a produção para o autoconsumo manteve-se em, aproximadamente 3,5% do PB total nos dois anos, composta por produção vegetal diversificada, produção animal e produtos da transformação caseira.

A RT per capita mensal dessa família passou de 0,45 SM para 6,79 SM. Nesse caso, são três fatores que fizeram a RT se elevar, quais sejam: a elevação expressiva da renda agrícola; o aumento da renda de aposentadoria (ampliada em relação a 2002); e a obtenção de renda não agrícola (não auferida em 2002 e com elevado valor absoluto em 2017). A renda não agrícola é auferida pela filha, com ensino superior, que reside com os pais no domicílio rural, mas possui trabalho não agrícola e não se envolve nas atividades agrícolas da unidade de produção. Cabe destacar que esse é o único caso, dos 58 estudados, que em 2017 ultrapassou o limite formal de área total da agricultura familiar.

O quarto tipo de família da via pluriativa, “agricultor familiar pluriativo” precisa ser dividido em três tipos diferentes, pois desenvolvem estilos de agricultura bastante distintos, sendo eles: “diversificado e descomoditizado”, “pro gasto – com excedente” e “produtor de leite descapitalizado”.

O “agricultor familiar pluriativo” que descomoditou e diversificou seu sistema produtivo reduziu a produção de soja (de três para dois ha) e diminuiu a produção de leite (de dez para sete vacas e a produção anual de 32 mil litros para 18 mil litros). Com isso, o PB de

leite sobre o PB da venda total passou de 83% para 40% e o de soja de 16% para 13% entre os anos da pesquisa. Ou seja, o PB da venda desses dois produtos respondia por quase todo o PB de venda em 2002 e caiu para a metade em 2017. Como se verá quando da análise dos casos da via agrícola, trata-se de um movimento que contraria a tendência geral da maioria das famílias que seguem na atividade agrícola, pois explicita o afastamento de uma forma mais empresarial e a aproximação com uma forma mais camponesa de fazer agricultura.

Como visto, o estilo de agricultura desenvolvido por essa família não descontinuou totalmente a produção de soja e de leite, mas reduziu sua presença na configuração do sistema produtivo, ampliando, em seu lugar, a produção diversificada de vegetais, frutas e hortaliças que são comercializadas através do PNAE e no quiosque missioneiro. Para o quiosque também são enviados produtos da transformação caseira e parte do leite produzido, o que lhe permite alcançar uma remuneração por litro maior que a média dos demais produtores de leite (R\$ 1,50/litro ante R\$ 1,19/litro). Além do acesso aos mercados institucionais, essa família acessa financiamento público através do PRONAF e recebe acompanhamento técnico da EMATER. Essas políticas públicas aparecem como vetores fundamentais do processo de transformação desenvolvido por essa família, além de sua inserção em uma cooperativa que promove a diversificação dos sistemas produtivos e a construção de novos mercados para a agricultura familiar.

Como destaca Ploeg (2008), a recampesinização é um processo de transição com vários níveis e dimensões, caracterizando-se como uma luta social entre os interesses dos agricultores que buscam maior autonomia e os interesses dos impérios alimentares. No caso dessa família, ela participa ativamente de redes de cooperação, que são mecanismos que fortalecem sua busca por autonomia e, além da cooperação, também acessa os mercados aninhados (PLOEG, 2014). Eles foram vetores fundamentais nesse caso específico em que efetivamente ocorreu a ampliação da autonomia familiar. Todavia, como objeto de futuras pesquisas caberia indagar sobre o papel da COOPAF e da REMAF, bem como dos mercados institucionais, pois existem outras famílias pesquisadas que também tiveram acesso aos mercados institucionais e que participam da referida cooperativa, mas não seguiram essa mesma trilha.

Portanto, trata-se de uma família que promove a diversificação da produção agrícola para a venda e mantém a produção diversificada para o autoconsumo (de vegetais, animais e transformação caseira), tendo ela passado, entre os dois anos da pesquisa, de 18% para 28,75% do PB total e, em termos absolutos per capita, de R\$ 1.455,34 para R\$ 3.453,22. As transformações possibilitaram a elevação de sua renda agrícola, que passou de,

aproximadamente, oito mil reais para 34 mil reais e sua RT per capita passou de 0,18 SM para 1,77 SM. Destaca-se que a elevação da RT per capita é também fortemente tributária da elevação da renda não agrícola (aproximadamente R\$ 54 mil ao ano), que não era auferida em 2002 e é obtida pelo trabalho da filha e do seu marido (ela com ensino superior completo), que não se envolvem ativamente nas atividades agrícolas da unidade de produção mas residem no estabelecimento.

Na Tabela 27 destacam-se algumas das características dos dois casos do tipo de família “agricultor familiar pluriativo” que desenvolvem o estilo de agricultura “produtor de leite descapitalizado”. Esse estilo já foi caracterizado quando da apresentação dos “aposentados da roça” da via previdenciária, na seção anterior. Por isso, não se retomará sua caracterização pois, substantivamente são bastante semelhantes, diferindo, aqueles casos da via previdenciária, com estes da via pluriativa, apenas em termos quantitativos.

Como se observa, também são famílias com áreas pequenas e reduzido capital disponível. Nesse caso, são famílias um pouco maiores (passaram de 4,5 para 3,5 integrantes) e mais jovens (idade média passou de 38,48 para 51,04 anos), o que disponibiliza maior capacidade de trabalho familiar, que passa a ser alocado mais intensamente em atividades não agrícolas que em atividades agrícolas. Ainda assim, a produção para o autoconsumo foi ampliada em termos absolutos (de R\$ 1.137,91 para 1.787,23) e a renda agrícola também cresceu (de cerca de dez mil reais para 23 mil reais), em função do aumento da produtividade e do número de vacas das famílias. Mas o forte crescimento absoluto da renda não agrícola foi o grande responsável pelo aumento da RT per capita das famílias, que passou de meio para 2,45 SM mensal.

Tabela 27 - Características das famílias da via pluriativa “agricultor familiar pluriativo” com estilo de agricultura “produtor de leite descapitalizado”, em 2002 e 2017

<b>Anos</b>	<b>SAU (ha)</b>	<b>Capital (R\$)</b>	<b>Num. vacas</b>	<b>Produt. vaca ano (litros)</b>	<b>PB autoc./ PB total (%)</b>	<b>RA/RT (%)</b>	<b>RT per capita (SM)</b>
2002	11,54	11.642,63	13	1.657	22,13	39,30	0,51
2017	10,80	20.442,87	18	3.024	9,93	24,84	2,45

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Por fim, ainda na via pluriativa existem três casos das famílias do tipo “agricultor familiar pluriativo” que desenvolvem o estilo de agricultura “pro gasto – com excedente”. Esse estilo também já foi caracterizado anteriormente, desenvolvido por agricultores do tipo “agricultores aposentados”, da via previdenciária, por isso não se realizará novamente sua

caracterização. Na Tabela 28 apresentam-se os aspectos quantitativos dos três casos da via pluriativa que desenvolvem esse estilo.

A referida tabela mostra que essas famílias são produtores que apresentam área utilizada bastante reduzida e baixo nível de capital mobilizado na atividade. Nesse caso, trata-se de famílias mais jovens e com maior número de integrantes, o que possibilita a ampliação da força de trabalho familiar, que passou a ser prioritariamente alocada em atividades não agrícolas. Com isso a renda agrícola caiu em termos relativos e absolutos (de cerca de nove mil reais para dois mil reais) e a renda não agrícola subiu de dois mil para trinta mil reais. Com isso a RT per capita familiar passou de 0,66 SM para 1,11 SM, como visto, baseada na ampliação da renda não agrícola.

Tabela 28 - Características das famílias da via pluriativa “agricultor familiar pluriativo” com estilo de agricultura “pro gasto - com excedente”, em 2002 e 2017

<b>Anos</b>	<b>SAU (ha)</b>	<b>Capital (R\$)</b>	<b>Idade</b>	<b>Num. integ.</b>	<b>PB autoc./ PB total (%)</b>	<b>RA/RT (%)</b>	<b>RT per capita (SM)</b>
2002	8,45	19.727,30	46,93	4,00	50,94	34,72	0,66
2017	5,40	13.127,41	36,98	4,67	80,79	3,99	1,11

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

No Quadro 4 sumarizam-se as informações sobre a diferenciação observada nas famílias e nos estilos de agricultura desenvolvidos na via pluriativa. Percebe-se um equilíbrio no número de casos das formas camponesa e empresarial de agricultura. Os estilos variam desde produtores singulares de *commodity*, muito especializados e capitalizados, até produtores focados no autoconsumo, sem venda de excedentes. Além disso, destaca-se um caso que contraria a grande maioria dos movimentos realizados pelas famílias pesquisadas, cuja família, com o apoio de políticas públicas e da rede cooperativa de apoio, promove a configuração de um estilo que descomoditiza e diversifica o sistema de produção, alterando também suas relações com os mercados.

Quadro 4 - Tipos de família, número de casos, forma e estilo de agricultura das famílias da via pluriativa, em 2017

<b>Tipo de família</b>	<b>Número de casos</b>	<b>Forma de agricultura</b>	<b>Estilos de agricultura</b>
Urbanizada	3	Camponesa	Produção pro gasto sem excedente
Urbanos com investimento agrícola	3	Empresarial	Produção singular de commodity
Agricultor familiar pluriativo - diversificado	1	Camponesa	Descomoditizado diversificado
Agricultor familiar pluriativo - autoconsumo	3	Camponesa	Produção pro gasto com excedente
Agricultor familiar pluriativo - leiteiro	2	Empresarial	Produção de leite descapitalizada
Agricultor sojicultor	1	Empresarial	Produção singular de commodity

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Em relação aos casos da via agrícola, destaca-se que, segundo os parâmetros até agora acionadas para analisar a diferenciação das famílias (IAF, terra, capital e caráter da produção), as mesmas mantêm considerável grau de homogeneidade. Tipicamente, as famílias agrícolas aumentam a SAU e o capital. Além disso, todas elas mantêm intensa produção para o autoconsumo e venda, conservando os domicílios, majoritariamente, nos espaços rurais ou em vilas rurais. O que diferencia mais claramente os casos da via agrícola são os estilos de agricultura desenvolvidos, que serão considerados de forma mais detalhada na próxima seção.

### 8.3 “LIVRES FEITO REGATO”<sup>20</sup>(?): A DIFERENCIAÇÃO DAS FAMÍLIAS DA VIA AGRÍCOLA

Os casos da via agrícola se diferenciam e constituem cinco tipos de famílias, sendo eles: sojicultor especializado; agricultor familiar leiteiro; agricultor familiar comoditizado; agricultor familiar comoditizado diversificado; e agricultor familiar autoconsumo.

As famílias do tipo “sojicultor especializado” são representadas pelos casos nos quais o PB da venda de soja corresponde a 100% do PB da venda total, ou seja, elas desenvolvem o estilo de agricultura “produtor singular de *commodity*”. Ao todo são dois casos que apresentam essa configuração. Como se observa na Tabela 29, são famílias nas quais a SAU média passou de 29,03 ha para 33 ha, bastante acima da média geral de todos os demais casos, que é 16,55 ha. A produção de soja é desenvolvida conforme os parâmetros contemporâneos da lavoura

<sup>20</sup> Em alusão à canção “Caipira”, de Joel Marques, que alude, entre outras coisas, o orgulho de ser e de viver na roça.

convencional, com elevada mercantilização e externalização. Destaca-se que essas famílias passam de seis para quinze por cento da quantidade total de soja produzida entre os anos pesquisados.

A produção para o autoconsumo foi mantida em horta e pomar, mas teve redução relativa e também em termos absolutos per capita, pois passou de R\$ 3.748,00 para R\$ 2.154,63, especialmente pela redução da produção animal (foi descontinuada a produção de bovinos e suínos), mantendo-se apenas a criação de galinhas para o consumo familiar. Essas famílias não acessaram ATER pública e financiamento bancário, nem participaram de programas públicos de comercialização ou de habitação rural.

Trata-se de famílias formadas por casais de idosos, que reduziram o capital investido, mas mantém a produção agrícola sem o arrendamento das terras por meio da contratação de serviços para o cultivo de soja. Nesses casos, o cultivo de soja mostra-se bastante funcional, pois as famílias mantêm o controle do uso da terra, que é realizado com pouca demanda de trabalho familiar. Cabe destacar que esse estilo de agricultura permitiu que uma família mudasse o domicílio para a cidade, mantendo essa configuração produtiva. São famílias cuja a RT per capita mensal passou de dois para 3,71 SM, tendo esse incremento sido gerado pelo aumento da renda agrícola e da renda de aposentadoria como suas únicas fontes de renda, que dobraram em termos absolutos no período pesquisado.

Tabela 29 - Características das famílias da via agrícola do tipo “sojicultor especializado” com estilo “produtor singular de commodity”, 2002 e 2017

<b>Anos</b>	<b>SAU (ha)</b>	<b>Idade</b>	<b>Núm. Integ.</b>	<b>Capital (R\$)</b>	<b>Participação prod. total soja (%)</b>	<b>RT per capita (SM)</b>
2002	29,03	57,70	2	76.632,31	5,99	2,0
2017	33	72,25	2	34.735,06	15,08	3,71

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Outros sete casos dessa via compõem o tipo de “agricultor familiar leiteiro” e desenvolvem estilos de agricultura baseados na “produção descapitalizada de leite”. Nesses casos, essa atividade responde por mais de 50% do PB da venda total e, também, são casos que descontinuaram a produção de soja e priorizam a produção de leite. São famílias que mantêm a SAU praticamente inalterada, como se observa na Tabela 30. Esses casos apresentam as menores áreas da via agrícola (com exceção daqueles que produzem para o autoconsumo, como se verá na sequência) e a minoria dessas famílias arrenda terra de terceiros. A produção para o autoconsumo teve pequena redução relativa, mas em termos per capita anual passou de R\$ 2.271,54 para R\$ 5.788,50, composta por produção vegetal diversificada, animal (suínos, bovinos e galinhas) e produtos da transformação caseira.

São famílias que descontinuam a produção de soja e ampliam a produção de leite, tanto em termos do número de vacas como do volume total produzido e também intensificam a produção, dada a elevação da produtividade anual por vaca (de 2.238 para 4.354 litros). Com isso, essas famílias passaram a responder por um quinto da produção de leite em 2017. São famílias que, com os recursos disponíveis, sem ampliar o investimento de capital, reorganizaram as prioridades produtivas e alcançaram forte ampliação da RT per capita mensal, que passou de 0,43 SM para 3,2 SM. Essa elevação pode ser centralmente tributada à priorização da produção leiteira, já que a renda de aposentadoria, segunda fonte mais importante, passou de 21% para 13% da RT e a renda agrícola subiu de 71% para 81% da RT familiar. Ou seja, são famílias para as quais a desojicização e a especialização na produção de leite permitiu a ampliação significativa dos rendimentos familiares.

No caso dessas famílias percebe-se a presença mais intensa das políticas públicas, pois três delas foram beneficiadas pelo PNRH, sendo duas delas assistidas pela EMATER. Além disso, quatro acessaram financiamento e duas foram beneficiadas pelos programas públicos de apoio à comercialização.

Tabela 30 - Características das famílias da via agrícola do tipo “agricultor familiar leiteiro” com estilo de “produtor descapitalizado de leite”, 2002 e 2017

<b>Anos</b>	<b>SAU (ha)</b>	<b>Idade</b>	<b>Núm. integ.</b>	<b>Capital (R\$)</b>	<b>Número vacas</b>	<b>Produtiv. vaca ano (litros)</b>	<b>Particip. prod. total leite (%)</b>	<b>RT per capita (SM)</b>
2002	13,85	33,87	4,86	53.319,97	12	2.238	11,95	0,43
2017	13,91	55,92	2,86	52.662,43	20	4.354	20,36	3,2

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Outro estilo de agricultura, realizado por dez famílias da via agrícola, está baseado na “produção combinada de *commodities*”, destacadamente de leite e grãos, em maior escala e com maior volume de capital, configurando um tipo de família denominado “agricultor familiar commoditizado”. Essas famílias apresentam perfil mais jovem (idade média variou de 37,62 para 44,54 anos) e, apesar da diminuição, em relação aos demais casos, possui maior número de integrantes (o número médio de integrantes passou de cinco para 4,50). Essas configurações familiares permitem maior disponibilidade de trabalho, que é alocado prioritariamente nas atividades agrícolas da unidade de produção, de forma combinada com a contratação de trabalho (passou em média de 0,23 para 0,29 UTHs por família), para viabilizar a produção das *commodities*. Esse foi o segundo tipo de família que mais contratou força de trabalho em 2017.

Os estilos de agricultura dessas famílias são tipicamente alinhados às formas empresariais de agricultura, com elevada mercantilização e externalização, que cobra crescente

extensificação e intensificação das atividades produtivas. O aumento da SAU média dessas famílias e da área cultivada com soja, como se observa na Tabela 31, revela a pressão por ampliação de escala, além da elevação do número médio de vacas. Já, a intensificação dos sistemas é evidenciada pelo forte incremento de capital mobilizado e o aumento da produtividade animal (de 3,5 mil para 5,5 mil litros por ano). São famílias que, tipicamente, recorrem ao arrendamento de terras de terceiros. É importante destacar que essa ampliação de escala fez crescer fortemente a participação da produção dessas famílias na produção total de todos os casos, tendo passado, no caso do leite, de 38,23% para 56,84% e da soja de 15,90% para 55,61%.

O fortalecimento do caráter empresarial dos estilos de agricultura desses casos não alterou a elevada prioridade da produção para o autoconsumo, que diminuiu em termos relativos (de 17,49% para 4,57% do PB total), mas em termos absolutos passou de R\$ 2.489,57 para R\$ 3.442,80. São famílias que mantiveram hortas e pomares diversificados, com produção animal (galinhas e bovinos) e produtos da transformação caseira. Sua RT per capita mensal também apresenta elevação (de 1,61 SM para 3,75 SM), sendo fortemente tributária da elevação da renda agrícola, pois era responsável por 80% da RT, em 2002 e passou para 85% em 2017, secundada pela renda de aposentadoria.

As políticas públicas alcançaram de forma muito incipiente esse tipo de família, pois apenas três foram assistidas pela EMATER, uma foi beneficiada pelo PNHR e uma pelas políticas públicas de apoio à comercialização, mas a grande maioria recorre ao financiamento das atividades agrícolas.

Tabela 31 - Características dos “agricultores familiares commoditizados” da via agrícola que desenvolvem o estilo “produção combinada de commodities”, 2002 e 2017

Anos	SAU (ha)	Capital (R\$)	Num. vacas	Produtiv. Vaca ano (litros)	Participação prod. total leite (%)	Área soja (ha)	Participação prod. total soja (%)	RT per capita (SM)
2002	21,38	99.799,38	16	3.579	38,23	6,4	15,90	1,61
2017	42,51	267.607,35	30	5.591	56,84	26,9	55,61	3,75

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Outros três casos constituem o tipo de família denominado “agricultor familiar diversificado em *commodities*”, pois desenvolvem um estilo de agricultura baseado na “produção diversificada de *commodities*”, cujos sistemas produtivos são constituídos por produção de suínos e grãos (milho), que podem estar combinados com a produção de leite, soja ou de agroindústria. São casos nos quais os estilos de agricultura são marcados por maior diversificação dos sistemas produtivos, embora também apresentem elevada mercantilização e

externalização, com características das formas empresariais de agricultura. Esses estilos demandam aumento da área utilizada (todas arrendam terra de terceiros) e a intensificação dos sistemas em busca de escala, pois ocorre fortíssima elevação do capital investido, como se observa na Tabela 32.

Essas famílias apresentam pequena elevação na idade média do grupo familiar, com filhos solteiros ou casados, com netos ou não, residindo nas propriedades e, apesar de alterar o número de integrantes de cada família, o tamanho das famílias permaneceu igual, com média de 4,67 pessoas. Isso permite maior disponibilidade de trabalho familiar que, nesses casos, é dirigido exclusivamente para o trabalho nas atividades agrícolas da unidade de produção, que é combinado com a contratação de força de trabalho, pois esse é o estilo que mais contrata entre todos os identificados.

Além da produção de suínos e milho, duas dessas famílias desenvolvem produção especializada de leite, que foi ampliada entre os anos estudados. O número médio de vacas dessas duas famílias passou de 11 para 47 cabeças e a produtividade média passou de 2.010 litros para 4.258 litros por vaca ao ano. A produção de leite desses casos passou de quatro para treze por cento de todo leite produzido nos dois anos da pesquisa e as duas famílias recebem ATER da EMATER. Uma dessas famílias, junto com a terceira família diversificada em *commodities* também realiza produção agroindustrial, sendo uma de forma artesanal (salame) e outra em agroindústria formalizada (melado). Destaca-se que essas duas agroindústrias responderam por, aproximadamente, 95% do valor de toda produção agroindustrial comercializada em 2017.

Apesar da completa integração às cadeias de valor da produção de suínos e leite, essas famílias mantêm e ampliam a produção para o autoconsumo, que passou de R\$ 2.762,86 para R\$ 3.850,24, composta por produção vegetal diversificada (horta e pomar), produtos animais e da transformação caseira. Com isso, essas famílias conseguiram alavancar a RT per capita mensal de 0,78 SM para 7,2 SM, constituindo-se na mais elevada entre todos os tipos pesquisados. Essa elevação foi especialmente impulsionada pelas atividades agrícolas, com renda agrícola que passou de 74% para 97% da RT dessas famílias. Além disso, todas elas acessaram financiamento das atividades agrícolas, duas receberam apoio da PNHR e uma realiza venda de produtos agroindustrializados no Quiosque Missioneiro.

Tabela 32 - Características das famílias do tipo “agricultor familiar commoditizado diversificado” da via agrícola com estilo de “produção diversificada de commodities”, 2002 e 2017

<b>Anos</b>	<b>SAU (ha)</b>	<b>Idade</b>	<b>Número integrantes</b>	<b>Capital (R\$)</b>	<b>Num. suínos</b>	<b>Participação num. total suínos (%)</b>	<b>RT per capita (SM)</b>
2002	17,03	35,36	4,67	63.775,49	29,67	3,24	0,98
2017	27,17	39,71	4,67	538.062,27	1.785	96,17	7,20

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Por fim, destaca-se o tipo de família “agricultor familiar – autoconsumo”, composto por três casos que desenvolvem o estilo de agricultura de produção “pro gasto com excedente”. Esse estilo também já foi caracterizado, quando da análise dos “aposentados da roça” (via previdenciária) e “agricultores familiares pluriativos – pro gasto” (via pluriativa), destacando-se aqui alguns aspectos quantitativos dos casos da via agrícola que desenvolvem esse estilo.

São as famílias que, na via agrícola, possuem as menores áreas e os mais baixos valores de capital, como se observa na Tabela 33. Os estilos de agricultura são marcados por sistemas produtivos diversificados de pequena escala, voltados prioritariamente para o autoconsumo, mas com venda de excedentes. Tipicamente, os sistemas produtivos envolvem a produção vegetal diversificada em horta e pomar, além de pequenas lavouras de soja e milho (média de dois hectares). A produção animal envolve a criação, em pequena escala, de suínos, bovinos (carne e leite) e galinhas (ovos e carne) e também a transformação caseira de alimentos.

Com isso, ainda que em termos relativos o PB do autoconsumo tenha caído de 55,18% para 34,43% do PB total, em termos absolutos aumentou de R\$ 1.416,35 para R\$ 3.720,82. Essas famílias lograram elevar a renda total per capita mensal, que passou de 0,29 SM para 0,89, ainda assim, segue sendo a mais baixa da via agrícola. Cabe destacar que as três famílias eram pluriativas nos dois anos da pesquisa, mas o investimento prioritário da força de trabalho familiar manteve-se em atividades agrícolas, sendo que sua renda não agrícola passou de 82,05% para 17,22% da RT entre os dois anos da pesquisa.

As famílias que compõem este tipo não acessaram crédito para custeio, exceto uma que financiou a compra de terra através do Banco da Terra. Elas também não foram alcançadas pelo PNHR e nem pelas políticas públicas de apoio à comercialização, sendo que apenas uma recebeu ATER da EMATER. Além disso, uma família recebeu, durante alguns anos e outra ainda recebe recursos do Programa Bolsa Família, sendo o único caso beneficiado por este programa no ano de 2017.

Tabela 33 - Características dos “agricultores familiares -autoconsumo” da via agrícola com estilo “pro gasto com excedentes”, em 2002 e 2017

<b>Anos</b>	<b>SAU (ha)</b>	<b>Idade</b>	<b>Número integrantes</b>	<b>Capital (R\$)</b>	<b>PB autoc/ PB total (%)</b>	<b>RT per capita (SM)</b>
-------------	---------------------	--------------	-------------------------------	--------------------------	-----------------------------------	-------------------------------

2002	5,4	27,63	4,67	21.794,56	55,18	0,29
2017	7,35	46,89	2,33	9.366,86	34,43	0,87

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

O Quadro 5 sumariza os diferentes tipos de agricultores da via agrícola, no qual se observa o amplo predomínio das formas empresariais de agricultura, impulsionadas por estilos de agricultura que envolvem desde a produção singular de *commodities* até a produção diversificada de *commodities*. A forma camponesa de agricultura é minoritária e aparece apenas entre os agricultores familiares que produzem prioritariamente para o autoconsumo.

Quadro 5 - Tipos de família, número de casos, forma e estilo de agricultura das famílias da via agrícola, em 2017

<b>Tipo de família</b>	<b>Número de casos</b>	<b>Forma de agricultura</b>	<b>Estilos de agricultura</b>
Sojicultor especializado	2	Empresarial	Produção singular de commodity
Agricultor familiar - leiteiro	7	Empresarial	Produção de leite descapitalizada
Agricultor familiar - commoditizado	10	Empresarial	Produção combinada de commodities
Agricultor familiar - commoditizado diversificado	3	Empresarial	Produção de commodities diversificada
Agricultor familiar - autoconsumo	3	Camponesa	Produção pro gasto com excedente

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

A análise da diferenciação dos casos logrou identificar 14 tipos de famílias, que se diferenciam nas formas e estilos de agricultura que desenvolvem, destacando também aquelas famílias que descontinuaram integralmente suas trajetórias como agricultoras. Ainda que seja exaustivo, esse escrutínio é fundamental para a adequada apreciação da diversidade das famílias agricultoras, tanto para a apreensão das dinâmicas de desenvolvimento rural e a formulação de políticas públicas, como para a compreensão da heterogeneidade de suas condições produtivas (SCHNEDIER; CASSOL, 2017; BELIK, 2015b) que serão consideradas nos itens que seguem.

#### 8.4 FORMAS E ESTILOS RECORRENTES DE AGRICULTURA

As estratégias desenvolvidas pelos agricultores produziram as diferentes trajetórias e as vias, conforme discutido nos capítulos 6 e 7. As estratégias também são a base para o processo de diferenciação das famílias e a configuração dos distintos estilos de agricultura, identificados e discutidos nas três seções anteriores. As diferentes estratégias constituíram as trajetórias que, ao convergirem, conformaram as vias. Entretanto, a análise específica destas mostrou que internamente a elas existe grande diferenciação das famílias e dos estilos de agricultura.

Portanto, a abordagem proposta mostrou-se efetiva para a compreensão das trajetórias a partir das estratégias das famílias. Todavia, as estratégias analisadas segundo as vias percorridas pelas famílias mostraram-se insuficientes para separar os distintos estilos de agricultura, dada a existência de estilos semelhantes em vias diferentes. Essa constatação alinha-se com a argumentação de Niederle *et al.* (2014), que destacam a inexistência de vínculos estáticos entre estratégias e estilos.

Em face disso, foi realizada nova grupalização dos casos, utilizando-se como critério a identidade entre os estilos de agricultura identificados nas seções anteriores. A partir do cruzamento dos Quadros 3, 4 e 5 foi possível derivar os estilos de agricultura mais recorrentes em 2017, sendo eles: autoconsumo - AUTOC; produção descapitalizada de soja - PDS; produção capitalizada de soja - PCS; produção descapitalizada de leite - PDL; produção capitalizada de soja e leite - PCSL; e produção diversificada de *commodities* - PDC. Na Tabela 40 apresenta-se o número de famílias e de qual via procedem os casos que conformam os referidos estilos de agricultura. Cabe lembrar que as quatro famílias integralmente desagrarizadas não serão consideradas na análise dos estilos de agricultura e da concentração produtiva.

Percebe-se, na Tabela 34, que os casos da via previdenciária apresentam maior concentração no estilo autoconsumo, com presença menos intensa nos estilos mais commoditizados de produção. Já, os casos da via pluriativa se dividem entre o autoconsumo e as formas mais commoditizadas, sendo que nestas últimas está localizada a maioria dos casos da via agrícola. De forma semelhante ao que foi observado no processo de desagrarização, nos estilos de agricultura também pode-se observar a diferenciação das vias, com presença mais intensa da via previdenciária entre os estilos de agricultura que se associam mais fortemente às formas camponesas e da via agrícola aos da forma empresarial, estando a via pluriativa em posição intermediária.

Tabela 34 - Número de famílias das vias que compõem cada estilo de agricultura e número total de casos por estilo

Estilos	VIAS			Total
	Previdenciária	Pluriativa	Agrícola	
AUTOC	14	7	-	21
PDS	-	-	3	3
PCS	-	3	1	4
PDL	1	2	8	11
PCLS	1	1	10	12
PDC	-	-	3	3

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

As famílias foram reagrupadas conforme os seis estilos identificados, sendo que os processos de concentração foram analisados a partir desses grupos. O estilo AUTOC agrega os estilos até então denominados “produção pro gasto”, com e sem excedentes, constituído pelos seguintes tipos de famílias: aposentados de vila – oito casos; urbanizadas – três casos; aposentados da roça – seis casos; descomoditizado diversificado – um caso; agricultor familiar pluriativo autoconsumo – três casos.

Ao todo, 21 casos compõem o estilo AUTOC, no qual o PB do autoconsumo, em média, representa 86,43% do PB total das famílias. Esses casos são oriundos das vias previdenciária (quatorze casos) e pluriativa (sete casos), representando 38,89% de todas as famílias com algum grau de agrarização em 2017.

O estilo AUTOC possui o maior número de casos e, como visto, o que possui maior identidade com a forma camponesa de agricultura, sendo todos os demais identificados com a forma empresarial. No caso do estilo de agricultura focada em autoconsumo, o que se percebe é a constituição de uma base de recursos relativamente mais autônoma, integrada e de múltiplos usos, com distanciamento da “lógica do mercado”, reduzindo o grau de mercantilização do sistema e conectando-o de forma mais intensa aos processos naturais de produção, ao se reduzir a artificialização e industrialização das atividades produtivas (PLOG, 2008; 2018). Nesse estilo ganha relevo, entre os agricultores, o processo de valorização da qualidade dos alimentos produzidos, no qual “se capricha no que se coloca na mesa”, pois nesse estilo a produção não está vinculada a uma cadeia longa na qual o produtor se desconecta do consumidor. Ao contrário, nesse estilo de agricultura, produzir e comer são atos contínuos levados a cabo pelos mesmos sujeitos. O máximo de distanciamento que ocorre entre produtor e consumidor é quando esses alimentos são inseridos nas redes de reciprocidade da família ampliada, com a doação de alimentos para familiares que não mais residem nas unidades de produção, mas que se beneficiam da agricultura de autoconsumo através da doação de alimentos produzidos sob uma ótica desmercantilizada.

Nesses casos, nos quais ocorre o processo de afastamento das formas empresariais de agricultura e acercamento com as formas mais camponesas, especialmente através da desativação da produção comercial, é que ocorre o máximo de aproximação entre o conjunto das famílias investigadas do processo de recampesinização da agricultura apontado por Ploeg (2008; 2018). Por sua substantiva diferença, essa exceção deve ser destacada, que é o caso da família que descomoditifica parcialmente e diversifica seu sistema produtivo, reduzindo a dependência das cadeias globais de valor e desenvolve canais curtos de comercialização. Nesse caso específico pode-se falar em recampesinização nos termos do referido autor, pois ocorre expressiva elevação da autonomia da família em relação à rede de interesse dos impérios alimentares. Ainda que não se constitua em um processo massivo, ao menos entre as famílias pesquisadas, constituindo-se mais em uma exceção do que em uma tendência, o caso expressa um movimento de distanciamento e desconstrução dos limites e controles do projeto modernizador (PLOEG, 2003), impulsionado pela estratégia familiar, com o suporte de políticas públicas que lhe foram funcionais e apoiado numa rede cooperativa de agricultores.

Niederle (2007) havia apontado a existência de dois tipos de famílias mais especializadas na produção de soja, considerando somente os casos em que o PB da soja era superior a 50% do PB total, alcançando ao todo nove casos, em 2002. O primeiro tipo seria um sojicultor mais capitalizado e com maiores áreas, com elevada externalização e tecnificação. O segundo sojicultor seria menos capitalizado e com menores áreas, mas que o curto ciclo da soja e a possibilidade de terceirização dos serviços tornava a atividade interessante. Decorridos 15 anos, observa-se que a heterogeneidade entre os produtores de soja segue persistindo, todavia agora é um cultivo realizado por um terço e não mais 84,48% das famílias, como em 2002. Em 2017 continua existindo essa heterogeneidade entre os agricultores familiares que produzem soja, configurando os estilos agora denominados de produção “capitalizada” ou “descapitalizada”, tendo suas características apresentadas na Tabela 35.

No estilo PCS foram agregados os quatro casos nos quais a produção de grãos apresenta maior protagonismo (marcadamente soja – PB da venda da soja representa acima de 65% e, em média, 84,40% do PB da venda total). Como se observa na Tabela 35, trata-se de casos que produzem soja e possuem maior área e capital disponível frente aos casos do estilo PDS. Esse estilo, por seu turno, é representado por três casos, nos quais o PB da venda de soja está acima de 55% e na média representa 69,24% do PB de venda total. São casos em que a produção de soja é viável em função da disponibilidade de área e da opção de não arrendar, cujas famílias priorizam o trabalho não agrícola (todas são pluriativas) e o cultivo de soja é realizado através

da contratação de serviços de terceiros para todas as operações, pois são famílias que não possuem máquinas.

Diferente das famílias descapitalizadas, as famílias mais capitalizadas dispõem de parte das máquinas e equipamentos necessários para o cultivo, recorrendo à contratação parcial, sobretudo para a colheita. Essas máquinas, cada vez mais, são projetadas para operações específicas e demandam alto investimento para aquisição, o que tem levado esses sojicultores familiares mais capitalizados a adotar uma estratégia de desinvestimento de capital em máquinas, como forma de liberar capital para ampliar as áreas, conforme se observa na Tabela 35.

A externalização da produção de soja envolve todas as etapas do processo produtivo em ambos os estilos, desde a aquisição das sementes e dos insumos (como adubos, agrotóxicos, combustível) até a terceirização total ou parcial dos serviços de máquinas. Assim, são estilos marcadamente pautados pela forma empresarial de agricultura, pois a soja produzida é destinada aos mercados globais.

Tabela 35 - Características dos estilos de capitalizado e descapitalizado de produção de soja, em 2002 e 2017

Estilos	SAU (ha)		Capital (RS)		Intensiv. capital do sistema (RS/ha)	
	2002	2017	2002	2017	2002	2017
PCS	35,35	46,25	148.689,61	58.568,41	4.206,21	1.266,34
PDS	6,77	7,37	22.804,88	4.685,27	3.368,52	636,01

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

A PDL é um estilo que agrega onze casos (PB da venda de leite tipicamente acima de 50% e, na média, representa 77,99% do PB de venda total em 2017), representando um quinto das famílias pesquisadas. Esse estilo é fortemente marcado pela pressão dos impérios alimentares por ampliação de escala e por maior tecnificação do sistema, que é limitada pela reduzida capacidade produtiva das famílias, destacadamente de terra e capital. É um estilo de produção de menor escala e de maior intensidade em trabalho, alcançando menores índices de produtividade animal e rendimentos mais baixos, o que leva parte dessas famílias a buscarem em atividades não agrícolas a ampliação da renda, pois a pressão da “indústria” leiteira é bastante destacada e a ameaça da descontinuidade da produção de leite é um elemento bastante presente em seu cotidiano.

Conforme Norder (2009), existe grande diversidade de sistemas de produção leiteira, sendo que o modelo intensivo-exógeno tem preferência por gado da raça holandesa, apresenta elevado consumo de rações industriais e produtos farmacêuticos, com elevada dependência de

insumos externos e também da própria genética animal. Trata-se de um modelo que busca ampliação de escala, tanto pela extensificação da produção, com aumento do número de animais, como pela intensificação, com aumento da produtividade animal e demanda crescentes volumes de capital, apresentando como uma das vantagens a maior produtividade de leite por animal. Niederle (2007) identificou esse modelo em Salvador das Missões, todavia aponta que entre as famílias pesquisadas o desenvolvimento da atividade leiteira até então não era impulsionado pelas formas empresariais de agricultura. Era baseado em estratégia de uso de recursos próprios, conjugando internalização de recursos e des-mercantilização, re-introduzindo a natureza nos processos produtivos, naquilo que Ploeg (2008) denominou de co-produção ou uma forma camponesa de agricultura, na qual o sistema produtivo é afastado da lógica do mercado, possibilitando maior autonomia aos agricultores.

O retorno aos mesmos agricultores considerados na análise de Niederle (2007) evidenciou um cenário bastante diferente. Em relação à produção leiteira existem dois perfis de produtores, identificados nesta tese em dois estilos de agricultura diferentes (produtores de leite descapitalizados - PDL e produtores capitalizados de leite e soja - PCLS). Observa-se, conforme destaca Norder (2009), que, efetivamente, existem diferenças entre os agricultores familiares pesquisados que produzem leite.

Todavia, a consideração das dinâmicas produtivas revelou que, em todos os casos, as diferenças são mais quantitativas na atividade leiteira e de composição do conjunto dos sistemas produtivos, do que da lógica da produção leiteira. Ainda que a produção de silagem ou feno na própria unidade de produção e o uso do esterco bovino como fertilizante nas lavouras reduzam a dependência externa da unidade de produção e ampliem a autonomia do agricultor, defende-se que esses procedimentos são insuficientes para caracterizar a atividade leiteira desenvolvida em ambos os estilos como desmercantilizada e identificá-la com a forma camponesa de agricultura.

Isso, porque os dados de campo revelam que, para a produção de silagem e feno, os agricultores são altamente dependentes de insumos externos, a começar pelas sementes, adubos, agrotóxicos e os serviços externos, com máquinas especializadas que são necessárias para o preparo desses produtos. Trata-se de máquinas caras que não compensam sua aquisição pelo produtor individual familiar, recorrendo-se mais usualmente à contratação de serviços de terceiros para sua realização, ou quando disponível, o uso de máquinas fornecidas pelo poder público e gerenciadas por associações de produtores.

Além disso, o perfil do rebanho identificado em campo é majoritariamente de gado holandês e, um elemento estratégico na configuração de todo o sistema produtivo de leite, que é o controle da base genética do rebanho, é feito majoritariamente desde fora, através da inseminação artificial. Esse é o resultado das transformações observadas na atividade leiteira, ao que ainda se pode agregar o maior controle industrial dos serviços de recolhimento, compra, industrialização e venda do leite. Trata-se de um padrão encontrado em campo, que permite afirmar que a produção leiteira também migrou de formas mais camponesas para formas tipicamente empresariais de produção, diferenciando-se os dois estilos mais em termos quantitativos (escala da produção, produtividade do rebanho, volume de capital investido, área disponível – como se observa na Tabela 36) do que qualitativamente, em termos de externalização, mercantilização e vínculos com as redes de interesse dos impérios alimentares.

Tabela 36 - Características dos estilos capitalizado e descapitalizado de produção de leite, em 2002 e 2017

Estilos	SAU (ha)		Capital (RS)		Número de vacas		Produtiv. anual (litros/vaca)	
	2002	2017	2002	2017	2002	2017	2002	2017
PCLS	23,67	39,01	118.894,93	245.752,76	15	28	3.248	5.288
PDL	12,07	12,11	38.069,50	41.382,18	11	18	2.030	3.882

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

É importante destacar que o estilo PCLS é o segundo mais numeroso, formado por doze famílias ou cerca de um quinto dos casos. Nesse estilo aparece especialmente, mas não exclusivamente, a produção capitalizada de leite, considerada anteriormente, combinada com a produção de grãos, especialmente de soja. Por fim, o estilo “produção diversificada commoditizada” é formado por apenas três casos, todos oriundos da via agrícola.

No estilo PDC é importante destacar que, em 2002, essas famílias desenvolviam a produção de suínos de forma autônoma e em pequena escala, com vistas ao consumo familiar e venda de eventuais excedentes. Elas reorganizaram o sistema produtivo mediante o estabelecimento de contratos com empresas agroindustriais, passando a desenvolver a produção especializada e integrada de suínos. Essa produção ocorre num sistema totalmente mercantilizado, no qual as indústrias mantêm forte controle sobre a atividade produtiva e abrem poucos canais para a resolução de conflitos e, em que pese as variações nos contratos, usualmente, as agroindústrias disponibilizam insumos, genética, transporte, assistência técnica e garantia de compra da produção e os agricultores se responsabilizam pela mão de obra, equipamentos e instalações, o cuidado dos animais e o manejo dos dejetos (COSER, 2010; MIELE, WAQUIL, 2006).

Cabe destacar que duas das famílias do estilo PDC, em termos formais, não poderiam mais ser consideradas agricultoras familiares, pois extrapolam o limite de renda total admitida para a obtenção da DAP (360 mil reais). Nesses casos, esse ponto de corte mostra seu limite como definidor do que é a agricultura familiar e o que é agricultura não familiar. Escher *et al.*, (2014) advertem que a pluriatividade pode ser um fator que, pela elevação do rendimento total das famílias, desclassifica muitos agricultores dessa condição. Isso fica evidente nesses dois casos, ainda que não em função da pluriatividade, mas sim por conta da elevação da renda decorrente da diversificação produtiva. Ou seja, esses casos mostram que a política de crédito mais importante para a agricultura familiar no Brasil parece assumir um caráter “anti” diversificação entre os agricultores familiares com maiores rendimentos.

#### **8.4.1 Estilos de agricultura e concentração**

Na Tabela 37 destacam-se os dados relacionados à terra, com a sensível redução da SAU média e participação na SAU total do estilo AUTOOC, bem como a estabilidade nos estilos PDL e PDS e a elevação nos demais. Observa-se que os estilos de agricultura capitalizados e commoditizados (PCS, PCLS e PDC) são os mais expansivos em termos de ampliação de área, pois representam pouco mais que um terço do número de famílias e, em 2002 acumulavam 51,83% de toda SAU, passando para 77,90% em 2017. Por sua vez, o estilo de produção capitalizado de leite e soja, que representa um quinto de todos os casos, concentrava a metade de toda área utilizada em 2017.

Também é importante destacar que todas as famílias agrupadas nos estilos PDS e PDL apresentam área total inferior ao módulo fiscal. Ainda que se possa discutir os parâmetros que levam à definição da magnitude dessa variável (20 ha), o tamanho das áreas utilizadas por estes casos mantém atual a pauta do limitado acesso à terra, como uma das questões fundamentais da atualidade, em concordância com Fernandes (2018), pois são os dois estilos que agrupam as famílias menos favorecidas no acesso à terra, exceto as do estilo autoconsumo. Juntas (PDS e PDL) elas representam um quarto das famílias pesquisadas e acumulam apenas 16,46% das áreas utilizadas.

Tabela 37 - Número de casos, SAU média e participação relativa na SAU total dos estilos de agricultura, em 2002 e 2017

Estilos	Número de casos		SAU média/família (ha)		Participação na SAU total (%)	
	Absoluto	Relativo (%)	2002	2017	2002	2017
AUTOC	21	38,89	14,49	2,65	31,53	5,63
PDS	3	5,55	6,77	7,37	2,21	2,34
PDL	11	20,37	12,07	12,11	14,44	14,12
PCS	4	7,40	35,35	46,25	15,38	19,62
PCLS	12	22,22	23,67	39,01	30,89	49,64
PDC	3	5,55	17,03	27,17	5,56	8,64

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Em relação ao capital, os dados são apresentados na Tabela 38. Da mesma forma que em relação à SAU, no estilo AUTOC se reduz sensivelmente o valor médio e a participação no capital total, pois esse estilo aglutina especialmente as famílias que se desagrarizaram, com elevada presença de venda ou arrendamento de terra, associado à descapitalização e maior urbanização das famílias.

Nos estilos baseados na produção de soja (PCS e PDS), em ambos se observa expressiva queda no valor médio familiar de capital, todavia, eles se encontram em patamares bastante distintos. Esses dados evidenciam a tendência de desinvestimento de capital para a ampliação de escala, nos casos da agricultura familiar capitalizada, especialmente através do aumento de área (passou de 35 para 46 ha, como visto na Tabela 37), para o que tem contribuindo a liberação do capital através do desinvestimento.

No caso do estilo PDL, observa-se leve elevação no capital médio familiar, mas caiu sua participação relativa no capital total acumulado, basicamente em função da elevação substantiva dos valores de capital médio das famílias dos estilos PCLS e PDC. Nesses dois estilos destaca-se a expressiva elevação do capital médio e a grande concentração de capital acumulado entre os dois anos pesquisados. Neles se elevam fortemente os investimentos em máquinas e também em instalações, tanto para a produção de leite como para a produção de suínos, que ocorrem com crescente tecnificação dos processos produtivos. O exemplo mais emblemático, no caso da produção de leite, seja a completa substituição da ordenha manual pela ordenha mecânica, que foi intensificada entre os anos da pesquisa. Esses dois estilos aglutinam pouco mais de um quarto das famílias pesquisadas, que possuíam, em 2002, 45,93% de todo o capital e, em 2017 esse valor subiu para 83,68%, demarcando elevado processo de concentração.

Tabela 38 - Capital médio familiar e capital total acumulado por estilo de agricultura, em 2002 e 2017

Estilos	Capital médio (R\$)		Participação no capital total (%)	
	2002	2017	2002	2017
AUTOC	39.188,82	9.311,46	23,36	3,59
PDS	20.804,88	4.685,27	1,94	0,26
PDL	38.069,50	41.382,18	16,88	4,30
PCS	148.689,61	58.568,41	11,89	8,36
PCLS	118.894,93	245.752,76	40,50	54,13
PDC	63.775,49	538.062,27	5,43	29,55

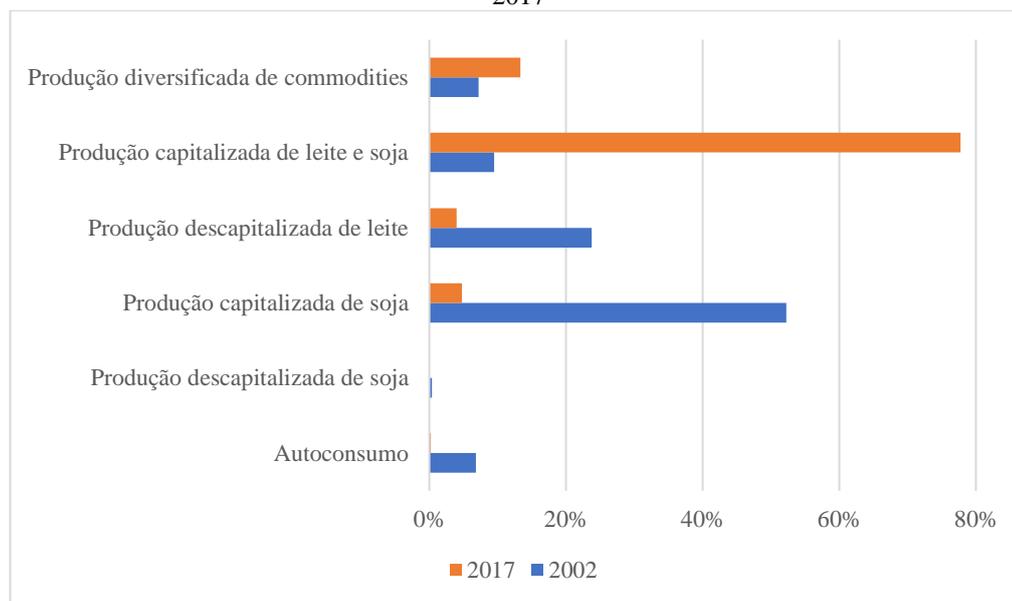
Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

No Gráfico 17 mostra-se a evolução do acesso ao crédito entre os distintos estilos de agricultura, nos anos 2002 e 2017. Novamente destacam-se os estilos PCLS e PDC como os que apresentam crescimento no volume de crédito tomado, sendo esses os dois estilos cujas famílias mais frequentemente acessam crédito, respectivamente 66,67% e 100% das famílias, em 2017. No caso do PCLS esse crescimento é exponencial, em concordância com os dados do capítulo 3, no qual se mostrou o forte direcionamento do crédito para a produção de soja e leite. Em 2017 esse estilo ficou com 77,73% de todo crédito acessado pelas famílias, destacando-se que parte desses valores é dirigida para o custeio e outra parte é destinada para investimentos (máquinas e instalações). Isso explica sua elevação, dado o grande volume de capital investido nessas atividades, além do fato de ser o estilo com o maior número absoluto de famílias que acessam crédito.

Nos demais estilos ocorreu achatamento relativo no volume de crédito acessado, mas por diferentes razões. No caso da PCS, dois elementos explicam essa redução: a redução do investimento em máquinas e a priorização de contratação de serviços para a produção de grãos e o uso de poupança própria para custear a atividade. Na PDL pouco menos da metade das famílias acessaram crédito e as que o fizeram realizaram financiamentos para custeio, sem realização de investimentos. Já, na PDS e na AUTOC as famílias realizaram integralmente as atividades produtivas com recursos próprios em 2017.

Portanto, além do processo de concentração regional e por cultivo do crédito agrícola (AQUINO *et al.*, 2018; CONTERATO; BRÁZ, 2019), os resultados apontam que ocorre sensível processo de concentração dos recursos dentro de um mesmo espaço rural entre as famílias que desenvolvem diferentes estilos de agricultura. As famílias mais capitalizadas, que desenvolvem estilos mais comoditizados acabam se beneficiando dos mecanismos instituídos de acesso ao financiamento que privilegiam a produção de *commodities*, no caso estudado, destacadamente a produção de soja e leite.

Gráfico 17 - Distribuição relativa do crédito total acessado pelas famílias por estilo de agricultura, em 2002 e 2017



Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

A concentração até agora destacada, tanto da terra como do capital e do crédito nos estilos PDC, PCLS e PCS, explicam a expressiva concentração da produção ocorrida entre os anos da pesquisa. Na tabela 39 observa-se que as famílias do estilo AUTOOC produziam cerca de um quarto da soja e do leite em 2002 e passaram a produzir menos que dois por cento desses produtos em 2017. Ou seja, esse é um estilo cujo processo de desativação (PLOEG, 2008) está bastante presente, tanto na produção de *commodities* como para o autoconsumo, que também perde intensidade com o passar do tempo e que ajuda a explicar a sensível queda na sua participação no PB de todos os casos.

No caso do estilo PDL, ocorre sensível processo de desojicização e especialização na produção de leite, que possui maior rentabilidade por unidade de área o que, junto com a ampliação da produção para o autoconsumo, fez a participação do PB das famílias desse estilo subir de 10,69% para 16,27%. Apesar das restrições de área, capital e financiamento, em 2017 essas famílias eram responsáveis por um quarto da produção total de leite.

Movimento inverso ao realizado pelas famílias do estilo PDL é realizado pelas famílias do estilo PDS, que concentram suas atividades produtivas em grãos, especialmente soja e trigo, e que praticamente zeraram a produção de leite. A produção de soja apresenta menor rentabilidade por unidade de área, mas permite-lhes a manutenção de suas atividades não agrícolas, em função da terceirização dos serviços de cultivo de suas pequenas glebas. Pois, todas elas recorrem à pluriatividade para a elevação da renda familiar e também realizam a ampliação da produção para o autoconsumo. No caso das famílias do estilo PDS, que possuem

menores áreas (SAU média 7,37 ha), a opção tem sido desenvolver o cultivo de soja com terceirização de serviços, descontinuando a produção de leite – intensiva em trabalho, para liberar a mão de obra familiar para as atividades não agrícolas, já que são famílias mais jovens (idade média de 42,89 anos) e com maior disponibilidade de trabalho (2,54 UTHs por família).

As famílias do estilo PCS seguem o mesmo caminho das do estilo PDS em relação à produção de leite, zerando sua produção em 2017. Isso aponta para certa incompatibilidade entre a produção especializada de soja e leite para alguns agricultores familiares, tanto daqueles com maior como daqueles com menor área cultivada. No caso do estilo PCS, as razões para a descontinuidade da produção de leite são distintas, pois são famílias que possuem áreas maiores (46,25 ha), com idade mais elevada (idade média 67,04 anos) e menor disponibilidade de trabalho (1,52 UTHs por família). Essas famílias também reduzem a produção para o autoconsumo, o que fez sua participação no PB total cair de 11,67% para 9,11%. Cabe destacar que essas famílias representam menos de 10% dos casos, mas produzem 36,27% de toda a soja em 2017, revelando forte concentração da produção dessa *commodity*.

A concentração da produção da soja fica mais evidente ao se considerar que as famílias do estilo PCLS são responsáveis por 56,38% da produção dessa *commodity*. Com isso, nesses dois estilos (PCS e PCLS), que representam, aproximadamente, 30% das famílias, concentra-se 93,47% de toda produção de soja em 2017, evidenciando que o *boom* dessa *commodity* não é para todos os agricultores, pois as transformações impulsionadas pelos impérios alimentares e as estratégias desenvolvidas pelas famílias pesquisadas levaram à expressiva concentração da produção e exclusão de muitos produtores.

Ainda sobre o estilo PCLS, pode-se destacar que, em 2017, nele também se concentra parte expressiva da produção de leite que alcança quase sessenta por cento de todo volume produzido. Esse estilo aglutina uma porção bastante pujante da agricultura familiar, sendo composto por pouco mais de um quinto das famílias pesquisadas, que ampliaram fortemente as áreas utilizadas (a média familiar de SAU passou de 23,67 ha para 39,01 ha), além do que, concentram a metade do capital e quase 80% de todo financiamento, sendo responsáveis por 47,26% de tudo o que foi produzido em 2017.

Já, o estilo PCD é levado a cabo por seis por cento das famílias, que reduzem sua participação na produção de soja, mas ampliam a produção de leite para o autoconsumo e agroindustrial, mas é sua produção de suínos que é sensivelmente ampliada, constituindo-se na base comum dos sistemas produtivos desse estilo. Como visto nas seções anteriores, em 2017 essas famílias concentram cerca de 95% da produção agroindustrial comercializada e 96% do

efetivo de suínos de todos os casos pesquisados. Com isso, essas três famílias alcançam produzir quase um quarto de todo o valor produzido no segundo ano da pesquisa. Junto com o estilo PCSL, o estilo PCD, que totaliza 28% dos casos, concentra 70,79% de toda produção realizada em 2017. Se a eles juntar-se o estilo PCS, juntos representarão cerca de um terço dos casos que respondem por 80% da produção. Esses estilos reproduzem o projeto modernizador e dele são dependentes (PLOEG, 2003), todavia são os que avançaram em termos de acúmulo de capital, ampliação de áreas e elevação das rendas com base na agricultura.

Tabela 39 - Participação relativa na produção de soja, leite e no PB total dos estilos de agricultura, em 2002 e 2017

Estilos	Participação na produção total de soja (%)		Participação na produção total de leite (%)		Participação no PB total (%)	
	2002	2017	2002	2017	2002	2017
AUTOC	23,52	0,39	23,07	1,59	28,12	2,77
PDS	1,51	2,78	1,73	0,02	1,41	1,07
PDL	23,72	0,82	15,99	25,66	10,69	16,27
PCS	21,99	36,27	9,87	0,00	11,67	9,11
PCLS	22,48	56,38	40,02	59,32	41,89	47,26
PDC	6,78	3,37	9,32	13,42	6,23	23,53

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

É importante destacar que as famílias que desenvolvem o estilo PCLS são famílias relativamente grandes (4,33 integrantes) e jovens (idade média de 45,11), que recorrem de forma intensa à contratação de trabalho (em média 0,31 UTH contratada por famílias) para dar conta do conjunto de atividades que envolvem a produção combinada de leite e soja. Todavia, ele fica em segunda posição na contratação de trabalho, pois é o estilo PCD que apresenta o maior valor médio de força de trabalho contratada (1,48 UTH por família), apesar de ser integrado por famílias bastante jovens (idade média de 39,71 anos) e numerosas (4,67 integrantes). No caso do PCD, a pluriatividade está ausente em 2017, tendo sido descontinuada por duas famílias. Já, entre os casos do estilo PCLS, a pluriatividade está presente em menos da metade dos casos, aparecendo minoritariamente como uma estratégia familiar mais sistemática e estruturante da formação da renda, como nos estilos PDS e PDL. Trata-se, nesses casos (PCLS), de trabalho não agrícola, pouco frequente e de curta duração, ou resultante de agregação ao núcleo familiar, por matrimônio, de pessoa com atividade não agrícola antes de contrair os laços e que prossegue sua atividade não agrícola.

Especialmente no caso dos estilos PDS e PDL, a forte elevação dos preços das terras e dos arrendamentos em curso desde os anos 2000 (BACHA *et al.*, 2016; FRITZ *et al.*, 2018) é

mais um fator limitante da expansão e estrangulador das possibilidades de ampliação de escala, cobrada por essas atividades produtivas em sua forma empresarial. Isso opera como mais um vetor que pressiona essas famílias a descontinuarem a produção, arrendarem ou venderem suas pequenas glebas e seguirem trajetórias desagrarizantes, como tipicamente ocorreu na via previdenciária e em partes da via pluriativa. Seguindo-se essa lógica, suas terras tendem a ser adquiridas ou arrendadas pelos produtores mais capitalizados que, com isso, ampliarão ainda mais o processo de concentração da produção.

Por fim, em relação às importantes constatações dos estudos de Alves e Rocha (2010) e Buainain *et al.* (2013), os dados levantados apontam que em Salvador das Missões também ocorre elevado processo de concentração da produção agrícola, em que um grupo reduzido de famílias amplia de forma crescente sua participação relativa no valor absoluto da produção agrícola. Todavia, o que é importante destacar, em termos diacrônicos, é que exceto o estilo AUTOOC, os demais estilos de agricultura elevaram os rendimentos familiares de forma considerável no período pesquisado, como se observa no Gráfico 18. Isso evidencia, para além da constatação da existência da concentração da produção, que existe elevado potencial de progresso econômico dessa categoria social, em que pese as limitações objetivas de acesso à terra, capital, crédito e políticas públicas, em termos de ampliação da remuneração do trabalho. Essa é uma importante conclusão desta tese pois, na contraface da desagrarização, aponta uma perspectiva animadora em relação aos agricultores familiares que em suas trajetórias e estratégias mantêm os vínculos com as atividades agrícolas.

Gráfico 18 - Renda total per capita mensal, em salários mínimos, segundo os estilos de agricultura em 2002 e 2017



Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

Diante da diversidade de tipos de famílias e estilos de agricultura identificados e do movimento ascendente de seus rendimentos, pode-se concluir, considerando especificamente a variável renda, que a desagrarização não é inexorável. Tampouco a reprodução da pobreza nos espaços rurais é o inescapável caminho dos agricultores familiares. Ainda que com a ampliação do domínio imperial sobre a agricultura missioneira, os estilos de agricultura desenvolvidos pelas famílias, em combinação com as demais estratégias de geração de renda, mostraram capacidade de remunerar de forma crescente as famílias agricultoras.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta tese foi analisar as trajetórias de agricultores familiares e os estilos de agricultura decorrentes de suas estratégias, bem como discutir seus resultados, em termos de desagrarização, diferenciação e concentração da produção. Para alcançar tal intento foi realizada análise longitudinal dos percursos das mesmas famílias de agricultores na região das Missões do Rio Grande do Sul, entre os anos de 2002 e 2017.

As famílias estudadas se diferenciam em quatorze tipos diferentes, o que expressa a grande heterogeneidade e a diversidade social e econômica que compõem a paisagem agrícola estudada. As famílias apresentam características expressivamente distintas, que precisam ser consideradas para a adequada compreensão das dinâmicas regionais e também para a formulação de estratégias de desenvolvimento, donde se destaca a importância da consideração das trajetórias e das vias percorridas, como expressão das opções dos diferentes tipos de famílias.

No período estudado ocorreu sensível redução do número de integrantes e elevação da idade média das famílias, o que aponta para a dificuldade do grupo estudado em manter e reproduzir a disponibilidade de força de trabalho familiar ao longo do tempo. O envelhecimento explica o expressivo aumento da importância da renda de aposentadoria para um grupo crescente de famílias que, frente a inexistência de sucessores, adotou as estratégias de descapitalização total ou parcial, desativação da produção agrícola comercial e complementação da renda através do arrendamento da terra. A trajetória dessas famílias configura a via previdenciária, que apresenta viés urbanizante e, em termos produtivos, conserva os vínculos agrícolas exclusivamente através da produção para o autoconsumo. Essa via é marcadamente desagrarizante, sobretudo da renda e domicílio, resultando, em alguns casos, na desagrarização total e, tendencialmente, nela ocorre a redução ou descontinuidade dos vínculos produtivos das famílias com a agricultura. Essa é a via menos promissora para a existência futura da agricultura familiar.

Na via pluriativa também foi observado forte processo de desagrarização do conjunto dos casos, de forma mais intensa que na via previdenciária. A desagrarização ocorreu em todas as dimensões (renda, trabalho e domicílio), sendo mais acentuada na renda e no trabalho, dada a priorização estratégica realizada por essas famílias em atividades não agrícolas, em detrimento das agrícolas. Nessa via observou-se expressiva diferenciação das famílias, com alguns casos se aproximando da desagrarização total, mas que, apesar de ser marcada por forte

distanciamento do setor agrícola, também comporta casos de reprodução de famílias com significativos vínculos com esse setor. Ela comporta casos bastante diversos em termos de configurações familiares e de motivações que sustentam a opção pela pluriatividade, revelando as múltiplas facetas dessa estratégia. O mosaico pluriativo envolve desde a opção familiar pela descapitalização integral e descontinuidade da agricultura, passa pelo acionamento de atividades não agrícolas como elemento substancial, ou complementar, na composição da renda familiar de agricultores, até situações em que a atividade agrícola se configura como um elemento complementar as atividades não agrícolas de famílias com forte viés urbano.

Nessa via, a superioridade dos rendimentos não agrícolas, frente aos agrícolas, coloca-se como um elemento de risco para a continuidade futura dos vínculos destas famílias com a agricultura. Por outro lado, a crescente tecnificação dos processos produtivos, a disponibilidade de prestadores de serviços agrícolas e o ciclo favorável de preços das commodities, torna atrativa e viável a exploração de atividades agrícolas por sujeitos que assumem identidades tipicamente não rurais (a exemplo de comerciantes urbanos), que têm no setor agrícola uma atividade secundária e onde atuam como investidores especializados, em busca da maximização dos retornos de capital. São sujeitos de famílias com vínculos pretéritos mais intensos com a agricultura, que ao longo do tempo foi sendo secundarizada na composição das estratégias de reprodução social e também como alicerce da identidade familiar. Isso gera tensionamento com o sentido da pluriatividade, quando entendida como uma estratégia impulsionada por agricultores para auferir complementarmente rendas não agrícolas, com vistas a reproduzirem-se como agricultores. Trata-se de uma inflexão, pois observou-se a emergência desses sujeitos urbanos que desenvolvem atividades agrícolas especializadas, de forma complementar as atividades não agrícolas. O que se destaca, para além do sentido clássico da pluriatividade, é o desenvolvimento de atividades agrícolas por famílias que têm em atividades não agrícolas o núcleo central de suas estratégias de reprodução, sendo necessário incorporar esse fenômeno nas agendas de pesquisa.

A via agrícola apresentou maior homogeneidade dos casos em relação a agrarização das famílias, em termos gerais e também quando se considera suas variáveis de forma desagregada. Nela ocorreu o processo de reprodução das famílias que mantêm fortes vínculos agrícolas, tanto na sua organização econômica (trabalho e renda) como na localização dos domicílios. Portanto, entre as famílias que integram essa via, não ocorreu o processo de desagrarização. Diferente das vias previdenciária e pluriativa, em que as famílias tendem historicamente a avançar no processo de desagrarização, a via agrícola engloba os casos com maior potencialidade de

reprodução das famílias na condição de agricultoras, porém é a única via em que ocorreu diminuição do número total de casos.

Em relação aos estilos de agricultura, enfocados especialmente desde as configurações dos sistemas produtivos, observou-se a existência de seis estilos que se apresentaram de forma recorrente. O estilo de produção voltado ao autoconsumo apresenta o maior número de casos, com expressiva redução das áreas utilizadas, do capital disponível e do crédito acessado, com forte queda da produção de caráter comercial e também daquela destinada para o autoconsumo, fazendo despencar o valor produzido por essas famílias. Trata-se de um estilo de agricultura cujas formas de produzir são desintensificadas e desmercantilizadas, com a priorização da produção para a alimentação familiar e a venda esporádica de excedentes, o que alinha esse estilo, o único entre os identificados, com a forma camponesa de agricultura. Entre os casos que desenvolvem esse estilo pode-se falar de um incipiente processo de recampesinização, impulsionado, centralmente, pelo forte processo de desativação da agricultura comercial.

Os estilos de produção descapitalizada de soja e de leite são levados a cabo por famílias que não conseguiram ampliar suas áreas, tampouco o capital disponível. Entre as famílias que desenvolvem a produção agrícola com fins comerciais, essas são as que apresentam as menores áreas e os menores valores de capital. Apesar disso, vinculam seus sistemas produtivos às formas empresariais de agricultura, subordinando-se aos interesses dos impérios alimentares e recorrendo intensamente às atividades não agrícolas para complementar seus rendimentos. Ainda assim, especialmente no caso do leite, possuem participação considerável no volume total produzido, mas na soja sua participação é pouco expressiva.

Destaca-se ainda que as famílias do estilo produção descapitalizada de leite enfrentam permanentemente a pressão dos impérios alimentares por maior escala de produção, ou por mudanças técnicas nos padrões produtivos. Isso implica em maiores inversões de capital, o que é limitado por suas condições objetivas e coloca no cenário dessas famílias, de forma permanente, o risco de descontinuidade da atividade e da desagrarização. Trata-se de um cenário bastante delicado, pelo expressivo número de famílias que se encontram nessa situação de risco. Nesses casos, as políticas públicas precisariam ser reconfiguradas, especialmente em relação ao crédito e à assistência técnica pública, que se reduziu entre os anos pesquisados, mas também aquelas relacionadas ao acesso aos mercados, à diversificação da produção e estratégias de agregação de valor.

Os estilos que apresentam maior volume de capital investido e ocupam as maiores áreas de terra (produção capitalizada de soja, produção capitalizada de leite e soja e produção

diversificada de commodities) acumulam também a maior parte do crédito e, com isso, concentram grande parte da produção, especialmente de soja, suínos e leite. Essas famílias estão em posição fortemente subordinada à rede de interesse dos impérios alimentares. Cerca de um terço das famílias desenvolvem esses estilos, com reduzida autonomia e estreitamento das margens de manobra em face dos interesses empresariais, todavia elas têm ampliado a escala e o volume total produzido, elevando fortemente a concentração da produção.

A grande maioria das famílias que desenvolvem esses estilos mais capitalizados integram a via agrícola, revelando uma relação positiva entre a especialização produtiva, maior mercantilização e subordinação aos impérios alimentares com a reprodução das famílias na condição de agricultoras. Ou seja, em que pese o conjunto das políticas públicas de apoio a diversificação dos sistemas produtivos, de ecologização dos agroecossistemas e de impulso a agregação de valor para os agricultores familiares, as mudanças observadas apontam em sentido diverso. As transformações ocorridas ao longo do tempo mostram uma agricultura familiar crescentemente subordinada a rede de interesse dos impérios alimentares, amplamente mercantilizada, dependente de insumos externos e menos diversificada.

Em todos os estilos de agricultura desenvolvidos constatou-se ampliação da renda total per capita auferida pelas famílias, sendo, em todos eles, superior a um salário mínimo mensal no segundo ano pesquisado. Cabe destacar, como demonstrado, que essa elevação pode ter sido tributária tanto da ampliação da renda agrícola, como da renda não agrícola, de aposentadoria, de outras fontes (arrendamento de terra), ou da combinação dessas diferentes fontes. Esse aumento foi mais intenso entre as famílias que desenvolvem os estilos de agricultura capitalizados. Ou seja, a especialização produtiva, em que pese a redução da autonomia das famílias, possibilitou maior elevação dos rendimentos familiares, o que torna a atividade agrícola mais atrativa, ao inverso do observado na via pluriativa. Além da tendência de crescimento dos rendimentos monetários, observou-se entre essas famílias a capacidade de incorporação de tecnologia e de ampliação da produtividade agrícola ao longo do tempo.

Pode-se concluir que os processos de desenvolvimento rural do período estudado são marcados substantivamente pela ampliação da subordinação da agricultura aos impérios alimentares, com aumento da especialização e da artificialização dos sistemas produtivos, além da redução da autonomia dos agricultores. Disso decorreu a elevação da concentração da terra e, de forma muito intensa, a concentração do capital, do crédito e da produção. Nesse contexto, as trajetórias das famílias são marcadas pelo processo de crescente desagrarização, sobretudo

nas vias previdenciária e pluriativa, ou de reprodução de sua condição como agricultores familiares, especialmente na via agrícola.

Se o trabalho de Niederle (2007) apontou como transcorre o processo de metamorfose da agricultura colonial em agricultura familiar na região das Missões do RS, considerando especialmente as estratégias desenvolvidas pelas famílias, o que se conclui com a presente tese é que o período estudado (2002 a 2017) marca uma nova metamorfose. Se no primeiro ano considerado já era evidente a ampla mercantilização e externalização dos sistemas produtivos, o que se evidenciou, além da desagrarização e da concentração dos meios e do resultado da produção, foi a crescente subordinação familiar às formas de agricultura impulsionada pelos impérios alimentares, demarcando o crescente controle do capital sobre a agricultura.

## REFERÊNCIAS

- AFDLP - Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade. **Relatório final**. Porto Alegre: UFRGS/PGDR; Pelotas: UFPeI/PPGA, 2004.
- ALVES, E.; ROCHA, D. P. Ganhar tempo é possível. *In*: GASQUES, J; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. **A agricultura brasileira**: desempenho recente, desafios e perspectivas. Brasília: IPEA/MAPA, 2010. p. 275 – 291.
- ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. **Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias no Brasil**. 2012. Disponível em: [http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias\\_demograficas\\_e\\_de\\_familia\\_24ago12.pdf](http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias_demograficas_e_de_familia_24ago12.pdf). Acesso em: 6 jul. 2019.
- AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. **RESR**, Piracicaba, v. 56, n. 01, p. 123-142, 2018.
- BACCHA, C. J. C.; STEGE, A. L.; HARBS, R. Ciclos de preços de terras agrícolas no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, n. 4, p. 18-37, out./dez. 2016.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. **Matriz de dados do crédito rural**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>. Acesso em: 10 set. 2019.
- BELIK, W. **O financiamento da agropecuária brasileira no período recente**. IPEA - Texto para Discussão, Brasília, v.1, p.1 - 62, 2015a.
- BELIK, W. A heterogeneidade e suas implicações para as políticas públicas no rural brasileiro. **RESR**, Piracicaba, v. 53, n. 01, p. 9 - 30, jan./mar. 2015b.
- BIANCHINI, V. **Vinte anos do PRONAF, 1995-2015**: avanços e desafios. Brasília: SAF/MDA, 2015.
- BLACK, C. Preços de commodities, termos de troca e crescimento econômico brasileiro nos anos 2000. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 42, n.3, p. 27-44, 2015.
- BRYCESON, D.F. Deagrarianization and Rural Employment in sub-Saharan Africa: A Sectoral Perspective. **World Development**, Amsterdam, v. 24, n. 1, p. 97-111, 1996.
- BORRAS, S. M. J. *et al.* Towards a better understanding of global land grabbing: an editorial introduction. **Journal of Peasant Studies**, London, v. 38, n. 2, p. 209-216, Mar. 2011.
- BOSCARDIN, M. **Reprodução social da agricultura familiar**: uma análise demográfica em propriedades familiares sem sucessores no município de Frederico Westphalen, RS. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- BOWEN, S. The Importance of Place: Re-territorialising Embeddedness. **Sociologia Ruralis**, v. 51, n. 4, p. 325-348, Oct. 2011.

BUAINAIN, A. M. *et al.* Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano 22, n. 2, p. 105-121, Abr./Mai./Jun. 2013.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3929](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3929). Acesso em: 12 jul. 2019.

CONTERATO, M. A. **A mercantilização da agricultura familiar no Alto Uruguai/RS**: um estudo de caso no município de Três Palmeiras. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

CONTERATO, M. A. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura**: uma análise a partir do Rio Grande do Sul. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

CONTERATO, M. A. et al. Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. *In*: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (org.). **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 67-89.

CONTERATO, M. A.; BRÁZ, C. A. O processo de especialização produtiva dos agricultores familiares da Zona Sul do Rio Grande do Sul através do Pronaf-custeio. **Redes**, v. 24, n. 3, p.12 -34, set./dez. 2019

COSER, F. J. **Contrato de integração de suínos**: formatos, conteúdos e deficiências da estrutura de governança predominante na suinocultura brasileira. 2010. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

DELGADO, N. G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. *In*: LEITE, S. (org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. (Série Estudos Rurais). 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009, p. 17 - 54.

DINIZ, J.D.A., CERDAN, C. Produtos da sociobiodiversidade e cadeias curtas: aproximação socioespacial para uma valorização cultural e econômica *In*: GAZOLLA, M., SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**. Negócios e mercados da agricultura familiar. (Série de Estudos Rurais). Porto Alegre: UFRGS, 2017, p. 259 - 280.

DUVAL, H. C. **Da terra ao prato: um estudo das práticas de autoconsumo em um assentamento rural**. 2009. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2009.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro a economia do agronegócio**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.

DELGADO, G. C. Questão agrária hoje. In.: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 14 – 23.

ELLIS, Frank. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. London: Oxford, 2000.

ESCHER, F. *et al.* Caracterização da Pluriatividade e dos Plurirrendimentos da Agricultura Brasileira a partir do Censo Agropecuário. **Revista de Economia & Sociologia Rural**, Piracicaba, v.52, n.04, p.643-668, Dez. 2014.

FERNANDES, B. M. Regimes alimentares, impérios alimentares, soberanias alimentares e movimentos alimentares. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, n. 04, p. 188-209, Jan.-Jun. 2018.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2017. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2017**. Building resilience for peace and food security. Roma: FAO, 2017a.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO. **The future of food and agriculture: Trends and challenges**. Roma: FAO, 2017b.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO. **Family Farmers: Feeding the world, caring for the earth**. Roma: FAO, 2014.

FRITZ, E. R. *et al.* A. Análise do mercado de terras no estado do Rio Grande do Sul. In.: SEMINÁRIO DE JOVENS PESQUISADORES EM ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO, 3., Santa Maria, 2018. **Anais [...]** Santa Maria, UFSM, 2018.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER - FEE. **FEE dados**. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/>. Acesso em: 15 Out. 2017.

FOUILLEUX, E. Analisar a mudança: políticas públicas e debates num sistema em diferentes níveis de governança. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, v. 19, n.1, p. 88 -125, Abr. 2011.

FANZO, J. *et al.* **Diversifying Food and Diets: using agricultural biodiversity to improve nutrition and health**. Routledge: Oxon, 2013.

FERRARI, D. L. *et al.* Agricultores familiares, exclusão e desafios para inserção econômica na produção de leite em Santa Catarina. **Informações Econômicas**, SP, v.35, n.1, p. 22 – 36, Jan. 2005

FONTOURA, A. F. **A produção para autoconsumo: características e importância para os sistemas de produção de pecuária familiar da Fronteira Oeste do RS**. 2012. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

FOLEY, J.A. *et al.* Global consequences of land use. **Science**, Washington, v. 309, n. 5734, p. 570-574, 2005.

FROEHLICH, J. *et al.* Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 41, n. 9, p. 1674-1680, set. 2011.

GASPARINI, B. **A apropriação genética da agrobiodiversidade enquanto estratégia biopolítica dos impérios alimentares no contexto da revolução biotecnológica.** 2014. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS.** 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual "fortalecimento" da agricultura familiar? uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **RESR**, Piracicaba, v. 51, n. 1, p.46-70, Abr. 2013. Trimestral.

GOODMAN, D. The quality ‘turn’ and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, v. 19, p. 1-7, 2003.

GRANDO, M. A. Um retrato da agricultura familiar gaúcha. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 159-176, 2012.

GRAZIANO, J. da S. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, 1997.

GRAZIANO, J. da S. Os desafios das agriculturas brasileiras. *In*: GASQUES, J.G.; VIEIRA-FILHO, J.E.R.; NAVARRO, Z. (org.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas.** Brasília: IPEA, 2010. p. 157-183.

GRAZIANO, J. da S. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.** São Paulo: HUCITEC, 1981.

GRISA, C. **A produção “pro gasto”: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul.** 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GRISA, C. **Transformações recentes nas políticas para a agricultura familiar no Brasil.** FIDA-MERCOSUR: Montevideo, 2017. Disponível em: <http://fidamercosur.org/claeh/experiencias/experiencias-en-la-regi%C3%B3n/991-transforma%C3%A7%C3%B5es-recentes-nas-pol%C3%ADticas-para-a-agricultura-familiar-no-brasil>. Acesso em: 22 Out. 2017.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p. 19 – 50.

GRISA, C.; WESZ JUNIOR, V. J.; BUCHWEITZ V. D. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **RESR**, Piracicaba, v. 52, n. 02, p. 323-346, 2014.

GUANZIROLI, C. H.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 50, n. 2, p. 351-370, abr./jun. 2012.

GUEDES, A. C.; CAZELLA, A. A.; CAPELESSO, A. J. O arrendamento de terras no Brasil: subsídios para políticas públicas. **Revista Grifos**, Chapecó, n. 44, p. 104 – 125, 2018.

HESPANHOL, A. N. Manutenção e reprodução da pobreza rural no Brasil e o desafio da sua superação por meio de políticas públicas. **Campo - território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, p. 1-17, 2014.

HOFFMANN, R. Distribuição da renda agrícola e sua contribuição para a desigualdade de renda no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, n. 2, p. 5-22, abr./jun. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Censo Agropecuário**. 1995/96. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 23 Dez. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Censo Agropecuário**. 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 jan. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. **Censo Agropecuário 2017**: resultados preliminares. IBGE: Rio de Janeiro, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Brasil em síntese**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/salvador-das-missoes/panorama>. Acesso em: 17 out. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 1991**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/estado/divisao-geopolitica-do-rs/>. Acessado em: 11 nov. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/estado/divisao-geopolitica-do-rs/>. Acessado em: 16 nov. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produção Agrícola Municipal – PAM**. 2002 – 2017. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=series-historicas>. Acessado em: 14 mar. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRI - INCRA/ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO - FAO. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: INCRA/FAO, 2000.

ILBERY, B. et al. Product, process and place: an examination of food marketing and labelling schemes in Europe and North America. **European Urban and Regional Studies**, London, v. 12, n. 2, p. 116 - 132, 2005.

KAGEYAMA, A. Diversificação das rendas nos domicílios agrícolas no Brasil, 1992 e 2001. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 65-86, 2003.

KAGEYAMA, A. Produtividade e renda na agricultura familiar: efeitos do PRONAF-crédito. **Agric. São Paulo**, São Paulo, n. 50, p. 1-13, 2003.

KIYOTA, N.; PERONDI, M. A. Sucessão geracional na agricultura familiar: uma questão de renda? In.: **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. BUAINAIN, A. M. *et al.* (orgs.). Brasília: EMBRAPA, 2014, p. 1011 - 1045.

LANG, T. Sustainable diets and biodiversity: the challenges for policy, evidence and behaviour change. In: BURLINGAME, B.; DERNINI, S. (ed.). **Sustainable diets and Biodiversity: directions and solutions for policy, research and action**. FAO: Rome, 2012, p. 20 - 26.

LEITE, S. Padrão de financiamento, setor público e agricultura no Brasil. In: LEITE, S. (org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. (Série Estudos Rurais), p. 55 - 95.

LIMA, A. J. P.; HENRIQUES, A. O.; HENNING, C. C. A produção leiteira como alternativa estratégica para o desenvolvimento da agricultura: um estudo no município de Salvador das Missões – RS. In.: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 9., Brasília, 2012. **Anais...** Brasília, SBSP, 2012.

LIMA, A. J. P.; OLIVEIRA, A.; HENNING, C. C. **Plano estratégico de desenvolvimento agrícola do município de Salvador das Missões – RS**. Ijuí: UNIJUI: 2007.

LUI, G. H. **Transição de modos de vida rurais na Amazônia brasileira: uma perspectiva longitudinal sobre diversificação da renda, atividades agrícolas e uso da terra entre pequenos produtores**. 2013. Tese (Doutorado em Ciências) - Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2013.

LONG, N. **Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor**. México: Ciesas, 2007.

LONG, N.; PLOEG, J. D. V. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. (org.). **Rethinking social development: theory, research and practice**. Harlow: Longman, p. 62-90, 1994.

MALUF, R.S. *et al.* Agricultura sensível à nutrição e a promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.20, n.08, p.2303-12, 2015.

MAIA, A. G. O esvaziamento demográfico rural. In.: **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. BUAINAIN, A. M. *et al.* (orgs.). Brasília: EMBRAPA, 2014, p. 1081 - 1099.

MARMILICZ, S. T. J. **A soja como estratégia de reprodução socioeconômica: o caso dos agricultores familiares de Guarani das Missões – RS**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Universidade Federal de Santa Maria, Santa maria, 2013.

MIELE, M.; WAQUIL, P.D. **Estrutura dos Contratos de Integração na Suinocultura de Santa Catarina**. Comunicado Técnico. EMBRARA: Concórdia, 2006.

MIRANDA, C. R. **Avaliação de estratégias para sustentabilidade da suinocultura**. 2005. Tese (Doutorado em Engenharia ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

MARSDEN, T. et al. Beyond agriculture? regulating the new rural spaces. **Jornal of Rural Studies**, London, v. 11, n. 3, p. 285 - 296, 1995.

MUÑOZ, E. F. P. **Mercados das agriculturas familiares e camponesas**: uma análise institucional comparada entre Brasil e Chile. 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

NESTLE, M. **Food Politics**: how the food industry influences nutrition and health. Berkeley: University of California Press, 2013.

NIEDERLE, P. A. **Mercantilização, Estilos de Agricultura e Estratégias Reprodutivas dos Agricultores Familiares de Salvador das Missões, RS. 2007**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

NIEDERLE, P. A. *et al.* Estilos de agricultura: capturando a diversidade do rural contemporâneo. *In*: CONTERATO, M. et al. (org.). **Pesquisa em desenvolvimento rural**: aportes teóricos e proposições metodológicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014. p. 205 - 225.

NIEDERLE, P. A. *et al.* A pesquisa sobre Agricultura Familiar no Brasil – aprendizagens, esquecimentos e novidades. **RESR**, Piracicaba, v. 52, Supl. 1, p. S009-S024, 2015.

NIEDERLE, P. A. (org.). **Indicações geográficas**: Qualidade e origem nos mercados alimentares. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2013.

NORDER, L. A. C. Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial. *In*: SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 59 – 83.

PALMA, D.C.A. **Agrotóxicos em leite humano de mães residentes em Lucas do Rio Verde – MT**. 2011. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PERONDI, M. A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre, 2007.

PICOLOTTO, E. L. **As mãos que alimentam a nação**: agricultura familiar, sindicalismo e política. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PICOLOTTO, E. L. Novos movimentos sociais: economia solidária e comércio justo. **Revista Outra Economia**, São Leopoldo, v. 11, n. 3, p. 74 -92, 2. sem. 2008.

PLOEG, J. D. V. D. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. *In*: PLOEG, J. D. van der; LONG, A. **Born from within**. Assen: Van Gorcum, 1994. p. 7-30.

PLOEG, J. D. V. D. **The virtual farmer**: past, present and future of the Dutch peasantry. Assen: Van Gorcum, 2003.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. V. D. O modo de produção camponês revisitado. *In*: SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 15 - 56.

PLOEG, J. D. V. D. Newly emerging, nested markets: a theoretical introduction. *In*: HEBINCK, P.; SCHNEIDER, S.; PLOEG, J.D. **The construction of new, nested markets and the role of rural development policies**: some introductory notes. London: Routledge, 2014. v. 1.

PLOEG, J. D. V. D. Differentiation: old controversies, new insights. **The Journal of Peasant Studies**, London, p. 1 – 36, Set. 2017.

PLOEG, J. D. V. D. et al. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 40, n. 4, p. 391 – 408, Oct. 2000.

PLOEG, J. D.; JINGZHONG, Y.; SCHNEIDER, S. Rural development through the construction of new, nested markets: comparative perspectives from China, Brazil and the European Union. **Journal of Peasant Studies**, London, v. 39, p. 133-173, 2012.

PREISS, P. V. **As alianças alimentares colaborativas em uma perspectiva internacional**: afetos, conhecimento incorporado e ativismo político. 2017. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

RADOMSKY, G. W. **Redes sociais de reciprocidade e de trabalho: as bases histórico-sociais do desenvolvimento na Serra Gaúcha**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

REARDON, T.; BERDERGUE, J.; ESCOBAR, G. Rural nonfarm employment and incomes in Latin America: overview and policy implications. **World Development**, Amsterdam, v. 29, n. 3, p. 395-409, 2001.

RENTING, H.; MARSDEN, T. K; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment And Planning**, London, v. 35, n. 3, p. 393-411, jan. 2003.

SAKAMOTO, C. S.; NASCIMENTO, C. A.; MAIA, A. As famílias pluriativa e não agrícolas no rural brasileiro: condicionantes e diferenciais de renda. **RESR**, Piracicaba, v. 54, n. 03, p. 561-582, Jul./Set. 2016.

SAUER, S. Demanda mundial por terras: “land grabbing” ou oportunidade de negócios no Brasil? **Revista de Estudos e pesquisa sobre as Américas**, v. 4, n. 1, p. 1 – 22, 2010.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar em transformação**: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC). Pelotas: Universitária, 1995.

SACCO DOS ANJOS, F. *et al.* Agricultura familiar e nível de vida em quatro regiões da geografia gaúcha. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 10, n. 1, p. 211-235, Jan./Abr. 2005.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 661-694, jun. 2005.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. *Pluriactividad y agricultura familiar en Brasil: el caso de Rio Grande do Sul*. **Revista da CEPAL**, n. 93, p. 157 – 173, 2007.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V.; POLLNOW, G. E. Menos mulheres, menos jovens, mais incertezas: a transição demográfica no Brasil rural meridional. **Revista Extensão Rural**, DEAER – CCR – UFSM, vol.21, nº 2, p. 94 – 116, abr./jun. 2014.

SCHNEIDER, S. **Os colonos da indústria calçadista**: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

SCHNEIDER, S. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. **Cadernos de Ciências e Tecnologia**, Brasília, v. 14, p. 225-256, 1997.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 164-184, 2001.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3 (119), p. 511-531, jul./set. 2010.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In.: MARQUES, F. C. et al.: **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016<sup>a</sup>. p. 93 - 140.

SCHNEIDER, S. **Agricultura Familiar na Cadeia Produtiva do Algodão na América Latina**: elementos conceptuales y metodológicos para las políticas públicas. Relatório de consultoria, SL: 2016b.

SCHNEIDER, S.; PERONDI, M. A. Bases Teóricas da Abordagem de Diversificação dos Meios de Vida. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 117 - 135, maio/ago. 2012.

SCHNEIDER, S. *et al.* A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In.: SCHNEIDER, S. (org.) **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 139 - 166.

SCHNEIDER, S.; ESCHER, F. El concepto de agricultura familiar en América Latina. In: CRAVIOTTI, C. (org.). **Agricultura familiar en Latinoamérica: continuidad, transformaciones y controversias**. Buenos Aires: CICCUS, 2014. p. 25 - 56.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e implicações para políticas públicas. In.: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 84 - 109.

SCHNEIDER, E. P.; PRESTES, K. Quiosques de comercialização de produtos da agricultura familiar missioneira: política pública descentralizada de um território rural. In.: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 7., Natal, 2016. **Anais [...]** Natal, RER, 2016.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVEIRA, F. G. O trabalho agrícola no *boom* do agronegócio e na expansão das políticas públicas para a pequena agricultura. **Mercado de Trabalho**, Brasília, n. 63, p. 28-38, Out. 2007.

STUCKLER, D.; NESTLE, M. *Big Food, Food Systems and Global Health*. **PLOS Medicine**, v.9, n. 6, p. 1 - 4, Jun. 2012.

TEIXEIRA, P. P. G. **O fenômeno *land grabbing* como objeto de estudo: complexidade e diversidade**. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito Agrário) – Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário, Faculdade de Direito, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2018.

TESTA, V. M. *et al.* **A escolha da trajetória da produção de leite como estratégia de desenvolvimento do Oeste Catarinense**. Florianópolis: Epagri, 2003.

TERHORST, K. I. L.; SCHMITZ, J. A. K. De porco a suíno: história da suinocultura e dos hábitos alimentares associados aos produtos dela derivados entre agricultores do Vale do Taquari. In: MENASCHE, R. (org.) **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007. p. 100 - 119.

TRICHES, R. M. **Reconectando a produção ao consumo: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar**. 2010. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: HUCITEC, 1991.

VILLWOCK, A. P. S. **As estratégias de renda dos agricultores familiares de Itapejara d'Oeste nos anos 2005 e 2010**. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) -

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2015.

VILLWOCK, A. P. S. Meios de via e renda: uma pesquisa em painel de agricultores familiares do sudoeste do Paraná. Tese (Doutorado e Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Sant Maria, 2018.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, out. 2003.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WESZ JUNIOR, V. J.; BUENO, V. N. A produção de soja em pequenas propriedades familiares na Região das Missões/RS. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, XLVI., Rio Branco, 2008. **Anais [...]** Rio Branco: SOBER, 2008.

## APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS AGRICULTORES

### UFRGS/CISADE/PGDR UFFS – CERRO LARGO

Projeto de Pesquisa - Estilos de agricultura familiar e desenvolvimento rural no noroeste gaúcho:  
uma análise longitudinal.

#### QUESTIONÁRIO

Entrevistador:.....Data:.....

Município: ..... Localidade: ..... N° Questionário

#### COMPOSIÇÃO FAMILIAR

##### 1) Composição da família (Informar todos os componentes da família)

Nome	Relação com o responsável (A)	Idade	Tipo de Trabalho (B)	Estado civil (C)	Escolaridade (D)

(A)	(B)	(C)	(D)
1 Responsável (chefe do estabelecimento)	1 Tempo integral na UP (*)	1 Casado	1 analfabeto – nunca estudou
2 Cônjuge	2 Tempo-parcial na UP + trabalha fora da UP	2 Solteiro	2 apenas lê e escreve
3 Filho	3 Tempo-parcial na UP + Trab. Doméstico	3 Viúvo	3 1ª a 4ª série completo
4 Filha	4 Tempo-parcial na UP + Estuda	4 Divorciado/Desquitado	4 1ª a 4ª série incompleto
5 Genro	5 Tempo integral fora UP (*)	99 Outros	5 5ª a 8ª série completo
6 Nora	6 Somente trabalho doméstico		6 5ª a 8ª série incompleto
7 Neto	7 Somente estuda		7 2º grau completo
8 Avô	8 Criança menor de 7 anos		8 2º grau incompleto
9 Avó	9 Idoso: apenas tempo-parcial na UP		9 nível técnico
10 Irmão	10 Desempregado		10 superior completo
11 Irmã	11 Não trabalha porque é deficiente ou inválido		11 superior incompleto
99 Outros			12 sem idade escolar

##### 2) Alguém de sua família gostaria de mudar para a cidade?

( ) Sim ( ) Não ( ) Não sabe/ não respondeu

**2.1) SE SIM,** apontar a razão pela qual o (s) membro (s) pretende (m) mudar para cidade:

.....  
.....

### 3) Membros da família que saíram da propriedade de 2002 a 2017

Nome	Sexo (M/F)	Idade ao migrar	Relação com o responsável (A)	Escolaridade ao migrar (D)	Destino 1	Destino 2	Atividade a que foi se dedicar	Justificativa da saída (anotar todas)

DESTINO 1		DESTINO 2		ATIVIDADE		JUSTIFICATIVA
1 – Rural	2 – Urbano	1 – no próprio município	2 - município vizinho	1 – Estudar	NO CASO DE 4, indicar: 4.1: indústria 4.2 comércio 4.3 construção 4.4 serviços 4.5 serviço público	1 – casamento
		3 – município distante, mas no RS	4 – município de outro Estado	2 – agricultor		2 – estudo
				3 - assalariado rural		3 – desgosto com o campo
				4 – assalariado urbano		4 – melhor renda
						5 – pouca terra
						6 – sonhava viver na cidade
						7 - Outras, anotar abaixo

3.1) Algum membro da família que havia migrado no período 2002 a 2017 retornou para a propriedade?  
( ) sim ( ) não

3.2) **SE SIM**, quem (identificar o nome, vinculando a tabela anterior)? Quais as razões do retorno? \_\_\_\_\_

### ESTRUTURA FUNDIÁRIA

#### 4) Estrutura Fundiária

Área Total (ha)	Área (ha)					
	Própria	Em Parceria		Arrendamento		Outra forma
		De Terceiro	Para Terceiro	De Terceiro	Para Terceiro	

4.1) Quanto paga pelo arrendamento [informar em dinheiro ou produto]? .....

4.2) Quanto ganha com arrendamento [informar em dinheiro ou produto]? .....

4.3) Quanto paga na parceria [informar em dinheiro ou produto]? .....

4.4) Quanto ganha na parceria [informar em dinheiro ou produto]? .....

5) Houve mudança no tamanho da área própria entre 2002 e 2017? ( ) Não ( ) Sim

**SE SIM:** ( ) aumentou ( ) diminuiu

**SE SIM**, o que fez variar a área própria?

#### **NO CASO DE AUMENTO**

- ( ) compra com recursos próprios  
 ( ) compra com financiamento público  
     ( ) Banco da Terra  
     ( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_  
 ( ) recebido por herança  
 ( ) Outra forma. Qual? \_\_\_\_\_

#### **NO CASO DE REDUÇÃO**

- ( ) divisão da terra em função de óbito de cônjuge  
 ( ) entrega para banco ou outro credor, em função de dívida  
 ( ) venda para outro agricultor  
 ( ) venda para terceiros  
 ( ) Outra forma. Qual? \_\_\_\_\_

6) Houve distribuição da terra por herança (entre 2002 e 2017)?

( ) Sim ( ) Não

**6.1 SE SIM**, como se procedeu a distribuição da propriedade aos filhos e as filhas?

---



---

**ATIVIDADES PRODUTIVAS E COMERCIALIZAÇÃO**
**7) Quais são os principais produtos produzidos na unidade de produção (os “carros chefe” da UP)?**


---

**8) Atividades de PRODUÇÃO VEGETAL – roça [Ano agrícola de setembro de 2016 a agosto de 2017]**

Especificação	Superfície Área Plantada (ha)	Quantidade Total Colhida	Quantidade	Destino da Produção			
				Venda e/ou Comércio		Para o Consumo Familiar	Para o Consumo Animal
				Valor/Unidade (R\$)	Canais de venda (anotar todos) (A)		
<b>Frutas, Legumes e Verduras [Somente especificar se houver venda. Se forem produtos para autoconsumo registrar em horta]</b>							
<b>Pastagem Plantada</b>							
<b>Pastagem Nativa</b>							
<b>Reflorestamento e extração de madeira</b>							
<b>S A U Total</b>				-----			
Matas e Florestas Naturais							
Benfeitorias (casa, estábulo, etc)							
Terras Inaproveitáveis							
<b>Área Total</b>							

	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
<b>A</b>	Feira	Mercados varejistas	Mercados institucionais (PAA/PNAE/ UFFS)	Quiosque missioneiro	Cooperativa 5.1 COOPAF 5.2 Cooperoque 5.3 Outra coop.
	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	
	Na casa do consumidor	Atraves-sadores	Empresas privadas	outros	

**8.1 Houve interrupção ou início da produção de algum produto vegetal no período 2002 – 2017?**
 Sim  Não

**8.2 SE SIM**, qual(ais) produtos? Por que? .....

**9) Aquisição de insumos para produção vegetal [Ano agrícola de setembro de 2016 a agosto de 2017]**

Especificação	Quantidade/unidade	Valor Pago por Unidade, ou total
Sementes		
Mudas		
Adubos		
Adubo químico (NPK, etc.)		
Adubo orgânico (esterco, estrume, etc.)		
Uréia		
Calcário		
Óleo diesel		
Royalties sementes		
Agrotóxicos (fungicida, inseticida, herbicida...)		
<b>Outros insumos para produção vegetal</b>		

**9.1 Nos dias de hoje o senhor(a) considera a produção sem uso de agrotóxicos?**

( ) possível ( ) impossível ( ) não sabe/não respondeu

**10) Para quem o Senhor vende a maior parte da produção vegetal? (assinalar apenas uma alternativa)**

- ( ) venda direta para consumidores – nas casas ou em feiras livres ( ) para poder público – município, etc.  
 ( ) para cooperativa ( ) para o intermediário – atravessador  
 ( ) para agroindústria e/ou empresa privada se estiver integrado ( ) outro\_\_\_\_\_

**11) Possui HORTA? Sim ( ) Não ( ) (SE NÃO, passar para questão seguinte)**

**11.1) SE SIM,** a horta é suficiente para atender as necessidades da família? Sim ( ) Não ( )

**11.2)** \_\_\_\_\_, na sua avaliação quanto valem os produtos que são retirados da horta (por semana ou mês) em R\$?.....

**11.3) SE SIM,** Quais os principais produtos/variedades que possui na horta? ( ) Tomate ( ) Cebola  
 ( ) Alface ( ) Repolho ( ) Beterraba ( ) Pepino ( ) cenoura Outros:

**12) Possui POMAR? Sim ( ) Não ( ) (SE NÃO, passar para questão seguinte)**

**12.1) SE SIM,** o pomar é suficiente para atender as necessidades da família? Sim ( ) Não ( )

**12.2) SE SIM,** na sua avaliação quanto valem os produtos que são retirados do pomar (por semana ou mês) em R\$?.....

**12.3) SE SIM,** Quais os principais produtos/variedades que possui no pomar? ( ) Bergamota ( ) Laranja  
 ( ) Pêssego ( ) Uva ( ) Abacate ( ) Pêssego ( ) Goiaba Outros

**13) Canais de comercialização e sua ordem de importância para a renda familiar (PRODUÇÃO VEGETAL) [Ano agrícola de setembro de 2016 a agosto de 2017]**

**Para quem vende a PRODUÇÃO VEGETAL?**

**Numerar conforme hierarquia de importância para a renda familiar**

Feira ( )
Entrega na casa de consumidores ( )
Quiosque missioneiro ( )
PNAE (merenda escolar) ( )
PAA ( )
Restaurante UFFS ( )
Para atravessadores – na propriedade ( )
Para agroindústrias/cerealistas privadas (grãos – milho, soja, trigo, outros) ( )
Integração com empresas (fumo, aves, suínos, outros) ( )
Mercados (varejistas em geral) do município ( )
Mercados (varejistas em geral) de outros municípios ( )
Para cooperativas ( )
Outros. Quais? _____ ( )

**13.1 SE REALIZOU VENDA** da produção vegetal aos canais de comercialização abaixo (entre 2002 e 2017), indicar os anos:

PAA: \_\_\_\_\_

PNAE (merenda escolar): \_\_\_\_\_

QUIOSQUE MISSIONEIRO: \_\_\_\_\_

Restaurante da UFFS: \_\_\_\_\_

**13.2 SE PAROU** de vender para esses canais, por quê? \_\_\_\_\_

**14) Efetivos animais disponíveis [Ano agrícola de setembro de 2016 a agosto de 2017]**

Inventário das Criações	Efetivo	Valor/ Unidade	Animais Vendidos número	Preço TOTAL Animais Vendidos	Consumo Familiar
Bovinos					
Touros					
Vacas					
Novilhas					
Terneiros					
Bois para trabalho					
Aves					
Frango de corte					
Galinha caipira					
Suínos					
Ovinos					
Eqüinos / Muas					

**15) Produção de origem animal [Ano agrícola de setembro de 2016 a agosto de 2017] [Usar produção por dia, semana, mês ou ano e lembrar de colocar a unidade]**

Especificação	Quantidade total Produzida	Quantidade total Vendida	Preço de Venda	Canais de venda (anotar todos) A	Quantidade consumida pela Família
Leite					
Ovos					
Peixes					
Carne					
A	1 Feira	2 Mercados varejistas	3 Mercados institucionais (PAA/PNAE/ UFFS)	4 Quiosque missioneiro	5 Cooperativa 5.1 COOPAF 5.2 Cooperoque

				5.3 Outra coop.
	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>
	Na casa do consumidor	Atraves-sadores	Empresas privadas	outros

**15.1 Houve interrupção ou início de alguma criação animal no período 2002 – 2017?**

( ) Sim ( ) Não

**15.2 SE SIM,** qual(ais) criações? Por que? \_\_\_\_\_

**16) Insumos das atividades de produção animal [Ano agrícola de setembro de 2016 a agosto de 2017]**

Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Pago por Unidade ou Valor total gasto por ano ou mês
Sal mineral			
Rações (para bovinos, aves)			
ATENÇÃO: produção integrada de SUINOS – entrar só como renda, sem contar insumos			
Componentes para rações (milho/sorgo, vitaminas, farelos, etc.)			
Produtos veterinários (antibióticos, vacinas, carrapaticidas, vermífugos, desinfetantes, etc.)			
Outros insumos animais (especificar)			

**17) Para quem o Senhor vende a maior parte da produção animal? (assinalar apenas uma alternativa)**

- ( ) venda direta para consumidores – nas casas ( ) para poder público – município, etc.  
 ou em feiras livres ( ) para o intermediário – atravessador  
 ( ) para cooperativa ( ) não vende  
 ( ) para agroindústria e/ou empresa privada se ( ) outro \_\_\_\_\_  
 estiver integrado

**18) Canais de comercialização usados e sua ordem de importância para a renda familiar (PRODUÇÃO ANIMAL vendida) [Ano agrícola de setembro de 2016 a agosto de 2017]**

Para quem vende a PRODUÇÃO ANIMAL? <b>Numerar conforme hierarquia de importância para a renda familiar</b>
Feira ( )
Entrega na casa de consumidores ( )
Quiosque missioneiro ( )
PNAE (merenda escolar) ( )
PAA ( )
Restaurante UFFS ( )
Para atravessadores – na propriedade ( )
Para agroindústrias/cerealistas privadas (grãos – milho, soja, trigo, outros) ( )
Integração com empresas (fumo, aves, suínos, outros) ( )
Mercados (varejistas em geral) do município ( )
Mercados (varejistas em geral) de outros municípios ( )
Para cooperativas ( )
Outros. Quais? _____ ( )

**18.1 SE REALIZOU VENDA** da produção animal aos canais de comercialização abaixo (entre 2002 e 2017), indicar os anos:

PAA: \_\_\_\_\_

PNAE (merenda escolar): \_\_\_\_\_

QUIOSQUE MISSIONEIRO: \_\_\_\_\_

RESTAURANTE UFFS: \_\_\_\_\_

**18.2 SE PAROU** de vender para esses canais, por quê? \_\_\_\_\_

**19) Listar produtos processados ou beneficiados dentro do estabelecimento (TRANSFORMAÇÃO CASEIRA OU AGROINDÚSTRIA FAMILIAR) [Ano agrícola de setembro de 2016 a agosto de 2017]**

Produto produzido	Quantidade Produzida (unidade)	Preço Médio de Venda por Unidade	Quantidade Vendida	Canais de venda (anotar todos) (A)	Quantidade Consumida pela Família
Queijo					
Salame					
Vinho					
Banha					
Schmier					
Conservas					

	1	2	3	4	5
A	Feira	Mercados varejistas	Mercados institucionais (PAA/PNAE/ UFFS)	Quiosque missioneiro	Cooperativa 5.1 COOPAF 5.2 Cooperoque 5.3 Outra coop.
	6	7	8	9	
	Na casa do consumidor	Atraves-sadores	Empresas privadas	outros	

**19.1 Houve interrupção ou início da produção de algum produto da transformação caseira/agroindústria no período 2002 – 2017**

Sim  Não

**19.2 SE SIM,** qual(ais) produtos? Por que? \_\_\_\_\_

**20) Listar toda a matéria-prima utilizada para a transformação da produção caseira (Somente o que for comprado) [Ano agrícola de setembro de 2016 a agosto de 2017]**

Especificação	Quantidade	Unidade	Valor Pago por Unidade
Açúcar			
Coalho			
Tripas			

**21) Para quem o Senhor vende a maior parte dos produtos da transformação caseira (beneficiamento e/ou processamento no estabelecimento) ou da agroindústria doméstica? (assinalar apenas uma alternativa)**

- venda direta para consumidores – nas casa ou em feiras  
 para cooperativa  
 para agroindústria e/ou empresa privada se estiver integrado  
 para poder público – município, etc.  
 para o intermediário – atravessador  
 não vende  
 outro \_\_\_\_\_

**22) Canais de comercialização usados e sua ordem de importância para a renda familiar (TRANSFORMAÇÃO CASEIRA e/ou AGROINDÚSTRIA FAMILIAR ou associada) [Ano agrícola de setembro de 2016 a agosto de 2017]**

Para quem vende produtos da TRANSFORMAÇÃO CASEIRA e/ou AGROINDÚSTRIA FAMILIAR? <b>Numerar conforme hierarquia de importância para a renda familiar</b>
Feira ( )

Entrega na casa de consumidores ( )
Quiosque missioneiro ( )
PNAE (merenda escolar) ( )
PAA ( )
Restaurante UFFS ( )
Para atravessadores – na propriedade ( )
Para agroindústrias/cerealistas privadas (grãos – milho, soja, trigo, outros) ( )
Integração com empresas (fumo, aves, suínos, outros) ( )
Mercados (varejistas em geral) do município ( )
Mercados (varejistas em geral) de outros municípios ( )
Para cooperativas ( )
Outros. Quais? _____ ( )

**22.1 SE REALIZOU VENDA** de produtos da transformação caseira/agroindústria aos canais de comercialização abaixo (entre 2002 e 2017), indicar os anos:

PAA: \_\_\_\_\_  
 PNAE (merenda escolar): \_\_\_\_\_  
 QUIOSQUE MISSIONEIRO: \_\_\_\_\_  
 RESTAURANTE UFFS: \_\_\_\_\_

**22.2 SE PAROU** de vender para esses canais, por quê? \_\_\_\_\_

**BENFEITORIAS E EQUIPAMENTOS**

**23) Benfeitorias e instalações (levantar todas disponíveis no estabelecimento)**

Especificação	Quantidade	(1) alvenaria (2) madeira (3) mista*	Idade do bem ou ano de construção	Área construída em m <sup>2</sup>
Açudes				
Aviários				
Estábulo				
Estufa plástica				
Galinheiro				
Galpões/armazéns/paiol				
Pocilgas/chiqueiro				
Poços artesianos				
Secadores leite fixo				
Silo				
<b>Outros (especificar)</b>				

**24) Máquinas e equipamentos [Ano agrícola de setembro de 2016 a agosto de 2017] (levantar informação sobre o modelo do veículo/trator)**

**24.1 Possui trator?** ( ) não ( ) sim anotar marca, modelo, potência, é tracionado e ano de fabricação \_\_\_\_\_

**24.2 Possui caminhão, ou utilitário?** ( ) não ( ) sim Se sim, anotar marca, modelo e ano de fabricação \_\_\_\_\_

**24.3 Possui automóvel?** ( ) não ( ) sim Se sim, anotar marca, modelo e ano de fabricação \_\_\_\_\_

**24.4 Possui motocicleta?** ( ) não ( ) sim Se sim, anotar marca, modelo e ano de fabricação \_\_\_\_\_

**24.5 Possui animais para tração (bois, cavalos, mula, etc)?** ( ) não ( ) sim Se sim, anotar quantas juntas e idade \_\_\_\_\_

**24.6 Outras máquinas e equipamentos**

Especificação	Quantidade	Idade
Arado de tração animal		

Arado de tração mecânica		
Capinadeira de tração animal		
Grade aradora de tração animal		
Grade de tração mecânica		
Semeadora de tração mecânica		
Semeadora de tração animal		
Ensiladeira		
Roçadeira		
Carreta agrícola		
Pulverizador tracionado		
Pulverizador costal motorizado		
Pulverizador costal manual		
Ordenhadeira		
Resfriador de leite		
Motor elétrico		
Bomba de água		
Picador de pasto (forrageiras)		
<b>Outros (especificar)</b>		

## DESPEAS

25) O senhor teve despesa com mão-de-obra contratada no último ano? [Ano agrícola de setembro de 2016 a agosto de 2017]

Formas de contratação	Número de pessoas	Número de dias trabalhados no ano ou mês	Valor total pago (R\$) (*)
<b>01</b> Assalariado permanente agrícola (**)			
<b>02</b> Trabalho agrícola temporário (**)			
<b>03</b> Empreitada agrícola (**)			
04 Contratação de Serviços de Máquinas (trator, etc) para plantio, colheita, etc			
05 – Outras formas de contratação			

(\*) Incluir as despesas com transporte e alimentação, quando houver.

(\*\*) Atividades Agrícolas: considera-se todas aquelas que envolvem a participação direta na produção animal e vegetal.

26) Outros gastos [Ano agrícola de setembro de 2016 a agosto de 2017]

Discriminação	Valor R\$ (indicar se é por mês ou por ano)
ITR – Imposto da Terra	
Contribuição Sindical (mensalidade/anuidade)	
Luz elétrica para Unidade de Produção	
Gás (GLP) somente para propriedade	
Água encanada (taxa, etc)	
Internet	
Plano de saúde	
Cuidadores de idosos e/ou crianças	
Outros gastos	

**QUESTÕES AMBIENTAIS**

27) Quais são as práticas de conservação do solo praticadas na sua propriedade? [Ano agrícola de setembro de 2016 a agosto de 2017]

**27.1 De 2002 até 2017, em relação ao uso de curvas de nível/terraços, na sua propriedade:**

( ) manteve as mesmas ( ) houve aumento ( ) houve diminuição ( ) nunca teve

27.2 Fez o Cadastro Ambiental Rural? ( ) sim ( ) não

**ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS E PLURIATIVIDADE** [somente preencher para membros que têm atividades não-agrícolas]

28) NÚMERO DE DIAS trabalhados em atividades não-agrícolas e em atividades fora da UP [Ano agrícola de setembro de 2016 a agosto de 2017]

Nome do indivíduo que tem trabalho não agrícola ou fora da UP	Em atividades agrícolas FORA da UP (*)	Em atividades PARA-AGRÍCOLAS (**)		Em atividades NÃO-AGRÍCOLAS (***)			Valores recebidos em R\$ [indicar p/dia ou mês]
		Nº dias	Localização (A)	Nº dias	Localização (B)	Setor (C)	

**Atividades Agrícolas:** considera-se todas aquelas que envolvem a participação direta na produção animal e vegetal.

(\*\*) **Atividades Para-Agrícolas:** considera-se todas aquelas que envolvem a transformação, beneficiamento e processamento de produtos de origem animal ou vegetal, visando a agregação de valor. Podem ocorrer dentro ou fora da UP.

(\*\*\*) **Atividades Não-Agrícolas:** considera-se as demais atividades.

**28.1 SE EXISTEM** membros de sua família que trabalham em atividades não-agrícolas (fora ou dentro da propriedade) eles fornecem algum tipo de ajuda nas atividades agrícolas da propriedade?

( ) Sim ( ) Não ( ) Não sabe/não respondeu

**28.2 SE SIM,** indique com que frequência:

( ) regularmente ( ) às vezes ( ) quando sobra tempo

( ) quando há demanda específica no trabalho agrícola (colheita, doença do encarregado, etc)

(C) Setor atividades não-agrícolas
1. Indústria
2. Comércio
3. Serviços Auxiliares
4. Construção Civil
5. Transformação Artesanal
6. Transporte/Comunicação
7. Serviço Público
8. Serviços Pessoais
9. Outros

(A) Local de exercício das atividades para-agrícolas
1. No domicílio ou na UP
2. No domicílio ou UP de vizinhos
3. Em unidade de processamento / agroindústria na UP
4. Em unidade de processamento / agroindústria fora da UP

(B) Localização das atividades não-agrícolas
1. No domicílio ou na UP
2. Na localidade/comunidade rural onde reside
3. No centro urbano do próprio município
4. Em outro município

( ) outra situação

29) Qual a principal razão que levou os membros da família a trabalhar nas atividades não-agrícolas?

**30) SE EXISTEM** membros da família que trabalham em atividades não-agrícolas, eles contribuem com as despesas da família e da UP?

( ) Sim ( ) Não ( ) Não sabe/ não respondeu

**30.1 SE SIM,** em que é aplicada a maior parte do valor das rendas de atividades não-agrícolas? (Assinale apenas 1 alternativa)

( ) para investimentos na propriedade

( ) para aumentar o conforto da casa

( ) tanto em investimentos na propriedade como para aumentar o conforto doméstico

( ) para o sustento (subsistência) da família

- ( ) nas despesas pessoais de todo tipo  
 ( ) outra \_\_\_\_\_  
 ( ) não sabe/não respondeu

**31) SE HOUVE**, assinalar quais investimentos foram feitos no último ano agrícola? **[Ano agrícola de setembro de 2016 a agosto de 2017]**

Tipos de investimentos	Valor total gasto em R\$
( ) Aquisição de terras	
( ) Aquisição de veículos (utilitários)	
( ) Aquisição de equipamentos ou máquinas	
( ) Aquisição de terreno na cidade	
( ) Construção e reforma da casa	
( ) Construção e reforma das benfeitorias da propriedade	
( ) Aquisição de animais	
( ) Aquisição de casa na cidade	
( ) Outros investimentos (especificar)	

**32) SE HOUVE**, assinale e informe com quais outras fontes de renda sua família contou no último ano agrícola (setembro de 2016 até agosto 2017).

Tipos de rendas	Valor (R\$) total recebido
( ) Aluguéis recebidos de imóveis residenciais/comerciais	
( ) Aluguéis recebidos de máquinas e equipamentos	
( ) Remessas em dinheiro recebido de familiares de forma periódica	
( ) Pensões judiciais	
( ) Juros recebidos de empréstimos para terceiros	
( ) Juros de aplicações financeiras ou poupança	
( ) venda de máquinas, equipamentos, benfeitorias, etc.	
( ) Outras rendas (especificar)	

### POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTADO

**33) Recebeu assistência técnica no ano agrícola setembro 2016 a agosto de 2017?**

- ( ) não ( ) sim

**33.1 SE SIM**, marcar todas as fontes:

- ( ) EMATER ( ) ONGs  
 ( ) Cooperativa de produção ( ) Empresas integradoras  
 ( ) Sindicato ( ) Assistência técnica particular (liberais)  
 ( ) Secretaria Municipal de Agricultura ( ) Outro: Qual? \_\_\_\_\_

**33.2 [SOMENTE para assistidos da EMATER]** Qual o grau de satisfação em relação à assistência técnica que recebe da EMATER:

- ( ) muito satisfeito ( ) satisfeito ( ) insatisfeito ( ) não sabe/não respondeu

**34) Assinale em quais atividades de extensão rural e/ou informação técnica participa:**

- Escuta programas de rádio e TV sobre técnicas agrícolas Sim ( ) Não ( )  
 Participa de demonstrações de novos produtos e/ou dias de campo Sim ( ) Não ( )  
 Participa e/ou visita feiras e exposições agropecuárias Sim ( ) Não ( )  
 Assiste palestras ou apresentação sobre temas agropecuários Sim ( ) Não ( )  
 Lê livros técnicos sobre agricultura e atividades rurais Sim ( ) Não ( )  
 Usa a internet para buscar informações sobre agricultura Sim ( ) Não ( ) Outra:  
 Qual \_\_\_\_\_

**35) Obteve financiamentos ou empréstimos no último ano agrícola (setembro de 2016 até agosto 2017)?**

Sim ( ) Não ( ) ( ) Não sabe/não respondeu

**35.1) EM CASO AFIRMATIVO**, informar (responder utilizando códigos):

Finalidade (A)	Fonte (B)	Indicar produto ou finalidade do financiamento	Valor financiado (R\$)	Taxa de juros (mês/ano)	Valor da prestação (R\$) [Indicar se é por mês ou ano]

(A)	(B)			
1 Custeio	1 Bancos	4 Empresa Integradora/Agroindústria	7 Pronaf	10 Habitação rural
2 Comercialização	2 Cooperativas	5 Vizinhos	8 RS-Rural	11 Outros
3 Investimento	3 Fundo Municipal	6 Parentes	9 Luz para todos	

36)

**Algum membro da família recebeu**

**Bolsa Família entre 2002 e 2017?**

( ) Sim ( ) não ( ) não sabe/não respondeu

**36.1 SE SIM**, em que foi gasto esse benefício? \_\_\_\_\_

**37) Há aposentados e/ou pensionistas e/ou pessoa que recebe benefício social na sua família?**

Sim ( ) Não ( ) ( ) Não sabe/ não respondeu

**37.1) SE SIM**, informar o tipo de benefício e o valor recebido durante o último ano agrícola (setembro de 2016 até agosto 2017)?

Primeiro nome da pessoa que recebeu o benefício	Tipo de benefício (A)	Número de meses em que recebeu o benefício	Valor mensal recebido (R\$) (*)

A	1 Aposentadoria	2 Pensão	3 Auxílio doença	4 Bolsa Família	5 Bolsa de estudo	6 outro benefício - anotar qual

**38) SE ALGUÉM RECEBE APOSENTADORIA/PENSÃO**, No último ano agrícola (setembro de 2016 até agosto de 2017) o dinheiro da aposentadoria/pensão foi utilizado, de alguma forma, na atividade agrícola?

Sim ( ) Não ( ) Não sabe/ não respondeu ( )

**38.1) SE SIM**, indicar em que são utilizados os recursos da aposentadoria ou pensão:

( ) Custeio da atividade produtiva da família

( ) Compra de máquinas e/ou equipamentos

( ) Outro. Especificar qual? \_\_\_\_\_

**39) Qual sua religião?**

( ) Católica ( ) Protestante/evangélica – IECLB ( ) Pentecostal – “Crentes” ( ) outro \_\_

( ) nenhuma - Ateu

### INFRAESTRUTURA BÁSICA

**40) Composição da moradia**

Especificação	Número de peças
Banheiro	
Cozinha	
Quarto	
Sala	
Varanda	

**40.1) Instalações sanitárias (Assinalar apenas uma opção)**

Especificação	
Banheiro completo (*)	( )
Banheiro incompleto (**)	( )
Casinha ou latrina	( )
Nenhuma	( )

(\*) Completo: Vaso, chuveiro e pia (externa ou não)

**40.2) Tipo de piso predominante****(Assinalar apenas uma opção)**

Especificação	
Concreto	( )
Chão batido	( )
Madeira	( )
Outro	( )

(\*\*) Incompleto: Vaso ou chuveiro

**40.3) Tipo de cobertura predominante****(Assinalar apenas uma opção)**

Especificação	
Telha de barro	( )
Telha de amianto (Brasilit)	( )
Capim ou palha	( )
Zinco ou outro metal	( )
Outra	( )

**40.4) Tipo de parede externa predominante (Assinalar apenas uma opção)**

Especificação	
Tijolo com revestimento	( )
<b>Tijolo sem revestimento</b>	( )
Tábuas	( )
Tapumes ou chapas de madeira	( )
Folha de zinco	( )
Barro ou adobe	( )
Outra	

**40.5) Abastecimento de água**

Especificação	
Poço artesiano	( )
Nascente ou vertente com poço	( )
Córrego/Açude	( )
Cacimba	( )
Água do vizinho	( )
Rede geral	( )
Outro tipo	( )

**40.6) Destino dos dejetos humanos****(Assinalar apenas uma opção)**

Especificação	
Fossa simples (seca)	( )
Fossa séptica/poço absorvente	( )
Direto no solo	( )
Direto nos cursos d'água	( )
Não tem	( )
Outro destino	( )

**(Assinalar apenas uma opção)****40.7) Quais os tipos de abastecimento de energia elétrica?**

( ) rede geral ( ) gerador próprio ( ) não possui ( ) outro \_\_\_\_\_

**41) Bens de Consumo que existem no domicílio [assinalar a quantidade]**

<i>Especificação</i>	Quantidade	<i>Especificação</i>	Quantidade
01 Aparelho de som		10 Geladeira	
02 Computador		11 Liquidificador	
03 Batedeira		12 Máquina de lavar roupa	
04 Bicicleta		13 Celular	
05 Ferro elétrico		14 Parabólica	
06 Fogão a gás		15 Rádio	
07 Fogão à lenha		16 Televisor	
08 Forno elétrico/microondas		17 Linha de Telefone fixo	
09 Freezer/congelador		Acesso a internet ( ) sim ( ) não	

**AMBIENTE SOCIAL E ECONÔMICO****42) Participação social da família na comunidade local e/ou no município [assinale todas em que houver a participação de algum membro]**

Especificação	Participa	
01 Associação comunitária de produtores e/ou agricultores	Sim ( )	Não ( )
02 Cooperativas (créditos, eletrificação, produção, etc.)	Sim ( )	Não ( )
03 Sindicato de trabalhadores	Sim ( )	Não ( )
04 Associação de mulheres/clube de mães	Sim ( )	Não ( )
05 Associação vinculada a igreja (pastoral, canto, etc.)	Sim ( )	Não ( )

06 Clube de futebol, bocha, etc ligado ao lazer	Sim ( ) Não ( )
99 Outros tipos de entidade (especificar)	
	Sim ( ) Não ( )
	Sim ( ) Não ( )

**43) Em que LOCAL o Senhor e sua família gastam a maior parte do dinheiro que ganham [não importa a fonte deste dinheiro]:**

- ( ) na própria comunidade onde residem  
 ( ) no centro urbano da cidade a que pertence a localidade/distrito onde residem  
 ( ) na cidade-pólo mais próxima (cidade maior da região)  
 ( ) outra localidade \_\_\_\_\_

**44) Qual é seu nível de satisfação em relação à educação e as escolas de seu município e/ou comunidade:**

- ( ) Muito satisfeito ( ) Satisfeito ( ) Insatisfeito ( ) Não sabe/não respondeu

**45) Na sua opinião, qual deveria ser o ensino e a educação fornecido as crianças e jovens, filhos e filhas, de agricultores (assinalar apenas uma alternativa):**

- ( ) uma educação especializada e voltada para as atividades agrícolas  
 ( ) uma educação geral destinada a prepará-los para disputar trabalhos e empregos fora da agricultura  
 ( ) uma educação mista, destinada tanto à agricultura como à formação geral  
 ( ) Não sabe/ não respondeu

#### **REPRESENTAÇÕES DOS AGRICULTORES SOBRE A RURALIDADE E SEU FUTURO**

**46) Em relação a agricultura no início dos anos 2000 o Senhor considera que o período atual (assinalar apenas uma alternativa):**

- ( ) melhorou muito, em todos os aspectos ( ) está pior do que antes, nada melhorou  
 ( ) melhorou, em algumas coisas  
 ( ) não sabe/ não respondeu

**46.1 SE MELHOROU**, em quais aspectos? \_\_\_\_\_

**46.2 SE PIOROU**, Em quais aspectos? \_\_\_\_\_

**47) O Senhor tem perspectivas na agricultura e vê futuro para sua família nesta atividade?**

- ( ) Sim ( ) Não ( ) Não sabe/ não respondeu

**48) O Senhor gostaria que seus filhos seguissem a profissão de agricultor:**

- ( ) Sim ( ) Não ( ) Não sabe/ não respondeu

**49) Existe algum membro da família (filho ou outro) que o Senhor prevê que continuará a trabalhar em sua propriedade depois que o Senhor não puder mais trabalhar nela?**

- ( ) Sim ( ) Não ( ) Não sabe/ não respondeu

**50) Caso haja uma piora na renda e na agricultura de modo geral nos próximos anos, o Senhor pensa em fazer o quê (assinalar apenas uma alternativa):**

- ( ) continuar a fazer o mesmo que atualmente e esperar que a crise passe ou volte ao normal;  
 ( ) deixar de trabalhar na agricultura e vender a terra;  
 ( ) buscar aperfeiçoamentos tecnológicos para melhorar a produção na propriedade;  
 ( ) procurar emprego em alguma atividade não-agrícola, sem vender a terra;  
 ( ) Não sabe/ não respondeu

**51) Qual é o grau de satisfação do Senhor e de sua família em relação À ATIVIDADE AGRÍCOLA (explorar aspectos do trabalho e produção)?**

- ( ) Muito satisfeito  
 ( ) Satisfeito  
 ( ) Insatisfeito

Não sabe/não respondeu

**52) Qual é o grau de satisfação do Senhor e de sua família em relação AO MEIO RURAL (perguntar sobre espaço/ambiente e a comunidade onde vive)?**

- Muito satisfeito  
 Satisfeito  
 Insatisfeito  
 Não sabe/não respondeu

**53) Quando o Senhor pensa no meio rural ou no espaço rural em que vive, o que mais valoriza ou associa (assinalar apenas uma alternativa)?**

- a paisagem                       o trabalho na agricultura e a importância de produzir alimentos  
 os animais e as plantas                       a tranquilidade  
 os vizinhos e a comunidade em que vive       Não sabe/não respondeu

**54) O que seria preciso acontecer para melhorar a qualidade de vida de sua família? (pedir para destacar o aspecto mais importante)**

.....

CONTATOS CELULAR